

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA (PPGSP)

VANESSA DA SILVA PALAGAR RIBEIRO

AÇÃO SOCIAL PENTECOSTAL EM UMA FAVELA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES:
A PARCERIA ENTRE UM PROJETO SOCIAL EVANGÉLICO E UMA ORGANIZAÇÃO
NÃO GOVERNAMENTAL

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

ABRIL 2020

VANESSA DA SILVA PALAGAR RIBEIRO

**AÇÃO SOCIAL PENTECOSTAL EM UMA FAVELA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES:
A PARCERIA ENTRE UM PROJETO SOCIAL EVANGÉLICO E UMA ORGANIZAÇÃO
NÃO GOVERNAMENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientadora: Prof. Dr. Wania Amélia Belchior Mesquita

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

ABRIL 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

R484

Ribeiro, Vanessa da Silva Palagar.

Ação social pentecostal em uma favela de Campos dos Goytacazes : a parceria entre um projeto social evangélico e uma organização não governamental / Vanessa da Silva Palagar Ribeiro. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

290 f. : il.

Bibliografia: 256 - 273.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.

Orientadora: Wania Amelia Belchior Mesquita.

1. Ação Social Pentecostal. 2. Favela. 3. Projeto Social. 4. Organização não governamental. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

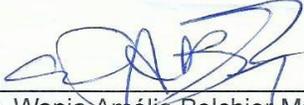
AÇÃO SOCIAL PENTECOSTAL EM UMA FAVELA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES:
A PARCERIA ENTRE UM PROJETO SOCIAL EVANGÉLICO E UMA ORGANIZAÇÃO
NÃO GOVERNAMENTAL

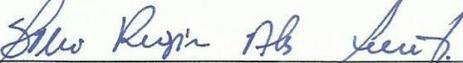
VANESSA DA SILVA PALAGAR RIBEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Aprovada em: 24 / 04 / 2020

BANCA EXAMINADORA

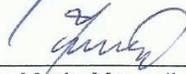

Prof. Dr. Wania Amélia Belchior Mesquita (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF


Prof. Dr. Silvia Regina Alves Fernandes (Ciências Sociais – UFRRJ) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ


Prof. Dr. César Pinheiro Teixeira (Sociologia e Antropologia - UFRJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro


Prof. Dr. Ana Carla de Oliveira Pinheiro (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF


Prof. Dr. David Maciel de Mello Neto (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF


Prof. Dr. Humberto Mario Meza (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

DEDICATÓRIA

*À minha mãe e avó,
Rosane e Adélia, pelo amor,
carinho e dedicação de sempre.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família pelo apoio durante toda minha vida e trajetória acadêmica. Agradeço especialmente a minha mãe, Rosane Palagar, e avó, Adélia Palagar, que foram, são e sempre serão fonte inspiradora da minha vida, enquanto mulheres fortes e batalhadoras, que me ensinaram a ser uma pessoa e ser humano melhor a cada dia que tenho a benção de conviver com elas.

À minha irmã, Tatiane Palagar, pelo companheirismo, amizade e cumplicidade que sempre compartilhamos. Pela força e afeto demonstrado na minha caminhada de vida e acadêmica, sem a qual talvez hoje não estaria concluindo esta etapa, pois foi seguindo seus passos que vim parar em Campos e na UENF.

Ao meu amor, marido e companheiro de vida, Elson Gomes Jr., pela força, coragem e compreensão das minhas loucuras durante a pesquisa de campo e escrita da tese. Como: chegar meia noite em casa, vinda de uma das favelas mais perigosas de Campos sem ao menos telefonar para avisar, arrastar móveis (escrivaninha) para o meio da sala, monopolizando a mesma para a escrita da tese, entre muitas outras. Tem sido ao seu lado que tenho compreendido que o amor não se limita a um sentimento, é também expressão, gestos e negociação que extrapola o sentido da razão de uma cientista social, que se acreditava tão racionalmente centrada.

À a minha orientadora, Profa. Dra. Wania Mesquita, sem qual, minha trajetória profissional e acadêmica se quer existira. É fonte de inspiração, generosidade, de compromisso, seriedade e ética, qualidades que me inspiram no exercício da minha profissão. Obrigado pela orientação dentro e fora dos “muros” acadêmicos, afinal o aprendizado não acontece apenas nas instituições de ensino, mas no cotidiano de nossas vidas.

À minha prima Fernanda Hentzy pela força, compreensão e prontidão em me ajudar em todos os momentos. Pela união e amizade que me dedica desde sempre e por sua presença nos momentos mais decisivos e importantes da minha vida.

Aos meus interlocutores de pesquisa, Ana, Bruno e Bella, que foram pacientes e generosos aos meus questionamentos, entrevistas e participação em suas rotinas. Em especial a Ana, por me receber e compartilhar um pouco da sua vida comigo, sem a qual seria impossível a presente pesquisa.

Em especial, agradeço a cada membro da minha banca de qualificação e de defesa final da tese, por todos os ensinamentos, as contribuições inestimáveis e toda paciência na leitura nada fácil da minha escrita. Aos Profa. Dra. Silvia Fernandes, Prof. Dr. César Teixeira, Prof. Dr. Ana Carla de Oliveira, Prof. Dr. David Mello Neto, Prof. Dr. Humberto Meza e ao Prof. Dr. André Ricardo Mariano.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política (UENF) que compartilharam generosamente seus conhecimentos e nos estimulam sempre a seguir em frente com dedicação e profissionalismo.

À toda equipe diretiva e pedagógica do Colégio Estadual Dr. Thiers Cardoso, em especial a Verônica Sezário, Diretora Geral, que confiou e me apoiou quando mais precisei nessa etapa final da escrita da tese. E também agradeço a todo corpo docente da escola, meus queridos e preciosos amigos, que escutaram pacientemente minhas queixas incessantes das dificuldades que enfrentei para a construção da tese de doutorado. Agradeço especialmente a Marcele Manhães, Darichele Fontes, Roberto Barcelos, Alessandra Costa, Ana Lúcia Macabu e Elomar Lopes com os quais construí, ao longo dos anos que estive trabalhando nessa unidade escolar, uma relação de amizade maravilhosa que carregarei em meu coração.

À minha amiga, colega de profissão e parceira de instituição acadêmica, Profa. Dra. Ana Carla Oliveira, que me ouviu e ajudou em momentos de dúvidas e incertezas. Que compartilhou comigo seus conhecimentos não somente acadêmicos como os de vida, que me impulsionaram a chegar até aqui.

Agradeço a todos meus amigos e amigas que compartilharam infinitos momentos comigo, Michelle Piraciaba, Sabrina Falçoni, Vagner Falçoni, Raquel Chaffin, Michele Assis, Miriam Ribeiro, Isabella Trugilho e que são tão importantes e especiais pra mim.

RESUMO

RIBEIRO, Vanessa da S. Palagar. **Ação social pentecostal em uma favela de Campos dos Goytacazes:** a parceria entre um projeto social evangélico e uma organização não governamental. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, 2020.

O estudo propõe investigar a ação social pentecostal na favela Tira-Gosto em Campos dos Goytacazes por meio da parceria entre um projeto social paraeclesiástico e uma organização não governamental. Busca-se compreender como surge e se mantém um projeto social de cunho religioso evangélico frente as condições econômicas e sociais que se apresentam as periferias urbanas, colaborando para compreensão do fenômeno do associativismo religioso brasileiro frente ao contexto pluralista religioso moderno. Para tanto foi utilizado para fins metodológicos o método do estudo de caso de uma associação religiosa, o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, além da aplicação conjunta de técnicas e métodos de pesquisa, como a observação direta das interações no campo, entrevistas semiestruturadas, percurso comentado e a história de vida. O projeto social analisado, mesmo que ainda em sua fase inicial, apresentou uma abordagem inovadora do que foi identificado até o presente momento, no que tange a ação social pentecostal empregada nas favelas de Campos dos Goytacazes. Revelando-se em constante mudança, bem como sua “rede de colaboradores e voluntários”, apresentando uma dinâmica própria, onde conjuga práticas religiosas com promoção da cidadania e ética, vinculando o discurso filantrópico e valores de solidariedade típicos das organizações civis que compõe o terceiro setor brasileiro. Resultados que fizeram suscitar a discussão pertinente as fronteiras entre as esferas secular e religiosa e do papel e lugar do religioso na nossa sociedade.

Palavras Chave: Ação Social Pentecostal. Favela. Projeto Social. Organização não governamental.

ABSTRACT

RIBEIRO, Vanessa da S. Palagar. **Pentecostal social action in a slum of Campos dos Goytacazes**: the partnership between an evangelical social project and a non-governmental organization. 2020. Tesis (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, 2020.

The study proposes to investigate the pentecostal social action in the Tira-Gosto slum in Campos dos Goytacazes through the partnership between a para-ecclesiastical social project *and* a non-governmental organization. It seeks to understand how it arises and is maintained a social project of an evangelical religious nature in view of the economic and social conditions that present the urban peripheries, collaborating to understand the phenomenon of Brazilian religious associations in the context of the modern religious pluralist. The research methodology is qualitative based on the case study method, combined with direct observation of interactions in the research field, semi-structured interviews, path commented on and the life story. The analyzed social project, even though still in its initial phase, presented an innovative approach to what has been identified so far, with regard to the Pentecostal social action employed in the slums of Campos dos Goytacazes. Revealing itself in constant change, as well as its “network of collaborators and volunteers”, presenting its own dynamic, where it combines religious practices with the promotion of citizenship and ethics, linking the philanthropic discourse and values of solidarity typical of the civil organizations that make up the third sector Brazilian. Results that led to the pertinent discussion raising the boundaries between the secular and religious spheres and the role and place of religious in our society.

Keyword: Pentecostal Social Action. Slum. Social Project. Non-governmental organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro Regiões de Governo e Municípios (2019).	31
Figura 2 - Distritos do município de Campos dos Goytacazes	32
Figura 3 – Localização dos aglomerados subnormais no município de Campos dos Goytacazes - RJ (2019)	34
Figura 4 - Mapa das delimitações dos setores censitários dos aglomerados subnormais Tira-Gosto, Risca Faca, Siqueira e Silva, Patronato, Inferno Verde e Matadouro no município de Campos dos Goytacazes - IBGE 2010.	140
Figura 5 - Limites da Favela Tira-Gosto	141
Figura 6 – Fotos dos corredores da favela Tira-Gosto	142
Figura 7 - Campo da favela Tira-Gosto em que foi construída a Praça (2009)	144
Figura 8 - Praça da favela Tira-Gosto próximo a inauguração (2011).....	145
Figura 9 - Praça da Favela Tira Gosto revitalizada (2014).....	146
Figura 10 - Praça Tira-Gosto (2018).....	146
Figura 11 - Lados esquerdo e direito da Praça da favela Tira-Gosto (2018).....	147
Figura 12 - Altar em tributo à São Jorge na favela Tira-Gosto (2009).....	149
Figura 13 - Antiga praça do "tribunal do tráfico" da favela Tira-Gosto (2009).....	149
Figura 14 - Pracinha dentro da favela Tira-Gosto (2018)	150
Figura 15 - Igreja Missão Batista Nova Vida.....	152
Figura 16 - Igreja Assembleia de Deus Ministério Apostólico.....	153
Figura 17 - Igreja Evangélica Caminho das Águas.....	154
Figura 18 - Fábrica Córbiom.....	155
Figura 19 - E. M. Instituto Profissional São José	156
Figura 20 - Fundação Municipal da Infância e Juventude	156
Figura 21 - Prédio Principal da FMIJ	157

Figura 22 - Unidade Básica de Saúde Patronato São José	158
Figura 23 - Creche Escola João Perdecene Neto	158
Figura 24 - Igreja Ministério a Arca de Deus	159
Figura 25 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Sete Castiçais	159
Figura 26 - Igreja Metodista.....	160
Figura 28 - Fachada do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de famílias cadastradas no CRAS Matadouro e beneficiários do Programa Bolsa Família, por bairro (2019)	200
Quadro 2 - Quantitativo de crianças e jovens matriculados no Projeto Social Jeová Rafhá	207
Quadro 3 - Quantitativo de crianças e jovens do Projeto Social Jeová Rafhá que frequentam escola por escola.....	208
Quadro 4 - Quantitativo de acordo com a religião atribuída pelo responsável das crianças e jovens matriculados no Projeto Social Jeová Rafhá.....	209
Quadro 5 - Situação atual do pai e mãe das crianças e jovens matriculados no Projeto Social Jeová Rafhá.....	210
Quadro 6 - Quantidade de filhos por pai e mãe do Projeto Social Jeová Rafhá.....	211
Quadro 7 - Membros da ONG <i>Flores Silvestres</i> de acordo com a profissão.....	235

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente, por sexo e situação do domicílio do município de Campos dos Goytacazes (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).	36
Tabela 2 - Os dez maiores quantitativos populacionais entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro	36
Tabela 3 - Municípios que compõem o norte fluminense do estado do Rio de Janeiro e sua população (2010).....	36
Tabela 4 – População residente por situação de domicílio no Município de Campos dos Goytacazes (1940-2010).....	38
Tabela 5 - Royalties e participações especiais em valores correntes recebidos pelo município de Campos dos Goytacazes (1999-2018).....	42
Tabela 6 – Renda <i>per capita</i> média e renda <i>per capita</i> média dos mais pobres dos municípios do estado do Rio de Janeiro (1991, 2000 e 2010).....	274
Tabela 7 – Índice de Gini dos municípios do estado do Rio de Janeiro (1991, 2000 e 2010).....	275
Tabela 8 - Ranking do IDHM dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro (1991, 2000 e 2010).....	276
Tabela 9 – Ranking do IDEB da Rede Municipal - Ensino Fundamental regular (anos iniciais) dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2017).....	278
Tabela 10 - Ranking do IDEB da Rede Municipal - Ensino Fundamental regular (anos finais) dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2017).....	279

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABADS	Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social
ABC	Associação Beneficente Cristã
AGSM	Aglomerados Subnormais
AMENCAR	Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - inicialmente Associação de Amparo ao Menor Carente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDL	Fundação CDL da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CHISAM	Habitação de interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
CIEE	Centro de Integração entre Empresa e Escola
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNBB	Conselho Nacional de Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EMHAB	Empresa Municipal de Habitação e Saneamento
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FJP	Fundação João Pinheiro.
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
GEAP	Grupo Executivo de Assentamentos Populares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de desenvolvimento Humano Municipal
PIB	Produto Interno Bruto

IFF	Instituto Federal Fluminense
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPEA	Pesquisa Econômica Aplicada
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PMCG	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
RENAS	Rede Evangélica Nacional de Ação Social
RENAS	Rede Evangélica Nacional de Ação Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SMH	Secretaria Municipal de Habitação da Cidade do Rio de Janeiro
TG	Tira-Gosto
UFF	Universidade Federal Fluminense
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Percurso da Pesquisa: a reformulação do objeto	24
Situando o campo de estudo no contexto do município de Campos dos Goytacazes: localização, história, população e religião	30
A religião em Campos dos Goytacazes: os católicos, os evangélicos e o Censo IBGE.....	46
CAPÍTULO 1 – Discussão teórica: categorias e conceitos do trabalho	53
1.1. Os evangélicos no Brasil: classificação e tipologia	53
1.2. Favela uma categoria de análise: as representações sociais da favela, sua origem e contexto	58
1.2.1. Favela ou comunidade.....	66
1.3. O aspecto multidimensional da pobreza.....	73
CAPÍTULO 2 – A Assistência Social e a ação social religiosa no Brasil.....	82
2.1. A relação entre Igreja e Estado: apontamentos históricos	82
2.2. A Assistência Social a partir da Constituição de 1988 e o lugar da religião	87
2.3. O Terceiro Setor no Brasil	89
2.4. Ação social religiosa e as categorias que mobilizam em suas práticas	95
2.4.1. A assistência social Católica	98
2.4.2. Obra social e a caridade espírita.....	101
2.4.3. Ação social e as práticas assistencialistas entre os evangélicos.....	103
2.4.3.1. Ação social entre os evangélicos: CEB, RENAS e Diaconia.....	106
2.4.3.2. As práticas assistencialistas e as “redes de proteção” entre os pentecostais ..	109
2.4.4. Como os evangélicos percebem a ação social	112
CAPÍTULO 3 – Metodologia e o campo da pesquisa.....	120
3.1. O início: (re)conhecendo o campo de pesquisa.....	126
3.3. O corredor de favelas da Lapa	128

3.3.1. A favela Inferno-Verde	130
3.3.2. A favela Matadouro.....	134
3.3.3. A favela Goiabal.....	137
3.3.4. “Agora é tudo Tira-Gosto”: a junção das favelas Tira-Gosto, Siqueira e Silva e Patronato.....	139
CAPÍTULO 4 – Trajetória de vida da Ana, Presidente do Projeto Jeová Rafhá Resgatando Vidas	162
4.1. Ana, mulher, evangélica de <i>ethos</i> pentecostal.....	162
4.2. A relação com a família e a vizinhança	169
4.3. O surgimento do Projeto Social Jeová Rafhá na vida da Ana.....	175
4.4. A “ <i>rede de colaboradores e voluntários</i> ” do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas	185
CAPÍTULO 5 – O Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas: história, objetivos e atividades.....	196
5.1. O Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas: assistência à criança e a família – sua história e objetivos.....	202
5.2. As atividades do projeto	213
5.2.1. Doação de cestas básicas	214
5.2.2. Rodas de conversa com meninos jovens.....	216
5.2.3. Rodas de conversa com meninas jovens.....	218
5.2.4. Aulas com atividades de desenho, pintura e ensinamentos bíblicos com as crianças	221
5.2.5. Reunião com as mães	222
5.2.6. Ações de festividades comemorativas	226
5.2.7. Jantar Beneficente.....	229
5.2.8. Considerações sobre as atividades do projeto e a ONG.....	231
CAPÍTULO 6 - A ONG Flores Silvestres e a parceria com o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249

Referências Bibliográficas	256
APÊNDICES	274
APÊNDICE A: TABELAS EXTENSAS.....	274
APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	280
APÊNDICE C – PERFIL BÁSICO DOS INTERLOCUTORES	284
ANEXO A - Ficha de inscrição do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas	290

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe desenvolver uma análise acerca da temática da ação social religiosa de caráter evangélico pentecostal, considerando a grande expressividade e visibilidade que este segmento religioso vem assumindo no contexto político e social brasileiro nas últimas décadas. Registra-se que a partir das décadas de 1980 e 1990, os evangélicos pentecostais marcam sua presença no espaço público, em especial, por meio das ações midiáticas, ascensão política, na dimensão socioassistencial, editorial e na oferta de produtos religiosos. Estas formas de atuação, principalmente a midiática e a política, provocaram profundas transformações na sociedade brasileira, alcançando também as esferas social e cultural (MARIANO, 2004, 2008; CONRADO, 2006). Trata-se de um fenômeno e movimento religioso de grande proporção, ocupando um espaço cada vez mais significativo nem nossa sociedade, inclusive a nível político partidário (ORO, 2011; MACHADO, 2005; BURITY, 2000).

Coaduna-se a este referencial, a perspectiva que atribui a expansão evangélica no Brasil, com ênfase nos pentecostais, nas camadas sociais mais pobres da sociedade brasileira. Essas pesquisas indicam que o pentecostalismo foi o fenômeno religioso que mais cresceu no país, nas últimas décadas, sendo encontrado em sua maioria, em áreas de periferias urbanas compostas por populações empobrecidas. Essas igrejas, geralmente pequenas em extensão, são formadas por microdenominações independentes frutos de dissidências de membros de igrejas anteriores, inserem-se nesses espaços para além da dimensão estritamente religiosa, empregando ações de caráter social, vindo de fato, em muitos casos, intervir sobre questões inerentes a desigualdade e a pobreza urbana vivenciada por esta parcela da população (ALMEIDA, 2011 e 2006; JACOB et. al., 2003; MARIZ, 1991; MARQUES, 2009; FAJARDO, 2011).

A prática religiosa de ajuda aos mais necessitados ou a ação social religiosa no Brasil conta com uma longa trajetória, tendo origem desde a implantação da Igreja Católica no país, no período colonial, a partir das noções de assistência e caridade

católica, permanecendo durante muito tempo como parceira quase que exclusiva do Estado na execução das ações de assistência social (QUIROGA, 2007). Na década de 1860 surgiram os primeiros grupos espíritas no Brasil que vieram a compor o quadro de intervenção no social. A caridade espírita é considerada um dos fundamentos basilares da sua própria doutrina religiosa sendo materializada por meio de suas “obras sociais”, no Brasil, o primeiro “empreendimento assistencial regular” espírita foi criado no Rio de Janeiro, em 1890 (GIUMBELLI, 1998).

Devido a diversidade do campo religioso evangélico faz-se relevante destacar dois momentos que marcaram o início da ação social evangélica no Brasil. O primeiro momento se deu com a própria implantação dos protestantes históricos no país, em 1850, em que é comum encontrar referências da ação social protestante desenvolvida através de atividades nas áreas da educação e saúde (CONRADO, 2006; SCHELIGA, 2013; MARIANO, 2008). O segundo momento ficaria por conta da ação social realizada entre os evangélicos pentecostais, intensificadas por volta da década de 1980, sete décadas após sua chegada ao Brasil, em 1910. Mas foi efetivamente a partir da década de 1990, que os pentecostais brasileiros passaram a investir fortemente na área social, buscando reconhecimento e legitimidade na esfera pública (MARIZ, 2016; SCHELIGA, 2010; CONRADO, 2006; MARIZ, 2016).

Da mesma forma que na ação social católica (NOVAES, 1998), ou nas obras sociais de assistência espírita (GIUMBELLI, 1998), os evangélicos também atuam de modo bastante diversificado no campo da ação social, desenvolvendo práticas e atividades, como: doações diversas (cestas básicas, remédios, roupas etc.); fornecimento de alfabetização para jovens e adultos, cursos profissionalizantes, creches e escolas, pré-vestibular; criação de redes de ajuda mútua onde circulam benefícios diversos, serviços, bens, informações, etc.; entre outros. (ALMEIDA & D'ANDREA, 2004, NOVAES, 2007; SOUZA, 2011, 2013; RIBEIRO, 2015; SCHELIGA, 2013; CONRADO, 2006).

De modo geral, de acordo com Burity (2007), ainda que algumas instituições religiosas atuem sobre forma de uma assistência social a partir da ação filantrópica, se

observa basicamente duas possibilidades de atuação de grupos religiosos neste campo:

“o de pequenas iniciativas originadas em congregações, centros espíritas ou terreiros, que se mantêm dentro do perfil caritativo tradicional; e projetos sociais mantidos por organizações relativamente autônomas aos locais de culto – paraeclesiásticas, ONGs, associações civis de diversas naturezas – nos quais há uma fertilização por ou inserção nas redes de ação social ligada a discursos participativos e de promoção da cidadania e da inclusão social.” (BURITY, 2007, p. 24).

Em conformidade ao movimento religioso se apresentam as configurações do Estado na intervenção social, que tem como ponto crucial, o período de redemocratização brasileira que trouxe significativas mudanças e reestruturou a política de Assistência Social do país, a qual passou a ser reconhecida como política social pública de direito, universalizando o acesso e a recolocando sob responsabilidade estatal, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (SPOSATI, 1995; YAZBECK, 1995). Todavia já por volta de 1995 propostas neoliberais em relação ao papel do Estado invadem a cena pública, e transforma a ação estatal na esfera da proteção social diminuta, ficando reduzida ao atendimento de situações extremas ou apenas emergenciais (YAZBECK, 1995).

Neste sentido, demarca-se a medida provisória nº 813 de 1995, que torna público e legalmente legítimo, que o Estado não deveria mais ser o provedor único e exclusivo do bem estar social, convocando a sociedade e a iniciativa privada empresarial a participar do processo de provisão social, redefinindo o modelo de bem-estar social e transferindo o gerenciamento das políticas sociais aos representantes da sociedade civil (BURITY, 2000, 2007; YAZBECK, 1995). Assim surgem e se solidificam as iniciativas civis pautadas no ideal de solidariedade e atuando em benefício público: as organizações sem fins lucrativos. Essas organizações se apresentam como uma solução aos diversos problemas sociais enfrentados à época, principalmente nas áreas da saúde, educação e assistência, muitas vezes, substituindo o próprio Estado nessas questões. São organizações de caráter filantrópico ou assistencial de origem religioso e/ou empresarial, com vistas as melhorias das condições de vida da população e

comprometidas com a redemocratização do país, que vieram a compor o chamado “terceiro setor” brasileiro (YAZBECK, 1995; LANDIM, 1993, 1998, 2003).

Neste campo de estudo existe uma multiplicidade de termos que são utilizados para classificar ou tipificar a prática da ajuda ao próximo em situação social e econômica desfavorável diante das enormes desigualdades sociais existentes em nosso país. Termos como “assistência”, “assistencialismo”, “ação social”, “caridade”, “filantropia”, “obras sociais”, etc., vem recorrentemente sendo utilizados no senso comum imbuído de sentido pejorativo ou fazendo alusão a uma prática que deve ser ultrapassada (ROSAS, 2013). De modo geral, esses termos abrangem uma variedade de ações e práticas que prestam serviços similares e partem de princípios e valores muito próximos, como o desenvolvimento da cidadania, responsabilidade social, valores humanitários, valores religiosos de ajuda ao próximo ou aos “irmãos de fé”, entre outros. Sobre a esse respeito, faço uma discussão teórica mais densa no segundo capítulo, desenvolvendo uma análise contextual e conceitual, demonstrando como esses termos se conectam e se transformam ao longo do tempo, dependendo das dinâmicas religiosas, sociais, políticas e econômicas em percurso no país.

Entende-se que as políticas sociais são meios necessários para garantir os direitos previstos na Constituição, decretados e sancionados pela LOAS com a finalidade de redução, ou pelo menos, minimizar os efeitos da pobreza, da desigualdade social e das vulnerabilidades sociais em nosso país, e neste sentido, é considerado um direito inalienável de todos os cidadãos brasileiros (SPOSATI, 1995). Mas também entendo que as entidades sem fins lucrativos e as organizações religiosas que foram surgindo neste contexto foram, e ainda são, de fundamental importância para amplas camadas da população que ficam à margem das políticas sociais, proporcionando prestação de serviços nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Outro referencial teórico que apresento resumidamente, diz respeito a favela enquanto campo de pesquisa. A favela como objeto e campo de estudo tem sido pesquisada há muitos anos nas Ciências Sociais e áreas afins, como um universo social diverso com características socioeconômicas e espaciais singulares. Desde a sua

constituição marcada pelo processo de urbanização e industrialização que historicamente se desenvolveu no Brasil, assente em um projeto de modernização e embelezamento paisagístico do espaço urbano, produziu resultados altamente excludente da população mais pobre do país, expulsando-os para os morros e as franjas da cidade, espaços que ofereciam uma forma de moradia de baixo custo e localização próxima aos centros urbanos e as oportunidades de emprego (MARICATO, 2000, 2003).

Desde seu surgimento a favela tem sido percebida como um “problema” a ordem social, política e econômica das grandes cidades brasileiras. As representações e sentidos atribuídos ao local e sua população foram sendo modificados de acordo com o período histórico e com a forma de relação que o poder público estabelecia com a favela. Num primeiro momento, as favelas foram vistas como problema sanitário, moral e propagador de doenças e epidemias, já num segundo momento, estão associadas à violência e à criminalidade crescente no espaço urbano, sendo abrigo dos bandidos e criminosos da cidade (FREIRE, 2009).

Esta referência marcou a produção acadêmica das ciências sociais e produziu uma vasta bibliografia sobre os problemas relacionados a criminalidade, ao tráfico e a violência, que têm sido recorrentemente associados às favelas, pelo poder público, pela mídia e pelos moradores de outras áreas da cidade. Embora, também tenha produzido estudos sobre outros aspectos no tocante a favela, como associação de moradores, lutas pela legalização das terras, participação em movimentos sociais, bailes funks, injustiças e desigualdades sociais, segregação socioespacial, pobreza, religião, entre outros temas (MARIZ et al., 2006; MAFRA, 2006; ALMEIDA & D'ANDREA, 2004)¹.

É importante observar que as favelas do município de Campos dos Goytacazes também são resultado de um longo processo histórico de exclusão social, incentivado por um ideário modernizador, que somado os processos de ciclos econômicos, auges e decadências, produziram uma população marginalizada nas áreas periféricas da

¹ Para mais informações sobre estudos sobre a favela, ver entre outros: Clara Mafra (2006); Wania Mesquita (2009); Ronaldo Almeida e Tiaraju D'Andrea (2004); Patrícia Birmam (2008); Cecília Mariz et. al (2006); Sílvia Fernandes (2006); Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006); Luiz Antonio Machado da Silva (2007).

cidade. A favela campo da pesquisa empírica deste trabalho surge em meio a este contexto, possuindo uma representação social como uma das favelas mais “perigosas” da cidade sob o domínio da criminalidade violenta (MESQUITA & RIBEIRO, 2012).

Neste sentido, no âmbito da ação social pentecostal, a atuação de um projeto social na favela Tira-Gosto apresenta-se como uma alternativa ao enfrentamento das situações de pobreza e vulnerabilidade social vivenciada no cotidiano da sua população. No “corredor de favelas da Lapa”, como tem sido chamado o continuum de favelas que surgiram em contiguidades umas das outras, localizadas na região central da cidade de Campos, se estendendo pelos bairros da Lapa e Parque Califórnia, foram identificados a existência física e atuação de dois projetos sociais de caráter religioso, o “*Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas*”, dirigido por uma mulher evangélica de *ethos* pentecostal na favela Tira-Gosto, e o “*Projeto Social Luz e Vida em Movimento*”, dirigido pela Associação Evangélica Beneficente Luz e Vida, na favela Matadouro.

Como será ressaltado mais à frente a proposta deste trabalho busca identificar e compreender como se apresenta a ação social pentecostal nas favelas de Campos dos Goytacazes, visto que em outros resultados de pesquisa sobre o tema (PIRACIABA, 2013; RIBEIRO, 2013, 2015) identificou-se uma prática assistencialista religiosa pentecostal nas favelas de Campos centrada na ofertas de ajudas emergenciais a partir de doações de cestas básicas, remédios, roupas, ajudas no pagamento de contas de luz e água, compra de gás e trocas de informações diversas como, por exemplo, sobre ofertas de emprego e sobre os serviços sociais municipais. Essas ações estavam concentradas nos templos religiosos, isto é, nas igrejas pentecostais por intermédio do pastor e, em alguns casos, entre os membros da mesma igreja, a prática de “ajuda entre os irmãos de fé”. Dessa forma, a existência de um projeto social, no sentido de uma organização social, de orientação evangélica pentecostal configura-se como uma abordagem inovadora do que foi identificada até o presente momento no que tange a ação social pentecostal empregada em favelas de Campos dos Goytacazes.

Visto que o “*Projeto Social Luz e Vida em Movimento*” não se adéqua efetivamente ao caráter da pesquisa, primeiro porque é um projeto associado desde sua fundação a Igreja Presbiteriana Central, apresentando as características típicas da

ação social entre os protestantes históricos, e segundo, porque é um projeto fisicamente e legalmente estruturado que não apresenta uma diferença substantiva em relação ao que tem se produzido campo da ação social evangélico.

Da mesma forma que existe a classificação do segmento evangélico entre históricos e pentecostais e suas respectivas características, a forma de lidar com a questão social também se difere, isto é, a ação social que cada segmento usualmente utiliza apresenta suas particularidades e ênfase em determinadas práticas de assistência aos pobres. No entanto, por se tratar de um tema de grande relevância para a pesquisa, ele é tratado detalhadamente no segundo capítulo da tese. Mas é possível estabelecer desde o princípio que emprego o termo ação social para toda ação, atividade ou trabalho tanto da iniciativa privada quanto pública, religiosa ou da sociedade civil, voltado ao enfrentamento da “questão social” no país, isto é, apresenta-se como uma categoria mais ampla que abarca várias formas de intervenção no social.

Considerando especificamente a ação social evangélica, parto da classificação do universo evangélico que também encerra certos “tipos” característicos distintos de atuação no campo social entre os segmentos evangélicos no Brasil. Por isto é acionado o termo “*ação social pentecostal*” quando este se refere a forma de atuação social característica dos evangélicos pentecostais, incluindo-se nessa definição o pentecostalismo como um todo, inclusive os neopentecostais. Neste sentido, trata-se de seguir uma determinada classificação que orienta uma diversidade de lógicas e ações sociais vinculadas a promoção da assistência evangélica. Logo, o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas foi alocado sob a noção da ação social pentecostal, principalmente por seu fundamento destacadamente religioso que tem origem na expressão religiosa evangélica de *ethos* pentecostal da fundadora do projeto. Projeto este, que tem sua sede em uma das 27 favelas do município de Campos dos Goytacazes.

Na próxima seção estabeleço o percurso da pesquisa a partir da reformulação do objeto de estudo que foi previsto anteriormente, teço algumas breves considerações sobre o campo da pesquisa, e por fim, construo o objeto de estudo, os objetivos e a proposta da presente pesquisa.

Percursos da Pesquisa: a reformulação do objeto

Parto da concepção de que cada pesquisa de campo é única e precisamos pensar o campo da mesma forma. E o processo de construção de um objeto de pesquisa comumente percorre um caminho sinuoso, com muitas possibilidades e decisões a se tomar diante dos imponderáveis² da pesquisa empírica. E esta construção não foi exceção à regra. Acredito serem relevantes algumas considerações que farei a seguir para o entendimento do contexto ao qual estão inseridas as inspirações e motivações para a realização desta pesquisa, me referindo a minha trajetória acadêmica.

A presente tese de doutorado faz parte de uma longa caminhada de pesquisa que se iniciou na graduação, no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em 2013, teve continuidade no mestrado, com a pesquisa de dissertação que apresentei para conclusão do curso de Pós-Graduação em Sociologia Política na UENF, em 2015. Ao concluir a dissertação de mestrado estava determinada a iniciar a pesquisa de doutorado sobre a ação social realizada pela igreja Assembleia de Deus do Ministério Madureira em Campos dos Goytacazes. Pois durante minha pesquisa de monografia pude coletar algumas informações interessantes que gostaria de aprofundar, como por exemplo, a grande representatividade e permeabilidade dessa igreja no município, com seus mais de 10 mil membros cadastrados na denominação, divididos entre a Catedral e suas aproximadamente 85 congregações espalhadas pela área urbana e rural no município, isto em 2013 (RIBEIRO, 2013).

A ação social realizada por esta igreja é centralizada na Catedral a partir do recebimento de dízimos e doações diversas, como alimentos, roupas e outros tipos, e o mais relevante, é a existência de um grupo formado apenas por mulheres das igrejas da Assembleia de Deus do Ministério Madureira intitulado “Confederações das Irmãs

² O termo é utilizado por Bronislaw. Malinowski, em 1978, em sua obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, que ao observar os “imponderáveis da vida real” se refere às ações práticas, ao comportamento típico diário do nativo. Porém, neste texto, me utilizo do termo para dimensionar as mesmas práticas cotidianas, mas não da vida do nativo, e sim a que o pesquisador que está sujeito quando da sua prática de campo.

Beneficentes de Campos dos Goytacazes” (CIBECAM) e sua importância para o trabalho de evangelização e conversão de novos membros, através principalmente de sua organização voltada a área da ação social da igreja. O grupo era formado basicamente pelas esposas dos presbíteros responsáveis por cada congregação e liderada pela esposa do pastor presidente da catedral (RIBEIRO, 2013).

Dessa forma, a ideia inicial era analisar as ações sociais empregadas por esta igreja por meio deste grupo de mulheres, compreendendo o sentido que cada um dos lados desta relação (quem doa e quem recebe) empregam a estas atividades na sua vida. Depois do projeto concluído e apresentado ao programa, no primeiro semestre de 2017, terminei o ano concluindo as disciplinas, fazendo o levantamento bibliográfico e repensando o projeto a partir dos comentários da banca. Em março de 2018, fui a Catedral da Assembleia de Deus Ministério Madureira, que fica na Rua Rocha Leão, 175 – bairro do Cajú, para pedir autorização para realizar a pesquisa. Seu pastor presidente era o pastor João, que estava à frente da igreja em Campos mais de 12 anos. O qual já conhecia por motivo de pesquisa de Iniciação Científica, que se tornou meu trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais.

Resumindo a situação que me ocorreu: cheguei à igreja uma semana depois do falecimento do referido pastor, quando a igreja ainda em luto passava a contar com um novo casal de pastores que vieram de Macaé assumir provisoriamente direção da igreja matriz e todas as suas congregações regionais filiadas. Como era algo muito recente e o casal de pastores ainda estava conhecendo tudo, a minha solicitação para realização da pesquisa na igreja foi negada, após aproximadamente um mês de espera da resposta. Neste momento fiquei bastante apreensiva com a situação que se apresentava, precisava repensar o objeto, o campo, isto é, toda a pesquisa, a menos de dois anos do prazo final para conclusão do doutorado. E foi um desafio que tive que assumir devido às circunstâncias e a imprevisibilidade da pesquisa sociológica.

Neste mesmo período, a minha orientadora estava iniciando uma pesquisa e fazendo trabalho de campo na favela Inferno Verde. A favela passou por uma reestruturação física, por meio de obras públicas realizadas no âmbito do Programa

Morar Feliz³ da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), sendo transformado em um conjunto habitacional verticalizado. E minha orientadora me sugeriu ir à inauguração, que foi no dia 20 do mês de abril do ano de 2018, e no decorrer da cerimônia de inauguração fui observando as pessoas, o discurso dos representantes da PMCG ressaltando a conclusão do projeto iniciado pela administração municipal anterior, que em seis anos não havia conseguido concluir as obras, e a representação da moradia como um lar digno que estava sendo entregue aquela população. Então comecei a refletir sobre essa relação entre as políticas sociais direcionadas a população moradora de favelas do município pela administração municipal, e relacionando com a ação social das igrejas evangélicas também localizadas nesses espaços.

Pouco tempo depois, comecei a participar de um grupo de estudo sobre religião na UENF, em junho de 2018, e tive contato com a pesquisadora e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que estava realizando sua pesquisa de doutorado sobre religião na favela Tira-Gosto. Durante os debates do grupo de estudos ela falou sobre sua pesquisa e mencionou a existência de um projeto social na TG, que instintivamente chamou minha atenção e fiquei interessada em conhecer. Ela se tornou, por um tempo, uma parceira de campo, servindo como mediadora de entrada no meu campo de pesquisa, visto que por ser uma favela, é necessário conhecer alguém “de dentro” ou alguém que já está “dentro” para ter acesso ao local, além de uma maior aceitação por parte da população. E também foi a partir dela que conheci minha principal interlocutora, a presidente do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas.

Assim, me baseando em resultados de pesquisas anteriores (PIRACIABA, 2013; RIBEIRO, 2013), e principalmente na minha pesquisa de mestrado, que teve por objetivo compreender as formas de atuação das igrejas Assembleias de Deus e da Igreja Presbiteriana na favela Matadouro em Campos dos Goytacazes, me ajudaram a chegar ao atual objeto de estudo. Um dos resultados obtidos, a partir do contexto

³ O Programa “Morar Feliz” é um programa que oferece moradias para a população que vive em situação de vulnerabilidade social ou em áreas de riscos, em moradias insalubres nas margens de rios, ferrovias ou rodovias e lagoas. O programa é implementado com recursos próprios do município, provenientes da arrecadação de *royalties* de petróleo (DUTRA, 2015).

específico da favela Matadouro, foi que as igrejas da Assembleia de Deus não lidam especificamente com a assistência social, mas prestam um assistencialismo que procura trabalhar em prol das pessoas que necessitam de amparo a partir de seus próprios meios institucionais. Esta atuação se dá basicamente via práticas assistencialistas empregadas pelos pentecostais das Assembleias de Deus, que são por sua vez, obtidas através das redes de amparo, concentradas especificamente, na figura do Pastor das instituições religiosas, onde circulam informações, doações de alimentos, remédios e "ajuda" ao pagar contas mensais (como contas de água e luz). E a Igreja Presbiteriana atua na favela Matadouro através da prática da ação social, voltada para assistência social a partir da ação filantrópica via projetos sociais mantidos por organizações relativamente autônomas aos locais de culto, mas de natureza para-eclésiástico, como projeto social ou uma instituição do tipo sem fins lucrativos (RIBEIRO, 2015)⁴.

A síntese dos resultados obtidos nesta pesquisa foi descrita acima, pois o presente estudo se dá em continuidade desse campo e objeto de pesquisa. A investigação de mestrado se concentrou na favela Matadouro, no entanto, para a de doutorado busquei primeiramente analisar o conjunto de favelas adjacentes que surgiram em contiguidade territorial uma das outras, a saber, Inferno Verde, Patronato, Tira-Gosto, Siqueira e Silva, Risca Faca, Matadouro e Goiabal. Esse agrupamento de favelas já foi identificado por diversos nomes como "*corredor de favelas*" (NOGUEIRA, 2006), "*favelas da Lapa*" (PESSANHA, 2004), "*contínuo de favelas*" (MOTA e MAMANI, 2012) e "*Complexo Lapa-Parque Califórnia*" (FARIA e POHLMANN, 2016). Todos esses nomes fazem referência ao espaço e o bairro circunscrito a estas favelas, onde se localizam desde o bairro da Lapa, partindo da área central de Campos, percorrendo aproximadamente 3 km em direção a UENF, numa faixa estreita localizada à margem direita do Rio Paraíba do Sul, se concentrando especificamente na Rua Adão Pereira Nunes e Av. Rui Barbosa (paralelas entre si) até o bairro Parque Califórnia.

⁴ Maiores informações sobre o assunto ver em RIBEIRO (2015). Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Vanessa-da-S.-P.Ribeiro.pdf>>

A escolha por estas seis favelas justifica-se por estas ocuparem junto um espaço relativamente extenso; por sua localização espacial, pois se encontram numa área central da cidade com a presença considerável de dispositivos públicos, como dois postos de saúde, duas escolas e uma creche municipais, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) o CRAS Matadouro e a Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ)⁵; e por elas terem se formado em contiguidade territorial uma das outras, formando ao que podemos definir para fins analíticos de “corredor de favelas da Lapa”, o único formado na cidade de Campos dos Goytacazes. Por fim, me concentrei como campo para pesquisa especificamente na favela Tira-Gosto (a soma das favelas Siqueira e Silva, Patronato e Tira-Gosto), pois foi o lugar em que encontrei o Projeto Social Jeová Rafhá, objeto do presente estudo.

O estudo propõe investigar a ação social pentecostal na favela Tira-Gosto por meio das atividades desenvolvidas por um projeto social para-eclésiástico, isto é, autônomo ao local de culto, atualmente contando com parceria de uma ONG. Foi utilizado para fins metodológicos o método do estudo de caso de uma associação religiosa, o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas. De acordo com o exposto, a questão que procuro responder e que tem motivado meus estudos ao longo desses anos de pesquisa que é identificar e compreender como se apresenta a ação social pentecostal nas favelas de Campos dos Goytacazes, colaborando para compreensão do fenômeno do associativismo religioso brasileiro frente ao contexto pluralista religioso moderno. A partir desse direcionamento busco responder a seguinte questão: como surge e se mantém um projeto social de cunho religioso evangélico frente as condições econômicas e sociais que se apresentam as periferias urbanas? Para responder a esta questão, utilizo o estudo de caso da parceria entre um projeto social evangélico e uma organização não governamental na favela Tira-Gosto em Campos dos Goytacazes.

⁵ A FMIJ foi instituída desde 1990, é responsável pela execução da Política Pública de atendimento a criança, ao adolescente e ao jovem no município de Campos dos Goytacazes, na faixa etária de 0 a 29 anos, em consonância com as diretrizes e procedimentos estabelecidos pela Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; pela Política Nacional de Assistência Social; pelas Orientações Técnicas: serviços de acolhimentos para crianças e adolescentes do CONANDA/CNAS; e demais legislações vigentes relacionadas à temática (Dados referente ao Relatório Anual de Gestão da Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, ano de 2018).

Deste modo, busco compreender como surge e se mantém um projeto social de cunho religioso evangélico frente as condições econômicas e sociais que se apresentam a favela Tira-Gosto, que marca simbolicamente tanto o local quanto sua população. Estabelecendo os seguintes objetivos específicos: identificar as atividades ou ações empreendidas no projeto; identificar e compreender as condições sociais da localidade, como presença de instituições religiosas ou igrejas, equipamentos urbanos, serviços sociais diversos, etc., dentro dos limites da favela ou em suas proximidades; analisar as atividades e ações identificadas no projeto frente a bibliografia apropriada; compreender o sentido dessas ações para os indivíduos que as empregam; analisar a parceria entre o Projeto Social Jeová Rafhá e a ONG *Flores Silvestres* na efetivação de suas práticas; e por fim, compreender de que forma um projeto social do tipo analisado se estabelece e se mantém num contexto acentuado de precariedades e privações sociais ao qual está inserido.

Antes de estabelecer propriamente a discussão teórica desta tese, ainda como parte introdutória, apresento ao leitor o município de Campos dos Goytacazes, abordando sua localização e suas características histórica, cultural e populacional. Conhecer e entender as configurações históricas, sociais e espaciais onde seu objeto de estudo está inserido é extremamente importante para manter uma leitura apropriada do seu campo de pesquisa e estar atento as possíveis interpretações sobre ele, que podem influenciar o direcionamento de uma pesquisa em andamento. Como Becker (2007) sugeriu, a narração das histórias científicas tem o dever de ser equivalente aos fatos reais, oferecendo alguns truques analíticos, entre eles, "*Tudo tem de estar em algum lugar*" e "*Insira o que não puder ser omitido*" (BECKER, 2007, p. 84). Neste sentido, procurei trazer informações históricas, econômicas e espaciais sobre o município e a região em que está localizada a favela Tira-Gosto, delimitando meu campo, trazendo informações mais completas e compreendendo-o a partir das especificidades locais.

Situando o campo de estudo no contexto do município de Campos dos Goytacazes: localização, história, população e religião

O município de Campos dos Goytacazes está localizado na mesorregião Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, juntamente com ele outros municípios a compõem, são os municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabú, Macaé, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Quissamã. Campos dos Goytacazes é considerado um município de médio porte, apresentando uma área de 4.043 km² (IBGE, Cidades e Estados, 2010) de extensão territorial, configurando-se como o maior município em extensão territorial do estado. Na figura 1 é possível verificar sua localização e seus limites geográficos.

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro Regiões de Governo e Municípios (2019).

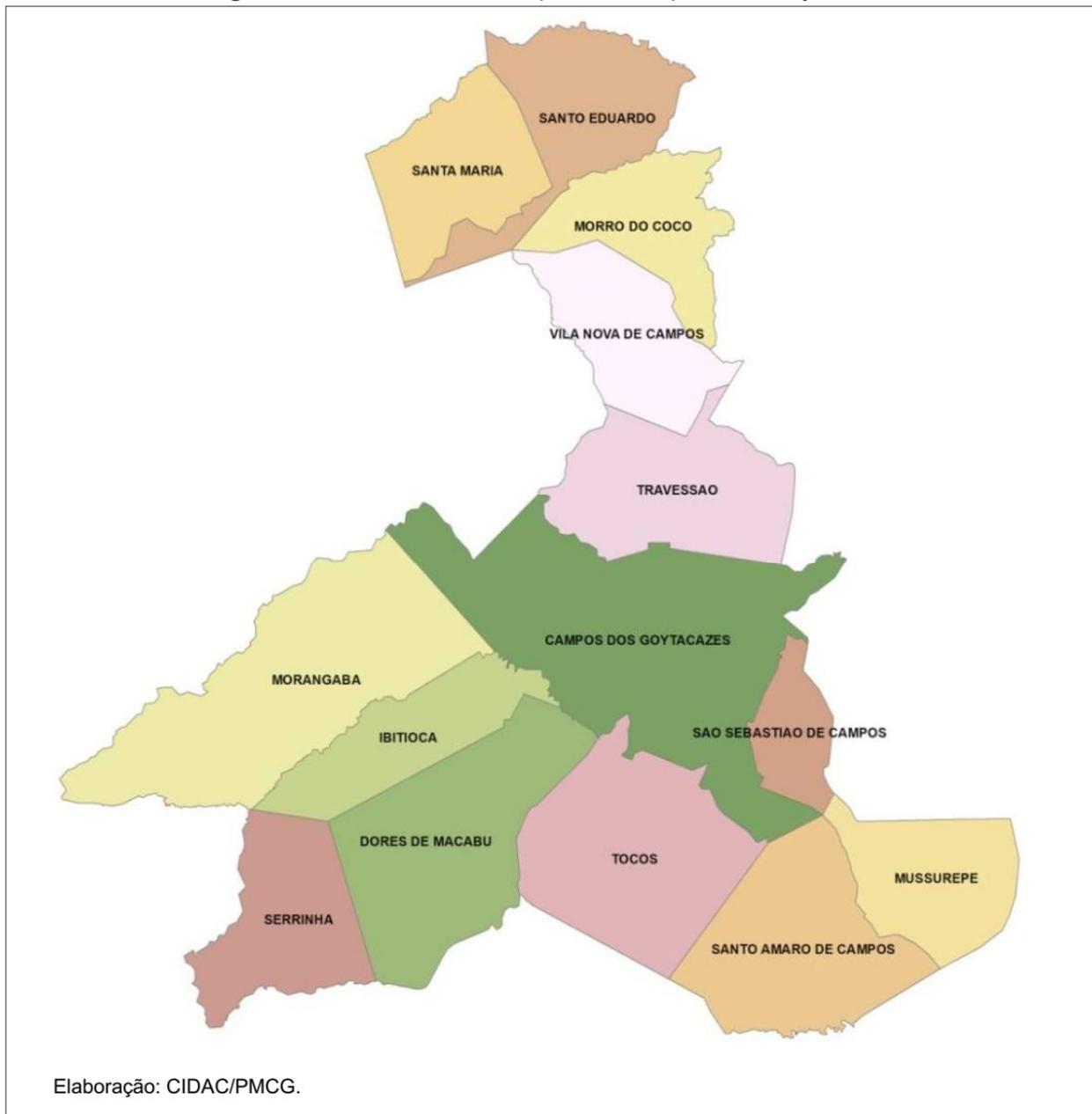


Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ (2019).

O município de Campos dos Goytacazes é fortemente marcado pela presença de rios, lagos, várzeas e deltas, possuindo quatro bacias hidrográficas em seu território, sendo a bacia do Rio Paraíba do Sul a maior delas, ocupa 1.313 km² e abrange aproximadamente 32% do total territorial (Anuário Estatístico, 2018)⁶. Consistindo no rio que dá os contornos geográficos a muitas das favelas do município, incluindo a do campo desta pesquisa. Atualmente o município possui 106 bairros e 14 distritos⁷, que podem ser visualizados na figura 2. A sede do município se concentra no distrito com o mesmo nome da cidade, é a área mais urbanizada e com maior densidade populacional entre eles. E, é também, o distrito onde está localizada a maior parte das favelas do município, como pode ser observado na figura 3.

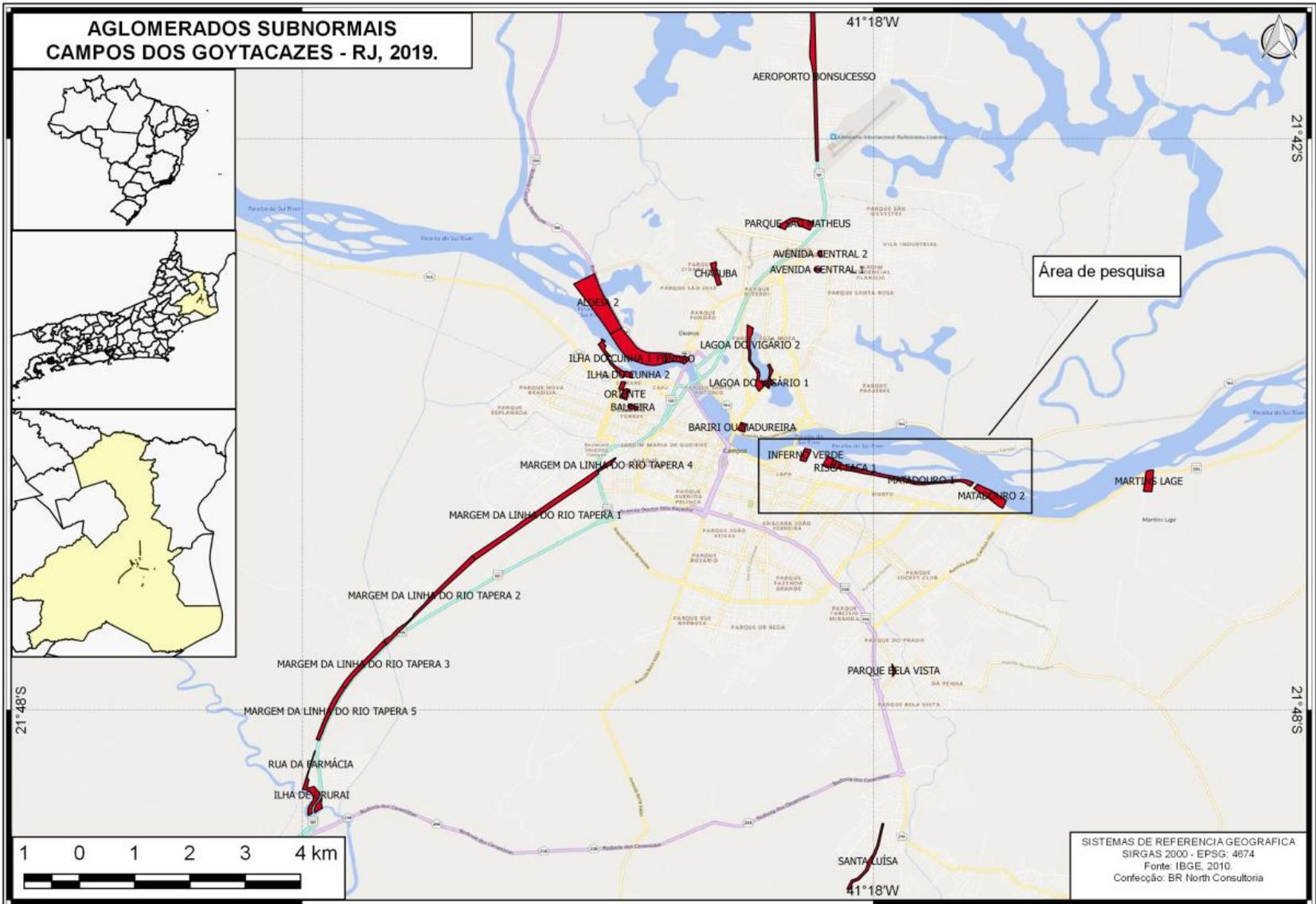
⁶ Elaborado por uma equipe técnica da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e colaboradores. Disponível em: < <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>>. Acesso em: 24 Mar. 2019.

⁷ Os distritos são: Campos dos Goytacazes, Dores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos.

Figura 2 - Distritos do município de Campos dos Goytacazes

Fonte: Anuário Estatístico de Campos dos Goytacazes (2018).

Figura 3 – Localização dos aglomerados subnormais no município de Campos dos Goytacazes - RJ (2019)



Fonte: IBGE (2010) – Sistema de Referência Geográfica SIRGAS 2000. Elaborado por BR North Consultoria.

Em relação à população do município, no último censo demográfico (IBGE, 2010), foram quantificados 463.731 mil habitantes, dos quais cerca de 90% se encontram na área urbana (Tabela 1). Dos 92 municípios que constituem o Estado do Rio de Janeiro, o de Campos dos Goytacazes ocupa a 7ª posição entre aqueles com maior quantitativo populacional (Tabela 2). E é o município mais populoso da mesorregião norte fluminense (Tabela 3). No ano de 2018, teve sua população estimada⁸ em 503.424 mil habitantes, que representa 53,1% da população total de toda a mesorregião (CHAGAS, 2019).

Até 1970, o quantitativo populacional rural e urbano do município não apresentava diferenças significativas, a urbana compreendia 55,23% da população, enquanto que a rural equivalia a 44,77%. Na década seguinte, em 1980, esse quadro apresenta uma leve alteração, no entanto, foi no Censo de 1991, que se constatou uma acentuada queda da população rural (16,56%) em razão da população urbana (83,44%). E nas últimas duas décadas este panorama vem gradativamente se acentuando. Em 2010, o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizou que menos de 10% da população do município se encontra na área rural (Tabela 1). Desta forma, ressalta-se o grande êxodo rural da década de 1980 para 1991, com acréscimo vultoso da população urbana. Como veremos mais adiante, isso se deve em grande medida a decadência do setor sucroalcooleiro e a descoberta de petróleo na bacia de Campos, passando por uma mudança na principal atividade produtiva do município, da agroindústria açucareira à indústria petrolífera.

No tocante ao sexo, percebe-se que desde pelo menos 1970, o município sempre contou com uma proporção maior de mulheres. E a cada década vem aumentando em detrimento da população masculina, acompanhando a tendência estadual e nacional. Essas informações são relevantes para entender, por exemplo, a formação das favelas no município e as características populacionais provenientes dessa formação histórica.

⁸ O IBGE fornece estimativas do total da população dos Municípios e das Unidades da Federação brasileiras, com data de referência em 1º de julho, para o ano calendário corrente. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html?>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

Tabela 1 - População residente, por sexo e situação do domicílio do município de Campos dos Goytacazes (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Sexo	Situação do domicílio	Ano									
		1970		1980		1991		2000		2010	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Total	318.806	100,00	348.542	100,00	389.109	100,00	406.989	100,00	463.731	100
Total	Urbana	176.082	55,23	203.358	58,35	324.667	83,44	364.177	89,48	418.725	90,29
	Rural	142.724	44,77	145.184	41,65	64.442	16,56	42.812	10,52	45.006	9,71
	Total	157.302	49,34	171.913	49,32	190.004	48,83	196.711	48,33	223.259	48,14
Homens	Urbana	84.091	26,38	97.413	27,95	156.675	40,27	174.765	42,94	200.256	43,18
	Rural	73.211	22,96	74.500	21,37	33.329	8,57	21.946	5,39	23.003	4,96
	Total	161.504	50,66	176.629	50,68	199.105	51,17	210.278	51,67	240.472	51,86
Mulheres	Urbana	91.991	28,85	105.945	30,40	167.992	43,17	189.412	46,54	218.469	47,11
	Rural	69.513	21,80	70.684	20,28	31.113	8,00	20.866	5,13	22.003	4,74

Notas: 1 - Para os anos de 1970 e 1980: Dados da Amostra

2 - Para os anos de 1991, 2000 e 2010: Dados do Universo

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Tabela 2 - Os dez maiores quantitativos populacionais entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro

	Município	População
1°	Rio de Janeiro	6.320.446
2°	São Gonçalo	999.728
3°	Duque de Caxias	855.048
4°	Nova Iguaçu	796.257
5°	Niterói	487.562
6°	Belford Roxo	469.332
7°	Campos dos Goytacazes	463.731
8°	São João do Meriti	458.673
9°	Petrópolis	295.917
10°	Volta Redonda	257.803

Notas: 1 - Dados do Universo

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Tabela 3 - Municípios que compõem o norte fluminense do estado do Rio de Janeiro e sua população (2010)

Município	População
Carapebus	13.359
Campos dos Goytacazes	463.731
Cardoso Moreira	12.600
Conceição de Macabu	21.211
Macaé	206.728
Quissamã	20.242
São Francisco de Itabapoana	41.354
São Fidélis	37.543
São João da Barra	32.747

Nota: 1 - Dados do Universo

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010)

Assim sendo, em primeiro lugar vale ressaltar resumidamente em alguns pontos da história da formação da cidade de Campos dos Goytacazes a guisa de entendermos suas configurações atuais, principalmente espaciais, no que tange à forte presença e ocupação das favelas na cidade. Bem como analisar a situação socioeconômica municipal, na transformação de uma economia sucroalcooleira a para a indústria do petróleo, e os recursos provenientes da nova atividade produtiva e seus impactos para a população.

O surgimento das favelas no município de Campos dos Goytacazes está fortemente ligado à história da sua formação e dos ciclos econômicos do Norte Fluminense e os impactos sob sua população. Para entender a configuração espacial atual e a forte presença e ocupação das favelas na cidade é preciso analisar este processo enfatizando a mudança nas relações de trabalho e o aprofundamento das desigualdades produzidas a partir de uma economia regional altamente excludente, concentrada e polarizada em termos de renda e mercado de trabalho (CRUZ, 2004).

O município de Campos dos Goytacazes já foi considerado, ao longo de muitos anos, polo de desenvolvimento da mesorregião Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, por seu potencial agropecuário e agroindustrial latente, graças à vasta área ecológica de que dispõe. Atualmente, é considerado como principal bacia petrolífera do país, sendo a maior produtora de óleo e gás natural do Brasil (ROSENDO & CARVALHO, 2004). Mas antes do petróleo existiram outras atividades produtivas econômicas, como a pecuária e a cana-de-açúcar, ambas as atividades contribuíram para os primeiros anos da formação de Campos. A pecuária predominou até meados do século XVII, e visava o atendimento do mercado consumidor do Rio de Janeiro. Já em meados deste mesmo século, a plantação de cana-de-açúcar passa a ser a principal atividade econômica de Campos dos Goytacazes, bem como a transformação da cana em álcool e açúcar (LEWIN et al., 2005). A indústria sucroalcooleira se tornou a principal atividade econômica do município por todo o século XVIII até o século XX. Durante o século XIX, cresceu o número de Engenhos de cana-de-açúcar e surgiu as primeiras usinas de açúcar. Em 1929, Campos dos Goytacazes firma-se como principal produtor de açúcar do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo do país, perdendo apenas para Pernambuco (LEWIN et al., 2005).

A crise econômica de 1929 ocasionou a redução de consumo de açúcar em todo o mundo, impactando diretamente no escoamento da produção por toda região Norte Fluminense. No ano de 1933, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) com a finalidade de controlar a produção de açúcar e álcool no país, tendo uma linha de crédito especial para usineiros. (ROSENDO & CARVALHO, 2004; LEWIN et al., 2005). A Partir da década de 1940, as mudanças nas leis trabalhistas⁹ provocaram a expulsão do trabalhador do campo, e por volta dos anos 50 e 60, acontece a primeira mecanização da lavoura de açúcar na região, gerou um grande contingente de mão de obra excedente. Na década de 1960, as ações do Estatuto da Lavoura Canavieira¹⁰ levou a intensificação do processo de migração dos trabalhadores assalariados residentes nas terras das fazendas que foram expulsos, migrando para área urbana de Campos (pode ser observado os valores na tabela 4) e também para área metropolitana do Rio de Janeiro em busca de trabalho e moradia (LEWIN et.al., 2005).

Tabela 4 – População residente por situação de domicílio no Município de Campos dos Goytacazes (1940-2010)

Ano	População total por situação do domicílio				
	Total	Urbana		Rural	
		Total	Total		Total
	N	N	%	N	%
1940	223.373	66.644	29,84	156.729	70,16
1950	237.633	83.088	34,96	154.545	65,04
1960	292.292	131.974	45,15	160.318	54,85
1970	318.806	176.082	55,23	142.724	44,77
1980	348.542	203.358	58,35	145.184	41,65
1991	389.109	324.667	83,44	64.442	16,56
2000	406.989	364.177	89,48	42.812	10,52
2010	463.731	418.725	90,29	45.006	9,71

Notas: 1 - Para os anos 1940, 1950 e 1960: Dados obtidos no relatório de pesquisa de Guimarães e Póvoa (2005).

2 - Para os anos de 1970 e 1980: Dados da Amostra

3 - Para os anos de 1991, 2000 e 2010: Dados do Universo

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

⁹ Como o Decreto-lei n° 6969, do ano de 1944, que passou a regulamentar as relações de emprego dos trabalhadores rurais ligados à lavoura canavieira, como por exemplo, dando à concessão de título de terra gratuito ao trabalhador rural com mais de um ano de serviço e que residisse dentro da propriedade da fazenda (GUIMARÃES E PÓVOA, 2005).

¹⁰ O Estatuto da Lavoura Canavieira foi criado em 1941 e estabelecia regras e regulamentava as transações entre usineiros e fornecedores de cana, que apresentavam conflitos principalmente referente a posse de terras produtivas.

A partir 1950, Campos dos Goytacazes passa a sofrer influência competitiva de outros estados produtores, como São Paulo e estados do Nordeste, e acaba perdendo dinamismo da produção de açúcar devido ao atraso tecnológico, gestão ineficiente dos recursos e baixa produtividade das lavouras de cana-de-açúcar. De acordo com Rosendo e Carvalho (2004), no início da década 1960, instalou-se uma crise econômica no país, que somada aos problemas enfrentados pela indústria sucroalcooleira levou a queda do preço do açúcar, gerando impactos negativos na economia Norte Fluminense, os quais se aprofundaram após o golpe militar de 1964.

No entanto, já na década de 1970 há uma reversão desse quadro principalmente devido a fatores externos, como “a desorganização da produção mundial, em função de guerras localizadas e mudanças no parque industrial europeu, reduziu drasticamente os estoques internacionais de açúcar” (ROSENDO & CARVALHO, 2004, p. 64). Fatores que contribuíram para elevação do preço do açúcar no mercado internacional, e estimulou a produção do mesmo na região Norte Fluminense. O IAA juntamente com o Congresso Nacional, implantaram leis que beneficiaram a fusão de usinas e a obtenção de créditos para a expansão da produção. No entanto, isso também levou a um superdimensionamento das usinas, elevando o custo da produção e a um significativo endividamento da maior parte os usineiros da região. O ápice da produção de açúcar e álcool aconteceu na segunda metade de 1970, principalmente pela atuação do dos estímulos proporcionados pelo Programa Brasileiro de Álcool (Proálcool) ¹¹.

Segundo Cruz (2004), a expansão da lavoura de açúcar e as mudanças técnicas no setor sucroalcooleiro resultaram em significativas alterações nas relações de trabalho, como a eliminação das lavouras de subsistência e culturas tradicionais (a exemplo da mandioca), estabelecendo a figura do boia-fria “[...] trabalhador temporário e itinerante, residente nas favelas urbanas e rurais, expulso da terra e trabalhando em condições precárias e em regime de clandestinidade no vínculo, alternando o trabalho rural com o biscate urbano” (CRUZ, 2004, p.87).

¹¹ O Proálcool foi um programa do Governo Federal criado para proporcionar estímulo à produção de álcool como combustível enquanto alternativa ao petróleo. O incentivo à produção do álcool fazia parte da política energética do país que visava reduzir os gastos relativos a importação de petróleo para produzir uma redução do desequilíbrio na balança comercial do país (ROSENDO & CARVALHO, 2004).

No final da década de 70, os incentivos econômicos provenientes de políticas de subsídios do Governo Federal foram inviabilizados, devido ao contexto econômico de baixa do PIB nacional e os altos patamares inflacionários. O quadro econômico nacional resultou numa grande redução da produção na região, que entrou em colapso nos anos de 1980 e 1990. Os resultados foram o fechamento de várias usinas, o aumento do desemprego e a precarização das relações trabalhistas. Diante deste contexto os autores Rosendo e Carvalho (2004) afirmaram que esse longo processo dos ciclos econômicos e seu declínio produziram grandes espaços de pobreza nos municípios que formam o Norte Fluminense, como podemos observar no trecho abaixo:

[...] a falta de diversificação das atividades econômicas do Norte Fluminense e a elevadíssima dependência da região com relação ao setor sucroalcooleiro, ao longo do século XX, levariam o Norte Fluminense a uma crise sem precedentes que se tornaria mais visível na década de 1980, corroborando para que a região registrasse índices medíocres de crescimento econômico. A desaceleração do crescimento do parque industrial sucroalcooleiro na região, já observado a partir dos anos 1950, produziria, ainda, grandes massas de desempregados que formariam bolsões de pobreza no entorno de algumas das principais cidades da região, principalmente, Campos dos Goytacazes, Macaé e São Fidélis. (ROSENDO & CARVALHO, 2004, p.65).

Dessa forma, podemos dizer que o município de Campos dos Goytacazes apresentou no período entre 1950 e 2000, além de um grande crescimento populacional, também um forte fluxo migratório no sentido campo-cidade, em decorrência da decadência de setores agrários na região. O crescimento urbano provocado pela emigração rural e a imigração urbana de outros municípios, a partir da década de 1950, gera a ocupação periférica do município. A estratégia encontrada pela população migrante mais pobre neste período, como indicada pelas autoras Guimarães e Póvoa (2005), foi a de ocupação de áreas consideradas inadequadas à moradia, como brejos, beira de rio e lagoas que foram gradativamente sendo invadidas e formando as favelas. Destaca-se também o grande êxodo rural da década de 1980 para 1991 (Tabela 4), com acréscimo vultoso da população urbana. A crise do açúcar e álcool levou ao fechamento de muitas usinas na região, e outras sofreram com o processo de modernização dos meios de produção. Os trabalhadores rurais que se deslocaram para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho,

mesmo na cidade, ainda desempenhavam funções que exigiam baixa qualificação profissional e recebiam baixos rendimentos (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005).

A decadência do setor sucroalcooleiro e a descoberta de petróleo na Bacia de Campos proporcionaram mudanças no setor produtivo do Norte Fluminense desde o final do século XX, inaugurando um novo grande ciclo de crescimento econômico no século XXI, passado por uma mudança na principal atividade produtiva, da agroindústria açucareira à indústria petrolífera (PIQUET, 2010). Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP) a Bacia de Campos foi a responsável, em 2002, pela produção de 82,56% de todo petróleo produzido no Brasil (ROSENDO & CARVALHO, 2004). Sendo, atualmente, o município de maior relevância econômica e destaque nacional e regional enquanto produtor de petróleo e gás, principalmente a partir da década de 1980. No final da década seguinte, precisamente em 1997, foi instituída a Lei do Petróleo¹² que institucionalizou a arrecadação de *royalties* do petróleo e participações especiais para os Estados e municípios produtores. E representa até hoje a maior parte da arrecadação da receita municipal (MENDES et al., 2014).

No ano de 2010, o município de Campos arrecadou entre *royalties* do petróleo e mais participações especiais em valores correntes o montante de R\$ 1.016.021.871,72¹³ (tabela 5), que representou 54,41% do orçamento municipal (receita total municipal em 2010 foi de R\$ 1.867.225.000,00¹⁴). Já em 2018, com a previsão orçamentária em aproximadamente 2 bilhões, a receita total do Município foi de R\$ 2.039.720.748,37 a contribuição por *royalties* do petróleo e mais participações especiais em valores correntes naquele ano somaram R\$ 675.080.871,24, o que configurou

¹² Lei Federal n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, sancionada pelo presidente na época Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu o fim do monopólio da Petrobrás nas atividades de exploração, produção e refino de Petróleo e gás no país, além de determinar o pagamento de *royalties* do petróleo como forma de compensações financeiras aos Estados e municípios produtores, também criou as participações especiais pelo aumento na produtividade dos poços.

¹³ Valores obtidos pelo InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

¹⁴O referido quantitativo consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano base de 2018. A LOA detalha a aplicação dos recursos do município em obras e ações para o exercício seguinte. Ela é elaborada com base nas diretrizes anteriormente apontadas pelo Plano Plurianual (PPA) e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ambos definidos pelo executivo, a partir de discussões com a comunidade. Antes de ser sancionada a lei, a proposta orçamentária é analisada pelos vereadores que podem apresentar emendas ao projeto, de acordo com critérios estabelecidos pela LDO. Disponível em: <<https://transparencia.campos.rj.gov.br/orcamento-loa>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

33,1% da receita municipal. Podemos observar que desde o estabelecimento da *Lei do Petróleo* houve um quantitativo expressivo de valores recebidos pelo município, principalmente entre os anos 2008 a 2014, recebendo aproximadamente em média 1,4 bilhão em *royalties* mais participações especiais por ano. Imagina-se que estes vultosos recursos financeiros arrecadados pelo município refletiriam positivamente na qualidade de vida da população, no entanto, não é isto que tem ocorrido. Não apenas Campos, mas o Norte Fluminense experimenta uma contradição interna entre um significativo aumento da receita de seus municípios devido aos *royalties*, no entanto, por outro lado, aparece entre as regiões de menor desenvolvimento do país (CRUZ, 2004; 2006), quando observado a persistência dos antigos quadros de desigualdades sociais e espaciais, “considerando-se os aspectos das desigualdades de renda, da qualidade de vida e bem-estar, dos níveis e condições de pobreza e de emprego, e do dinamismo da sua economia” (CRUZ, 2003, p. 24).

Tabela 5 - Royalties e participações especiais em valores correntes recebidos pelo município de Campos dos Goytacazes (1999-2018)

Ano	Valor	Ano	Valor
1999	R\$ 57.049.478,33	2009	R\$ 993.167.279,11
2000	R\$ 157.870.442,17	2010	R\$ 1.016.021.871,72
2001	R\$ 200.261.211,38	2011	R\$ 1.231.637.781,97
2002	R\$ 348.260.944,92	2012	R\$ 1.354.233.313,47
2003	R\$ 475.182.177,54	2013	R\$ 1.303.272.971,54
2004	R\$ 549.607.310,98	2014	R\$ 1.208.366.996,05
2005	R\$ 678.425.571,67	2015	R\$ 618.403.172,23
2006	R\$ 852.565.850,92	2016	R\$ 352.662.405,09
2007	R\$ 780.099.183,21	2017	R\$ 470.860.676,51
2008	R\$ 1.168.642.499,45	2018	R\$ 675.080.871,24

Fonte: InfoRoyalties/UCAM, a partir de Agência Nacional do Petróleo (1999 - 2018)

Cruz (2006) ao analisar alguns boletins técnicos do Núcleo de Estudos Estratégicos em Desenvolvimento¹⁵, observou que na região Norte Fluminense, embora algumas melhorias tenham sido notadas após a mudança de uma economia baseada na indústria sucroalcooleira tradicional para uma economia petrolífera, ainda encontra-se baixo os índices que avaliam a qualidade de vida, “(...) como o IDH-M, da ONU/PNUD, e o IQM, do CIDE/RJ, e se manteve em alta quanto aos índices de

¹⁵ Boletins técnicos elaborados no antigo CEFEF/Campos, atual Instituto Federal Fluminense (IFF).

concentração de renda (Índice de Gini, IBGE) e de famílias pobres e indigentes, como o Mapa da Fome, da FGV/IPEA” (CRUZ, 2006, p.57-58). Esses dados podem ser confirmados por meio do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)¹⁶ que expõe a renda domiciliar *per capita* média (RPM) de Campos dos Goytacazes (Apêndice A – tabela 6), no ano de 1991, foi de R\$ 371,75, enquanto que no ano de 2000 aumentou para R\$ 490,87, e no ano de 2010, passou para R\$ 682,59, tendo crescido nas últimas duas décadas o equivalente a 83,62%, com base em 2010 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Através do Índice de Gini¹⁷, é possível observar a evolução da desigualdade de renda nas últimas três décadas, que passou de 0,62, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,55, em 2010 (Apêndice A – Tabela 7). Revelando-se acentuada a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, indicando uma relativa concentração de renda e pouca alteração deste quadro nas últimas três décadas, sendo assim, a desigualdade de renda mostra-se persistente no município.

Se ainda somarmos a estes dados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁸ percebemos que apesar de Campos dos Goytacazes apresentar um IDHM de 0,716, em 2010, que o coloca na faixa de desenvolvimento humano alto, nem sempre teve essa avaliação (Apêndice A - tabela 8). Em 1991, o IDHM foi de 0,505 que é considerado baixo, e em 2000, o índice foi de 0,618, avaliado como médio. De modo

¹⁶ O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz ainda mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. É uma realização entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campos-dos-goytacazes_rj>. Acesso em: 20 abr. 2019.

¹⁷ O índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

¹⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é obtido através da média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município ou região metropolitana. As suas faixas classificatórias são “muito baixo” (0 a 0,499), “baixo” (0,500 a 0,599), “médio” (0,600 a 0,699), “alto” (0,700 a 0,799) e “muito alto” (0,800 a 1).

geral, era de se esperar, que tendo em vista também o PIB (Produto Interno Bruto) que posicionou o município como a 11ª economia nacional e 2ª posição no estado do Rio de Janeiro, em 2010¹⁹, desempenhasse uma melhor colocação entre os municípios com maiores IDHM, em que Campos dos Goytacazes ocupa a 1427ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. E ocupa a 37ª posição entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Para finalizar a síntese dos aspectos socioeconômicos do município de Campos dos Goytacazes e corroborar com o que foi apresentado até este ponto, é imprescindível mencionar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁰. É um indicador de qualidade educacional em que o município não tem desempenhado bons resultados. O IDEB da rede municipal do ensino fundamental regular para anos iniciais cumpriu a meta esperada para o ano 2017 de 4,6, mas observando o quadro geral, está entre os menores IDEB do Estado do Rio de Janeiro (Apêndice A – tabela 9). O IDEB da rede municipal do ensino fundamental regular para anos finais superou a projeção para 2017, que foi de 2,7 e o município ficou com 3,5. Entretanto, ainda analisando o *ranking* como um todo, o município de Campos dos Goytacazes mostra-se nas últimas colocações do estado (Apêndice A – tabela 10).

Neste sentido, autores como Póvoa (2002), Cruz (2003, 2004, 2006) e Arruda (2014), apontam que mesmo a significativa arrecadação de *royalties* mais participações especiais pelo município, nos últimos 20 anos, não tem apresentando uma real melhoria da qualidade de vida da população. É perceptível que tem impactado diretamente no PIB e IDHM, mas não tem os mesmos reflexos, por exemplo, no IDEB do município. Isto pode evidenciar uma ineficiência das políticas públicas face à capacidade de investimentos do município, em que a persistência dos indicadores

¹⁹ PIB a preços correntes série revisada. Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2010&indicador=46997>>. Acesso em 18 abr. 2019.

²⁰ O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

negativos, se deve em grande parte a ausência ou ineficiência de políticas públicas e/ou da ação político-administrativa dos municípios, principalmente no que se refere ao efetivo destino dos recursos provenientes dos *royalties* de petróleo, como assevera Cruz (2006):

É perceptível, nestes municípios, o crescimento dos investimentos na urbanização, particularmente no asfaltamento de ruas, mas também em energia elétrica e em redes de água potável e de esgoto. No entanto, tais investimentos não são feitos segundo diretrizes de ordenamento do uso do espaço ou de forma planejada. Não há controle social sobre o uso dos royalties por parte da administração municipal, embora eles representem mais da metade dos seus orçamentos. Não há plano de desenvolvimento, não há preocupação com a sustentabilidade, tendo em vista que o petróleo é um recurso finito, num horizonte de curto para médio prazo. Em consequência, a expansão da infraestrutura urbana segue forma caótica, inadequada, insuficiente e segregadora. (CRUZ, 2006, p. 62-63).

Nos últimos anos, observa-se uma significativa redução do recebimento dos *royalties*, desde 2015, expressão da crise no setor petrolífero que atingiu a economia regional, que é altamente dependente da bacia petrolífera de Campos (CHAGAS, 2019). A queda na receita do município e escândalos políticos tem influenciado na suspensão de algumas políticas sociais, como as de Assistência Social com a “Operação Chequinho”, que apurou fraudes com fins eleitorais no programa municipal *Cheque Cidadão*, atual programa *Cartão Cooperação*, suspenso desde o início das investigações. Também foi suspenso em 2017, o programa social *Campos Cidadão*, que conferia aos usuários de transporte coletivo redução no valor da passagem. Todas essas medidas, entre outras, impactaram negativa e incisivamente sobre a parcela mais pobre da população campista²¹.

Conclui-se observando os dados apresentados e discutidos até aqui, que os altos recursos financeiros recebidos pelo município não conseguiram reverter o quadro de enfrentamento da questão social e do desenvolvimento social e econômico da

²¹ Notícias sobre a “Operação Chequinho”, cortes e suspensão de Programas sociais como *Campos Cidadão* e *Cartão Cooperação*. Disponíveis em: <<https://istoe.com.br/tag/operacao-chequinho/>>. Acesso em: 22 jul. 2019. <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/eleicoes/2016/noticia/2016/09/policia-federal-prende-responsaveis-pelo-cheque-cidadao-em-campos-rj.html>>. Acesso em: 22 jul. 2019. <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/programa-de-passagem-social-e-suspenso-em-campos-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

região, marcado por processos geradores de desigualdades sociais e de concentração de renda, de elevados níveis de pobreza e de desemprego, que levaram a uma baixa qualidade de vida a população. Esses dados apresentam sua relevância para a presente pesquisa, pois além de demonstrar a situação econômica do município de Campos dos Goytacazes, que reflete diretamente nas parcelas mais pobres da população, introduz os indicadores e processos históricos que formaram a população moradora das favelas de Campos. Onde a acentuação da pobreza e das desigualdades sociais fomentaram o surgimento de iniciativas da sociedade civil, os diversos tipos de associações como civil, religiosa, trabalhista, comunitária, etc., a intervirem nesses espaços.

Após destacar a questão histórica e econômica da formação do município de Campos dos Goytacazes, da sua população e suas favelas, finalizo esta introdução trazendo informações e dados referentes a religião no município, outra dimensão importante que compõe a tônica deste estudo.

A religião em Campos dos Goytacazes: os católicos, os evangélicos e o Censo IBGE

Juntamente a esta breve análise demográfica populacional do município de Campos dos Goytacazes realizado acima, faz-se necessário abordar alguns aspectos referente ao contexto histórico, desta vez, o cultural, no âmbito religioso. Neste aspecto, Campos sempre foi historicamente considerada uma cidade de maioria católica. De acordo com os últimos Censos (2000 e 2010) o município tem apresentando um decréscimo do número de católicos e um aumento do número de evangélicos, no entanto, considerados em números absolutos, o catolicismo permanece majoritário entre a população.

Campos dos Goytacazes apresentou, durante muito tempo, uma singularidade bastante peculiar, no que tange as disputas e discussões entre tradição e modernidade inerentes à própria história da Igreja Católica, que deu origem a cisão em dois grupos

católicos, os tradicionalistas e progressistas, na Diocese de Campos dos Goytacazes, por volta da década de 1980, no momento da saída de Dom Antônio de Castro Mayer e a posse de Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro (LOURA, 2014).

Resumidamente, os tradicionalistas formavam uma “ala” composta por padres e leigos que rejeitavam a implantação das resoluções do Concílio Vaticano II, por considerarem que as inovações advindas do Concílio abandonavam os valores e moralidade cristãs fundamentadas em séculos de tradição da doutrina Católica; e entenderem a modernização da Igreja com a instituição da “Missa Nova”, um afrouxamento a fé Católica, do princípio da salvação das almas e um ato de destruição da própria Igreja (LOURA, 2014). E a “ala” progressista era formada por aqueles que seguiam as deliberações no novo Bispo, Dom Navarro, responsável pela execução das novas práticas provenientes do Concílio Vaticano II. De acordo com Araújo (2015) um dos principais motivos para esse conflito foi a dificuldade encontrada pelo novo bispo em inserir as inovações conciliares nas paróquias da Diocese, pois ainda se encontrava sob forte influência do grupo tradicional.

A crise e a disputa entre os dois grupos acirraram-se de forma tamanha, que Dom Navarro chegou a afastar trinta padres tradicionalistas, que foram substituídos e colocados à disposição da Diocese, porém sem função específica. Esse fato levou ao surgimento da União Sacerdotal São João Maria Vianney, e que mesmo sem reconhecimento pontifício e nem diocesano, continuaram a ministrar sacramentos, atendendo aos fiéis em novas igrejas e capelas (LOURA, 2014). De acordo com Loura (2014, p. 50) os padres afastados pediram a Dom Mayer “[...] que criasse um grupo para reuni-los e auxiliar a formação dos fiéis.”. Em 1988, se deu a separação de fato com a Sé Apostólica, onde devido uma crise internacional liderada por Dom Marcel Lefebvre, culminou com a excomunhão de Dom Mayer (entre outros) e, separou de fato o grupo tradicionalista de Campos de Roma, surgindo duas “dioceses” num mesmo território eclesiástico. E continuou assim dividida até 2002, quando o Papa João Paulo II aprovou a execução do decreto “*Animarum Bonum*”, fundando “[...] a prelazia pessoal São João Maria Vianney, onde regularizava a situação dos padres e do bispo sagrado ilicitamente, Dom Licício Rangel, do qual foi retirada a excomunhão” (LOURA, 2014, p. 84-85).

Atualmente, em Campos dos Goytacazes, existe em uma diocese e uma prelazia pessoal da Igreja Católica. A diocese compreende o território geográfico circunscrito ao Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, que conta com uma população residente de mais de um milhão de habitantes, de acordo com Censo (2010). Em 2010, os católicos representavam 59,47% e 46,21% do Noroeste e Norte Fluminense²², respectivamente (IBGE, 2010).

Os evangélicos no município de Campos dos Goytacazes, de acordo com o texto informativo sobre histórico da cidade no site da Câmara Municipal²³ (baseado no Anuário Estatístico), informa que por volta de 1912 data o início de cultos evangélicos no município. Por falta de bibliografia sobre o tema, vou me ater aos aspectos mais recentes referentes a este segmento religioso para o município. Neste sentido, a partir da análise do perfil socioeconômico dos evangélicos pentecostais residentes no município de Campos dos Goytacazes, a partir dos dados do Censo 2010, considerando variáveis, como, rendimento, escolaridade, cor ou raça, sexo, idade e estado civil, foi identificado um perfil evangélico pentecostal que corroborou com outros resultados de pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil²⁴. O perfil evangélico pentecostal verificado no município foi caracterizado por um baixo nível de remuneração e de instrução escolar, recrutando em maior número homens e mulheres em fase adulta e um quantitativo significativo de crianças e adolescentes. O pertencimento feminino é mais acentuado que o masculino, os evangélicos pentecostais são em sua maioria, mais pardos do que brancos, pretos e amarelos. E em relação ao estado civil, estes apresentam uma maior proporção entre os casados e solteiros, do que os divorciados (RIBEIRO, 2013).

²² Dados referentes à declaração de pertencimento religioso da população residente das mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense, na categoria Católica Apostólica Romana, em percentual, a partir dos dados obtidos pela amostra (SIDRA, 2010).

²³ "História da cidade". Sem autor. Out. 2014 Disponível em: <http://www.camaracampos.rj.gov.br/campos/historia-da-cidade>. Acesso em: 17 jul. 2017.

²⁴ Pesquisas como de Rubem Fernandes juntamente com autores da sociologia da religião como Pierre Sanchis, Otávio G. Velho, Leandro Piquet, Cecília Mariz e Clara Mafra, intitulado "*Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja*", de 1998. E também a pesquisa de Jacob et al., com o "*Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*", publicado em 2003.

De acordo com os dados do Censo 2000 e 2010, podemos observar uma tendência do aumento do número de evangélicos para o Brasil (15,4% para 22,2%, respectivamente), para o Estado do Rio de Janeiro (22,0% para 29,4%, respectivamente), fato também verificado no município de Campos dos Goytacazes, onde foi observado um expressivo aumento dos evangélicos, de 20,8% (2000) para 31,1% (2010) da população. Então, podemos afirmar que a nível nacional, estadual e municipal é notável o crescimento evangélico nas últimas duas décadas, de acordo com os dois últimos Censos.

Em relação aos evangélicos pentecostais²⁵ e aos de missão²⁶, também se observa um fato muito relevante, a saber, em 2000, os evangélicos de origem pentecostal (9,4%) apresentavam menores taxas que os evangélicos de missão (10,6%), no entanto, em 2010, esta proporção se inverte, os pentecostais (14,7%) apresentaram maior expressividade do que os evangélicos de missão (9,7%), alertando para uma inversão do segmento evangélico mais tradicional para outro de origem pentecostal. Em Campos dos Goytacazes, a Assembleia de Deus (7,19%) é a igreja mais expressiva numericamente dentro do grupo evangélico, destacando-se em seguida em maiores proporções, a Igreja Batista (7,01%), a Igreja Universal do Reino de Deus (3,18%), a Igreja Presbiteriana (1,24%). Outro fato relevante quando observamos esses dados é que o crescimento evangélico tem sido alavancado principalmente pelo crescimento quantitativo dos evangélicos pentecostais, pelo menos nas últimas duas décadas (baseando-se nos dados do Censo 2000 e 2010).

Com esses últimos dados e informações acerca da religião no município de Campos dos Goytacazes, percebemos alguns fatores interessantes. Em relação a Igreja Católica, há um traço bastante peculiar principalmente pela disputa religiosa

²⁵ De acordo com o IBGE (2010) temos no grupo de evangélicas de origem pentecostal: Igreja Assembleia de Deus, Igreja Congregação Cristã do Brasil, Igreja O Brasil para Cristo, Igreja Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Casa da Benção, Igreja Deus é Amor, Igreja Maranata, Igreja Nova Vida, Evangélica Renovada não determinada, Comunidade Evangélica, e outras igrejas evangélicas menores de origem pentecostal.

²⁶ De acordo com o IBGE (2010) temos no grupo das evangélicas de missão as seguintes igrejas: Igreja Evangélica Luterana, Igreja Evangélica, Presbiteriana, Igreja Evangélica Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Evangélica Congregacional, Igreja Evangélica Adventista, e outras igrejas evangélicas de missão de menor porte.

entorno da renovação conciliar que buscava tornar os ritos católicos mais acessíveis aos seus praticantes. Importante frisar que não só existe registro sobre essa história, como há publicações em sites oficiais das Igrejas Católicas da região, bem como pesquisas acadêmicas que abordam a temática (ARAÚJO, 2015; LOURA, 2014; entre outros). Adversamente, há certa dificuldade de conseguir registros históricos sobre os evangélicos em Campos, principalmente por ser tratar de uma religião menos centralizada e possuindo uma pulverização de igrejas e seus segmentos, em que cada uma apresenta sua história de origem de acordo com suas memórias, mas com pouco registro público ou acadêmico sobre isso. Isso acaba por dificultar o acesso a informações valiosas sobre como e quando os evangélicos chegaram ao município, que tipo de relações foram estabelecidas com a sociedade campista neste primeiro momento, entre outras questões. O que temos atualmente são pesquisas que tratam de temáticas mais recentes circunscritas ao universo religioso evangélico mais atual (RIBEIRO, 2013, 2015; ARAÚJO, 2013; MESQUITA & RIBEIRO, 2012; BERTOLI, 2010, 2013; SILVEIRA, 2010; MESQUITA, 2009; entre outros). Trata-se de uma lacuna importante na história do município que temos pouca informação.

Entretanto, tomando os últimos dados censitários sobre o pertencimento religioso da população de Campos, nos revela algumas informações valiosas para compreender o campo religioso evangélico no município, como o dado da inversão de um segmento evangélico mais tradicional para outro de origem pentecostal, no espaço percorrido entre os dois últimos Censos, e o perfil evangélico pentecostal identificado por Ribeiro (2013). Percebemos que a tarefa de entender o campo de atuação evangélico em Campos não é nada fácil, então, buscar entendimento sobre essa parcela da população e suas instituições, compõe uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada. Para o que importa aqui é estabelecer que o município de Campos dos Goytacazes conta com um percentual de adesão religiosa evangélica pentecostal maior do que de missão, isso também representa um maior quantitativo de igrejas e uma maior capilaridade deste segmento da sociedade campista como um todo. Mas, visto que o crescimento pentecostal se dá principalmente entre as camadas sociais mais baixas, se concentrando em áreas de periferias urbanas, temos aí a importância dos dados apresentados.

Para finalizar a introdução, apresento a organização da tese. A tese está disposta em seis capítulos e se encontra estruturada da seguinte forma, no primeiro capítulo, apresento e debato as categorias e conceitos utilizados no estudo a partir da discussão teórica apropriada a cada um deles, desenvolvendo as principais discussões relativas aos conceitos, como: evangélicos, pentecostais, favela e pobreza, realizando a devida correspondência à pesquisa empírica. Assim, o primeiro capítulo ajuda a pensar a classificação do segmento evangélico e entender o pentecostalismo no Brasil, a refletir sobre as implicações de realizar estudos empíricos em favelas, abrindo para a discussão sobre a pobreza no Brasil, como possível dimensão explicativa para atuação conjunta entre práticas do associativismo religioso e de iniciativas advindas do terceiro setor.

No segundo capítulo, estabeleço o debate sobre a ação social religiosa no Brasil, desde a presença religiosa na esfera pública a partir do referencial da relação entre Igreja e Estado, passando pelo marco regulatório da Assistência Social e o lugar da religião no novo cenário político e social, após a Constituição Federal de 1988. Chegando de fato na discussão das categorias mobilizadas na prática da ação social religiosa de acordo com as três religiões quantitativamente mais relevantes no país, os católicos, os espíritas e os evangélicos, tratando mais detidamente sobre as percepções e sentidos atribuídos pelos evangélicos a sua prática da ação social. E defino o conceito de *ação social pentecostal* que é utilizado para caracterizar as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto social analisado.

No terceiro capítulo discorro sobre a abordagem metodológica da tese, indicando as técnicas e recursos utilizados na pesquisa e, finalmente, dou início o trato da parte empírica do estudo pela identificação e descrição do campo da pesquisa, a favela Tira-Gosto e seu entorno. A partir das informações coletadas no campo, descrevo minuciosamente a conjuntura local, as transformações espaciais que ocorreram nos últimos anos e apresento a realidade de vida dos moradores das favelas do corredor da Lapa, sem presumir que se trata de toda a realidade social investigada, mas são fatos que auxiliam a repensar o campo juntamente a partir da dimensão teórica abordada na tese.

No quarto capítulo, apresento a interlocutora central da pesquisa, de quem se originou o próprio projeto social objeto desta análise. Neste sentido, desenvolvo a trajetória de vida da presidente do Projeto Social Jeová Rafhá, perpassando por vários aspectos da sua vida, como o social, o econômico, o religioso, bem como, suas relações com familiares, vizinhos e amigos, aspectos fundamentais para compreender o processo de criação do projeto e como ele se apresenta atualmente. Discuto a noção da configuração de um *ethos* pentecostal a partir da sua trajetória de vida e por meio do seu pertencimento religioso, e por sua apropriação de elementos que conjugam certa “fluência no idioma secular”, por sua habilidade de agenciar o discurso religioso e secular a partir da temática em voga. A centralidade da figura da Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá para a criação, administração e a própria manutenção do projeto e suas atividades é retratada por meio da construção de uma *rede de colaboradores e voluntários* em torno do projeto, rede constantemente mobilizada na medida em que surgem demandas vinculadas ao mesmo.

O quinto capítulo versa sobre o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, existente aproximadamente há 6 anos na favela Tira-Gosto. Apresento sua história, parceria e formas de funcionamento, focando especificamente nas ações e atividades nele desenvolvidas a luz dos referenciais teóricos sobre o tema. O foco recai sobre o perfil da população atendida e nas atividades desenvolvidas pelo projeto, descrevendo e analisando cada uma delas e considerando a presença da ONG nas mesmas, articulo neste processo, a dimensão entre as esferas religiosa e secular em disputa e a fluidez dessas fronteiras. Discussão que se estende ao sexto e último capítulo, onde me concentro na parceria firmada entre o Projeto Social Jeová Rafhá e a ONG *Flores Silvestres*, e nos episódios de desentendimento e conflitos gerados pelo embate presente nesta relação. Assim, no último capítulo apresento a ONG *Flores Silvestres* e os dois membros que foram atuantes no Projeto Social Jeová Rafhá durante o período da pesquisa de campo. E trago contribuições empíricas e teóricas relevantes para refletir sobre a religião pentecostal em contextos periféricos, a partir do estudo de caso da parceria entre um projeto social evangélico e uma organização não governamental, colaborando para compreensão do fenômeno do associativismo religioso brasileiro frente ao contexto pluralista religioso moderno.

CAPÍTULO 1 – Discussão teórica: categorias e conceitos do trabalho

Neste primeiro capítulo apresento e debato as categorias e conceitos que serão utilizadas ao longo do trabalho. As discussões teóricas também aparecem nos capítulos subsequentes. Apresento uma definição para a categoria “ação social evangélica”, que ocupa centralidade no presente estudo, mas somente desenvolvo a discussão teórica entorno do termo no segundo capítulo da tese. Desse modo, nesse capítulo, exponho as principais discussões relativas aos conceitos, como: evangélicos, pentecostais, favela e pobreza. Para isso, realizei uma breve apresentação da classificação ou tipologia evangélica que tem sido utilizada mais frequentemente entre os pesquisadores sobre o tema. Em seguida, desenvolvi uma abordagem sobre o tema favela e sua contraposição ao termo *comunidade*, ambos apresentados tendo em vista o campo da pesquisa, enquanto categorias que surgem e se confrontam no campo. Por fim, apresento uma discussão mais técnica sobre o conceito de pobreza, revelando seu caráter histórico e sua correlação com a religião, a assistência e o trabalho, até chegar ao desenvolvimento de uma abordagem multivariada e que considera em sua composição múltiplos aspectos, como os materiais, políticos, sociais e subjetivos, além de associar a pobreza urbana a atributos sociais diversificados ligados à estrutura etária, à composição familiar, à inserção no mercado de trabalho e a localização espacial e relacional na estrutura social.

1.1. Os evangélicos no Brasil: classificação e tipologia

O presente tópico possui a finalidade de apresentar e estabelecer definições mínimas sobre a tipologia protestante, visto que ela marca a história recente do protestantismo e colabora para o entendimento acerca dos desdobramentos atuais da ação social religiosa, que se distingue tanto no tipo de atuação quanto no sentido atribuído a ação na área social pelos segmentos protestantes, históricos e pentecostais.

Saliento que os termos “evangélico” e “protestante” serão utilizados ao longo do texto sem distinção de sentido, como termos equivalentes. O termo “*evangélico*” tem sido o mais comumente utilizado para se referir aos cristãos não-católicos no Brasil (CUNHA, 2007), tendo sido considerado um termo genérico, que compreende ao conjunto formado pelas igrejas protestantes e recebem esse nome em razão da importância atribuída ao Evangelho (ORO, 1996).

É pertinente destacar a classificação ou tipologia existente dentro desse segmento maior que são os evangélicos/protestantes, pois se trata de um complexo, dinâmico e diversificado campo religioso. O termo “protestante” é geralmente mais utilizado por historiadores e estudiosos da Religião e Teologia, no entanto, isso não ocorre com frequência entre os próprios praticantes. A princípio os protestantes se autoidentificavam como “*crente*”, e mais tarde, sob influência do movimento das Alianças Evangélicas²⁷ passou-se a utilizar a expressão “*evangélica*”, tanto nos nomes de algumas das denominações brasileiras que cresciam, como na substituição do termo “*crente*” por “*evangélicos*”, para se referir aos praticantes e as igrejas cristãs não católicas (CUNHA, 2007; MENDONÇA, 1992).

Oro (1996) reconhece o campo evangélico histórico como aquele formado pelas denominações tradicionais derivadas da Reforma Protestante de Martin Lutero em 1517, sendo composto principalmente pelas seguintes denominações: “[...] as luteranas, calvinistas, batistas, presbiteriana, anglicana e metodista.” (ORO, 1996, p. 19). Essas chegaram ao Brasil por volta da primeira metade do século XIX, por meio da migração de seus fiéis, e convencionou-se denominar de igrejas *históricas* ou de *missões* – como, por exemplo, é adotado pelo IBGE (FREESTON, 1993; NOVAES, 1998). O campo pentecostal, por sua vez, seria formado pelas igrejas resultantes do movimento pentecostal, iniciado nos Estados Unidos, no início do século XX, onde ocorreram diversas aproximações culturais entre movimentos avivalistas (isto é, movimentos messiânicos) e a religiosidade negra norte-americana. Chegaram ao Brasil,

²⁷ O movimento Alianças Evangélicas no Brasil, iniciou-se em São Paulo, em 1903, com a fundação da “Aliança Evangélica Brasileira”, os seus membros provinham de diversas denominações, que lhe atribuiu um caráter interdenominacionalista, onde aprovaram um documento contendo dez artigos considerado essenciais à fé evangélica, e também, tinham intenção do “unionismo” evangélico, a pensar de não lograrem essa união, pois o divisionismo pentecostal já se mostrava bastante intenso, consagrou-se o nome evangélico para todos aqueles cristãos não-católicos do país (MENDONÇA, 1992).

em 1910, na cidade de São Paulo, com a Congregação Cristã do Brasil, e em 1911, na cidade de Belém no Pará, se deu a chegada da Assembleia de Deus (FRESTON, 1993; ORO, 1996; NOVAES, 1998). Essas igrejas apresentavam características particulares que conferiam a elas uma cosmovisão diferenciada dos protestantes históricos, são geralmente identificadas como religiões de conversão. Segundo Oro (1996) as igrejas pentecostais além de atribuir centralidade a bíblia, como as demais igrejas evangélicas, também punham em evidência

[...] a atualização e contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, a saber: dom de línguas (glossolalia), de interpretação (das ditas línguas), de evangelização, de cura, de profecia, de sabedoria, de discernimento dos espíritos e de milagres. A glossolalia é a marca distintiva do pentecostalismo. Trata-se de uma experiência emocional gratuita, um ato de louvor que se segue ou que revela o “batismo no Espírito Santo”, isto é, um encontro e um conhecimento imediato de Deus que revela um sinal de santificação. (ORO, 1996, p. 19).

A classificação do campo evangélico em dois grandes grupos, históricos e pentecostais, é comum no meio evangélico. A implantação do pentecostalismo no Brasil tem sido geralmente observada a partir das “três ondas” identificadas por Paul Freston (1993). A história das *três ondas* de implantação das igrejas pentecostais no Brasil foi elaborada a partir de um corte histórico-institucional, considerando também a dimensão cultural, a qual o autor acreditava ser um fator relevante compreender o surgimento de novos segmentos evangélicos no Brasil, como o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (FRESTON, 1993).

Em síntese, a primeira onda (1910 a 1950), chamada de *pentecostalismo clássico*, se deu no primeiro momento da chegada das igrejas pentecostais no Brasil, com a Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus, reavivando os dons do Espírito Santo em sua prática da fé. A segunda onda (1950 a 1970) surge com a fragmentação do campo pentecostal e da dinamização da relação com a sociedade, onde emergem três principais igrejas, a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é amor (1962). A terceira e última onda, iniciou-se no final dos anos de 1970, e provocou uma verdadeira transformação e inovação quanto a inserção social das igrejas evangélicas na sociedade brasileira, inaugurando uma grande variedade de possibilidades teológicas, litúrgicas, éticas e estéticas ao campo pentecostal. As igrejas

que representam esse terceiro momento são a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) funda em 1977 e a Igreja Internacional da Graça de Deus fundada em 1980 (FREESTON, 1993).

Mariano (1999) se propôs, a partir da elaboração da tipologia evangélica pentecostal de Freston, a classificar e nomear as três ondas, neste sentido, como vimos, a primeira ficou conhecida como *pentecostalismo clássico*, as primeiras igrejas desse segmento que chagaram ao Brasil. A segunda onda foi denominada de *deuteropentecostalismo*²⁸, que apresenta algumas diferenças em relação aos primeiros, como suas inovações evangelísticas, pela difusão do uso de meios de comunicação de massa, principalmente o rádio, e a centralidade na cura divina. E a terceira onda, Mariano (1999) identificou como *neopentecostal*, o prefixo “neo” refere-se ao caráter inovador e recente desta última onda, tendo a IURD ocupando papel central, é considerada a principal igreja neopentecostal do país (MARIANO, 1999).

As características das igrejas neopentecostais que as diferem das demais são: a ênfase dada a libertação dos demônios; a exacerbação da guerra espiritual contra o diabo (e seus demônios); o destaque à pregação da Teologia da Prosperidade; maior liberdade em relação aos usos e costumes estereotipados de santidade; e o fato dessas igrejas de estruturarem empresarialmente, e até mesmo, muitas vezes com fins claramente lucrativos. Observar-se, também, a existência de uma ruptura com o sectarismo e ascetismo puritano, que se constitui a principal fonte da distinção do neopentecostalismo em relação as ondas anteriores. Constatou-se uma diferença teológica marcante em relação os outros segmentos pentecostais, pois onde se pregava uma vida sem luxos e riquezas, nessa vertente, insere-se a noção de que o crente deve ser próspero e gozar de tudo aquilo que conquistou durante a vida ainda neste plano terreno. (MARIANO, 1999).

Mariano (1999) ainda ressalta que está em curso em nossa sociedade um processo que chamou de “neopentecostalização” do pentecostalismo, pois o neopentecostalismo tem exercido uma considerável influência, recíproca e nos mais

²⁸ Segundo Mariano (1999, p. 32), "O radical *deutero* (presente no título do quinto livro do pentateuco) significa *segundo* ou *segunda vez*, sentido que o torna muito apropriado para nomear a segunda vertente pentecostal".

diversos sentidos, no pentecostalismo clássico e no deuteropentecostalismo. Fato constatado por várias pesquisas nos últimos anos, e que pude observar empiricamente, durante minha pesquisa de dissertação, onde analisei, a partir da observação dos cultos de duas igrejas da Assembleia de Deus numa favela em Campos dos Goytacazes, que algumas características ritualísticas, litúrgicas, etc. destas igrejas se assemelhavam as características atribuídas as igrejas neopentecostais, indicando a existência do processo de “neopentecostalização” de igrejas que estariam, pelo menos teoricamente, circunscrita ao pentecostalismo clássico (RIBEIRO, 2015).

Por fim, a instituição oficial que retrata o perfil demográfico populacional do nosso país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), juntamente com o Instituto de Estudos da Religião (ISER), desenvolveu a classificação das religiões para o Censo Demográfico 2000, passando a fazer atualizações a cada Censo. No último Censo foram demarcadas três categorias de classificação para os evangélicos: “Evangélicas de Missão”, “Evangélicas de Origem Pentecostal” e “Evangélica não determinada” (IBGE, 2010). Os *evangélicos de missão* são equivalentes aos protestantes históricos enquanto que os *evangélicos de origem pentecostal* abarcam os praticantes das igrejas características das três ondas do pentecostalismo. Já a categoria *evangélica não determinada*, despontou em grande medida por causa da grande dificuldade das pessoas em distinguir entre religião e denominação religiosa, o surgimento desta categoria tem sido apontada como provável resultado de problemas na coleta de dados, que nos deixou sem a informação do pertencimento denominacional de um percentual significativo de evangélicos por todo o Brasil (MARIZ, 2012).

Da mesma forma que existe a classificação do segmento evangélico entre históricos e pentecostais e suas respectivas características litúrgicas e das suas práticas religiosas, a forma de lidar com a questão social também se difere, isto é, a *ação social* que cada segmento usualmente utiliza apresenta suas particularidades e ênfases em determinadas práticas de assistência aos pobres. No entanto, por se tratar de um tema de grande relevância para a pesquisa, ele é tratado detalhadamente no segundo capítulo da tese. Mas é possível estabelecer desde o princípio que emprego o termo *ação social* para toda ação, atividade ou trabalho tanto da iniciativa privada

quanto pública, religiosa ou da sociedade civil, voltado ao enfrentamento da “questão social” no país, isto é, apresenta-se como uma categoria mais ampla que abarca várias formas de intervenção no social.

Considerando especificamente a *ação social evangélica*, parto da classificação do universo evangélico que também encerra certos “tipos” característicos distintos de atuação no campo social entre os segmentos evangélicos no Brasil. E por isto aciono o termo *ação social pentecostal*, quando a ação social se refere especificamente a forma de atuação social característica dos evangélicos pentecostais, incluindo-se nessa definição o pentecostalismo como um todo e o neopentecostalismo. Neste sentido, trata-se de seguir uma determinada classificação que orienta uma diversidade de ações sociais vinculadas a promoção da assistência evangélica. Logo, o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas foi alocado sob a noção da *ação social pentecostal*, principalmente por seu fundamento destacadamente religioso que tem origem na expressão evangélica de *ethos* pentecostal da fundadora do projeto. Projeto este, que tem sua sede em uma das 27 favelas do município de Campos dos Goytacazes. A categoria *favela* será a próxima a ser contextualizada e analisada no tópico subsequente.

1.2. Favela uma categoria de análise: as representações sociais da favela, sua origem e contexto

Oficialmente a favela foi registrada como um local de habitações irregulares, sem rede de esgoto ou água, sem planejamento urbano ou qualquer cumprimento à ordem padrão urbana vigente, e por isto mesmo, local propício a epidemias e proliferação das mais variadas doenças (ZALUAR & ALVITO, 2006). Na primeira metade do século XX, as favelas foram consideradas como um “mundo rural na cidade” (VALLADARES, 2005, p. 22). Isto se deve as condições de moradia mencionadas acima e as grandes levas de migrantes que vieram das áreas rurais em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida. Mas chegando à cidade se depararam com o

desemprego fruto da falta de qualificação para competir no setor industrial tecnológico, o alto custo e escassez das habitações próximas ao centro econômico produtivo e a incapacidade de a cidade absorver o grande contingente urbano que crescia gradativamente ao longo das décadas.

No Brasil, o marco do crescimento populacional urbano foi a década de 1960, em que “um a cada cinco brasileiros tomou rumo da cidade” (PERLMAN, 2002, p. 31). O processo de urbanização no país ocorreu em uma velocidade maior do que a industrialização e a criação de instituições urbanas necessárias, resultando na grande disponibilidade de força de trabalho urbana e baixa capacidade de absorção pela indústria brasileira, este processo recebeu o nome de “superurbanização” ou “hiperurbanização” (PERLMAN, *op. cit.*). O autor Mike Davis (2006) demonstrou em seu livro *Planeta Favela*, que essa forma de desenvolvimento ocorreu por todo o “Terceiro Mundo”²⁹, onde a urbanização nestes países apresentou elevado crescimento nas décadas de 1960, 1980 e início de 1990, com o aumento do desemprego urbano característico deste último período.

Sendo assim, o Davis (*op. cit.*) alerta que a urbanização sem crescimento não é exclusivamente produto apenas do progresso da tecnologia, mas uma herança produzida a partir de uma conjuntura política global, qual seja, “a crise mundial da dívida externa do final da década de 1970 e a subsequente reestruturação das economias do Terceiro Mundo sob a liderança do FMI nos anos 1980” (DAVIS, *op. cit.*, p. 23). Segundo Davis (*op. cit.*), a presença de fatores como o acelerado crescimento urbano numa conjuntura de ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado formaram uma verdadeira receita para a produção das favelas em massa. Nestas condições, a população pobre urbana se depara com um grande problema para permanecer na cidade, pois ao mesmo tempo precisam otimizar o custo com moradia, garantir sua posse, pensar na distância para o trabalho e a sua própria segurança (DAVIS, *op. cit.*).

A cidade do Rio de Janeiro pode ser considerada como uma das cidades brasileiras de maior crescimento urbano durante esse mesmo período citado, um

²⁹ O autor Mike Davis (2006) utiliza o termo “Terceiro Mundo” para designar os países preferencialmente localizados no hemisfério sul e tidos como “em desenvolvimento”.

exemplo nítido da “superurbanização”. Processo que influenciou intensamente no adensamento das favelas cariocas, visto que, já na década de 1960, a população residente nas favelas e assentamentos similares correspondia quase a um terço da população total do Rio de Janeiro (PERLMAN, *op. cit.*). Já em termos do surgimento de fato das favelas cariocas parece haver um consenso oficial que atribui ao Morro da Providência o destaque entre as primeiras favelas, tendo sua origem em 1897, organizados por veteranos da guerra dos Canudos. Mas antes das favelas, já existiam outros espaços no centro da cidade que chamavam a atenção dos gestores municipais, por suas características negativas e incompatíveis aos ideais higienistas e modernizantes predominantes à época, refiro-me aos *cortiços*. De acordo com Valladares (2005) os cortiços do Rio de Janeiro podem ser considerados o “*germe*” da favela, pois a autora observa grandes semelhanças entre os cortiços e as habitações precárias existentes no Morro da Providência, além da sua ocupação que se deu aproximadamente no mesmo período em que foram demolidos os cortiços do Centro da cidade, no início do século XX.

O cortiço era considerado o espaço da pobreza, um local que abrigava trabalhadores, mas também vagabundos e malandros. Era associado ao crime, ao vício, propício a epidemias, isto é, uma verdadeira ameaça à ordem social e moral (VALLADARES, 2000, 2005). Foram os primeiros a sentirem a ferrenha ação dos governos da cidade. Leis impediram a construção de novos cortiços no Rio de Janeiro, e no final do século XIX, uma grande reforma urbana erradicou diversas habitações populares em nome de um projeto de cidade mais civilizada e saneada (VALLADARES, 2005). Findo o interesse pelos cortiços na cena pública, visto que foram demolidos, outro espaço no panorama urbano carioca toma seu lugar e chama a atenção dos mais diversos atores, como engenheiros, médicos, sanitaristas, jornalistas, etc., a favela passa a ser o palco das atenções, mas não de uma forma positiva. Este novo espaço geográfico e social a compor o cenário público carioca imediatamente converte-se no mais novo território da pobreza, o lugar da carência, da falta e do vazio. A favela também passou a ser vista como reduto de criminosos e um lugar perigoso por amplos setores da população, principalmente pelas autoridades policiais. E desta forma, a

favela passa a ser considerado um “problema”, no momento em que surge. (VALLADARES, 2005; ZALUAR & ALVITO, *op. cit.*).

A perspectiva da favela-problema “[...] contou com o forte respaldo do diagnóstico higienista aplicado à pobreza e ao cortiço, servindo este como uma das matrizes das primeiras representações das favelas.” (VALLADARES, 2005, p. 39). Entre 1926-1927, houve um forte movimento de modernização e embelezamento do Rio de Janeiro, introduzindo como tema em voga a preocupação com a estética da cidade, a partir da veiculação de uma representação da favela como problema sanitário, moral e, agora também, estético.

Outro ponto relevante para entender o contexto histórico do surgimento e a permanência das favelas se refere ao período em que Getúlio Vargas esteve no poder, pois teve início uma nova etapa nas representações das classes populares, e por consequência, das favelas. Devido ao caráter populista da ditadura e a atenção à classe trabalhadora, o Estado intervencionista criou leis e sistemas educativos além do desenvolvimento da proteção social. A propriedade também foi uma das preocupações relacionadas as condições de subsistência da classe trabalhadora por este Governo. O regime de Vargas retomou as mesmas percepções higienista anteriores, mas ao nomear o médico Pedro Ernesto como prefeito do Rio de Janeiro, instalou-se um novo tipo de relação entre o Estado e a população das favelas. O prefeito desenvolveu uma relação muito próxima dos habitantes das favelas, servindo como mediador de conflitos diversos e proporcionou a instalação de serviços públicos na favela. Nestas circunstâncias, institui-se uma nova concepção sobre as favelas, aquela que constata sua existência e entende que a sua destruição não é a única forma possível de relacionamento, a melhoria das condições de vida, fornecendo estrutura básica aparece como uma via a intervenção pública (VALLADARES, 2005).

A aprovação do Código de Obras, em 1937, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, apesar de conter um decreto para a extinção das favelas, o documento também reconhece a existência das favelas e introduz a necessidade e/ou preocupação do governo em administrar a favela e seus habitantes. Neste período, a presença do serviço social nas favelas foi relevante para se considerar que não era mais possível

simplesmente destruir as favelas sem se preocupar com a sua população. O Código também previa a criação de moradias em condições mínimas para realocar a população das favelas, então, entre 1941 e 1943, foram criados três parques proletários com esta finalidade. Estes parques eram concebidos como moradias provisórias e justificava-se a remoção com a proposta de integração do favelado a sociedade. As novas habitações ofereciam o fornecimento de estrutura sanitária, urbana e social necessária a inserção da vida urbana (VALLADARES, 2000 e 2005; PERLMAN, *op. cit.*; BURGOS, 2006).

A política habitacional empregada pelo Governo Vargas pode ser caracterizada pelo “remocionismo” das favelas. O fim do regime ditatorial e o processo de abertura política a partir de 1979, combinado aos fracassos das remoções, provocaram mudanças na política urbana. Durante a década de 1980, o debate se concentraria na integração das favelas à cidade. Eleito em 1982, o Governador Leonel Brizola, foi uma figura política importante neste contexto de mudança, eleito com base popular, desenvolveu uma agenda social direcionada para suprir alguns serviços básicos necessários às favelas. A partir de então muitas favelas cariocas receberam sistemas de água e esgoto, energia elétrica e passaram a contar com a coleta de lixo (BURGOS, *op. cit.*; GONÇALVES, 2013).

Outra iniciativa de destaque neste período foi o programa “*Cada família, um lote*”, que tinha como objetivo a regularização dos imóveis localizados em favelas e assentamentos irregulares. No entanto, de acordo com Gonçalves (2013) o programa não foi bem-sucedido devido a impeditivos de ordem jurídica e sociais, restando ao Governo Estadual assegurar a posse pela “tolerância”, sem implicar em títulos formais. Mas de toda forma, a garantia de posse, isto é, a regularização dos imóveis nas favelas marcou um novo padrão de construção, os barracões de madeira e zinco foram gradativamente substituídos por alvenaria, construções mais sólidas e duráveis. E influenciou numa maior diversificação das atividades comerciais dentro das favelas (GONÇALVES, 2013).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 legitimou a nova política em relação às favelas, “[...] retirou toda alusão generalizante da ilegalidade das favelas, proibiu toda política de remoção e determinou a transformação das favelas em bairros

para integrá-las ao resto da cidade.” (GONÇALVES, 2013, p. 16). Também concedeu aos municípios maior autonomia financeira e lhes atribuiu maiores responsabilidades, ficando a cargo das municipalidades as ações sobre a questão urbana. Principalmente a partir dos anos de 1990, as prefeituras passaram praticamente a monopolizar as políticas públicas no tocante as favelas. No município do Rio de Janeiro, o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP) foi o primeiro programa criado de intervenção nas favelas, que ocorreu no governo de César Maia, em 1993. O GEAP foi criado para nortear a política habitacional do governo, onde se originou programas como o “Favela Bairro”³⁰, por exemplo. Segundo Cavallieri (2005) o programa ocorreu entre os anos de 1995 e 2000, e contou com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e beneficiou 54 favelas e 8 loteamentos irregulares.

De acordo com Cavallieri (2005) o programa proporcionou mudanças relevantes na situação do saneamento básico, entretanto não apresentou nenhuma alteração no que se refere às variáveis de renda e educação. Além disto, tampouco o programa conseguiu verdadeiramente integrar a favela a cidade e nem levou em consideração a questão do tráfico de drogas que interferiu na execução dos projetos. Visto que, a partir das décadas de 1980 e 1990, os grupos de tráfico de drogas ganharam maior visibilidade nas favelas, mantendo uma lógica de controle e poder nesses espaços dificultando a ação pública. Assim, a percepção da favela associada a violência e a criminalidade persistiu, bem como o estigma associado a ela (GONÇALVES, 2013).

Na década de 1990, o Rio de Janeiro foi marcado pelo aumento de conflitos armados entre quadrilhas rivais na disputa de território e com a polícia, roubos, assassinatos, assaltos, arrastões nas praias, entre outras formas de violência se

³⁰ Segundo a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, no Decreto n° 14.332, de 07 de novembro de 1995, o Favela-Bairro tem por objetivo complementar ou construir a estrutura urbana principal, focando no desenvolvimento do saneamento e na democratização de acessos a essas localidades, além de proporcionar condições ambientais necessárias para tornar a favela num bairro comum da cidade. O decreto compreende a urbanização das favelas como a promoção de obras e a permissão de ações de implantação, operação e manutenção de equipamentos e serviços, como: o abastecimento água; esgotamento sanitário; circulação viária; drenagem pluvial; contenção e estabilização de encostas; coleta de lixo e limpeza pública; iluminação pública; creches; praças, parques e jardins; esporte e lazer, além de outros programas sociais (Rio de Janeiro, Art. 3, 1995).

disseminaram pela capital. Devido a uma série de acontecimentos³¹ que envolviam direta ou indiretamente o combate à violência crescente na cidade e repercutiram pelos meios de comunicação a nível local e nacional, geraram a representação da cidade como extremamente violenta, uma cidade em guerra (LEITE, 2000). A chegada da cocaína nas favelas cariocas e do narcotráfico marcou este período, que continuou a se expandir ao mesmo tempo em que entrava as armas de fogo para proteção das atividades ligadas ao comércio do varejo de drogas (ROCHA & CARVALHO, 2018).

Já em 2007, se inicia a “*Era de Grandes Eventos*” (BRUM, 2018), com a preparação da cidade, mesmo que ainda “tímida”, para os Jogos Pan-Americanos. A partir deste momento passou-se a gestar a ideia do Rio de Janeiro como “cidade-evento”, transformar a cidade num grande palco de eventos internacionais, tais como a II Jornada Mundial da Juventude (2013), a final da Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Contudo, era necessário mudar a imagem da cidade e assegurar uma organização em prol da segurança para poder sediar esses eventos. Intensificaram-se os investimentos na área da segurança pública na tentativa de “[...] uma renovação urbana que possa, a partir do aumento do número de visitantes, fortalecer a economia carioca e oferecer uma cidade mais organizada e principalmente mais segura aos futuros visitantes.” (CARVALHO, 2013, p. 286). Na prática, isso se refletiu na busca por parte do Estado por mais controle nas favelas e a volta da defesa das remoções, como aponta Brum (2018) em seu artigo.

É neste contexto que em 2008, surge a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no Morro de Santa Marta. Embora não tenha um conceito definido, estariam norteadas pelos princípios da Polícia Comunitária. Segundo Rocha e Carvalho (2018, p. 910), de acordo com o site oficial³² da UPP, a Polícia Comunitária seria “um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”. A UPP é um programa criado a partir da Secretaria de Estado de Segurança que tinha como objetivos norteadores previstos no decreto n°. 45.186 de

³¹ Leite (2000) destaca para a cidade do Rio de Janeiro três principais episódios violentos que aconteceram no início dos anos 90, as chacinas de Acari (1990), da Candelária (1993) e do Vigário Geral (1993).

³² Não é mais possível acessar o site <www.upprj.com>, com o fim do programa o site não se encontra mais disponível. Tentativa de acesso em: 12 Jan. 2020.

17 de março de 2015, a recuperação de territórios sob o controle de grupos ilegais armados, a restauração do monopólio legal e legítimo da força pelo Estado e a redução da criminalidade violenta, sobretudo a letal. Neste sentido, era central a ideia de pacificar as favelas a partir da presença ostensiva e cotidiana de policiais militares com a construção de bases para atuação nas favelas (CARVALHO, 2013; ROCHA, 2018; ROCHA & CARVALHO, 2018).

Em sua fase inicial, as UPPs tiveram grande aceitação pública, estimulando a entrada de outros atores sociais às favelas pacificadas, vindo tanto da sociedade civil quanto do mercado, como o desenvolvimento de projetos sociais organizados por ONGs e empresas do setor privado (RODRIGUES & MOTTA, 2013). Aliado ao discurso corrente de que não bastava apenas “pacificar” as favelas por meio da intervenção de polícias e militares, surge em 2010, a UPP Social responsável pela integração e coordenação de ações sociais nas favelas alvo do programa, contribuindo para a aplicação de políticas sociais.

De acordo com Cano (2012) a experiência das UPPs, pelos menos até o ano de 2012, em que coordenou sua pesquisa, apresentou resultados positivos em relação aos crimes realizados dentro das favelas, principalmente em relação a redução da violência letal, com uma significativa queda do número de homicídios em decorrência de intervenções policiais; e a redução da presença e conflitos entre facções rivais e entre eles e as forças policiais das UPPs (CANO, 2012). O programa chegou a atingir 38 favelas³³, mas não demorou a se revelar um programa tão violento e repressor quanto qualquer outra política adotada anteriormente. Explodiram casos de abuso de autoridade, violência policial, suspensão e/ou proibição de bailes funks, e casos de morte de moradores por policiais das UPPs³⁴, em consequência as UPPs começam a passar por um período de descrédito por parte dos moradores e da imprensa, somando-se a isto, também houve o aumento dos índices de violência que apresentaram queda até 2012, passando a aumentar expressivamente após esse ano.

³³ As favelas que foram contempladas por este programa, bem como as datas de ocupação e resolução no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

³⁴ A exemplo, o caso do pedreiro Amarildo na Rocinha, em 2013 (BRUM, 2018).

Já por volta do ano de 2018, a UPP passou a sofrer um desmonte por parte do Governo Estadual, e na prática, foi totalmente interrompida neste mesmo ano (ROCHA, 2018; ROCHA & CARVALHO, 2018; BRUM, 2018).

É possível perceber que da mesma forma como se registrou no passado, as ações do Estado nas favelas têm se pautado prioritariamente sob orientação de políticas de segurança do que políticas sociais, intervindo por meio ora da remoção e extinção das favelas, ora repressão, controle e militarização destas áreas. De modo geral, podemos afirmar que as ações públicas continuam a identificar os moradores de favela como potenciais criminosos e reforçam o estigma da favela enquanto território da pobreza e criminalidade.

Até aqui vimos a construção das representações da favela e de seus moradores no cenário carioca ao longo da sua história, a partir das ações ou políticas públicas acionadas pelas administrações públicas vigentes. Isto se revela de interesse para a presente pesquisa, pois contextualiza historicamente o panorama das favelas do Rio de Janeiro, que tem servido como uma espécie “laboratório experimental” para tais políticas, e que muito serve de “modelo” para os governos municipais (como o de Campos dos Goytacazes) no trato com as favelas de ao logo da sua história. E revela o imaginário social atribuído a favela até os dias atuais como um local associado ao perigo, à violência, pobreza e à criminalidade.

1.2.1. Favela ou comunidade

Como vimos, a favela apresenta em sua constituição histórica um longo caminho de representações e sentidos atribuídos ao local e sua população. Ao mesmo tempo em que surgem as favelas no cenário urbano, já passam a ser percebidas como um espaço indesejável. Primeiramente foram enxergadas como problema sanitário, moral e propagador de doenças e epidemias, depois, reputa-se as favelas a noção de problema ou perigo à ordem pública, por estarem associadas à violência e à criminalidade

crescente no espaço urbano, como o lugar primordial de abrigo dos bandidos e criminosos da cidade. Essa representação negativa da favela tem se estabelecido desde seus primórdios, assentados no tipo de relação que foi estabelecido entre a favela e o poder público, a mídia, a população em geral e até mesmo com as instituições sociais. A esse respeito Freire (2009, p. 108) afirma que:

Conforme indiquei no início do artigo, o próprio termo “favela” vem, ao longo do tempo, adquirindo um caráter depreciativo, uma vez que em torno desses espaços se construiu no imaginário social uma série de mitos ligados à pobreza, à violência e à criminalidade, que se refletiam nas ações do poder público neles empreendidas e a consequente estigmatização de seus habitantes como pobres, violentos e marginais em potencial.

Dessa forma, os termos “favela” e “favelado” passaram a ser identificados por uma concepção estigmatizadora desses espaços e seus habitantes, e por consequência, passam a ser rejeitados por sua população na tentativa de se distanciar do estigma do morador de favela. Eis que surge o termo *comunidade*, que passa a ser utilizado tanto pelos moradores das favelas, como uma forma de autoidentificação em oposição a identificações vindas “de fora”, quanto por agentes do Estado, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e pela mídia, que ao utilizarem o termo buscam um distanciamento da visão negativa sobre a favela. Birman (2008) afirma que nesses casos o termo *comunidade* é utilizado pela valorização do “eufemismo” na dinâmica das relações sociais, e é acionado “[...] quando aqueles que produzem as identificações e participam dos mecanismos de sua aplicação precisam negociar com as populações por eles identificadas.” (BIRMAN, 2008, p. 106). A autora aponta que:

Um dos usos mais generalizados do termo *comunidade* tem sido, pois, aquele de um contradiscurso que argumenta a favor dos habitantes das favelas, destacando as boas qualidades morais que estes teriam, passíveis de serem comprovadas pelos seus modos de vida e pela cultura que possuem. (BIRMAN, 2008, p. 103).

Ao discutir o termo *comunidade*, Birman (2008) propõe abandonar a discussão a partir do estudo das identidades e focar no debate acerca as políticas de identificação e seus efeitos, com isto a autora distingue quatro intenções em que o termo tem sido empregado para se referir as favelas ou outros espaços estigmatizados. O primeiro já

foi mencionado acima, o uso eufemístico do termo, os outros três usos se concentram em outras dimensões, no entanto, todos estão em alguma medida inter-relacionados. O segundo sentido atribuído ao termo comunidade, expressa uma conotação positiva associado à tradição, onde evocaria as características como o samba, o carnaval, a harmonia e o respeito, próprios à cultura dessa população, criando-se a imagem “favela-comunidade”. Essa imagem torna possível a construção de um espaço de negociação, uma ponte entre os “de dentro” e os “de fora”, que até viabiliza a presença do Estado a partir de projetos de intervenção (BIRMAN, 2008.).

O terceiro, diz respeito ao seu uso nas interações próximas, “face a face”, entre os moradores do lugar. O termo tem sido acionado por meio de memórias subjetivas, como por uma busca de reconhecimento afetivo ao local, se contrapondo aos argumentos que somente identificam a favela com o crime e suposta incivilidade. No quarto e último deles, o emprego do termo estaria voltado no sentido de contrapor identidade a identificação, isto é, ao enfatizar as representações das formas de sociabilidade positivas que conectam os moradores entre si por meio de uma experiência de lugar, “[...] os habitantes das favelas buscam mostrar o ‘outro lado’ desses territórios, um lado social positivo, que se mostra contrário e mesmo antagônico a visão totalizante que os identifica ‘de fora’.” (BIRMAN, 2008, p. 112).

Birman (2008) afirma que esse movimento de trazer uma identificação positiva ao termo *comunidade* não parece ser muito eficaz, pois o uso eufemístico, por exemplo, não elimina por si só a associação negativa e segregadora das pessoas provenientes dessa identificação, “somente indica a suspensão destes pelo uso momentâneo de aspa que podem ser retiradas quando for preciso.” (BIRMAN, 2008, p. 107). E ainda porque a identificação produzida pelos moradores com o intuito de contrapor suas experiências comunitárias aos traços estigmatizantes predominantemente difundidos na sociedade, faz parte de uma escala muito menor nos “jogos identitários”, e que em sua maioria, não é levada em conta nos grandes debates políticos. Nesses debates as identificações são criadas pelos agentes do Estado ou setores dominantes da sociedade, e não estão interessados em reconhecer as “dinâmicas sociais” nas favelas, e sim, sobretudo, em subsumir identificações que reafirmam as políticas de governo próprias a esses espaços. Não há uma verdadeira busca de se estabelecer

anteriormente qualquer diálogo ou discussão com os habitantes das favelas para entenderem o sentido de empregarem o termo em suas autoidentificações, simplesmente “[...] geram formas próprias de identificação que são propostas como se fossem mero reconhecimento de identidades que já existiam desde o início dos tempos.” (BIRMAN, 2008, p. 113).

Desta forma, como Birman afirma, o termo “*Comunidade*” virou “pau para toda obra”, um espaço vago onde tudo pode se acomodar. E seu uso não tem por base levantar questionamentos em face da política de discriminação e segregadora adota pelo Estado nesses espaços, mas o discurso da valorização da favela como *comunidade*, busca antes afirmar que essa política não é adequada a esta parcela da população. Numa tentativa de mostrar para o restante da sociedade, uma identificação moral e cultural que os revelariam aptos para serem incluídos como cidadãos e integrados à cidade. Em todos os sentidos empregados ao termo *comunidade* apontados pela autora, é possível perceber que apesar do seu uso com intuito positivo em oposição ao aspecto negativo impregnado no termo *favela*, o emprego do termo *comunidade* se mostra cada vez mais ratificador das diferenças entre as mais diversas configurações espaciais urbanas, colocando o “bairro” em oposição as favelas, periferias, bairros de baixa renda e comunidades.

Na busca sobre a utilização do termo em trabalhos acadêmicos que versam sobre os mais variados temas e aspectos relacionados às favelas de Campos dos Goytacazes, o emprego do termo *favela* parece ser unânime. O primeiro estudo relacionado ao tema na cidade recorreu ao termo “favela ou comunidade baixa renda”. Basicamente, utilizou o conceito de *favela* adotado pelo IBGE, onde para ser considerado um setor censitário deveria ter pelo menos 50 domicílios, e em relação a especificação para se considerar uma *favela* se concentravam em três fatores: edificação em terreno invadido; construção rústica e simples; não apresentar termo de posse do domicílio e em sua maioria os domicílios não possuem saneamento básico (PESSANHA, 2001, 2004). Pessanha (2001) no início do seu texto informa que o termo “favela” tem sido considerado “politicamente incorreto”, tanto por pesquisadores, quanto pelos moradores desses espaços, devido a carga negativa imbuída de preconceito,

discriminação e o estigma que o termo carrega, onde se difundiu entre a população que todo negro é morador de favela e traficante em potencial (PESSANHA, 2001, 2004).

Por esse motivo, Pessanha (2004) aponta que o termo favela, na maioria dos casos, tem sido substituído pela expressão “*comunidade de baixa renda*”, mas não em seu trabalho, pois permanece com o termo favela, justificando-se que era o termo técnico utilizado pelo IBGE. Podemos perceber na sua escrita a preocupação quanto ao uso do termo, quando ele afirma que “Este trabalho usa o termo favela não com o intuito de desvalorizar as comunidades ou muito menos de diminuir a autoestima dos seus habitantes e, sim, porque é o termo que, tecnicamente, o IBGE adota para caracterizar essas comunidades” (PESSANHA, 2004, p. 307). O trabalho fez um levantamento dos dados oficiais do IBGE dos anos de 1991, 1996 e do Censo 2000, com o objetivo de avaliar o deslocamento da população que vivia nas favelas da cidade.

O segundo estudo realizado na cidade foi o de Guimarães e Póvoa (2005), trata-se de um relatório de pesquisa com o título *Formação e evolução das favelas em Campos dos Goytacazes*, que apesar de não necessariamente problematizar o termo favela, ao longo da introdução vão elencando as características que atribuem a esses espaços, como quando escrevem sobre a localização espacial das favelas em Campos: um “amontoado de casas de favela situadas às margens da estrada, espremidas entre o asfalto, a linha férrea e as cercas das fazendas, acompanhando o contorno das vias” (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005, p. 05). Ou quando se referem aos fatores socioeconômicos, onde consideram a pobreza como um fator comum a todas as favelas, no entanto, não sendo o único, pois as autoras entendem que cada favela apresenta sua especificidade, e por isto mesmo, também enfatizam outros aspectos, como pode ser observado do trecho abaixo:

[...] o desemprego, o baixo nível educacional de sua população, ausência durante 10 anos de uma política de habitação popular no país, bem como a busca de vantagens relativas oferecidas especialmente pelas áreas de favelas mais centrais que possibilitam o fácil acesso ao trabalho, aos serviços urbanos e equipamentos como escolas e postos de saúde. (GUIMARÃES & PÓVOA, op. cit., p. 06).

Além destes, também consideram os fatores como deterioração da qualidade de vida de uma parcela da população e a deterioração do meio ambiente, pois muitas favelas se encontram em áreas de risco ambiental. E soma-se a isto a questão do problema da criminalidade urbana que se faz presente em todo o país, pela transformação de muitas favelas em “[...] guetos da marginalidade, com a introdução do tráfico nesses locais, contribuindo para o aumento da violência urbana.” (GUIMARÃES & PÓVOA, *op. cit.*, p. 06). De modo geral, o estudo das pesquisadoras buscava conhecer as especificidades da origem e evolução das favelas em Campos dos Goytacazes, e para isto utilizaram diversas fontes para a pesquisa bibliográfica, como documentos oficiais, matérias jornalísticas, levantamento de dados junto a agência do IBGE de Campos e do Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social. Além de realizarem entrevistas com agentes municipais, antigos moradores das áreas de favelas e alguns presidentes de Associação.

Mais recentemente despontaram várias outras pesquisas que buscam analisar as mais diversas dimensões das favelas campistas, como os aspectos relacionados ao espaço urbano, urbanização e ocupação de áreas periféricas (GOMES et al., 2013; NUNES & GIVISIEZ; 2008; MATTA & MATTA, 2015; SOUZA et al., 2016), a segregação socioespacial das favelas (CARVALHO, 2004; FARIA, 2005; MOTA & MAMANI, 2012), as políticas públicas e programas municipais de habitação popular (PÓVOA, 2002; OLIVEIRA & PEDLOWSKI, 2012; MENDES et al., 2014) e os processo de remoção e resistência das favelas frente a essas políticas e programas (NOGUEIRA, 2008; FARIA, 2015; FARIA & POHLMANN, 2016; FALCÃO & FARIA, 2016).

Dentre estes, há especificamente aqueles que estudaram as favelas que aqui também abordarei, como a Matadouro (CARVALHO, 2004; NOGEIRA, 2006; BARBOSA, 2006; MENDES, 2007; MOTA, 2012; MATTA & MATTA, 2015; MOTA & MAMANI, 2012) onde foi investigado principalmente aspectos relacionados a saúde pública, segregação socioespacial e política habitacional, e ainda Ribeiro (2015) que realizou um estudo sobre o contexto religioso, dando ênfase as igrejas evangélicas; Inferno Verde (FARIA, 2015; FALCÃO & FARIA, 2016); Goiabal (FARIA & POHLMANN, 2016), se referem especificamente sobre o processo de remoção e resistência dessas

favelas e sua população; e a Tira-Gosto (MATTA & MATTA, 2015) sobre urbanização e implantação do programa municipal *Bairro Legal* nas favelas Matadouro e Tira-Gosto.

O que todos estes estudos apresentam em comum é se referir a estes espaços a partir do termo favela. Nesta perspectiva, a favela é percebida como fazendo parte da cidade, sendo um espaço produzido e reproduzido socialmente pelas dinâmicas sociais estabelecidas no espaço urbano. Não poderia deixar de utilizar o termo “favela” mesmo considerando de sua dimensão negativa, altamente segregadora e pejorativa, pois como vimos, todos os termos que foram associados a favela, apresentam sua história e variações ou interlocuções tanto em relação a percepção dos moradores, quanto da sociedade em geral. Então, faço essa escolha estando ciente deste percurso, e inclusive entendo que o termo “favela” é uma construção histórica, social e política baseada no tipo específico de ação/intervenção do Estado nesses espaços.

O termo *comunidade* também é empregado pelos moradores locais, principalmente a partir da intervenção de uma igreja pentecostal específica, a Igreja Evangélica Caminho das Águas, o qual o pastor desde quando começou seu trabalho de evangelização na favela, em 1992, focou na conversão da população jovem, principalmente os meninos envolvidos no tráfico de drogas. Em seus cultos, o pastor passou a pregar a ideia do nome “*Comunidade de Adoração*”, substituindo o nome “favela Tira-Gosto” entre seus congregados. De acordo com ele, o termo “favela Tira-Gosto” é um nome carregado de “maldição” devido a violência e a criminalidade que assola o local, enquanto que o nome “*Comunidade de adoração*”, revelaria a ideia da conversão dos indivíduos que vivem no local (Ribeiro, 2013).

Deste modo, assumo a escolha do termo favela neste trabalho para me referir ao contexto espacial urbano no qual se configuram as ações e atividade do projeto social que é analisado. Ao utilizar o termo favela também estabeleço uma distinção ou um contraponto ao termo *comunidade*, que normalmente foi empregado pelas pessoas que tive contato no campo de pesquisa, mesmo que por diversas vezes o termo favela tenha sido empregado também por interlocutores “de fora”, que vão a favela oferecer algumas atividades do projeto, como os membros da ONG.

O processo histórico e o contexto geral que retratei como um todo neste tópico amplo sobre favela é por si só a base histórica, política e cultural que sustenta as interpretações sobre a origem das favelas nas cidades brasileiras e sobre sua população. Enquanto uma dimensão importante que justifica a atuação religiosa nas favelas e na intervenção social nesses espaços, antes marcados pela precariedade, pobreza e história de deficiência de proteção estatal, se faz necessário, definir e conceituar as percepções sobre a pobreza e identificar aquela que compõe a interpretação que é empreendida nesta pesquisa. É exatamente este o tema que desenvolvo no próximo tópico.

1.3. O aspecto multidimensional da pobreza

Conceituar a pobreza neste trabalho apresenta sua relevância devido ao sentido da assistência social empregada pelas diferentes religiões, tendo como fundamento o dever cristão de cuidar dos mais pobres. O fenômeno da pobreza não é algo novo, vem sendo objeto de preocupação desde pelo menos da Idade Média. Na Europa Medieval era concebida por meio de uma classificação atribuída ao “vínculo” com a pobreza, que podia ser ou não voluntária. Assim, havia a concepção da pobreza promovida pela privação de bens materiais como uma atitude de desprendimento e renúncia religiosa, imbuída de valor espiritual; e a pobreza involuntária, atribuída aos indivíduos em situação de penúria ou indigência, que foi o objeto de atenção da Igreja Católica (SCHELIGA, 2013). A pobreza se tornou uma virtude e passou a ser objeto de solidariedade, compaixão e generosidade, pois “[...] a assistência aos pobres não era uma opção ao cargo da iniciativa pessoal, mas a consequência obrigatória do lugar ocupado em um sistema de interdependências.” (SCHELIGA, 2013, p. 63), neste sistema, a caridade tornou-se obrigatória, um dever, seja como meio para obter a salvação ou reafirmação de riqueza e generosidade.

De acordo com Scheliga, foi ainda na Idade Média que se deu a primeira distinção entre “caridade” e “assistência”. A caridade atuaria através da prática da

esmola, dando preferência a um público alvo específico: os doentes, os idosos e os órfãos; enquanto que a assistência “[...] surgiria como prática vinculada ao princípio da universalização da ajuda, acolhendo em suas instituições o maior número possível de necessitados [...]” (SCHELIGA, 2013, p. 64). As transformações sociais que ocorreram na sociedade a nível demográfico e econômico, pela mudança no modo de produção, o advento das cidades, e principalmente, o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, marcou a passagem da Idade Média para Idade Moderna, e também impulsionou novas e diversas dimensões ao fenômeno da pobreza.

A industrialização no século XIX modificou o significado da pobreza, agravando a miséria da nova classe trabalhadora urbana. Castel (1998) afirmou que o pauperismo desse século esteve no centro da dinâmica da primeira industrialização, assim como mais recentemente, esse lugar passa ser ocupado pela precarização do trabalho, comandado pelas novas exigências tecnológicas da evolução do capitalismo moderno. A *pobreza urbana* apontava como novo fenômeno social complexo e desafiava a ordem política, nas primeiras iniciativas para lidar com a questão, ainda na Inglaterra no final do século XIX, surgiu um conceito de pobreza ligado a *subexistência*, ele esteve baseado nas “*Poor Laws*”, um sistema de ajuda social aos pobres que se desenvolveu na Idade Média na Inglaterra onde a necessidade dos pobres eram medidas por quantidades de pão ou dinheiro equivalente, e em resultados de pesquisas de nutricionistas que associavam pobreza à incapacidade de uma família obter uma renda mínima suficiente para se manter fisicamente, isto é, esses estudos buscavam encontrar soluções que viabilizassem aos mais pobres acesso ao mínimo necessário para sua alimentação (CODES, 2008; RAITANO & RIBEIRO, 2019). Assim, o conceito de pobreza elaborado por um “*padrão de subsistência*” corresponderia a noção atual de *pobreza absoluta*, pois segundo Rocha (2006, p. 11) “[...] está estreitamente vinculada a questões da sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital.”.

Esta abordagem apresentou uma segunda fase, frente aos desdobramentos após a Segunda Guerra Mundial, onde as economias quebradas buscavam uma justificativa para as baixas taxas adotas de seguridade e assistência (CODES, 2008;

RAITANO & RIBEIRO, 2019). A pobreza passa a ser encarada como um problema a manutenção da coesão social, pois a estabilidade da sociedade se encontrava comprometida pelos indivíduos que não se adequavam a nova organização social baseada nas relações de trabalho na sociedade industrial e poderia levar a dissociação do conjunto da sociedade. Então, na tentativa de reverter essa situação, a pobreza passa a ser alvo de políticas públicas de Estado. Estas estão concentradas na criação e manutenção de investimentos que garantissem a geração de emprego que possibilitasse acesso a recursos básicos como a alimentação, e assegurasse um mínimo de coesão entre os grupos sociais, restaurando as relações de interdependência entre os cidadãos e preservando os vínculos sociais da sociedade como um todo (CASTEL, 1998).

Já por volta da década de 1970, surge uma nova concepção da pobreza ligada as “*necessidades básicas*” insatisfeitas, frequentemente adotada por organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa concepção se caracteriza por uma abordagem que promove a inclusão de aspectos variados, além da renda e mínimo alimentar. Ela incorpora um leque mais amplo das necessidades humanas, tais como educação, saneamento, saúde, habitação, etc., e estão associadas a realidade social apresentada por cada sociedade como um todo, não apenas ao grupo dos pobres tomados em uma sociedade. Neste sentido, estabelece um aspecto relacional e multidimensional da pobreza, e reconhece a inter-relação entre as diversas carências (ROCHA, 2006). Essa abordagem apresenta uma interlocução com crescimento econômico e progresso social, pela promoção da dignidade dos indivíduos e desenvolvimento nacional (CODES, 2008; RAITANO & RIBEIRO, 2019).

Com a necessidade de relacionar aspectos científicos à estrutura social e institucional vigente foi preciso abranger ainda mais o conceito de pobreza, e assim formulou-se o conceito de pobreza como “*privação relativa*”. Nesta nova perspectiva, a pobreza é definida em função do contexto social em que um indivíduo está inserido, considerando o padrão de vida e a forma pela qual são supridas as diferentes necessidades numa determinada realidade social. Assim, essa abordagem se baseia em uma quantidade maior de indicadores e atribui simultaneamente pesos relativos a cada um deles (CODES, 2008; RAITANO & RIBEIRO, 2019). Segundo Codes (2008)

dentro da concepção relativa da pobreza, os pobres são aqueles que não possuem os meios necessários para atuar satisfatoriamente no ambiente social ao qual está inserido. A autora afirma que:

Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade (CODES, 2008, p. 15-16).

É essa concepção relativa da pobreza, que Rocha (2006) associa quando contrapõe pobreza absoluta a pobreza relativa, onde a segunda é definida pelas “[...] necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social.” (ROCHA, 2006, p. 11). Essa interpretação abre espaço para a discussão entre pobreza e cidadania, onde o intuito de criar sociedades mais justas e igualitárias torna-se parâmetro para se avaliar a qualidade do desenvolvimento almejado. Deste modo, necessariamente, o desenvolvimento de um caminho para defesa dos direitos de cidadania, passaria pela promoção do interesse no enfrentamento da pobreza (CODES, 2008). Portanto, esta abordagem versa por sua análise sobre o indivíduo e não nos indicadores, é o entendimento das privações e o padrão de vida desejado e atribuído pelo indivíduo e a comunidade como um todo, num período e lugar específico, que passa a ser o norte da análise sobre a pobreza (RAITANO & RIBEIRO, 2019).

Numa quarta abordagem, e ainda mais ampla, sobre a concepção de pobreza tornou-se compatível tanto aspectos da pobreza absoluta quanto da relativa, e avançou sob o cenário da justiça social, discutindo aspectos de desenvolvimento, bem-estar, liberdade, igualdade e desigualdade. Essa é a abordagem conhecida como “*privação das capacidades*”, e conta com principal contribuição do economista indiano Amartya Sen. O autor amplifica as discussões propostas até então, considerando fatores além dos econômicos, não negando sua importância, mas enfatizando também aspectos como os políticos, legais e sociais. Para o autor a pobreza não é medida pela escassez

de bens, mas pela incapacidade de obtê-los, seria a privação das capacidades do indivíduo de obter oportunidade e condições para atingir quadros mínimos de satisfação das necessidades fundamentais. Neste sentido, a noção de bem-estar assume centralidade, pois foca na capacidade que um indivíduo possui de usufruir de um tipo de vida que valorize para si mesmo. Nesses termos, o padrão de vida estaria pautado na própria vida, na qualidade inerente a existência de um indivíduo, e não simplesmente na posse e utilidade de determinados bens instrumentais (CODES, 2008; RAITANO & RIBEIRO, 2019). Nesta perspectiva, afirmam Raitano e Ribeiro (2019, p. 08):

Em razão disso, são incorporadas ao conceito de pobreza a privação das capacidades, desde dimensões de natureza física, como estar bem nutrido, estar adequadamente vestido, morar bem e evitar morbidade, até a conquista de objetivos sociais mais complexos, como ser feliz, participar da vida em comunidade, etc. Dessa forma, essa abordagem fortalece a interação entre as noções de pobreza absoluta e relativa, pois analisa desde perspectivas instrumentais (*commodities*), até a forma como isso faz o indivíduo se sentir em razão da sua situação social.

E por fim, a última, e a meu ver mais adequada para conceber o fenômeno da pobreza, e é aquela que atualmente tem sido mais utilizada pelos pesquisadores do tema, é a noção da “*pobreza multidimensional*”. Essa abordagem concebe o fenômeno como intrinsecamente multidimensional, isto é, concebe-se a pobreza a partir de sua natureza complexa e composta por diversos fatores e múltiplas propriedades que buscam analisar a vida humana como um todo (CODES, 2008). Referem-se às privações materiais para atingir o bem-estar, mas não se limita a elas, inclui a perspectiva da privação de oportunidades para obter um padrão de vida socialmente aceito, e também as manifestações subjetivas dos indivíduos em sua relação à sociedade, quando estes experimentam sentimento de impotência, falta de esperança, insegurança, vulnerabilidade e falta de poder político. É inserido nesse rol, além das condições materiais e individuais, também as relações sociais, como acesso ao trabalho e à assistência, abarcando ainda dimensões sociais e políticas relacionadas a questão da pobreza (CODES, 2008).

A pobreza é então percebida como um conjunto abrangente de problemas que se constituem por diversos fatores socioeconômicos que apresentam uma alta

complexidade e que estão imbricados entre si, e em permanente troca, dificultando a superação de situações de pobreza. Assim, envolve aspectos de natureza múltipla (materiais, subjetivas, política e social) e diversos fatores socioeconômicos que estão inter-relacionados. Sobre o campo de estudos que remetem a pobreza como fenômeno multidimensional, Codes (2008) demonstra que os fatores sociais, mais do que os fatores econômicos, podem ser os mais determinantes para a manutenção da situação de pobreza dentro da estrutura social, nas palavras da autora:

[...] nesse campo de estudos, converge-se atualmente para a compreensão de tratar-se de um fenômeno multidimensional e complexo, em que interagem diversos fatores socioeconômicos. Privações materiais, manifestas em termos de baixos rendimentos e níveis de consumo, encontram-se no cerne do problema e resultam em outros aspectos, como má nutrição e habitação de baixa qualidade. São mais comuns nas camadas pobres o acesso insuficiente a bens produtivos e a serviços públicos básicos, assim como ao mercado de trabalho, e as precárias condições de saúde e educação, além dos problemas de discriminação de sexo, restringindo-lhes o potencial de obtenção de renda. Aspectos como saúde debilitada ou mesmo estigmas sociais podem se constituir em barreiras para que pessoas pobres saiam daquelas situações. Observa-se assim que a pobreza pode ser uma armadilha mais social que econômica, o que se desdobra ainda em sentimentos de vulnerabilidade e insegurança. (CODES, 2008, p. 26).

É este sentido, por exemplo, que Marques (2010) atribui a pobreza urbana brasileira, pois entende que o fenômeno é gerado por diversos processos sociais, os quais estão ligados à inserção social e econômica dos indivíduos. O autor foca na importância da sociabilidade dos indivíduos “[...] para a compreensão das condições de pobreza urbana, tanto no que diz respeito ao acesso a bens e serviços obtidos via mercado quanto no provimento aos indivíduos de elementos oriundos de trocas e apoio social.” (MARQUES, 2010, p. 11). Marques faz uma crítica aos estudos anteriores sobre a pobreza urbana que estiveram baseados tanto na dimensão econômica e no mercado de trabalho quanto na de privações relativas e capacidades que coloca o comportamento do indivíduo no centro do fenômeno, enfatizando outros aspectos que considera importantes para a compreensão da pobreza, que são os processos e elementos sociais de médio alcance, associados aos padrões de relações que os indivíduos estabelecem.

Marques (2010) afirma que as dimensões sociais passaram a apresentar destaque no debate sobre o tema, principalmente no que tange aos processos de produção do espaço nas cidades brasileiras. As análises desse tipo, juntamente com a concepção multidimensional da pobreza, fomentaram resultados que indicavam uma intensa presença da pobreza e precariedade social em determinados espaços, no entanto, marcada por uma elevada heterogeneidade quanto as condições sociais e econômicas, habitação e segregação socioespacial. A concepção econômica não era suficiente para explicar as novas condições que se apresentavam aos estudos sobre pobreza urbana. Marques (2010) apontou que a descoberta da dimensão territorial da pobreza pelo agravamento das desigualdades sociais em São Paulo, levou as mais diversas explicações, desde abordagens mais simples associando a pobreza aos efeitos da segregação de certos grupos sociais devido à restrição das oportunidades, e os efeitos negativos da concentração da pobreza. E outras linhas de estudos mais rebuscados, que identificavam diretamente a segregação espacial com segregação social, mas não resultaram frutíferos, pois mesmo que “[...] a segregação separe grupos (e os indivíduos), os contatos sociais podem conectá-los por sobre o espaço, ou associados a ele de formas complexas.” (MARQUES, 2010, p. 13). É nesse ponto que o autor se aproxima da concepção da pobreza e suas múltiplas conexões, onde entende que é possível considerar várias pobrezas distintas, e não apenas uma pobreza, elas estão associadas a atributos sociais diversos ligados à estrutura etária, à composição familiar e à inserção no mercado de trabalho.

Para isso, Marques (2010) parte da perspectiva que a provisão do bem-estar nas sociedades de mercado depende de elementos providos por três esferas distintas, mas que estão associadas a distintas inserções econômicas, a saber: o mercado, o Estado e a unidades sociais, como as comunidades locais e a família. Mas em seu estudo se concentra apenas na última esfera, pois entende que as comunidades locais são ao mesmo tempo fontes importantes de obtenção de bens e serviços por meio de apoios sociais obtidos pelos (e entre os) indivíduos, e servem como mediadoras de acesso entre os indivíduos e as outras duas esferas (o mercado e o Estado). Nessa perspectiva, o bem-estar seria alcançado, ou não, pela atuação em conjunto dessas esferas e as estruturas de médio alcance, como as redes sociais, instituições etc., que

serviriam como pontes entre estas instâncias maiores e os indivíduos. A vulnerabilidade social poderia então ser ocasionada tanto pela falta de acesso a essas estruturas, como por suas deficiências no atendimento aos indivíduos. Enquanto que a dimensão espacial das diversas formas de pobreza agrava a complexidade do fenômeno, sabendo que a inserção dos grupos sociais no espaço urbano pode facilitar ou dificultar o acesso a bens, serviços e oportunidades (MARQUES, 2010).

Por isso que Marques (2010) para analisar a pobreza urbana paulistana realizou uma pesquisa sobre as redes pessoais totais de indivíduos em diversas situações urbanas de pobreza em São Paulo, e assim, revelou a importância de se construir um ponto de partida relacional para o estudo da pobreza. Sugerindo a integração da perspectiva das redes sociais na criação e manutenção das políticas sociais de combate à pobreza, enfatizando que da mesma forma que as redes apresentaram grande variedade em relação ao contexto social, sociabilidade, idade, sexo, escolaridade dos indivíduos e outros, as políticas públicas, dependendo do seu objetivo, também devem ser incentivadas de forma diferenciadas e devem considerar que produzirão efeitos relativamente longos. Logo, programas públicos que pretendam dinamizar as redes precisam ser duradouros, pois as redes provêm de processos lentos e longos de acúmulo e quebra de vínculos.

Para além desse debate técnico-científico sobre o conceito de pobreza, se faz presente a concepção de que todas estas transformações que ocorreram na sociedade e que levaram ao surgimento do fenômeno da pobreza urbana, criou uma “*massa de desocupados*” sem acesso a sociedade como um todo, pois não estavam inseridos nos circuitos de trocas e comercialização de bens, tornando-se um problema de ordem pública. Scheliga (2013) afirma que a pobreza urbana passou a incorporar a noção do desemprego como seu componente central, como discutimos no início da seção com Castel, e como consequência termos como “vagabundagem”, “preguiça” e “crime” foram ocasionalmente associados a qualidade de “desempregado”, e por fim, o problema da pobreza assumiu o estatuto de uma “questão social” (CASTEL, 1998).

As intervenções sob as questões sociais variavam de acordo com o período histórico e os interesses vigentes, indo da formulação de instituições beneficentes e a

criação de uma política de assistência social, até as ações de repressão contra a vagabundagem e a ociosidade, combate a disseminação de doenças e epidemias, todas produzidas, financiadas e administradas pelo poder público com a finalidade de prestar assistência aos menos favorecidos da sociedade. Sob este ponto, Scheliga (2013, p. 65) afirma que “A diversificação de aparatos de acordo com o perfil do assistido – hospitais para os inválidos, orfanatos para crianças e asilos para idosos, por exemplo – é fruto de uma política centralizada de assistência aos pobres”.

Esses aspectos também serão abordados no próximo capítulo no que tange a ênfase da intervenção sobre a “questão social” pelas diversas formas de assistência à população pobre. E quando pensamos na dimensão territorial da pobreza, parece ser consenso que a favela tem sido percebida como o espaço primordial para o estudo da pobreza urbana, não que esteja limitando ou reduzindo a favela a esse critério específico, mas é o que melhor explica as formas de ação social tanto da iniciativa privada quanto pública, religiosa ou da sociedade civil, que atuam nas favelas. A relação entre pobreza e ação social religiosa é apresentada e analisada no próximo capítulo, tendo como base a percepção multidimensional da pobreza e a assistência social.

Neste sentido, percebo a pobreza como um fenômeno multidimensional e que está associado a inserção social e econômica, a localização espacial, a vulnerabilidade social, e os mais variados aspectos relacionados aos indivíduos, todos sendo fundamentais para entender os processos sociais que levam a pobreza urbana, bem como concebeu Marques (2009, 2010). É relevante demarcar essa referência para o contexto analisado neste trabalho, pois as relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si parece ser a “chave” se não para o enfrentamento, ao menos para a minimização dos efeitos da pobreza urbana, e neste quesito, o estudo das redes sociais enquanto instâncias intermediárias, ora que se mobiliza e ora se cria por meio delas mecanismos de acesso a bens, serviços e auxílios externos a lógica do mercado ou Estado, efetivamente representam relevância para a integração e acesso dos indivíduos a estruturas sociais diversas, diferentes daquelas situacionalmente restritas e localizadas ao seu ambiente social mais próximo.

CAPÍTULO 2 – A Assistência Social e a ação social religiosa no Brasil

Este capítulo está dividido em quatro seções, iniciando pelo debate da presença religiosa na esfera pública a partir do referencial da relação entre Igreja e Estado, passando pelo marco regulatório da Assistência Social e o lugar da religião no novo cenário político e social, após a Constituição Federal de 1988. O engajamento do terceiro setor brasileiro sob a ótica do trabalho humanitário e filantropia empresarial. Chegando de fato na discussão das categorias mobilizadas na prática da ação social religiosa de acordo com as três religiões quantitativamente mais relevantes no país, os católicos, os espíritas e os evangélicos, tratando mais detidamente sobre as percepções e sentidos atribuídos pelos evangélicos a sua prática da ação social. Outra referência importante apresentada mais ao final do capítulo é a *“fluência no idioma secular”* por parte de líderes evangélicos na esfera pública. Após as implicações teóricas e empíricas apresentadas pela literatura abordada no capítulo, apresento algumas considerações acerca da questão classificatória dos vários termos e/ou categorias que surgem neste campo, e por fim, formulo a concepção da categoria *“ação social pentecostal”* que é utilizada para interpretar o tipo de ação social desenvolvida no Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas.

2.1. A relação entre Igreja e Estado: apontamentos históricos

Oro e Ureta (2007) ao analisarem os vários modelos de relação entre Igreja e Estado, religião e política, estabelecidos legalmente nos países da América Latina, entre eles o Brasil, o enquadra ao modelo de regime de separação Igreja-Estado, juntamente com mais outros 10 países: México, Haiti, Honduras, Nicarágua, Cuba, Colômbia, Venezuela, Equador, Chile e Uruguai. É o tipo de regime mais difundido entre a maioria dos países latino-americanos, sendo a base de suas respectivas Constituições. Nesses países são legalmente sustentadas e asseguradas “[...] a

liberdade de cultos para os cidadãos, assim como a igualdade entre os cultos, o que significa, ao menos em tese, que a Igreja católica detém menor reconhecimento oficial [...]” (ORO & URETA, *op. cit.*, p. 294).

No Brasil tal separação formal aconteceu oficialmente a partir do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890 (SOUZA, 2018), que proibiu a intervenção da autoridade federal e dos estados em questões religiosas garantindo a plena liberdade de cultos e determinou o fim do padroado, estabelecendo outras providências (BRASIL, 1890). Desde a Primeira Constituição Brasileira, de 1824, buscou-se estabelecer os princípios republicanos no país, baseados em características liberais, entre elas, por exemplo, garantia dos direitos civis básicos, como o direito à igualdade perante a lei e o direito à liberdade de imprensa e expressão de opiniões, e também, os primeiros passos dos direitos políticos, ainda reservado ao voto universal masculino. Também se configurou a liberdade de culto religioso, o estabelecimento de ensino laico em instituições públicas, oficializou o casamento civil e os cemitérios passaram a ter caráter laico e a serem administrados pela autoridade municipal (SOUZA, 2018; BRASIL, 1891; GUIMBELLI, 2008).

Após esse rompimento, Igreja e Estado só se reaproximariam novamente no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir da relação de amizade entre a liderança católica daquele período (o arcebispo dom Sebastião Leme) e o presidente Vargas. O marco desta reaproximação pode ser observado na Constituição de 1934, em que prevê o retorno da validade civil ao casamento católico e o ensino religioso se torna legalmente permitido. A nova Constituição (1937), quanto à separação jurídica entre Estado e religião, passou a estabelecer uma “colaboração recíproca” entre as partes, o que na prática, significou a colaboração entre o Estado e a Igreja Católica (SOUZA, 2018; GIUMBELLI, 2008).

A Constituição de 1946 reafirmou o caráter da separação entre Igreja e Estado, com a colaboração do poder público com a Igreja Católica, porém reservado a casos em prol do bem comum. Da mesma forma, assegurou a imunidade tributária às instituições religiosas, o reconhecimento de personalidade jurídica as entidades como dioceses e paróquias, a imprescritibilidade e inalienabilidade dos bens religiosos, isto é,

o livre recebimento de bens e a proteção quanto ao desembaraço dos mesmos (GIUMBELLI, 2008). A Carta Magna de 1967 reitera a separação institucional e afirma a colaboração recíproca entre Igreja e Estado, que estaria condicionada ao interesse público, como podemos observar no trecho abaixo:

A Carta Magna posterior, de 1967, em seu artigo 9º, inciso II, reiterou essa separação institucional. Tal artigo restringia a “colaboração recíproca” presente nas Constituições de 1934 e 1946, afirmando que ela só deveria ocorrer se fosse voltada ao interesse público, especificamente nos setores: educacional, assistencial e hospitalar (SOUZA, 2018, p. 241).

A colaboração entre o Estado e as organizações religiosas nos setores da educação, saúde e assistência social foi mantida na Constituição Federal de 1988 (SOUZA, 2018). A próxima intervenção significativa na relação entre Estado e religião ocorreu em 2003, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o processo de regulamentação do novo Código Civil³⁵. A Lei regulamentou mudanças nas normas que determinavam os direitos e deveres de todo cidadão brasileiro, dos bens, dos fatos jurídicos, das associações, etc. (BRASILIA, 2002), e propunha entre outras coisas, as atribuições das associações em geral, e também as religiosas. Essas últimas, a partir do novo Código Civil, se enquadrariam nas mesmas regras destinadas as organizações laicas sem fins lucrativos e passariam por fiscalização do poder público nos seus registros contábeis, necessitando realizar prestação de contas (SOUZA, 2018).

No entanto, a medida não obteve êxito, pois “bateu de frente” com a união dos parlamentares evangélicos, com apoio da ala católica e respaldo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que conseguiram contornar as modificações contidas no novo Código Civil (SOUZA, 2018). Esse movimento resultou em uma nova redação realizada pelo projeto de Lei 10.825, sancionada pelo presidente Lula, em dezembro de 2003. Essa Lei deu nova redação aos *artigos 44 e 2.031* da Lei nº 10.406 de 2002, onde incluiu e definiu que as organizações religiosas e os partidos políticos não seriam mais obrigados a alterar seus respectivos estatutos previstos nesta lei, e afirma-se no *parágrafo 1º do artigo 44*, que as organizações religiosas e os partidos

³⁵ O Novo Código Civil sob a Lei 10.406, publicado em janeiro de 2002 e entrou em vigor em janeiro de 2003 (BRASÍLIA, 2002).

políticos “São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento” (BRASIL, 2003). Igualmente a inclusão de um parágrafo único ao artigo 2.031, no qual postulou-se que nem as organizações religiosas e nem os partidos políticos estariam mais limitados às mesmas regras destinadas as associações em geral.

De acordo com Souza (2018) em razão da nova redação surgiu no cenário jurídico brasileiro uma nova figura, “*as organizações religiosas*”. Segundo o autor “[...] tais organizações permaneceram isentas de registro de estatuto social, aprovado em assembleia geral interna, e a consequente prestação de contas a todos os seus membros-contribuintes sobre as atividades realizadas e os recursos movimentados” (SOUZA, 2018, p. 242). Ou seja, permaneceu como era antes, contudo agora legitimado por uma legislação competente, mas que ainda não definia ou regulamentava ao certo as atribuições destes tipos de associações/organizações para com o Estado ou a sociedade.

E, por fim, outro ponto relevante a se mencionar neste contexto, se trata de uma negociação feita entre o Governo brasileiro e o Vaticano, no momento da visita do papa Bento XVI, em 2007, realizada por iniciativa do Vaticano. O acordo definia o estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil, dando contornos a presença do catolicismo no espaço público e suas correlações com a atuação dos agentes católicos, a partir do reconhecimento jurídico das entidades eclesiais no país. Além de dar ampla permissão à Igreja Católica para realizar atividades em outros domínios sociais além do religioso, como nas áreas da educação e assistência social (GIUMBELLI, 2008; SOUZA, 2018). O acordo ficou conhecido como “*Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil*”, promulgado em fevereiro de 2010 (BRASIL, 2010). Entre seus vinte artigos, destaca-se os *artigos 5º, 8º, 15º e 16º*, que de forma geral, tratam de questões referentes ao trabalho assistencial e beneficente da Igreja Católica e suas implicações para a legislação trabalhista brasileira e, principalmente, a preocupação em confirmar a

imunidade tributária referente à impostos conforme o ordenamento jurídico brasileiro, que pode ser observado no parágrafo primeiro do artigo 15³⁶.

Deste modo, nota-se que o novo Código Civil de 2003, produziu um “vácuo jurídico” em relação às associações religiosas, o qual o acordo proposto pelo Vaticano, poderia preenche-lo. Foi a partir de um caminho sob caráter de exceção, que se deu a base para regulamentação da religião dominante no país (GUIUMBELLI, 2008). O acordo foi alvo de grande repercussão, principalmente na ala evangélica, onde inconformados realizaram mobilizações cobrando que as mesmas prerrogativas fossem aplicadas às outras instituições religiosas no país. Essas reivindicações levaram a criação de um projeto de Lei (PL 160, de 2009) submetida à Câmara dos Deputados, pelo deputado Federal George Hilton (PSB/MG), e ficou conhecida como a “Lei Geral das Religiões”. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de agosto de 2009, ficou aguardando tramitação no Congresso Nacional, até que, em dezembro de 2018, já recebida junto ao Plenário do Senado Federal, teve sua tramitação encerrada, com a decisão de arquivamento por final da Legislatura.

Conclui-se que a relação entre Igreja e Estado no Brasil, apresenta forte e sinuosa dimensão legal, referidas em muitas leis brasileiras desde a década de 1890 até os dias atuais. Onde foi estabelecida uma longa e controversa relação entre o Estado brasileiro e as religiões, dando ênfase para o período a partir do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) com a reaproximação da Igreja (lê-se Igreja Católica) e Estado a partir da colaboração recíproca entre as partes nos setores da educação, saúde e assistência social, que se consolidou na Constituição Federal de 1988 (SOUZA, 2018). Este processo fez surgir no cenário jurídico brasileiro a figura das organizações religiosas, que trabalham no campo assistencial e beneficente, com imunidade tributária e sem fiscalizações por parte do governo. Na próxima seção, discuto resumidamente a política de Assistência Social adotada em nosso país e a

³⁶ O parágrafo primeiro do Artigo 15 apresenta a seguinte redação: “Para fins tributários, as pessoas jurídicas da Igreja Católica que exerçam atividade social e educacional sem finalidade lucrativa receberão o mesmo tratamento e benefícios outorgados às entidades filantrópicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive, em termos de requisitos e obrigações exigidos para fins de imunidade e isenção.” (BRASIL, 2010).

participação das religiões nesse processo, atentando para o vácuo criado para a intervenção de organizações sem fins lucrativos na área social.

2.2. A Assistência Social a partir da Constituição de 1988 e o lugar da religião

Existe uma vasta literatura no campo das Ciências Humanas e Sociais que retrata o quadro constituído pela relação entre Assistência Social e religião no Brasil. Destarte, tendo como ponto de partida o contexto proveniente do processo de redemocratização brasileiro, por volta dos anos 80, as políticas sociais se caracterizavam pela submissão a interesses econômicos e políticos, através de práticas clientelistas, em que se criava uma relação de dependência entre o "beneficiário e o benfeitor". Este modo de entender as políticas sociais no Brasil foi e, ainda é, um grande obstáculo na compreensão da assistência social como um recurso para acessar a cidadania, principalmente, pela população pobre do país (YAZBECK, 1995).

Inicialmente, entende-se que a história da construção da Assistência Social no Brasil esteve definitivamente marcada pela Constituição Federal de 1988, onde passou a ser reconhecida como política de seguridade social e assumiu o caráter de política social pública (SPOSATI, 1995). A Assistência Social, juntamente com a saúde e a previdência social constituem o chamado tripé da seguridade social, que por sua vez, é um conjunto de políticas públicas que tem como alvo principal o estabelecimento de leis e ações que visem garantir a justiça social, o direito de bem-estar e o amparo a toda população brasileira. Bem como prevê o *artigo 194* da Constituição Federal (1988), onde afirma que "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL, 1988).

Neste sentido, foi a partir da Constituição de 1988 que, em 1993, foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, que em síntese, instituiu normas e critérios para a organização da Assistência Social no país. De acordo com Sposati

(1995, p. 23) a LOAS foi “[...] elaborada para regulamentar o direito constitucional à assistência social, reflete o estágio das propostas e da organização institucional da assistência social e de seu debate crítico.”. Como pode ser observado no *artigo 1º* da LOAS, *Capítulo I – Das definições e dos objetivos*, abaixo:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, Lei 8742/1993).

A LOAS demorou cinco anos para ser sancionada e foi resultado da participação direta da sociedade civil organizada. Ela efetivamente forneceu as bases para diferenciação da Assistência Social como política de seguridade social e não mais como “assistencialismo”, pelo menos em forma de lei. Segundo Yazbeck (1995, p. 12) a LOAS é:

[...] resultado de mobilizações e negociações que envolveram fóruns políticos, entidades assistenciais e representativas dos usuários dos serviços de assistência social como idosos, portadores de deficiência, crianças e adolescentes, trabalhadores do setor, universidades, ONG’s e outros setores comprometidos com os segmentos excluídos da sociedade.

Todavia, mesmo com a criação da LOAS, para que a Assistência Social tomasse a dimensão de política pública de direito ainda passaria por muitos desafios, e o mais significativo deles foi a superação do preconceito “cultural” de perceber as políticas sociais como práticas assistencialistas, voltado a uma política de favorecimento, dotado de cunho tutelador e compensatório (SPOSATI, 1995). Entendo que ainda hoje o debate se encontra atual frente as discussões da sociedade em geral, em que esse preconceito não foi totalmente superado, encontrando-se enraizado no imaginário social dos brasileiros, ainda mais se levamos em conta o atual momento político do Brasil, no qual está em pauta a implantação de políticas neoliberais, e com cada vez menos aplicação de políticas sociais que garantam proteção social a uma grande parcela da população a margem dos processos econômicos e produtivos do capital.

Pelo menos legalmente, a Constituição Federal de 1988, modifica este quadro, pois inclui a Assistência Social na Seguridade, fazendo a transição entre a assistência social vista como assistencialismo clientelista para o campo da política social pública de

direito, universalizando o acesso e a recolocando sob responsabilidade estatal. No entanto, as propostas neoliberais em relação ao papel do Estado, transforma a ação estatal na esfera da Proteção Social diminuta, ficando reduzida ao atendimento de situações extremas ou emergenciais. A este processo a autora Yazbeck (1995) denomina de retorno ao “Estado Caritativo ou Assistencialista”. No contínuo contexto político e econômico brasileiro de redução dos gastos públicos, destacaram-se as grandes reduções em gastos com saúde e educação, já em 1989, conjuntamente, com os grandes cortes nos números de beneficiários em programa sociais, ocasionando numa redução qualitativa e quantitativa dos serviços sociais públicos, num momento de significativa procura pelos mesmos por parte da população empobrecida que buscava recursos para sobrevivência (YAZBECK, 1995).

A medida provisória nº 813 de primeiro de janeiro de 1995, traz a noção de que o Estado não deveria mais ser o provedor único e exclusivo do bem-estar social, convocando a sociedade e a iniciativa privada empresarial a participar do processo de provisão social (YAZBECK, 1995). A partir da década 1980 surgem e crescem as iniciativas civis pautadas no ideal de solidariedade e atuando em benefício público, são as chamadas organizações sem fins lucrativos, não governamentais, tais como: "entidades filantrópicas, assistenciais (religiosas ou laicas) [...] fundações empresariais [...] ONGs comprometidas com as melhorias das condições de vida da população e com a redemocratização do país" (YAZBECK, 1995). Tais organizações privadas compõem o chamado Terceiro Setor, o tema do próximo tópico.

2.3. O Terceiro Setor no Brasil

O Terceiro Setor é o campo que se situa para além da relação Estado-mercado, tendo em vista uma assistência social empregada sem objetos de interesses lucrativos, e se configura a partir da noção de filantropia, solidariedade, caridade, justiça social entre outros, todavia são princípios que não se configuram necessariamente no campo dos direitos sociais (SPOSATI, 1995). De acordo com Sposati (1995) o desafio que se

colocava na atuação das instituições que viriam a compor o terceiro setor, seria a transição do campo da ajuda e filantropia para o campo do direito e cidadania, isto é, desenvolver uma percepção da assistência social como política de direitos e articulá-la a sua prática. Outro problema que a autora aponta, está relacionado ao princípio da subsidiariedade entre o estatal e o privado, onde a partir de uma lógica incentivada pelo neoliberalismo, o Estado se desobriga dos deveres com as políticas sociais deixando a cargo da sociedade civil, a organização e atuação nessa pauta, e o Estado executaria apenas medidas emergenciais e colaborações suplementares às organizações sociais (SPOSATI, 1995).

Sob essa perspectiva, Sposati (1988, 1995) imputa severas críticas ao modelo de Assistência Social empregado no país, onde afirma que essa política é fragilmente reconhecida como área de ação governamental e que tem sido constituída por ações isoladas, de iniciativas particulares movidas por ideários em geral religiosos, mas não pela precedência de um direito social. Além disso, as ações públicas nesse campo foram e ainda são “[...] orientadas no sentido de fortalecer as iniciativas da sociedade, ficando ao Estado seu estímulo e ajuda através da transferência de recursos financeiros parciais, para não dizer irrisórios, para esse atendimento.” (SPOSATI, 1988, p. 316).

Sposati (1988) enfatiza que a história da Assistência Social em nosso país se desenvolveu por uma relação subjetiva, paternalista e discriminatória dos segmentos mais pobres da população. Enquanto *lugar* dos mais pauperizados, a Assistência Social é o espaço de discriminação e de segregação. É subjetivo e paternalista primeiro pela marca do favor e da ajuda imputada nas políticas e práticas de Assistência Social destinada a população pobre, que pouco ou nada consideram a condição social dos sujeitos como cidadãos. E segundo, pelo “personalismo” que impossibilita o reconhecimento da Assistência Social enquanto política pública de direito e atribui o reconhecimento a determinadas “personalidades” políticas, religiosas ou do mundo dos negócios que por sua sensibilidade com a pobreza se tornam aptos para definir o modo pelo qual devem ser tratados os pobres, sem que os próprios se manifestem neste sentido. Sendo assim, o saber assistencial formado pelos profissionais da Assistência Social se torna secundário na definição das práticas em seu próprio campo de atuação.

E por efeito de um “[...] ‘humanismo paternalista, as respostas à pobreza termina como questão de políticos e não de política.’” (SPOSATI, 1988, p. 315).

De acordo com Landim (2002) não é possível analisar as políticas sociais sem mencionar as organizações sem fins lucrativos, pois elas permeiam a história da própria assistência social e da relação de colaboração entre Estado e sociedade, fortemente marcada pelo corporativismo, clientelismo e da transferência de fundos públicos para mãos privadas. Sendo assim, pensar a história do associativismo no Brasil como base explicativa para o surgimento das organizações sociais, é ter como parâmetro uma conjuntura histórica e política diversa, marcada por momentos de forte repressão e conflitos com o Estado autoritário, e também momentos de atuação conjunta (antes do golpe militar de 64, por exemplo). De toda forma, demarca-se uma história em que o Estado ocupa papel central. Seguindo essa narrativa histórica, o fim da ditadura proporcionou condições para a emergência de novos movimentos e organizações coletivas, agora marcadas por uma autonomia em relação ao Estado.

Já por volta dos anos de 1970, as condições sociais e políticas favoreceram a consolidação de diversas ONGs que estabeleceram suas redes de organização por todo o território nacional, incorporando agentes com trajetórias de participação em grupos populares diversos, como trabalho de base e desenvolvimento comunitário, e assim aos poucos, passaram a construir uma identidade comum. Primeiramente, precisaram se diferenciar dos movimentos sociais e depois se colocar “fora” do Estado (“ONG não substitui o Estado”), para por fim, situar seu campo de atuação a partir da Sociedade Civil. Nas palavras de Landim (2002):

As atuais ONGs, portanto, começam a existir em anos de regime militar. Acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, em que o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se forma e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade, a partir sobretudo de meados dos anos 70 - tendência que caminha em progressão pelas décadas de 80 e 90. As ONGs fazem parte desse processo e representam um papel no seu desenvolvimento. Pode-se dizer que elas tiveram um lugar na construção de forças da esquerda pós-64 que estabelecem claras descontinuidades com as anteriores e cujo terreno de consolidação e atuação foi antes o da sociedade

civil, das associações e movimentos sociais, que do Estado (LANDIM, 2002, p. 25)

No movimento de expansão das ONGs foi indispensável o apoio e respaldo de setores da Igreja Católica, mas também foi de fundamental importância se desvincular da visão filantrópica, caritativa ou assistencialista e, ao mesmo tempo, politizar as práticas e projetos sociais criando-os a partir das organizações populares. Deste modo, as ONGs ingressaram nos anos de 1990 com forte visibilidade na sociedade brasileira e detentora de uma identidade com legitimidade para agir no campo da ação social. Principalmente, na área que Landim (2002) chamou de “ação social privada”, aquela dedicada a intervir no campo da pobreza, marginalidade, vulnerabilidade social diversificando seus atores e projetos na sociedade.

Acompanhando o caminho aberto pelas ONGs surge um novo grupo de entidades assistenciais ligadas ao mercado privado. Estas se desenvolvem a partir da atuação no espaço público apresentando um discurso moderno direcionado a autonomia e cidadania e intervindo no campo da ação social, acionando uma lógica de mercado a partir de características como a competitividade, eficiência, resultados, marketing, etc., emergindo a “filantropia empresarial”. Landim (2002) chamou de “filantropização” e “politização” no campo da assistência social através das instituições privadas. Estas entidades surgiram na chamada era da informação com muita rapidez e provocando mudanças no campo das instituições assistenciais, tornaram as fronteiras mais fluidas e influenciaram na configuração estrutural e organizacional das entidades que atuam no campo social, criando a necessidade de mudança em suas metodologias, estratégias de ação, criação de novos cargos etc., isto é, a adoção de critérios predominantes no padrão da ação empresarial.

Assim, a filantropia empresarial, na figura dos empresários e das próprias empresas, se estabelece a partir da concepção da “responsabilidade social corporativa” (CAPPELLIN & GIULIANI, 2007), abrindo uma variedade de atuação e envolvimento no social pelo setor privado. No geral, suas práticas visam proporcionar o bem-estar à população e criar mecanismos de redução da pobreza, focando na redução da desigualdade social e se concentrando na atuação em áreas sociais, “[...] priorizando a

pobreza, violência, o trabalho infantil, a educação e a preservação ambiental.” (CAPPELLIN & GIULIANI, *op. cit.*, p. 99). Muitos dos programas adotados nessa área foram desenvolvidos com parceria estatal (municipal, estadual e federal), e no decorrer do tempo, essa parceria se torna mais proeminente e traz, ao mesmo tempo, recursos que beneficiam a população e revelam um aumento da intervenção do setor industrial nas ações estatais.

Em consonância ao tema, tomo a abordagem de Neves (2007, p. 118) como referência ao termo filantropia, onde a autora argumenta que o aparecimento das instituições filantrópicas no cenário social se deveu ao “reconhecimento político da miséria popular”, baseadas no que a autora chamou de “utopia voluntarista”. Essa utopia teria por base a expressiva expansão de associações preocupadas com constituição de novas formas de inserção e de reconstrução dos valores morais norteadores da vida social, sendo legitimada pela ideologia da solidariedade, pelos movimentos militantes de valores cristãos e pela reivindicação de uma única humanidade em Cristo. As instituições filantrópicas que surgem nas décadas de 1970 e 1980 são motivadas pela exibição pública das condições de vida da parcela mais pobre da população, onde se deu por assim dizer, a visibilidade e reconhecimento da miséria popular.

As instituições que emergiram neste período partiam de uma ideologia política que associava cidadania e solidariedade, e muitas delas se mobilizaram a partir da realidade apreendida oficialmente pelo Mapa da Fome, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e divulgado em 1993, onde foi constatado o quantitativo de 32 milhões de pessoas vivendo sob condições de indigência no Brasil. Houve uma grande mobilização ao combate a fome por parte de várias iniciativas, como organizações, associações, gestores públicos e indivíduos imbuídos do sentimento de resgate da solidariedade como valor humano. Mas na prática, como assevera a Neves (2003, 2007), combateu-se a fome, mas não a pobreza, pois as ações estiveram voltadas às campanhas de transferência de alimentos não perecíveis, caracterizadas

pelo atendimento emergencial, servindo de justificativa para implantação de programas de redistribuição de renda, como o *Fome Zero*³⁷ (NEVES, 2007).

Muitos são as formas de mobilização das organizações filantrópicas para atenuar a situação de pobreza extrema, porém independente dessa diversidade de atuação, mantêm-se os significados associados à caridade, concebendo-a “[...] como atos de entrega ou doação de si (tempo, sentimentos, atenção) mediante ou não transferência de bens materiais, estruturam uma relação de troca fundada na desigualdade de acesso a recursos de dimensões múltiplas.” (NEVES, 2007, p. 120). Assim, a prática voluntarista filantrópica encontra respaldo político quando a prática assistencialista estatal busca parcerias ou alianças políticas com instituições filantrópicas almejando nesta relação à capacidade de mobilização dos titulares de tais instituições religiosas. Entende-se que para Neves (2003, 2007) as formas de atuação do voluntariado filantrópico no campo institucional são expressamente dinâmicas e acompanham a diversidade de percepções e soluções paliativas para a situação de pobreza, num contexto de convergência de interesses entre benfeitores e beneficiários que se complementam e se contrapõem as práticas de caridade estatal e voluntária.

Por fim, finalizo esta seção reiterando que a história e a percepção da Assistência Social na sociedade brasileira se constituíram por práticas culturais relativas ao trato da situação de pobreza provenientes da alta desigualdade social persistente no Brasil e seus impactos na sociedade – como o crescimento da precariedade material, da violência, da vulnerabilidade, etc. Como vimos, as formas de intervenção no social são diversas, como as associações e organizações religiosas e da sociedade civil que se manifestam a partir de ONGs e instituições filantrópicas pautadas ora em iniciativas privadas, ora em públicas ou então na parceria entre elas. O que todas pretensamente possuem em comum – mas certamente por motivações variadas – é o compromisso ao combate a situação de pobreza que atinge a uma vasta parcela da população brasileira, intervindo diretamente na questão social. No próximo subtítulo, apresento mais especificamente a atuação assistencial dos segmentos religiosos frente ao cenário

³⁷ O Programa *Fome Zero* foi lançado no início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, de acordo com Neves (2003 e 2007) o programa se insere no pleito de campanhas que enfatizam a ideologia da sociedade solidária pelo reconhecimento e combate à miséria “sensibilizando os que se alimentam a colaborar com a alimentação dos que têm fome” (NEVES, 2003, p. 35).

institucional apresentado até aqui, e articulo as categorias apresentadas no contexto mais amplo da ação social religiosa, elegendo aquela mais adequada ao meu objeto de pesquisa.

2.4. Ação social religiosa e as categorias que mobilizam em suas práticas

Começo por definir e distinguir os conceitos de *Assistência Social* e *Assistencialismo*. Recapitulando resumidamente, Sposati (1988,1995) entende a Assistência Social, como responsabilidade social do Estado, marcada pela Constituição Federal de 1988, onde passa a ser reconhecida como política de seguridade social, e assume o princípio de política social pública, mas que apresenta em contrapartida, um caráter compensatório e parcial de alívio da pobreza. E de acordo com a autora, se contrapõe ao *assistencialismo*, onde este, por sua vez, é tido como uma “herança” do modelo estatal paternalista característico da ditadura no Brasil, que enfatizou uma política de amparo aos pobres. Segundo Sposati (1988) o *assistencialismo* é o uso político, enquanto tutela e clientelismo, por parte dos dirigentes políticos, transformando uma relação de direito em uma relação de gratidão e bem-estar.

Neste sentido, o emprego do termo *Assistência Social* no presente texto, está relacionado a uma perspectiva enquanto uma política pública pautada em lei, que visa a garantia dos direitos sociais de cada cidadão, ainda que se apresente como políticas descontínuas, emergências e compensatórias, tendo como referência fundamental o Estado enquanto instância garantidora de certas condições materiais e direitos básicos (GIUMBELLI, 1998; SPOSATI, 1988, 1995). Já o termo *assistencialismo* é entendido, como o foi por Fernandes (1994), impregnado de práticas e valores típicos de uma herança política clientelista e paternalista, que em determinado momento se tornou um termo acusatório das práticas assistenciais, para designar ações que visam o atendimento emergencial através de soluções paliativas para as diversas situações de precariedades sociais e que vem se consolidando, tanto na iniciativa pública quanto na

privada, a partir de programas sociais de transferência de renda (ou similares), mas que em nada contribuem para a emancipação do sujeito objeto de tais ações.

Também vimos que no contexto em que surgiram as organizações sem fins lucrativos, e em seguida, as iniciativas filantrópicas empresariais, há um interesse em rejeitar e superar as antigas práticas de assistência e caridade que estabeleciam uma relação de tutela com o assistido. Para isto, surge um novo termo, a *ação social*, caracterizado por iniciativas que buscavam parâmetros mais concisos de eficiência e gestão de projetos e ações voltados ao enfrentamento da pobreza (SCHELIGA, 2010). Nesta nova concepção o “assistido” é considerado sujeito da ação, isto é, protagonista da ação através do desenvolvimento da sua autonomia. Enquanto que a ação social está baseada em princípios de gestão racional e eficiente dos recursos humanos e financeiros, forjando-se como uma nova categoria para designar o enfrentamento das “questões sociais”. (SCHELIGA, 2010).

Landim (2002) por sua vez, se refere a esta nova categoria como “*ação social privada ou das organizações da sociedade civil*”, visam intervir no campo da questão social (da pobreza, marginalidade, vulnerabilidade) com variadas práticas, ideologias e métodos. A autora afirma que o “[...] enorme e antigo universo das organizações ditas assistenciais [...] tanto continua a crescer como também vê transformadas suas formas tradicionais de atuação e posições no espaço social brasileiro nos últimos quinze a vinte anos.” (LANDIM, 2002, p. 32). Onde a conjuntura de crise acentuada, juntamente, com crescimento das desigualdades sociais, propiciou o momento ideal para o desenvolvimento de várias organizações que se apresentam, no cotidiano das parcelas mais vulneráveis da população, como estratégias pontuais de sobrevivência.

E por fim, de acordo com Conrado (2006, p. 191) a *ação social* “[...] seria o trabalho de redução e até eliminação de causas estruturais que geram desigualdade social e as mais profundas necessidades humanas.”, relacionando-a a termos como busca da justiça e atuação política transformadora. Neste sentido, o termo “ação social religiosa” adotado neste texto, se refere a uma categoria mais ampla, que abrange vários tipos de atividades e/ou instituições que atuam em prol da questão social tendo por base justificativas ou preceitos religiosos. Nesse campo participam tanto atores do

Estado quanto organizações sem fins lucrativos, provenientes de instituições da iniciativa privada religiosa ou empresarial, desde que, preocupadas com a intervenção na questão social busquem transformar a realidade social e os indivíduos objetos da ação. E o termo “*ação social pentecostal*” se refere as formas específicas de atuação deste segmento religioso no campo socioassistencial.

Em relação a presença das instituições religiosas no campo da *ação social*, observa-se a constituição de diversas formas de ação social, como: a criação de entidades assistenciais pautadas na assistência social católica, ou em obras sociais espíritas e, também, em obras sociais e práticas assistencialistas evangélicas. Souza (2018) afirma que esta participação tem sido bastante abrangente, se concentrando em atividades específicas e estabelecendo ligações com instâncias governamentais, como é possível observar no fragmento abaixo:

“[...] no espectro cristão, é bastante tradicional, além de abrangente, a sua presença no campo da assistência social. Ela se dá através de hospitais, escolas, abrigos de idosos e crianças, centros comunitários e redes de voluntários. Parcerias e convênios estabelecidos entre as organizações religiosas e governos, não apenas mantêm, mas também reforçam o trabalho assistencial feito por elas, por vezes, com feições proselitistas.” (SOUZA, 2018, p. 238).

Ainda é necessário entender de que forma as religiões e seus atores justificam a atuação na área social, e para isto, procurei desenvolver uma narrativa histórica e contextual, focando nas justificativas e nos critérios religiosos que fomentam as práticas sociais nos três segmentos religiosos que mais se destacam nessa área, os católicos, os espíritas e os evangélicos. Pois falar em “caridade”, “assistência” ou “obras sociais” tem um significado diferente para cada religião e isto reflete no tipo de ação, trabalho ou atividade que irão desenvolver, bem como no sentido ou significado atribuído ao ato de ajudar o “outro”, o “pobre” ou o “mais necessitado”. Neste sentido, começo apresentando as iniciativas da Igreja Católica no campo da ação social, depois os espíritas e, por último, os evangélicos. Essa subseção apresenta sua relevância para a pesquisa, pois reconstruo os sentidos religiosos atribuídos as práticas sociais na construção das justificativas para a atuação nesta área.

2.4.1. A assistência social Católica

Desde a implantação da Igreja Católica no Brasil, no período colonial, as dimensões da assistência e caridade foram fundamentais para sua constituição enquanto instituição e sistema religioso. Na área da Assistência Social, o Estado contou por muito tempo com parceria quase exclusiva da Igreja Católica. No início, o padrão assistencial católico contava com a criação do modelo das Santas Casas de misericórdia³⁸, e com o passar do tempo, a igreja foi transformando sua forma de atuação na área social, acompanhando as novas e diversas configurações e exigências da questão social que se apresentava a sociedade brasileira. Assim, a Igreja Católica foi aos poucos renovando seu universo conceitual, o padrão caritativo convertendo-se em filantrópico e suas ações passaram a ter como base novos pontos de referência, como os direitos sociais, associativismo, justiça social, etc., passando a atuar tanto no sentido da evangelização como em ação solidária (QUIROGA, 2007).

De acordo com Novaes (1988), as atividades e instituições criadas, mantidas ou em parceria com a Igreja Católica, normalmente possuem maior reconhecimento social devido ao seu caráter contínuo, sua diversidade interna e o tempo de existência da ação social católica. A autora afirmou que no conjunto geral das instituições assistenciais da Igreja Católica (que está composto por espaços eclesiais, para-eclesiais e leigos) existem projetos e obras que podem facilmente ser identificados como “assistencialistas”, em contrapartida, tantos outros podem ser considerados verdadeiros modelos de “educação para cidadania” (NOVAES, 1998, 2007). A Igreja Católica conta com a inserção em variados espaços institucionais e movimentos leigos, e juntamente com o alcance extenso de sua territorialidade paroquial, possibilita a

³⁸ “A Santa Casa de Misericórdia é uma irmandade que tem como missão o tratamento e sustento a enfermos e inválidos, além de dar assistência aos ‘expostos’ – recém nascidos abandonados na instituição. Sua orientação remonta ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa, composto por 14 obras de misericórdia, sendo sete delas espirituais – ensinar os simples, dar bons conselhos, castigar os que erram, consolar os tristes, perdoar as ofensas, sofrer com paciência, orar pelos vivos e pelos mortos – e sete corporais – visitar os enfermos e os presos, remir os cativos, vestir os nus, dar de comer aos famintos e de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e enterrar os mortos”. No Brasil, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia surgiu ainda no período colonial, instalando-se em Olinda desde 1539, seguido por Santos-SP (1543), Bahia (1549), Espírito Santo (1551), Rio de Janeiro (1582), São Paulo (1599), entre outras. Informações retiradas do site da Santa Casa de Misericórdia de Passos. Disponível em: <<http://www.scmp.org.br/materia/61/a-historia-das-santas-casas>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

reconfiguração de novas linguagens e parcerias no campo da ação social, embora, sem excluir os circuitos mais tradicionais da Igreja (NEVES, 2007).

Os católicos possuem uma grande diversidade interna em seus segmentos, com diferentes concepções e práticas que os levam a atuarem na área da ação social ou “fazer caridade” (NOVAES, 1998, 2007). De acordo com Fernandes (1994), a caridade entre os católicos ou a caridade cristã pode ser entendida como uma virtude que compreende a um dever cristão do exercício do amor ao próximo, pois pressupõe uma relação de troca que envolve uma terceira pessoa, o próprio Jesus Cristo como mediador da relação. Nesta perspectiva, a troca envolve mais que objetos, necessidades e obrigações, pois ela possui uma qualidade espiritual que estabelece um vínculo subjetivo, e esse vínculo só é possível como um gesto de amor entre os envolvidos (FERNANDES, *op. cit.*). Mas também existe a crítica da caridade enquanto “esmola”, Novaes (1998, 2007, 2015) inclui entre esses críticos a corrente da Igreja Católica associada a Teologia da Libertação³⁹. Pois, entendem que “[...] a caridade troca o auxílio material pela dignidade de quem recebe. Dar esmolas chegou a ser visto desta ótica como gesto indigno, porque humilhante.” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 122). Fernandes (*op. cit.*) afirma que essa lógica fez com que a assistência fosse concebida como atividade passível de censura, onde o termo “assistencialismo” se tornou termo de acusação, pois estava impregnado de práticas e valores típicos de uma política clientelista e paternalista.

Ao longo do tempo, a Igreja Católica se preocupou em investir na promoção de serviços sociais, como escolas, casas de saúde, orfanatos, asilos etc., e aos poucos foi incorporando ao seu repertório iniciativas pautadas na dimensão da cidadania, justiça

³⁹ Segundo Michael Löwy (2016) a Teologia da Libertação é um movimento social que surgiu no início da década de 1960, envolvendo uma diversidade de setores da Igreja Católica, movimentos religiosos laicos, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sindicatos de trabalhadores, entre outros. A Teoria da Libertação está baseada na “opção preferencial aos pobres”, estes não são mais vistos como mero objeto da atenção caridosa sustentada pela doutrina tradicional da Igreja Católica, mas como agentes da sua própria libertação e sujeito de sua própria história. O autor acredita que chamar esse vasto e expressivo movimento de “teologia” ou “Igreja dos pobres” apenas não é apropriado como também não dá conta de sua definição. Então, Löwy propôs chamá-lo de “Cristianismo da Libertação, por ser um conceito mais amplo que ‘teologia’ ou que ‘Igreja’ e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática.” (Löwy, 2016, p. 74). De acordo com o autor o Cristianismo da Libertação obteve seu sucesso devido ao reconhecimento da dignidade humana dos pobres, que possibilitou arremeter o apoio de parcelas mais pobres da sociedade.

social, e mais recentemente, apoiando a luta pela defesa dos direitos culturais das minorias étnicas (MONTERO, 2012). Algumas organizações e instituições sociais da Igreja Católica ganham destaque no cenário assistencial brasileiro, por coordenar e organizar várias iniciativas deste campo, como por exemplo, a *Cáritas*⁴⁰, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)⁴¹ e as pastorais sociais, as atividades desenvolvidas por elas estão direcionadas em sua maioria a doentes e deficientes físicos, moradores de rua, presidiários, menores infratores, idosos e crianças carentes (SOUZA, 2011). Uma das mais reconhecidas é a Pastoral da Criança⁴².

Todavia, de modo geral, atualmente observa-se que a forma de atuação católica no campo da assistência social tem por princípio o reconhecimento da pobreza material e as desigualdades sociais existentes na sociedade. E nesse cenário, a Igreja Católica passa a contar com várias parcerias no campo assistencial, como “organismos para-eclesiais e entidades sem fins lucrativos, que lhe permitem se relacionar com agências de cooperação, bancos de desenvolvimento internacionais, outras ONGs, governos e empresas.” (NOVAES, 1998, p. 118), diversificando seu campo de atuação e possibilitando uma maior capilaridade na captação de recursos para seus projetos e instituições assistenciais. Assim, percebemos que a Igreja Católica ao longo do tempo passou a incorporar, além da sua prática tradicional de captar recursos ou fundos, as práticas características da filantropia empresarial, e ainda passou a se estruturar dentro da lógica das organizações sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor brasileiro.

⁴⁰ A *Caritas* é uma organização criada e subordinada ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) até 1966, com o objetivo de articular as instituições e projetos sob responsabilidade da Igreja Católica. Em sua primeira fase desenvolveu atividades vinculadas à distribuição de alimentos, e depois, a partir de 1966, a *Caritas* foi registrada como entidade autônoma, mas permanecendo alinhadas as diretrizes da CNBB, e se constituiu em uma organização da sociedade civil (sob aspecto jurídico) com finalidade de promover atividades de assistência social, com programas de atendimento a famílias carentes e campanhas humanitárias. (FERNANDES, 1994; SCHELIGA, 2013; LANDIM, 1993; SOUZA, 2011).

⁴¹ A FASE também foi criada pela CNBB, fundada em 1961, com objetivo de promover educação e desenvolvimento a sua população alvo, trabalhadores rurais e urbanos e pequenos produtores. De acordo com Landim (1993, p. 217) esse órgão buscava incentivar “[...] a participação, a solidariedade e a organização de movimentos e associações populares em suas lutas pela conquista de cidadania e democratização da sociedade.”. Atualmente a FASE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, atuando em seis estados brasileiros (Rio de Janeiro, Amazônia, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Pernambuco).

⁴² A Pastoral da Criança foi fundada pela falecida médica Zilda Arns Neumann em 1983, hoje se faz presente em todos os estados brasileiros e em outros 10 países da África, Ásia, América Latina e Caribe. Tem como seu principal financiador o Ministério da Saúde, recebe doações de outras empresas privadas, além de realizar campanhas de doação e receber doações das coordenações paroquiais, coordenação diocesanas, estaduais e nacionais (ESTEVES, 2018).

2.4.2. Obra social e a caridade espírita

A assistência social entre os espíritas, principalmente os Kardecistas⁴³, empregam um papel central à caridade. Esta se torna imprescindível a qualquer instituição espírita, pois confere grande importância ao desenvolvimento de duas dimensões de sua doutrina religiosa, a assistência espiritual e a assistência material (GIUMBELLI, 1998). Assim, a caridade é uma forma legítima de se fazer assistência, é a expressão do amor e da dedicação ao próximo, aspectos importantes a própria doutrina. As atividades assistenciais empregadas pelos espíritas traduzem a centralidade da caridade enquanto um princípio e valor, sendo decisiva para a própria evolução, que se dá através do progresso espiritual contínuo. (SIMÕES, 2017).

Deste modo, no universo assistencial espírita, quando se fala em assistência espiritual relaciona-se a necessidade de evangelização do assistido, enquanto que a assistência material espírita se apresenta em duas direções, quais sejam: nos centros espíritas menores e médios, em sua maioria, utilizam atividades variadas de auxílios, como distribuição de roupas, alimentos, remédios, enxovais, etc.; e quando essas atividades passam a ter maiores proporções são criadas instituições autônomas, que entre os espíritas recebem o nome de “obra social”, estas desenvolvem ações principalmente nas áreas da saúde e educação, voltadas à crianças, ao idoso e deficientes físicos e mentais (GIUMBELLI, 1998; SIMÕES, 2017; SOUZA, 2011; GIRARDI & WEBER, 2017). As instituições criadas pelos espíritas contam com uma estrutura física própria e independente ao centro religioso, apresentando um corpo profissional e especializado, ademais de “[...] um conjunto de colaboradores voluntários individuais e corporativos. As principais entidades desse tipo são as paulistanas Casas Transitória e André Luís, a soteropolitana Mansão do Caminho e o carioca Lar Fabiano de Cristo.” (SOUZA, 2011, 2013).

⁴³ Fundado na França em 1857, a partir da obra “O Livro dos Espíritos”, pelo pedagogo francês Allan Kardec (pseudônimo de Denizard Rivail). Suas ideias chegaram ao Brasil, na década de 1860, e teve como um dos seus maiores representantes, o médium mineiro Chico Xavier (1910- 2002). Foi a corrente do Espiritismo que mais se desenvolveu no Brasil, ganhando diversos seguidores. (NOVAES, 2007; GIRARDI & WEBER, *op. cit.*; SOUZA, 2011; GIUMBELLI, 1998).

De acordo com Giumbelli (1998), de início houve uma crítica às formas tradicionais de assistência social empreendida pelas instituições espíritas. Essa crítica concebia as ações como expressão do *assistencialismo*, pois a noção que embasava a prática era de que a assistência espiritual precedesse e fundamentasse a material, compreendendo-as como indissociáveis pela doutrina espírita. Essa percepção levaria ao entendimento de que os serviços assistenciais deveriam se desenvolver juntamente com a necessidade de evangelização do assistido, isto é, da “conversão doutrinária”. Giumbelli (1998) assinalou a existência de algumas reflexões dentro do campo do espiritismo no sentido de uma assistência preocupada com o desenvolvimento integral do assistido, em promover sua autonomia, entendendo-o enquanto um “sujeito de direitos”. Essa versão firmaria um compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária, aproximando o princípio da categoria caridade ao da categoria cidadania.

Contudo, o próprio Giumbelli (1998) afirma que apesar das transformações que as instituições espíritas e o próprio espiritismo vêm passando ao longo do tempo na sociedade brasileira, a partir de sua inserção na sociedade civil e com os questionamentos e críticas às suas próprias práticas assistenciais, é fato que pelo menos na prática, os espíritas não associam propriamente caridade e cidadania. Pois, segundo o autor, o entendimento que os espíritas fazem da cidadania é bem particular, onde herda características como a generosidade e a solidariedade (características vindas da caridade), atribuindo a elas conotações morais expressas por valores religiosos. E ainda, a percepção de cidadania entre os espíritas perde o referencial mais relevante na relação entre a Assistência Social e cidadania, que é a referência fundamental ao Estado, enquanto instância garantidora de certas condições materiais e direitos básicos (GIUMBELLI, 1998).

Esta percepção é confirmada por Simões (2017), onde conclui que os espíritas tem pouco entendimento em temas como cidadania e legislação vigente, e a sua percepção dos direitos sociais é muito vaga, entendendo a relação entre direitos e deveres a partir de princípio e valores morais, isso porque, continuam a conceber, em sua maioria, que a assistência material e espiritual são indissociáveis, formando uma unidade, e apenas assim, “[...] é que os entrevistados conseguem identificar o trabalho que desenvolvem como a “verdadeira caridade.” (SIMÕES, 2017, p. 167).

De acordo com a pesquisa realizada por Novaes (2007), os espíritas estão entre os grupos de religiosos que analisou⁴⁴ como os mais propensos a fazer doações para instituições de assistência social. E como vimos, os espíritas criam obras sociais ao institucionalizar as práticas da assistência material que atingem maiores proporções. Suas atividades estão voltadas principalmente para criação e manutenção de creches, escolas, ambulatórios e/ou consultórios médicos, hospitais, etc. (GIRARDI & WEBER, *op. cit.*), e atuam a partir da “[...] escolarização de crianças, alfabetização de adultos, visita a doentes, idosos e instituições de caridade, fornecimento de refeições, distribuição de alimentos, agasalhos e roupas usadas, assistência médico-odontológico, [...]” (NOVAES, 2007, p. 26). De modo geral, a caridade espírita tem por objetivo central contribuir para o progresso espiritual de ambos os lados desta relação, aqueles que assistem e os assistidos, e do ponto de vista material, amenizar a situação de pobreza dos mais necessitados, sem que haja um ideal de transformação ou revolução social por detrás da sua ação (GIRARDI & WEBER, *op. cit.*).

2.4.3. Ação social e as práticas assistencialistas entre os evangélicos

Da mesma forma que na ação social católica (NOVAES, 1998) ou nas obras sociais de assistência espírita (GIUMBELLI, 1998), os evangélicos também atuam de modo bastante diversificado no campo da ação social. Normalmente, a forma de atuação também se diferencia quando colocamos em evidência as diferenças entre os protestantes históricos, os pentecostais clássicos e os neopentecostais. De modo geral, os evangélicos realizam doações diversas (cestas básicas, remédios, roupas etc.), oferecem alfabetização para jovens e adultos, cursos profissionalizantes, creches e escolas, pré-vestibular, redes de ajuda, etc. (NOVAES, 2007).

⁴⁴ Nesta pesquisa Novaes analisou os católicos, os evangélicos, as religiões afro-brasileiras – umbanda e candomblé – e o que a autora chamou de grupos de autoajuda e espiritualidade “nova era”. Esse último grupo a autora caracterizou como “[...] um campo de uma espiritualidade mais difusa, que evoca elementos da cultura católica brasileira, mas também articula combinações com religiões orientais e com grupos de autoajuda, com apelos a energias/forças espirituais, por exemplo, grupos como Alcoólicos Anônimos ou Narcóticos Anônimos.” (NOVAES, 2007, p. 41).

É comum encontrar várias referências sobre a ação social dos protestantes históricos, que datam desde sua implantação no Brasil, principalmente desenvolvendo atividades nas áreas da educação e saúde (CONRADO, 2006; SCHELIGA, 2013; MARIANO, 2008). Entretanto, tal percepção tem sido responsável por reforçar a ideia de que a prestação da assistência esteve (e está) prioritariamente relacionada a essas duas áreas. E como consequência, em boa parte das vezes, desconsidera-se as especificidades dos projetos de assistência desenvolvidas pelas diversas denominações protestantes, e induz a uma visão que padroniza a estratégia de consolidação das igrejas protestantes em território brasileiro (SCHELIGA, 2013).

Scheliga (2013) toma como referência o estudo de Mendonça (1982) e afirma que o autor constatou que as igrejas protestantes ao se firmarem no país, utilizaram a educação como uma das estratégias para o enfrentamento das adversidades que se depararam ao chegar ao Brasil, a educação por eles desenvolvida apresentou dupla orientação: eliminar o analfabetismo e introduzir uma educação moralizante imbuída de valores cristãos. Neste sentido, dizer que os protestantes desenvolveram a educação formal no país (a alfabetização) para acabar com o analfabetismo devido ao caráter filantrópico da prática de sua fé, definitivamente não aborda a complexidade da questão. A metodologia pedagógica empregada rompia com os métodos tradicionais, como, por exemplo, a inclusão de aulas práticas que possibilitavam aos alunos o desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos, e ao mesmo tempo, reproduzia valores morais alinhados ao trabalho, a responsabilidade pessoal e o pragmatismo. Ou seja, a educação não serviu apenas de estratégia para superar as adversidades encontradas, neste caso, o alto grau de analfabetismo no Brasil no momento da inserção protestante no país, que dificultava o acesso direto à palavra sagrada (a leitura da Bíblia). Mas a educação, enquanto pilar do projeto civilizatório cristão, se integrava a um projeto maior, no qual, a educação moral ocupava posição central para a produção e reprodução de um sistema específico de disposições que visava introduzir elementos transformadores na cultura brasileira, auxiliar o proselitismo e a manutenção do culto protestante entre as diversas camadas sociais (SCHELIGA, 2013).

Dito isto, compreende-se que o duplo significado atribuído às práticas sociais dos protestantes é fator relevante para entendermos como no processo de separação jurídica entre o Estado e a Igreja Católica e a reivindicação dos evangélicos para atuar no espaço público, configurou na legitimação da presença e reconhecimento de vários atores religiosos na esfera pública, principalmente na área da Assistência Social. Nas últimas décadas, os evangélicos vêm despertando cada vez mais visibilidade social e política e tem praticamente dobrado seu contingente e despertado o interesse público e acadêmico.

Na década de 1990 foi realizado um dos mais importantes estudos sobre os evangélicos no país, mesmo que tenha se concentrado apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a pesquisa *Novo Nascimento*⁴⁵, realizada pelo Iser, marcou as produções acadêmicas sobre o tema e é referência até os dias atuais. Seus resultados foram divulgados em 1998, entre eles, gostaria de destacar o que se refere ao “ativismo religioso”. A pesquisa identificou um alto ativismo religioso entre os evangélicos, associado principalmente às atividades de evangelização e o “serviço ao próximo” (NOVAES, 2007 *apud* FERNANDES et al., 1998). Isto indica que a ação social evangélica, bem como a espírita e católica, implica na atuação conjunta de duas dimensões, a espiritual e a material.

Como já foi colocado acima, o campo de atuação protestante na área da ação social é muito variada, entre elas, existe a criação de ONGs interdenominacionais pelos protestantes históricos, como: Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), Diaconia, Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - inicialmente Associação de Amparo ao Menor Carente (AMENCAR), Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e a Fábrica Esperança (MACHADO, 2001; SOUZA, 2011, 2013).

⁴⁵ A pesquisa *Novo Nascimento* foi realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), no início da década de 1990, a partir da aplicação de um Censo Institucional Evangélico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1992. Nesse estudo, delinearão o campo evangélico em relação à sociedade e suas práticas religiosas, tendo como base uma pesquisa quantitativa que focou em três principais aspectos da vida social dos evangélicos, a saber, a família, a comunidade religiosa e a atividade política. A partir dos resultados desta pesquisa produziu-se o material intitulado *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja* (1998), com autoria de Rubem C. Fernandes, Pierre Sanchis, Otávio G. Velho, Leandro Piquet, Cecília Mariz e Clara Mafra (ALMEIDA, 1999).

Nos próximos parágrafos pretendo abordar resumidamente duas dessas organizações, a RENAS e a Diaconia, pois elas podem ser tomadas como ponto de referência na atuação dos protestantes históricos no campo da ação social no Brasil. Logo, apresento um percurso que inicio a partir da criação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e seu respectivo setor de responsabilidade social, passando pelo *Congresso de Evangelização Mundial de Lausanne* e o Congresso Latino-americano de Evangelização (CLADE), todos fundamentais para compreender o campo assistencial evangélico.

2.4.3.1. Ação social entre os evangélicos: CEB, RENAS e Diaconia

A criação, na década de 1950, do Setor de Responsabilidade Social vinculado à CEB tem sido considerado um marco da constituição da responsabilidade social das igrejas evangélicas. A CEB foi fundada na década de 1930 e é resultado da fusão de três instituições, a Conselho Evangélico de Educação Religiosa do Brasil, a Comissão Brasileira de Cooperação e a Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil. Seu objetivo era intermediar e se fazer representar junto à sociedade e ao Estado promovendo ações de cooperação nas áreas de educação, ação social, publicações, mobilização da juventude e atividades diaconais (SCHELIGA, 2013; CONRADO, 2006). De acordo com Conrado (2006, p. 63) a CEB chegou a reunir as seguintes igrejas: “[...] Igreja Congregacional, Presbiteriana do Brasil, Metodista, Episcopal, Evangélica de Confissão Luterana, Presbiteriana Independente, Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo e o Exército de Salvação.”.

Entre o final dos anos de 1950 e início de 60, a formação da CEB possibilitou aos evangélicos históricos os meios necessários para se articularem em prol de uma postura comprometida nos processos de transformação da sociedade brasileira. Em 1955, a CEB promoveu uma reunião com a temática “*A responsabilidade social da igreja*”, associando a noção de “sociedade responsável” como aquela destinada a proteção, respeito aos direitos, incentivo a participação política, promoção do

desenvolvimento econômico e justiça social. Outras duas reuniões foram promovidas pela CEB, uma em 1957 e a outra 1960, essas reuniões traziam o tema da “responsabilidade cristã” nas novas configurações sociais em transição, discutindo a partir dos processos de urbanização e industrialização que aceleravam transformações na vida social e cultural da sociedade brasileira, e de modo geral, questionavam-se sobre o rápido desenvolvimento econômico e seus impactos na sociedade, como a persistente marginalização social (SCHELIGA, 2013; CONRADO, 2006).

Mas foi a reunião conhecida como *Conferência Nordeste*, em 1962, realizada em Recife, que resultou num significativo esforço do segmento protestante em debater a agenda política, econômica e social da época. Podemos perceber a importância deste evento, pois simbolizou a inserção dos segmentos protestantes em um amplo debate político, que por um lado, se apresentava como uma via alternativa ao desenvolvimento social e, por outro, inseriu as instituições evangélicas na construção da opinião pública sobre a questão social do país (SCHELIGA, 2013).

Diante do contexto de construção da noção de responsabilidade social das igrejas evangélicas, seria possível esperar que o seu engajamento necessariamente fosse além das práticas emergenciais de ajuda, mas a noção de responsabilidade social enquanto ação social das igrejas, assim compreendida, foi alvo de muitas críticas, ora por suscitar ideais socialistas que levariam ao ateísmo, ora por relegar ao segundo plano a sua principal tarefa, a evangelização. Percebe-se que havia uma forte tensão entre responsabilidade social/ação social e evangelização, atravessando diferentes correntes teológicas, diante dos discursos e práticas dos diferentes movimentos religiosos, que vão culminar no *Congresso de Evangelização Mundial de Lausanne*, realizado na cidade de Lausanne na Suíça, em 1974, cuja declaração final ficou conhecida como “*Pacto de Lausanne*”. Esta declaração é um documento com a síntese dos debates desenvolvidos acerca de temas, como teologia, estratégias, métodos e evangelização, ocorridos durante o Congresso, onde foram rearticuladas as práticas de evangelização com as de ação social, enquanto responsabilidade social cristã (SCHELIGA, 2013; CONRADO, 2006).

Além do Congresso que deu origem ao *Pacto de Lausanne* e repercutiu nas práticas de evangelização e ação social evangélica, outros eventos circunscritos a América Latina também influenciaram o debate. A partir dos quatro Congressos do CLADE se expressaria um movimento constituído progressivamente por meio de encontros religiosos promovidos no continente latino-americano, que refletiriam e recriariam, em solo latino, os debates realizados no congresso mundial. Os debates faziam a ponte entre o Evangelho e luta contra as injustiças sociais, pensando especificamente na realidade latino-americana. Esses eventos ocorreram nas seguintes cidades e anos: CLADE I – Bogotá, 1969; CLADE II – Lima, 1979; CLADE III – Quito, 1992; e CLADE IV - Equador, 2000 (SCHELIGA, 2013).

É importante demarcar o CLADE IV, pois foi a partir dele que três organizações – Visão Mundial⁴⁶, Viva Network e MEN Confederação⁴⁷ – se reuniram e começaram a discutir a formação de uma rede composta entre diversas entidades, denominações e lideranças evangélicas que viriam a atuar na área da ação social evangélica no Brasil. Essas organizações atentavam para a necessidade de um intercâmbio de experiências e a existência de um espaço de ação conjunta entre as organizações, o que marcou a retomada da discussão sobre a atuação evangélica brasileira na área social. Desta forma, durante os anos de 2001 e 2002, a Visão Mundial articulou várias reuniões para debater os rumos da ação social evangélica no país, e em 2003, oitenta igrejas e organizações sociais foram consultadas para pensar na proposta de formação de uma rede evangélica de ação social, e em 2004, durante o Congresso Brasileiro de Evangelização (CBE) consolidou-se a RENAS (SCHELIGA, 2013; CONRADO, 2006).

A RENAS se trata de uma “ampla rede de relacionamentos entre organizações e igrejas evangélicas que atuam na área social no Brasil”⁴⁸. De acordo com Scheliga

⁴⁶ A Visão Mundial é uma organização não governamental e internacional cristã que foi criada em 1950 por Bob Pierce. Ela distribui recursos para projetos sociais no Brasil desde 1975. É uma das maiores agências humanitárias globais e conta com alto grau de profissionalização dos seus quadros, estando voltada ao desenvolvimento comunitário. Seu principal foco consiste no combate às situações de vulnerabilidade social, especialmente das crianças e adolescentes, desde uma visão cristã. (CONRADO, 2006; SCHELIGA, 2013).

⁴⁷ A Viva Network e MEN Confederação são redes de instituições que trabalham com o público infanto-juvenil na América Latina (Viva Network) e no Brasil (MEN) que surgiram na década de 1990 (CONRADO, 2006).

⁴⁸ Informações sobre a RENAS retiradas do site, disponível em: < <http://renas.org.br/nossa-missao/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

(2013) a rede não possui uma sede própria nem tampouco uma estrutura organizacional centralizada, espalhada por quase todo território brasileiro, utilizam de espaços cedidos por seus vários parceiros para realizarem encontros de coordenação. A autora também afirma que a “vida” desta rede se produz por meio de seus agentes, permanentemente em trânsito por inúmeras instituições. E por “vida” a autora quer dizer que a rede é produzida em espaços específicos e sistemáticos no tempo, como em eventos e encontros anuais que reúnem todas as instituições filiadas (por exemplo, o Encontro Nacional da RENAS que já se encontra na décima edição). Logo, são esses eventos públicos que dão sentido à rede, pois é onde e quando os colaboradores das organizações e das redes filiadas à RENAS encontram-se, trocam informações e reafirmam o compromisso de trabalho com a rede (SCHELIGA, 2013).

Outra organização importante entre os evangélicos é a Diaconia, de acordo com Burity (2007) ela é uma ONG evangélica que surgiu por meio da Confederação Evangélica Brasileira, em 1967, com o objetivo de combater a pobreza através de ações de caráter filantrópico emergencial. Atualmente, está associada a algumas igrejas evangélicas de várias orientações – ecumênicas e conservadoras. E oficialmente se identificam como uma organização social de inspiração cristã e sem fins lucrativos, empenhada em viabilizar justiça e desenvolvimento social, agindo principalmente no nordeste brasileiro, área de atenção preferencial devido à grande proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza.

2.4.3.2. As práticas assistencialistas e as “redes de proteção” entre os pentecostais

Mais especificamente, entre os evangélicos pentecostais, tem sido observada com maior frequência a predominância de práticas assistencialistas baseadas em coletas e distribuições de alimentos, roupas e medicamentos a pessoas carentes que habitam os espaços onde os templos estão localizados (SOUZA, 2011; RIBEIRO, 2015). Entre as igrejas pentecostais destaca-se, a igreja Assembleia de Deus que

organizou a prática assistencial do seu seguimento com a criação, em 1997, do Conselho Nacional de Assistência Social das Assembleias de Deus (MACHADO, 2001; NEVES, 2009). E em relação aos evangélicos neopentecostais, o exemplo que revelou maior destaque foi a instituição filantrópica Associação Beneficente Cristã (ABC)⁴⁹, administrada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), criada na metade da década de 1990, funcionou por quase vinte anos, contudo, teve suas unidades regionais encerradas por volta do ano de 2009. Mas a IURD continuou a atuar na área social e apresentou significativas mudanças na organização de sua filantropia, recentemente tem atuado por meio de projetos, tais como o “*Força Jovem*” e o “*A Gente da Comunidade*” (ROSAS, 2011, 2013).

De modo geral, é possível afirmar que historicamente a ação social empregada pelos evangélicos pentecostais tem se caracterizado por práticas assistenciais e caritativas, isto é, por meio de ajuda mútua no interior de suas igrejas, a partir dos próprios membros (SOUZA, 2013) se concentrando, especificamente, em doações de alimentos, remédios e roupas. Outro fator relevante entre os pentecostais, são suas redes de ajuda e/ou proteção social criada no interior dos templos, que auxiliam no enfrentamento dos problemas de integração social vivenciado por seus fiéis.

Almeida (2011) afirma que o sucesso dos pentecostais nas periferias ou nos setores urbanos mais pobres se deve ao caráter integrador das redes evangélicas, que atuam na valorização da pessoa e das relações pessoais, gerando um aumento de autoestima e impulso empreendedor, além de gerar circuitos de trocas por meio da ajuda mútua baseados em laços de confiança e fidelidade construídos em torno do código religioso (ALMEIDA, 2011).

A ajuda mútua para Almeida (2004, 2011) se refere a rede de proteção criada entre os “irmãos de fé” (membros da mesma igreja) e reforçada pelo adensamento dos laços sociais. Os laços entre os evangélicos se fortalecem na medida em que se sobrepõe a outros vínculos sociais, por exemplo, é comum que indivíduos de uma

⁴⁹ A ABC ao longo dos anos de 2008-2009 teve suas unidades regionais desativadas em meio a críticas e acusações de corrupção. Entretanto, mesmo depois do ocorrido, a IURD continuaria a realizar seu trabalho assistencialista, mas agora a partir de parcerias com a Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social (ABADS), antiga Fundação Pestalozzi, e do Instituto Ressoar, braço social da Rede Record (SCHELIGA, 2013; ROSAS, 2011, 2013).

mesma comunidade religiosa se tornem parentes a partir do casamento, e torne seus “parentes sanguíneos” em “irmão de fé” ao evangelizá-los. Assim, há uma sobreposição de vínculos, onde o religioso se sobrepõe ao de parentesco, e até de relações de trabalho, ao recomendar um irmão para uma vaga de emprego (ALMEIDA, 2004, 2011). “Essas redes atuam em contextos de carência, operando, por vezes, como circuitos de trocas, que envolvem dinheiro, comida, utensílios, informações e recomendações de trabalho, entre outros.” (ALMEIDA, 2004, p. 21). É essa “estrutura” que garante uma maior proteção social a indivíduos evangélicos em espaços marcados pela pobreza e deficiência da proteção social estatal. Logo, nessas redes sociais circulam:

[...] benefícios materiais (por vezes em forma de informações e contatos) e afetivos (amizades, matrimônios, apoio emocional etc.) que contribuem para fomentar a integração socioeconômica dos membros daquela comunidade, atenuando a sua condição de vulnerabilidade. (ALMEIDA & D’ANDREIA, 2004, p. 94).

Farjado (2013), por sua vez, em seu artigo intitulado “*Pentecostalismo, migrações internas e redes sociais de apoio na periferia de São Paulo*”, observou que a conversão religiosa dos migrantes entrevistados estava diretamente relacionada, em sua grande maioria, a migração para o bairro Perus, um distrito situado na região noroeste da capital paulistana. O autor percebeu que a conversão ao pentecostalismo se dava durante ou após o processo de instalação do migrante no bairro, onde a rede de contatos do migrante estava concentrada em vínculos de base familiar, estabelecidos previamente a mudança, e a filiação religiosa estava atrelada ao universo familiar do migrante.

Deste modo, as redes sociais pentecostais ofereciam a primeira base de sustentação social ao indivíduo migrante inserido em um novo contexto, periférico urbano, onde o deslocamento o tornava mais vulnerável pela ausência das redes de relações construídas no local de moradia anterior. Neste novo espaço as redes pentecostais se apresentavam como uma forma de proteção social, por oferecer ao indivíduo migrante a possibilidade de estabelecer novos laços e estreitar sua rede de relações sociais locais (FARJARDO, 2013).

Percebe-se que o campo assistencial evangélico além de diversos, foi construído por uma intensa discussão em espaços institucionais e possui um longa história e tradição. A preocupação em produzir uma opinião pública sobre a intervenção na questão social do país e ganhar espaço na esfera pública se contrapondo as percepções hegemônicas da Igreja Católica, produziu uma forma específica de ação social evangélica voltada para o combate à pobreza e às injustiças sociais, com forte viés evangelizador, marcado pelos valores cristãos.

Finalmente, pesquisas mais recentes que analisaram as práticas religiosas na área da ação social evangélica são de grande relevância para entender como os evangélicos percebem a sua atuação nesta área e o sentido que atribuem a prática da ação social por eles empreendidas. A próxima seção se concentra principalmente nos resultados de três pesquisas relevantes a temática, realizadas em contextos e momentos distintos que fornecem um parâmetro para o desenvolvimento da questão.

2.4.4. Como os evangélicos percebem a ação social

Destaca-se a pesquisa realizada por Fernandes (2009)⁵⁰ que buscou mapear as crenças e práticas religiosas de quatro grupos significativos no cenário religioso brasileiro: dois grupos católicos – Renovação Carismática Católica (RCC) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); a Igreja pentecostal Assembleia de Deus (AD)⁵¹; e indivíduos sem-religião. A autora constatou que entre o grupo religioso

⁵⁰ O estudo, de caráter qualitativo, foi realizado em seis regiões metropolitanas: Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife. A pesquisa analisou cada um dos quatro grupos religiosos de acordo com as regiões metropolitanas e por um *coorte* em camadas sociais (camada média e camada popular), subdividido em três tópicos de análise: 1. Pertença religiosa, motivações e crenças; 2. Experiência, prática religiosa e cura; 3. Participação em atividades sociopolíticas (FERNANDES, 2009).

⁵¹ A Igreja Assembleia de Deus é a denominação mais expressiva numericamente entre os pentecostais, no Censo do IBGE 2000 já representava 47,5% do segmento (MARIANO, 2008). Os pentecostais da AD continuam a crescer e, em 2010, representam aproximadamente 48,53% dos pentecostais brasileiros, podendo ser considerado o segmento estatisticamente mais significativo do pentecostalismo no Brasil (RIBEIRO, 2015). É classificado dentro do *pentecostalismo clássico* (MARIANO, 1999), pois está entre as primeiras igrejas pentecostais a se instalarem no Brasil, ainda no início do século XX, juntamente com a Congregação Cristã do Brasil e Evangelho Quadrangular (FERNANDES, 2009).

composto pelos evangélicos pentecostais da AD sobre sua participação em atividades sociopolíticas, focando na atuação em atividades sociais ou ações filantrópicas/beneficentes, que a maior ou menor propensão em realizar ou não atividades beneficentes ou filantrópicas estão relacionadas ao seu perfil socioeconômico. Isto é, congregando os resultados obtidos pela pesquisa nas seis cidades analisadas, percebe-se que uma parcela significativa dos entrevistados declarou não realizar ações filantrópicas ou beneficentes, principalmente entre aqueles provenientes das camadas populares, de acordo com a autora, um dos fatores explicativos para este resultado seria a própria situação de carência material vivenciada por essa população.

A outra parte, também significativa, que afirmou realizar atividades beneficentes, contribuiu em maior número a partir de ações sociais distributivas, como doação de cestas básicas, roupas, etc.; alfabetização; atendimento às crianças; atividades de apoio a idosos, viúvas e pessoas doentes; visitas a presídios; e alguns em menor número, afirmaram apoiar alguma organização da própria Igreja ou em Campanhas sociais da Igreja. A maioria dos que declararam realizar estes tipos de atividades pertencia à camada média, excetuando-se a camada popular de Belo Horizonte e Salvador, em que pelo menos alguns dos entrevistados declararam realizar ou participar de ações beneficentes.

Destaco igualmente os resultados indicados por Fernandes (2009) para as camadas médias do Rio de Janeiro, em que apesar de não serem unânimes entre os entrevistados, os relatos revelaram “[...] que eles produzem uma rede de cooperação mútua a partir de contribuições esporádicas, campanhas e atuação nas ações sociais promovidas pela Igreja” (FERNANDES, 2009, p. 303). A autora ainda mencionou que boa parte dos membros da AD que pesquisou demonstrou certa sensibilidade e um esforço para ajudar, de alguma forma, os que mais necessitam de ajuda material. Assim, percebemos que a prática da “ajuda”, a ação social ou a assistência material aos mais necessitados é uma realidade constante no segmento evangélico como um todo, e varia de acordo com a inserção social na estrutura econômica mais ampla da sociedade, em que os indivíduos ou as próprias igrejas, ou ainda, das instituições sociais filiadas a elas, se encontram.

Outro estudo relevante ao tema foi uma pesquisa desenvolvida por vários pesquisadores⁵², entre eles, a socióloga e especialista em sociologia da religião Cecília L. Mariz, que realizou um recorte dos dados coletados e publicou seus resultados. A pesquisa de Mariz (2016) buscou descrever e entender as características dos discursos acionados por líderes religiosos, do meio carismático católico e evangélico pentecostal no Brasil, quando respondiam sobre questões relacionadas às atividades assistencialistas ou projetos de luta por justiça social diante de interlocutores do mundo secular, no caso o próprio pesquisador, visto como um interlocutor no mundo científico e não do religioso (MARIZ, 2016). E o resultado obtido é bastante significativo para o quadro das interpretações sobre a ação social religiosa na esfera pública, tendo como base as ações sociais por eles desenvolvidas.

Neste sentido, Mariz (2016) destacou dois principais pontos que julgou importante para analisar no artigo. O primeiro deles diz respeito ao tom defensivo das falas diante de questões sobre ação social, como se estivessem respondendo a críticas ou acusações dirigidas às igrejas e grupos religiosos pela academia, mídia e outros grupos religiosos mais intelectualizados. A autora notou que os líderes religiosos percebem quando devem acionar em seu discurso argumentos seculares que possuem legitimidade na esfera pública. Assim, Mariz (2016) articulou os seus resultados a outras pesquisas como a de Scheliga (2010)⁵³, Monteiro (2009) e Machado (2012), que baseados em Habermas (2006) “[...] destacaram a necessidade de atores religiosos adotarem em suas falas argumentos racionais, não encantados, e valores universalistas para obterem legitimidade no debate democrático.” (MARIZ, 2016, p. 2). Machado & Burity (2014) chegaram a resultados similares em sua pesquisa, onde identificaram o

⁵² Era um projeto interinstitucional com sede na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que envolveu vários pesquisadores e instituições do Brasil e exterior. Coordenado por Freston et al., sob o título “Catholic charismatics and protestant pentecostals: a Love-hate relationship?”, realizado em 2010. O recorte feito por Mariz (2016) se limitou a 37 entrevistas que abordavam a temática das “práticas sociocaritativas”, destas 20 eram de lideranças de diferentes igrejas evangélicas pentecostais, todos eram pastores, alguns políticos eleitos e apenas uma mulher, e 17 se identificaram como católicos vinculados ao movimento de renovação carismática católica, entre eles, dois bispos, dois padres, lideranças leigas masculinas e femininas, líderes vinculados ao movimento institucionalizado e políticos eleitos (MARIZ, 2016).

⁵³ Originalmente apresentada como Tese de Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2011. O mesmo texto foi publicado, em 2013, na Série: Produção Acadêmica Premiada, e tem sido o texto utilizado por mim como referência.

que seria a *fluência no “idioma secular”* dos seus entrevistados, numa pesquisa realizada com lideranças evangélicas pentecostais⁵⁴. Essa *fluência no idioma secular* diz respeito a capacidade de articular expressões, narrar acontecimentos, defender posições sem recorrer a linguagem religiosa. Os autores afirmaram que apesar de parecer um ponto trivial, está fortemente vinculado ao debate mais recente acerca da presença do religioso na esfera pública (MACHADO & BURITY, 2014).

O segundo ponto destacado nos resultados de Mariz (2016) refere-se à preferência entre os trabalhos sociais por projetos de recuperação de dependentes químicos, em que alguns de seus entrevistados argumentaram que essa preferência se dá pela impossibilidade da recuperação sem o apoio religioso. Nesta perspectiva, a evangelização e a conversão dos sujeitos desempenhariam papel fundamental para ajudar o indivíduo a superar diversos problemas de ordem material e espiritual, sejam econômicos ou de saúde. “Dessa forma, levar a ‘Palavra’ seria em si uma prática sociocaritativa” (MARIZ, 2016, p. 07). Assim, observa-se que os evangélicos da pesquisa de Mariz atribuem uma ligação entre ação social e evangelização, e apesar de não ser possível identificar a evangelização exclusivamente circunscrita à dimensão da ação social, esta atesta que as práticas sociais entre os pentecostais apontam para um forte vínculo entre o ato de evangelizar e a promoção social. Nas palavras da autora:

Embora destacassem o papel da fé, não houve entre os entrevistados menção alguma a ‘demônios’ ou a ‘forças espirituais malignas’ que estivessem dominando os dependentes. [...]. Quando evitam falar dessas crenças, nossos entrevistados revelam ter clareza do tipo de discurso legítimo no contexto de nossa pesquisa e o que julgam ser mais aceitável para os entrevistadores, identificados como vinculados a universidades – portadores, portanto, de uma visão de mundo secular. [...] A presente análise procura identificar de quais discursos esses líderes religiosos dispõem atualmente. Observamos, assim como outros estudos, que eles dispõem, mais do que dispunham no passado no caso pentecostal, de um discurso universalmente mais aceito para além das fronteiras da crença religiosa. (MARIZ, 2016, p. 9).

⁵⁴ O objeto da pesquisa foram as lideranças evangélicas pentecostais, sendo realizada 58 entrevistas que “[...] por ocasião da pesquisa (2011-2012), desenvolviam atividades nas cidades de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas e Rio de Janeiro. Quase todos tinham cargo eclesial – pastores(as), missionários(as), bispos, presbíteros – e 18 entrevistados do sexo masculino acumulavam ou havia se licenciado de seu cargo na igreja para assumir uma cadeira na Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais das cidades listadas anteriormente. Os demais eram pastores que dirigiam instituições assistenciais e assessores políticos com atuação no Congresso Nacional. A maioria é pentecostal, mas também foram entrevistados alguns líderes de segmentos das igrejas históricas que se pentecostalizaram nas últimas décadas.”(MACHADO & BURITY, 2014, p. 602).

Estes autores perceberam que tanto na esfera política como na social, os discursos acionados pelos líderes evangélicos têm cada vez mais se *secularizado*, pelo menos no âmbito da esfera pública. Onde os discursos sobre as ações sociais assim empreendidos pelos líderes religiosos, ao mesmo passo que contribuem para construção de uma imagem positiva do grupo religioso frente sua atuação na esfera pública, também confere legitimidade na esfera política, o que pode “facilitar” o acesso a verbas públicas para financiar seus projetos sociais e maior representatividade frente a discussão sobre a questão social no país.

Vimos que entre os evangélicos existem algumas diferenças quanto a forma de atuação no campo da ação social. Os protestantes históricos possuem uma longa trajetória de atuação nesse campo, desenvolvendo atividades principalmente na área da educação e saúde desde pelo menos a década de 1920 (NOVAES, 2007). E ao longo do tempo, vem se adequando e reelaborando suas atividades e práticas, a partir das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira, como, por exemplo, o surgimento da “responsabilidade social cristã” frente ao enfrentamento da questão social; das exigências legais para criação e manutenção de instituições assistenciais (desde o período de redemocratização, com a implantação da LOAS); e, das ONGs e da filantropia empresarial no terreno do Terceiro Setor.

Já entre os evangélicos pentecostais, até meados da década de 1980, não era comum a realização de ações sociais, principalmente devido a ênfase doutrinária na salvação, além da afirmação do sectarismo e ascetismo de repúdio do mundo exterior, nessa concepção, realizar as obras sociais não era essencial, pois não levaria a salvação (MARIANO, 1999). Entretanto, já a partir da década 1990, os evangélicos pentecostais passaram a contar com um expressivo crescimento do número de seus fiéis, principalmente entre as camadas populares urbanas (MARIZ, 1991; ALMEIDA, 1999 apud FERNANDES, et al., 1998; JOCOB et al., 2003), que procuravam respostas aos seus problemas mais imediatos, tanto de ordem espiritual quanto material (SILVA, 2009; MACHADO & MARIZ, 2007). Ao levarmos em conta o contexto de acentuação das desigualdades sociais e da pobreza dos anos 90, os evangélicos passam a buscar legitimidade e parcerias para atuar na área social, criando e organizando instituições

sociais para o atendimento aos mais pobres (MARIZ, 2016; SHELIGA, 2010; CONRADO, 2006). Esse tipo de trabalho entre os pentecostais tem por base a justificativa de amparo aos pobres enquanto uma determinação bíblica (SILVA, 2009), e também, está pautada pelo princípio bíblico de ajudar primeiro os “irmãos de fé”, isto é, aqueles que congregam na mesma igreja (ALMEIDA & D'ANDREA, 2004).

Outro fator relevante como o identificado acima, sobre a existência de um vínculo entre ação social e evangelização realizadas pelos evangélicos pentecostais, é que a conversão se apresenta como o caminho para a superação de diversos problemas, inclusive os materiais, bem como prega a Teologia da Prosperidade que imputa ao indivíduo crente o exercício da prosperidade e felicidade ainda em vida (MARIANO, 1999). Assim as práticas assistenciais dos evangélicos estão imbricadas em valores morais e religiosos que determinam como será e para quem serão destinadas suas ações, tendo como atividades mais frequentes a evangelização (o “ganhar almas pra Jesus”) e o “serviço ao próximo” (NOVAES, 2007 *apud* FERNANDES, 1998).

Enquanto para os católicos, a caridade, no sentido de “expressão do amor de Deus”, se concretiza em práticas como doação do seu tempo, trabalho na igreja ou prestação de ajuda aos mais necessitados e passou a ser considerada uma virtude religiosa, para os protestantes a caridade em si, vista apenas como meio de suprir as necessidades materiais dos indivíduos, não poderia ser considerada uma virtude, pois historicamente a promoção da ética do trabalho, isto é, a ideia de que o indivíduo protestante deve seguir sua vocação e servir a Deus através de sua profissão secular (WEBER, 2004), posicionou o segmento contrariamente à esmola, ou doação de dinheiro aos pobres. Esse entendimento, fez com que os protestantes de início atuassem de maneira mais institucionalizada privilegiando sua atenção à educação, promovendo qualificação profissional para ingresso no mercado de trabalho, além da criação de escolas e universidade (MACHADO & MARIZ, 2007; SOUZA, 2013).

Conrado (2006) conclui sua pesquisa de doutorado ressaltando que as igrejas evangélicas se envolvem cada vez mais no campo da ação social, sob diferentes e variadas lógicas acompanhando as dinâmicas da sociedade brasileira, e assim, conseguiram construir e ampliar os espaços de solidariedade e proteção aos pobres,

mesmo sem deixar de investir na caridade e no “assistencialismo”, se apropriando e ressignificando seus discursos. Deste modo o autor afirma que:

Atualmente, conforme este estudo apontou, as igrejas evangélicas envolvem-se crescentemente no campo da ação social, através de uma enorme diversidade de práticas seja sob as lógicas da caridade/ assistência, da filantropia ou da justiça. [...] A importância deste estudo repousa, creio eu, no reconhecimento de dinâmicas na sociedade brasileira em que diferentes igrejas e organizações religiosas vêm construindo e ampliando espaços de solidariedade e proteção aos pobres na medida em que, sem deixar de investir na caridade e no “assistencialismo”, se apropriam e ressignificam os novos discursos cívicos emergentes. As implicações desses processos e dinâmicas que envolvem a presença das igrejas no campo da ação social apenas começam a ser completamente compreendidas, reconhecendo-se que vêm se tornando cada vez mais plurais, diferenciadas e indicadoras de uma maior complexidade acerca do papel e lugar do religioso na nossa sociedade (CONRADO, 2006, p. 193-194).

A partir do referencial teórico e desta tentativa de explicitar os sentidos e usos dos termos que têm sido acionados para “classificar ou tipificar” as diversas formas de intervenção no social, como “assistência”, “assistencialismo”, “ação social”, “caridade”, “solidariedade”, “filantropia”, “Responsabilidade Social”, “obras sociais”, etc., levando em conta o contexto histórico e social em que a ação está sendo empreendida, observa-se que a distinção dos termos se torna pouco evidente na prática. Ou melhor, a tentativa de “classificar” os termos leva a uma incessante busca e esforço por parte de diversos pesquisadores em analisar um campo que apresenta uma grande diversidade empírica, onde na esteira da história esses termos se conectam, se interrelacionam e se transformam ao longo do tempo, dependendo das dinâmicas sociais, políticas e econômicas em percurso no país. Logo, é por meio deste referencial que adoto o termo “*ação social pentecostal*” para me referir as várias práticas e atividades desenvolvidas pelo Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas.

Como adiantei anteriormente, reitero que o termo “ação social” é empregado para toda ação, atividade ou trabalho realizado tanto pela iniciativa privada quanto pública, religiosa ou da sociedade civil, voltado ao enfrentamento da “questão social” no país, isto é, apresenta-se como uma categoria mais ampla que abarca várias formas de intervenção no social. E quando considero especificamente o termo a “ação social pentecostal”, estou me referindo ao complexo campo da assistência evangélica,

levando em consideração especificamente a forma de atuação no social característica dos evangélicos pentecostais, incluindo-se nessa definição o pentecostalismo clássico e o neopentecostalismo. Que tem como justificativa de suas ações o amparo aos pobres enquanto uma determinação bíblica, o princípio bíblico de ajudar aos “irmãos de fé” e os mecanismos de criação de ajuda mútua e criação de redes de ajuda e/ou proteção social entre os seus.

Logo, o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas é observado e analisado sob a perspectiva da ação social pentecostal, principalmente porque as atividades oferecidas vão de encontro com esta literatura, entretanto, não se limitando a ela. Será possível perceber nos próximos capítulos que as atividades desenvolvidas no projeto social estão fundamentadas tanto na origem religiosa da sua fundadora, caracterizada por um forte *ethos* pentecostal, quanto em iniciativas pautadas na filantropia típica das organizações não governamentais, devido a inserção de uma ONG nas atividades do projeto. No próximo capítulo apresento a abordagem metodológica da tese, indicando as técnicas e recursos utilizados na pesquisa e, finalmente, começo o trato da parte empírica deste trabalho pela identificação e descrição do campo da pesquisa, a favela Tira-Gosto e seu entorno.

CAPÍTULO 3 – Metodologia e o campo da pesquisa

A metodologia da pesquisa é qualitativa baseada no método do estudo de caso, aliado a observação direta das interações no campo de pesquisa e em entrevistas semiestruturadas. Deste modo, foi realizada uma pesquisa etnográfica, com a observação direta e seu registro no caderno de campo. O método do estudo de caso foi utilizado por se tratar de um estudo de uma organização específica, o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas enquanto uma organização social religiosa e um grupo limitado de integrantes, buscando entender, entre outras coisas, como os indivíduos dessa organização interagem entre si e qual o conteúdo dessa interação. De acordo com Becker (1999) o estudo de caso nas Ciências Sociais é tipicamente empregado em pesquisas que realizam estudos de uma organização ou comunidade, normalmente utilizando técnicas de observação em suas muitas variações, coadunando à outras mais estruturadas, como as entrevistas.

Este método visa estabelecer uma análise em profundidade a partir da exploração intensa de um único caso, mas que possibilite criar generalizações a respeito das propriedades genéricas do grupo estudado, isto é, “[...] deixando como nosso resultado apenas as etapas genéricas do processo – aquelas etapas que sempre ocorreriam se o mesmo resultado fosse encontrado.” (BECKER, 1999, p. 128). Para isto, me concentrei em analisar os resultados obtidos, focando nas formas características de interação entre os indivíduos que participam do projeto social, formando uma *rede de voluntários e colaboradores* e na parceria entre um projeto social de cunho religioso com uma ONG, gerando desentendimentos e conflitos entre a esfera religiosa e secular, respectivamente, representativa das duas instituições, no processo de interação e negociação sobre a forma de intervenção no social a ser dedicada a população alvo do projeto.

A técnica da observação direta foi aplicada por ser uma observação de primeira mão, que busca eliminar os “[...] dispositivos sociais e as operações burocráticas que se interpõem habitualmente entre o pesquisador e seu objeto.” (CHAUVIN & JOUNIN,

2015, p. 125). Ela é essencial para se obter acesso ao que não está explícito nas ações e interações estabelecidas no campo da pesquisa, e ajuda na compreensão daquilo que está implícito numa fala, num gesto ou numa reação momentânea (CHAUVIN & JOUNIN, 2015). Desta forma, minha presença como pesquisadora foi comunicada desde o primeiro contato com as pessoas que interagi, foi a partir deste posicionamento que interagi com as pessoas no campo e pude contar com a colaboração dos pesquisados ao disponibilizarem seu tempo para responder as entrevistas e compartilharem suas percepções acerca do objeto estudado. A pesquisa de campo teve início em agosto de 2018 e foi encerrada em novembro de 2019. O trabalho de campo foi realizado a partir da observação das atividades e ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Social Jeová Rafhá, com a construção do caderno de campo.

Sobre a construção do caderno de campo, a prática da observação e o estudo etnográfico no meio urbano apresentam-se algumas noções que nortearam tanto a prática quanto os contornos metodológicos da presente pesquisa. O diário de campo é uma ferramenta indispensável para a prática de campo em pesquisas antropológicas e sociológicas, e desta forma, não deve ser visto apenas como um texto, mas como um conjunto de materiais, materiais estes que o etnógrafo poderá voltar, refletir e analisar. De acordo com Florence Weber (2009) o diário revela sua importância por permitir o distanciamento na pesquisa de campo, e também, por proporcionar uma posterior análise do andamento da pesquisa. Um diário de campo bem construído permite que retomemos ao que foi vivenciado no campo, assim uma característica importante da pesquisa etnográfica é o processo de imersão, Magnani (1997) a define da seguinte forma: “[...] trata-se de uma experiência que nenhuma outra abordagem proporciona, pois tem como pressuposto o contato com o Outro, nos termos – espaço, temporalidade, códigos – deles; é uma experiência-limite, que transforma uns e outros.” (MAGNANI, 1997, p. 10). Portanto, é via de mão dupla, aprendemos na interação com o “outro” ao mesmo tempo em que intervimos em seu cotidiano.

Ainda sob a perspectiva da observação enquanto técnica de pesquisa qualitativa há que abordar a especificidade do campo urbano, já que é neste contexto que a presente pesquisa se estabelece. A observação participante tal qual pensou Malinowski, tem sido a base para o desenvolvimento de outras técnicas semelhantes,

mas que foram se transformando ou ganhando novos significados e aplicabilidades ao longo do tempo por diversos pesquisadores, isto aconteceu principalmente pelo fato do objeto estudado atualmente não se constituir mais na “tribo ou o exótico”, mas na cidade, no urbano, no próximo ou semelhante. Como, por exemplo, Pétonnet (2008) que inovou ao trazer o que ela chamou de *observação flutuante*. Esse método foi utilizado pela autora em uma de suas pesquisas num cemitério em Paris, definindo apenas o local de estudo, sem definir previamente o seu objeto. Assim, a partir da *observação flutuante* deixou que as percepções de campo dirigissem a pesquisa. Pétonnet (2008) define a *observação flutuante* da seguinte forma:

“Ele consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem *a priori*, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes” (PÉTONNET, 2008, p. 102).

Nota-se que fazer pesquisa no meio urbano apresenta sua especificidade, na Antropologia houve a princípio uma preocupação com a questão da distância / proximidade em relação a conservação da objetividade da pesquisa, estudar o “familiar” parecia apresentar diversos obstáculos, mas da mesma forma, fazer longas viagens não garantia ao pesquisador se livrar de seus preconceitos e estereótipos assimilados durante o seu processo de socialização. Devido à grande heterogeneidade que se apresenta nas grandes cidades e metrópoles, fervilham diferentes visões de mundo, diferentes culturas, diversos e distintos grupos sociais, se tornando possível estudar o urbano, isto é, “[...] há distâncias culturais nítidas internas no meio urbano em que vivemos, permitindo ao ‘nativo’ fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos.” (VELHO, 1980, p. 16).

De acordo com Velho (1980) fazer estudo da própria sociedade significava uma ampliação e complexificação do campo de estudo da Antropologia, representava algo ainda muito recente para sua época. Na Sociologia, inaugura-se um novo campo de atuação da pesquisa sociológica, principalmente ao surgir na década de 1910, a Escola de Chicago, delimitando o seu campo de pesquisa no espaço urbano e passando a produzir conhecimentos referentes aos problemas sociais concretos enfrentados nos Estados Unidos, como a pobreza, criminalidade e a imigração (COULON, 1995), que

até os dias atuais são considerado grandes problemas sociais a serem enfrentados pela sociedade estadunidense.

A Escola de Chicago marcou a história da Sociologia com sua metodologia, onde se iniciou uma forma diferenciada, até então, de fazer investigação. Baseada em pesquisas que evidenciaram um forte trabalho de campo, devidamente documentado e sistematizado – a etnografia – e na utilização de documentos de origens diversas, como por exemplo, documentos pessoais – como diários íntimos, relatos pessoais, correspondência pessoal, autobiografia, entre outros; fontes documentais institucionais, como arquivos de agências de assistência social, jornais, arquivos de tribunais, e etc., todas utilizadas como fontes de investigação legítima para a pesquisa sociológica (COULON, 1995). Foi na Escola de Chicago que a utilização da técnica da História de Vida mais se destacou, este é uma técnica em que o pesquisador retratava fielmente a história do seu pesquisado, a partir do seu relato, “[...] A história de vida tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. [...]” (BONI & QUARESMA, 2005, p. 73);

A utilização da técnica da história de vida contribui para a interpretação da trajetória de vida da presidente do Projeto Social Jeová Ráfhá Resgatando Vidas, a qual a sua trajetória individual e como presidente do projeto é indissociável, visto que estas se entrecruzam na sua própria experiência de vida. Assim como postula Becker (1993), a história de vida empregada para análise da trajetória de vida pretende ser “[...] um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive [...]” (BECKER, 1993, p. 102). O pesquisador ou sociólogo deve zelar pelo cumprimento de etapas necessárias que abranja tudo o que deseja conhecer, sem desconsiderar nenhum fato ou acontecimento que seja importante, utilizando outras evidências disponíveis que colabore com a realidade estudada, e sobre tudo, “[...] a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente [...]” (BECKER, 1993, p. 103). E por isso mesmo, o sociólogo assim procedendo dá sequência ao trabalho a partir de sua própria perspectiva e preconiza o valor da “história própria” da pessoa (BECKER, 1993).

Neste caso, a análise que apresento se concentrou na história de vida da Ana minha principal interlocutora. Ela foi obtida por meio dos seus relatos a cada entrevista e conversa sobre sua vida, seu projeto, suas relações com a igreja, os vizinhos, a família, etc., abordando assim a trajetória de vida como uma categoria analítica construída e compreendida ao longo do processo da pesquisa a partir de como o ator se percebe diante do contexto vivenciado. Isto é, utilizei o estudo de trajetórias de vida como uma estratégia para a abordagem e interpretação das ações e interações constitutivas da sua rede de relações, que possibilitaram a formação de uma *rede de voluntários e colaboradores* em prol do Projeto Social Jeová Rafhá.

A opção pela entrevista semiestruturada ou “semi-diretiva” (COLOGNESE & MÉLO, 1998) se deve a maior liberdade a cargo do pesquisador para elucidar questões adicionais suscitadas no decorrer da entrevista. Ela parte de uma formulação de perguntas básicas para o tema investigado baseados nos objetivos da pesquisa, a partir da elaboração de um roteiro ordenado com questões principais que podem ser complementadas ao longo da entrevista, possibilita a inserção de outras questões intrínsecas às circunstâncias que podem surgir no momento da entrevista (COLOGNESE & MÉLO, 1998; MANZINI, 2004). Neste sentido, foi elaborado um roteiro para a realização das entrevistas baseadas nessas características, disponível no apêndice B.

Foram realizadas 3 entrevistas em momentos diferentes com a presidente do Projeto Social Jeová Rafhá, a primeira em 28 de agosto de 2018, realizada pouco tempo depois que a conheci, essa entrevista teve um caráter mais “exploratório”, no sentido de ajudar a constituir a problemática de investigação (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1988), buscando conhecer sua trajetória de vida. A segunda foi realizada em 15 de janeiro de 2019, em ocasião da confecção do portfólio para o projeto social que utilizei para levantar as questões específicas em relação ao projeto (como a história do projeto, os objetivos, as atividades, etc.). E a terceira e última, realizada em 16 de setembro de 2019, teve por objetivo identificar a *rede de voluntários e colaboradores* que Ana construiu ao longo da sua trajetória de vida em torno do seu projeto social, no que se refere a mobilização dos seus contatos na prestação de ajuda ou serviço de apoio ao projeto.

Foram entrevistados os dois únicos voluntários ativos em atividades no projeto no ano de 2019, os dois membros da organização não governamental *Flores Silvestres*. E também realizei entrevistas com 5 moradores locais que apresentaram algum vínculo com o projeto (por exemplo, responsáveis das crianças atendidas pelo projeto e uma pessoa que já participou como voluntário no início, e não participa mais). Além de realizar entrevistas com moradores das favelas adjacentes a Tira-Gosto, com finalidade de obter informações adicionais sobre o contexto pesquisado, dessa forma, foram entrevistados 1 morador da favela Goiabal, 1 morador da favela Matadouro, 1 morador do Conjunto Habitacional João Batista (morador da antiga favela Inferno Verde) e 1 morador da favela Tira-Gosto (sem relação com o projeto social). Totalizando 12 entrevistados.

Para conhecer os limites da favela Tira-Gosto empreguei a técnica do percurso comentado, em que por meio de uma caminhada com moradores, observei a descrição das histórias locais, dos espaços e lugares, direcionando a caminhada através de algumas intervenções, como com perguntas pertinentes ao objeto de estudo. Realizei dois percursos comentados, um com a presidente do projeto social, e outro, com uma moradora local, cada um desses percursos tiveram objetivos diferentes e se concentraram em espacialidades próprias, como será possível observar mais adiante, na descrição e contextualização do campo da pesquisa.

Ressalto que todos os nomes atribuídos aos indivíduos envolvidos na pesquisa são nomes fictícios, bem como o nome da organização não governamental "*Flores Silvestres*", visando garantir e preservar o anonimato dos mesmos, no Apêndice C encontra-se o perfil básico dos entrevistados, com seus respectivos nomes fictícios. Os termos "presidente do projeto" e "projeto social" são utilizados em face ao campo da pesquisa, ou seja, são termos "nativos" utilizados tais como se apresentam no campo.

3.1. O início: (re)conhecendo o campo de pesquisa

Ana, presidente do Projeto Social Jeová Rafhá, se tornou minha principal interlocutora na pesquisa de campo por ser a responsável pelo projeto social no qual realizei a pesquisa. Ao ter conhecimento sobre o projeto na favela Tira-Gosto, logo me interessei em conhecer e pesquisa-lo, na temática da interface da relação entre religião e assistência social. Na verdade, ela não se lembrava, mas já nos conhecíamos de tempos atrás, na ocasião de minha pesquisa de Iniciação Científica, logo nos meus primeiros anos de aluna de graduação da UENF, naquela época, ainda não existia o projeto social. Recentemente, nos conhecemos, ou nos reencontramos, por intermédio de outra pesquisadora, Sílvia Gonçalves (doutoranda do PPGCSO/UFJF), que estava fazendo trabalho de campo na Igreja Caminhos das Águas, na qual Ana era membro. Marcamos um dia e horário para nos encontrarmos em frente a Tira-Gosto, para Silvia poder me apresentar a Ana.

No dia 23 de agosto de 2018, no início da noite, fui ao encontro delas, no ponto marcado, em frente à entrada da favela Tira-Gosto. Estava tudo muito escuro na frente da favela, no acesso pela Av. Adão Pereira Nunes. A rua estava pouco movimentada e Silvia ainda não havia chegado. Fui para frente da quadra para aguardá-la, e foi a primeira vez que vi de perto a obra que a PMCG realizou no que antes era um grande campo abandonado, tornou-se um espaço de esporte e lazer. Uma praça grande com duas quadras, uma delas coberta e com uma pequena arquibancada, no meio da praça havia canteiros com plantas, espaço para as crianças brincarem, mesas com bancos, bancos de praça e algumas árvores/plantas. Estava completamente diferente, pessoas circulando, crianças brincando de bola na quadra e várias pessoas assistindo, crianças andando de bicicleta e brincando de bola. A Av. Adão Pereira Nunes estava completamente sem iluminação, mas na praça e nas quadras havia uma luz fraca, que não parecia atrapalhar o lazer daquelas pessoas. Silvia me ligou e conseguiu me encontrar, passamos por dentro da praça, ao lado da segunda quadra, entrando por vielas e becos sem iluminação alguma, que era difícil até de enxergar o chão, extremamente irregular. Saímos ao lado da Igreja Caminho das Águas, que fica no corredor principal e mais movimentado da favela Tira-Gosto. A casa da Ana ficava logo

em frente à igreja, assim que entrei na casa a reconheci, mas ela não se lembrou de mim.

Neste dia, conversamos por pouco mais de uma hora. Me apresentei, falei da época que estive ali pela primeira vez, apresentei minha pesquisa e pedi para conhecer um pouco mais sobre ela e o projeto, e logo em seguida, pedi autorização para fazer a pesquisa. Ela se mostrou logo de início muito receptiva a ideia e assentiu com a pesquisa. Já nesta primeira conversa, muito pontos relevantes foram levantados e fui construindo meu objeto de pesquisa. Neste primeiro momento, descobri que ela era a responsável e fundadora e se autointitula *presidente* do seu projeto social. Também havia uma tensão em relação a igreja que frequentava e o apoio ao seu projeto, pois ela desde a primeira vez, deixou explícito que apesar de frequentar a igreja Caminho das Águas e a sede do projeto ser muito próximo a essa igreja, o mesmo é de iniciativa própria, não contando com ajuda da sua igreja, apenas com doações que ela mesma recolhe, pedindo ajuda aos amigos, conhecidos, vizinhos, parentes e membros da igreja. Isto é, quando acontecia ajuda relacionada a igreja, era por meio das pessoas que a frequentavam e não pela instituição em si. Retratando a noção da ajuda mútua entre “irmãos de fé”, característico dentro dos segmentos evangélicos pentecostais, onde criam-se redes de proteção entre os membros de igrejas, que ampara e protege os envolvidos e reforça os laços sociais, produzidos pela identificação de pertencimento a um grupo em comum, já bem salientado por Almeida (2004, 2011).

Outro ponto relevante é o público alvo do projeto social. Inicialmente, o grupo prioritário de atendimento eram as crianças e jovens da favela, mas existe uma intenção de desenvolver atividades também com as mães das crianças. Segundo Ana, as atividades consistem em trazer momentos diversificados, como aula de reforço e atividades lúdicas para as crianças, palestras para as mães, etc. Esse movimento de surgimento dos “projetos sociais” em favelas, focando na população mais jovem, também é algo que tem sido observado dentro da discussão sobre Terceiro Setor e a atuação das ONGs em diversas favelas do país (LANDIM, 1993, 2002, 2003; NEVES, 2007; ROCHA, 2015), e ainda, com a interface religiosa evangélica (MARIZ, 2016; SHELIGA, 2010; CONRADO, 2006). Já no meu segundo encontro com Ana, um responsável por uma ONG local (de Campos) se ofereceu para entrar em parceria no

projeto social, e pude observar de perto o início de uma relação entre uma iniciativa de uma religiosa, evangélica de *ethos* pentecostal, e uma organização que se apresentava como laica e com um discurso filantrópico, ressaltando valores como, solidariedade, valorização e respeito aos direitos humanos, promoção da cidadania e ética, etc., típicos das organizações civis que compõe o terceiro setor brasileiro. Essa relação proporcionou um relevante problema de pesquisa ao ser observada ao longo dos meses que sucederam minha pesquisa de campo, pois foram surgindo alguns desentendimentos, impasses e conflitos entre as duas esferas presentes: a religiosa e a secular. E é a partir desta ideia que construo meu texto e minha análise.

3.3. O corredor de favelas da Lapa

Segundo Guimarães e Póvoa (2005), a favela Tira-Gosto surge na década de 1960, ao entrevistarem o gerente da Agência local do IBGE de Campos, o mesmo afirmou que “entre as favelas Patronato e Matadouro, que são mais antigas, havia uma extensão de terra desocupada onde se formaram as favelas Risca Faca, Tira-Gosto, e Siqueira e Silva que foram surgindo e se juntaram sendo hoje uma coisa só” (2005, p. 17). Assim, a favela TG se formou em contiguidade com as favelas Risca Faca, Siqueira e Silva, Patronato, Inferno Verde e Matadouro, formando o corredor de favelas, localizadas em parte no bairro da Lapa, Horto e Parque Califórnia, partindo da área central em direção a UENF até a BR 356 que liga o município de Campos dos Goytacazes ao de São João da Barra, numa faixa estreita localizada à margem direita do rio Paraíba do Sul, se estendendo pela Rua Adão Pereira Nunes e Av. Rui Barbosa (paralelas entre si).

Anteriormente a favela Tira-Gosto se localizava no bairro Parque Riachuelo (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005), atualmente está situada no bairro da Lapa, devido à atuação do programa Bairro Legal na localidade, que modificou nomes das ruas e a delimitação do bairro, além de mudanças na infraestrutura, recebendo esgotamento sanitário e tratamento urbanístico.

As favelas do bairro da Lapa, segundo seus moradores, se constituíram nessa localidade em função das oportunidades de emprego oriundas da fábrica de tecidos *Cia de Fiação e Tecelagem Campista*, inaugurada em 1885, no bairro da Lapa, e o Matadouro Público Municipal, inaugurado em 1872, no bairro Parque Califórnia. A Lapa é um bairro de origem operária, contíguo ao centro da cidade, possuindo alguns atrativos como: praças, quadras poliesportivas, posto de saúde, escolas públicas e o fácil acesso aos serviços básicos e comércio central (FARIA & FALCÃO, 2016; MOTA, 2012; GUIMARÃES & PÓVOA, 2005). Nesta mesma área atualmente está localizado o Instituto Patronato São José, que há 29 anos é sede da Fundação Municipal da Infância e da Juventude, a FMIJ, que conta com uma escola e uma creche municipal em funcionamento e uma Unidade Básica de Saúde Patronato São José, (atualmente passando por obras de ampliação), e ao lado da FMIJ existe uma fábrica de produtos alimentícios, a Corbion Purac Sínteses⁵⁵.

De acordo com os dados obtidos no Censo do IBGE 2010⁵⁶, a partir do universo da pesquisa, é possível caracterizar a população residente nas favelas de Campos, como uma população predominantemente moradora na área urbana, constituídos significativamente de uma população feminina, com ênfase nos grupos etários que correspondem a uma população adulta à idosa. Enquanto que, nas faixas etárias que compreendem crianças, adolescentes e jovens⁵⁷, havia uma significativa proporção de homens. Considerando a distribuição etária⁵⁸ desta população, notou-se que o grupo de idade que revelou maior percentual quantitativo foi o de 10 a 14 anos, seguido do grupo de 15 a 19 anos. Isso indica uma forte presença de adolescentes e jovens nas favelas, que é uma grande parte do público alvo do projeto social que analiso.

⁵⁵ A Corbion Purac está aproximadamente há 60 anos no Brasil, líder mundial na preservação natural de alimentos e a maior produtora de ácido láctico, derivados e lactídeos. A empresa atende ao mercado da América Latina, tem uma unidade industrial em Campos dos Goytacazes, RJ, e um escritório comercial em São Paulo, SP. A empresa atua em dois diferentes segmentos: Ingredientes Alimentícios Naturais e Bioquímicos. Disponível em: <https://www.corbion.com/>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

⁵⁶ Dos 15.777 moradores das favelas de Campos dos Goytacazes, em 2010, 49,6% eram homens e 50,4% mulheres (IBGE, 2010).

⁵⁷ Nos grupos de idade que compreendem as faixas etárias de zero até 29 anos.

⁵⁸ Foi utilizada a classificação do IBGE para estabelecer as categorias representativas de idade, isto é, as seguintes: crianças e adolescentes (até 14 anos de idade); jovens (entre 15 e 29 anos); adultos (entre 30 e 59 anos); e idosos (pessoas de 60 anos ou mais de idade). (IBGE, 2016).

Ainda de acordo com o Censo 2010, sobre a população residente nas favelas de Campos, segundo a cor ou raça⁵⁹, considerando os dois grandes grupos de “brancos” e “não brancos”⁶⁰, mais de 70% do total desta população pode ser agrupada na categoria “não brancos”⁶¹. Estes dados são muito significativos, pois em nosso país, e, em Campos dos Goytacazes não é diferente, estudos apontam que a formação das favelas se deu primeiramente por uma população negra, oriunda da época escravocrata, subintegrada a partir do processo de formação social e econômica do município (MESQUITA & RIBEIRO, 2012). E em seguida por trabalhadores rurais e colonos, que com a mudança das leis trabalhistas e o processo de modernização da indústria sucroalcooleira, por volta das décadas de 60 e 70, foram expulsos do campo vindo compor, juntamente com imigrantes de outros municípios, às áreas periféricas da cidade consideradas inadequadas ao uso e sem valor para o mercado imobiliário, como brejos, beira de rio e lagoas, nas margens de estradas e próximo a linha férrea, que foram gradativamente sendo invadidas e formando as favelas (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005; ROZENDO & CARVALO, 2004).

3.3.1. A favela Inferno-Verde

A favela Inferno Verde está localizada no cruzamento de duas ruas, a Rua Miguel Heredia e a Rua Adão Pereira Nunes, onde grande parte da Rua Miguel Heredia é formada por vilas, principalmente por comporem lotes muito grandes, que foram subdivididos em várias partes com casas menores. A favela Inferno Verde surge na

⁵⁹ O critério utilizado pelo IBGE (2010) foi de autoclassificação, oferecendo categorias de respostas fechadas, são elas: branca, preta, amarela, parda e indígena. Para saber sobre os critérios de autoclassificação e heteroclassificação utilizados pelo IBGE acessar o link. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

⁶⁰ Defino o grupo de “não brancos” composto pelas pessoas que se definem como de cor ou raça preta, parda ou indígena. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema conferir o material elaborado pelo IBGE: Características Étnico-raciais da População: classificação e identidades, no caderno de Informação Demográfica e Socioeconômica (n° 2), da série Estudos e Análise do IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 20/05/2020.

⁶¹ As porcentagens por categorias em separado: branca 25,26 %, parda (48,44%), preta 25%, indígena 0,08% e amarela 1,22 (Censo, 2010).

década de 1950, no bairro da Lapa, principalmente com a oportunidade de empregos que era oferecida pela fábrica de tecidos *Cia de Fiação e Tecelagem Campista*. Com o passar do tempo a favela foi crescendo e se adensou. No Censo do IBGE de 2000 foram contabilizados 61 domicílios e no de 2010, já contava com um total de 149 domicílios, ao mesmo passo foi sendo contemplada com infraestrutura mínima, no entanto, ainda muito precária (FARIA & FALCÃO, 2016; GUIMARÃES & PÓVOA, 2005).

No ano de 2009, na época da passagem dos agentes censitários coletando dados para o Censo de 2010, a favela Inferno Verde ainda se encontrava concentrada em um grande lote, com algumas casas de alvenaria, mas, sobretudo muitas casas de madeiras e outros materiais reutilizados, muitas delas contava apenas com um cômodo e os poucos banheiros eram compartilhados. Camila, uma moradora local entrevistada, caracterizou as antigas casas da favela como “barracos”, estes só foram totalmente demolidos no final de 2012. A favela foi totalmente demolida e se iniciou um processo de construção de apartamentos populares, sob a administração municipal da Prefeita Rosinha “Garotinho”.

Atualmente, esse perfil não é mais representativo da realidade da população moradora da favela Inferno Verde, pois quando foram implantados os programas Morar Feliz e o Bairro Legal na localidade, houve uma radical mudança no bairro da Lapa, desde colocação de asfalto à distribuição de água e esgoto. Neste sentido, a favela Inferno Verde foi erradicada em 2012 e o Conjunto Habitacional João Batista ou Residencial João Batista somente foi entregue em 2018 aos antigos moradores da favela Inferno Verde. O conjunto habitacional João Batista conta com uma estrutura vertical composta por 72 apartamentos dividido em três blocos. Os apartamentos foram entregues às famílias removidas da favela Inferno Verde, que esperaram por aproximadamente 6 anos para a entrega de suas casas, durante esse tempo viveram de aluguel social⁶² oferecido pela PMCG⁶³. O término da obra do conjunto habitacional

⁶² Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2011/824/8236/lei-ordinaria-n-8236-2011-cria-o-programa-municipal-sos-habitacao-e-da-outras-providencias?q=aluguel+social>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

⁶³ O aluguel social faz parte das estratégias do Programa Municipal SOS Habitação, regulamentado pela Lei nº 8236, de 30 de junho de 2011, que visa entre outras coisas, a promoção da moradia digna à

e a entrega das unidades, somente ocorreu na administração municipal do Prefeito Rafael Diniz⁶⁴, sendo iniciada na administração municipal anterior.

Camila, agora moradora do Residencial João Batista que entrevistei, morava anteriormente na favela Inferno Verde. Ela observa que na favela tinha algumas casas melhores e outras piores, conta como que se iniciou o projeto para remoção e construção do conjunto e como é a convivência no local:

Camila: *Foi um belo dia que Rosinha estava fazendo corpo a corpo na rua, aí fulano, que é o presidente da associação agora, pegou e chamou ela para poder entrar. Aqui tinha casas ruins, mas também tinha muitas casas boas.*

Pesquisadora: A favela Inferno Verde era todo esse espaço onde foi construído o Residencial João Batista?

Camila: *Sim, era esse espaço todinho. Aí a parte da frente tinha umas casas melhores, nos fundos que precisava realmente ser trocada, precisava assim, de reforma. Mas infelizmente o pessoal daqui era assim, “pra que eu vou arrumar a casa, se eu posso beber”, e assim vai, tinha gente que só tinha um cômodo e o banheiro era um buraco. Então, precisava realmente, era esgoto a céu aberto. Foi bom? Foi, mas tipo assim, a minha privacidade acabou todinha, eu tinha um quintal.*

Pesquisadora: Você era uma das pessoas que moravam nessas casas da frente, um pouco melhores?

Camila: *É em termos, sim. Aí hoje em dia, tá bom aqui, eu gosto, mas eu sempre gostei de casa. [...] Morar em apartamento não é a mesma coisa, não pode fazer churrasco aqui.*

Pesquisadora: *Mas aqui não tem nenhuma área de lazer?*

Camila: *Não, nenhuma.*

[...]

parcela da população que compõe o déficit habitacional do Município. Uma das medidas adotadas é a transferência temporária de renda. Essa lei foi implantada durante a administração municipal anterior da Prefeita Rosinha Garotinho (Representante do Partido da República, Prefeita Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, ou como é mais conhecida, e se autointitula, “Rosinha Garotinho”), e se destina “[...] a famílias removidas de áreas de risco ou que tiveram suas casas condenadas, pela Defesa Civil Municipal, conforme a situação de vulnerabilidade e risco social” (FALCÃO & FARIA, 2016, p.02). O programa garante temporariamente o pagamento de aluguel residencial no valor de até meio salário mínimo para famílias que se encontram morando em áreas de risco, como beira de estradas, beira de linhas férreas, beiras de encostas, margens de rios, lagoas e aterros ou vivendo em condições habitacionais precárias com estrutura comprometida e que possuam renda per capita de até ½ salário mínimo. A concessão do benefício se dá mediante encaminhamento do CRAS/ CREAS e laudo da Defesa Civil (Portal da Transparência, PMCG. Disponível em: <https://transparencia.campos.rj.gov.br/programas-sociais>. Acesso em: 04 maio, 2019.).

⁶⁴ O Prefeito Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira assumiu a PMCG no mandato de 2017 a 2020, é filiado ao partido PPS (Partido Popular Socialista).

Pesquisadora: Quando foram demolir tudo aqui. Como a prefeitura procedeu?

Camila: Ela deu um aluguel de R\$ 350,00 na época pra gente poder alugar qualquer imóvel. Eu fiquei por aqui, numa casa aqui na esquina. A maioria ficou por aqui também. Eu por exemplo, não me vejo longe daqui da Lapa. [...] Ficamos esperando 6 anos por isso aqui, foi muito tempo. O aluguel sempre atrasava, as vezes, dois ou três meses. [...].

[...]

Pesquisadora: Como está a convivência com a vizinhança?

Camila: eu por exemplo aqui, meu espaço é só aqui dentro, é raro eu descer. Ontem por incrível que parece eu deixei minha filha descer um pouquinho, que tava um grupo de mulheres com crianças jogando queimado lá embaixo. Aí quando eu descí pra comprar pão até brinquei uma partida. Mas eu não gosto. Não é que eu sou metida, mas é que eu gosto de ficar no meu cantinho. [...] e aqui, querendo ou não, tá com uma coisinha ainda do tráfico, querendo entrar aqui. Então aí mesmo que não fico mesmo. Eu entro pra minha casa e acabou.

(Trecho da entrevista com Camila – moradora do Residencial João Batista, realizada em 14 de agosto, 2018).

Percebemos com a fala da Camila que todo o processo que se passou até a entrega dos apartamentos, e mesmo depois disso, foi demorado e tiveram que enfrentar alguns problemas e dificuldades tanto por motivos pessoais (subjetivos), como se adaptar a morar em um apartamento depois de anos vivendo em casa, quanto por questões relacionadas a burocracia da prefeitura que fizeram as obras do conjunto demorar mais que o tempo previsto. Em outros trechos da entrevista ela relata sobre os procedimentos que precederam a entrega das chaves, como a criação de uma associação dos moradores do Residencial João Batista para a criação do CNPJ do condomínio, lamentou pelos moradores que faleceram durante esse tempo e não chegaram a ver os apartamentos prontos, relatou problemas no apartamento (como piso solto no banheiro), revelou que nem todas as pessoas estão pagando a taxa de condomínio (água e energia) e que a prefeitura não se responsabilizou por mais nada depois que entregaram as chaves e realizaram a inauguração do Residencial.

Esse tipo de relato em relação a aplicação das políticas públicas de habitação no município é bastante comum. Isso também será observado no item a seguir que versa

sobre a favela Matadouro, e nela, a criação do Conjunto Habitacional Matadouro, ainda na administração municipal do Prefeito Alexandre Mocaiber. Será possível perceber que políticas de habitação semelhantes que aconteceram em épocas diferentes, mas numa localidade próxima, ainda refletem uma mesma forma de intervenção do poder público municipal em favelas de Campos.

3.3.2. A favela Matadouro

A favela Matadouro está localizada no bairro Parque Califórnia, sendo composta por duas Avenidas paralelas, a Av. Adão Pereira Nunes e a Av. Nelson de Souza Oliveira (antiga Av. Rui Barbosa), avenida que fica às margens do Rio Paraíba do Sul. A favela se estabelece em forma plana, por essas duas avenidas. Muitas casas na favela foram construídas sobre o antigo dique de contenção do rio e, também, sob a antiga linha férrea que passava pela localidade.

Historicamente a favela foi formada a partir da construção do Matadouro Público Municipal de Campos dos Goytacazes, por volta de 1872. Por causa da localização pouco acessível do matadouro, os trabalhadores passaram a construir casas no entorno do prédio. O matadouro funcionou até o final da década de 1960, quando encerrou suas atividades por completo. Período que coincide com o momento de grande fluxo migratório para a cidade de Campos, década que data o surgimento da favela Matadouro. Antes mesmo da população do entorno no matadouro crescer, o local já passava por dificuldades estruturais, no que tange aos serviços básicos de saneamento, iluminação pública e obras de infraestrutura. A falta de políticas públicas direcionadas a localidade naquele período já era acentuada, o crescimento e o adensamento da favela nos anos seguintes, sem qualquer medida de urbanização ou outra política pública, atribuiu à região do matadouro o *status* de favela. (NOGUEIRA, 2006; BARBOSA, 2006; MENDES, 2007; MOTA, 2012).

Mais recentemente, um pouco mais de uma década, foi construído ao lado das ruínas do antigo matadouro público municipal o Conjunto Habitacional Matadouro (inaugurado em 2007), ou como é comumente chamado pela população local: “Portelinha”⁶⁵. O residencial foi entregue em 2007, pela PMCG aos moradores das ruínas do prédio do antigo matadouro da cidade. O mesmo não consta como fazendo parte da favela Matadouro pelo Censo IBGE 2010, isto é, não foi “contabilizado” pelo IBGE como aglomerado subnormal parte integrante da favela Matadouro. Com relação a esse fato, acredito ser possível elencar alguns motivos para que isto tenha ocorrido. O primeiro deles diz respeito aos critérios atribuídos pelo IBGE que caracterizam um aglomerado subnormal, onde tecnicamente, a Portelinha não compreende mais nenhum deles, visto que não se trata mais de uma invasão, ou ocupação ilegal da terra ou ainda de possuir uma urbanização fora dos padrões vigentes, por exemplo.

Todavia na prática, isto leva a outras implicações, pois é possível perceber em estudos mais recentes sobre os “novos” conjuntos habitacionais promovidos pela PMCG, que existem diversos problemas vivenciados pelos moradores removidos para esses locais, como falhas estruturais nas construções, como rachaduras das paredes e problemas na captação de água e escoamento de esgoto, falta de transporte público que atenda a necessidade da população, etc. (GOMES et al., 2013; NOGUEIRA, 2008; OLIVEIRA & PEDLOWKI, 2012); além da localização periférica de muitos conjuntos que foram construídos em locais distantes dos centros econômicos, sociais e de lazer, e do local de origem onde residiam, gerando problemas relativo a conflitos territoriais ligados a disputas do tráfico de drogas (MENDES et al., 2014). Ou seja, a população removida tem passado por questões e problemas sociais muito parecidos aos que enfrentavam antes, e outros novos, já que de acordo com algumas famílias removidas a percepção da violência e o sentimento de insegurança parecem ter aumentado significativamente (MENDES et al.; 2014; FARIA & POHLMANN, 2016).

⁶⁵ Na construção do Conjunto Habitacional do Matadouro foram aplicados recursos da PMCG e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. A construção do conjunto fez parte do programa de habitação “Pode entrar que a casa é sua”. Trata-se de um conjunto vertical de 228 apartamentos, distribuídos em quinze blocos de dezesseis apartamentos cada, com uma área 52m² por apartamento, distribuindo em três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. (MOTA, 2012; MOTA & MAMANI, 2012).

E a segunda possibilidade se deve propriamente a sua localização, pois a “Portelinha” está localizado do lado esquerdo da Rua Adão Pereira Nunes, do mesmo lado onde se encontram os condomínios Residencial do Horto e o Residencial Bougainville⁶⁶. Isso a coloca no lado oposto à favela Matadouro em si, onde estão situadas as casas da população da favela, e à própria delimitação geográfica do setor censitário que a compreende. A diferença substantiva é que o Residencial Matadouro está voltado à favela e os outros dois condomínios estão voltados para Av. Alberto Lamego, onde se localiza o comércio e equipamentos públicos importantes do bairro (como a UENF, a FAETEC e o Horto Municipal), e apenas o “fundo” destes condomínios residenciais estão voltados para a Matadouro, com suas cercas e altos muros separando-os da favela.

A Portelinha é vista pelos moradores da favela Matadouro e das favelas adjacentes como um lugar altamente perigoso, na verdade, eles se referem muitas vezes, a “Portelinha como uma favela”, identificando o local como sendo o responsável efetivo pela criminalidade e violência local. Ao longo dos anos, desde sua inauguração até dias atuais, recorrentemente são publicadas matérias jornalísticas⁶⁷ sobre prisão de traficantes, apreensão de armas e drogas escondidas dentro do conjunto, etc. Bem como afirmou Luana durante a entrevista. Luana é moradora da favela Matadouro há 20 anos e em sua entrevista relatou casos relacionados ao tema, que pode ser observado no trecho transcrito de sua entrevista abaixo:

Pesquisadora: Percebi que quando você fala do conjunto da Portelinha e o restante da Matadouro, parece que você está falando de duas coisas

⁶⁶ De acordo com Nogueira (2006), os condomínios habitacionais Residencial do Horto e o Residencial Bougainville são oriundos de grupos sociais economicamente mais abastados. Representando a classe média e média alta da cidade.

⁶⁷ Algumas dessas matérias podem ser conferidas nos seguintes endereços: Disponível em:

*<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/videos/t/todos-os-videos/v/policia-militar-apreende-drogas-na-comunidade-da-portelinha-em-campos-dos-goitacazes/2265796/>. Acesso em 13 mar. 2021.

*<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/adolescente-e-morto-com-tiro-dentro-de-conjunto-habitacional-na-portelinha-em-campos-no-rj.ghtml>. Acesso em 13 mar. 2021.

*<https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/policia-prende-um-em-operacao-contr-o-traffic-o-em-campos-rj-18022020>. Acesso em 13 mar. 2021.

*<https://www.ururau.com.br/noticias/policia/apos-denuncia-pm-encontra-drogas-em-apartamento-na-portelinha-em-campos/38058/>. Acesso em 13 mar. 2021.

*<https://www.jornalterceiravia.com.br/2019/11/14/onze-quilos-de-maconha-sao-apreendidos-em-campos/>. Acesso em 13 mar. 2021.

diferentes. Quando se referiu ao tráfico de drogas relacionou a Portelinha, no entanto, ao restante da Matadouro se refere como um lugar tranquilo.

Luana: *É isso! Eles tem os alvoroço deles lá, eles brigam e as vezes os problemas sai cá pra rua, muitos atinge até ali perto da minha vizinhança, tem um rapaz ali que tava roubando e teve que sumi dali. O rapaz era até conhecido, tinha certa habilidade para consertar moto, mas as drogas confundiram a mente dele e ele nunca chegou a lugar nenhum. Teve um dia que ele tava mexendo na moto do meu cunhado, quando chegou dois caras no carro preto e falou “bota esse ladrão pra fora”, eles estavam armados, logo assim que eu tinha chegado do serviço, “eu vou matar ele aqui fora”. Aí ele falou pro meu cunhado fechar o portão e pulou o muro, saiu pulando as casas e sumiu.*

(Trecho da entrevista com Luana – moradora da favela Matadouro, realizada em 13 de abril, 2019).

A favela também foi contemplada pelo Programa Bairro Legal entre os anos de 2012 e 2015, com mudança na infraestrutura, saneamento e obras de pavimentação. Na favela Matadouro estão localizados equipamentos públicos importantes, como o Centro de Referência de Assistência Social – o CRAS Matadouro, Centro comunitário do Matadouro e a Creche Escola Municipal Francisco de Assis.

3.3.3. A favela Goiabal

A favela Goiabal se estabelece em contiguidade territorial com a favela Matadouro, entretanto, não é reconhecida como um aglomerado subnormal independente pelo IBGE, mas sim, como parte integrante da favela Matadouro. A identificação dessa favela é feita pelos próprios moradores. Ela está localizada na continuação da Av. Adão Pereira Nunes, que se estabelece junto à margem do Rio Paraíba do Sul e se estende até a BR 356 que liga o município de Campos dos Goytacazes ao de São João da Barra. A favela surgiu aproximadamente na década de 1950, no bairro Parque Califórnia, sendo mais antiga do que a própria favela Matadouro. Assim como a Matadouro, a favela Goiabal se forma na malha urbana

próximo ao local de trabalho, como o matadouro público municipal. A localidade na malha urbana é bem específica, se concentrando, na realidade, em área de brejo, à beira do Rio Paraíba do Sul, ocupando parte da faixa de servidão da Estrada de Ferro de domínio da Rede Ferroviária Federal (GUIMARÃES & PÓVOA, 2005).

A localidade não foi contemplada pelo Programa Bairro Legal, apenas pelo Programa Morar Feliz, onde teve parte da sua população removida e as casas demolidas pela PMCG em outubro de 2011. Os moradores removidos da favela Goiabal foram para o conjunto Morar Feliz do Novo Jockey, sob a alegação de risco oferecido pela localização da favela (FARIA & POHLMANN, 2016). E logo em seguida, os domicílios foram demolidos pela PMCG. Observa-se a resistência de alguns moradores que não quiseram sair de suas casas, principalmente por alegarem a relação de vizinhança, o tempo de moradia no local, a qualidade das construções em que vivem ser superior a das casas entregues pelo governo municipal; somando-se a isso, a facilidade de acesso ao centro da cidade, e também, acesso a equipamentos públicos próximos (como escolas municipal e estadual, creches, posto de saúde, etc.), facilidade de transporte, e ainda, principalmente, a insegurança no Morar Feliz do Novo Jockey, onde a PMCG parece não ter considerado ao realocar as famílias a dimensão territorial de rivalidade por conta do tráfico de drogas (FARIA & POHLMANN, 2016).

Nem todos moradores foram removidos alguns resistiram e continuam vivendo em suas casas até hoje. Durante a pesquisa de campo realizei uma entrevista com Marta⁶⁸, uma moradora da favela Goiabal, pude perceber em sua fala a insatisfação pela forma como se desenvolveu o processo de remoção das famílias e também da localidade não ter sido alvo dos tratamentos de urbanização e saneamento oferecido pelo programa Bairro Legal. A moradora entrevistada afirmou que a maioria das casas que ficam atrás dos prédios da UENF, não possui distribuição de água, mas uma ligação direta com a UENF, retirando a água da universidade para suas casas (algo que foi acordado internamente há muitos anos atrás entre a instituição e a população local). A rua não possui asfalto nem esgotamento sanitário, a iluminação pública é precária, bem como o acesso ao transporte público.

⁶⁸ Entrevista realizada em 15 de março de 2019.

Atualmente, verifica-se um retorno de ocupações da favela Goiabal, na localidade onde foram removidas as famílias e demolidas as moradias, em conversa informal com um morador local, o mesmo afirmou que há pessoas novas se instalando por ali, mas também alguns moradores antigos cercaram uns terrenos e estão voltando para viver ali ou vendendo o lote. Desta forma, percebemos que uma nova população vem se assentando no mesmo espaço onde viviam as famílias que foram removidas pelo Morar Feliz, em 2011, e outras famílias removidas estão retornando ao local original de moradia e “repovoando” a favela Goiabal.

Todos os fatores relatados acima indicam uma forte deficiência do programa Morar Feliz e a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas habitacionais implantadas ao longo dos anos pela administração pública municipal. Tendo em vista, que discutir a política pública de habitação municipal foge ao escopo desta pesquisa, visa aqui revelar e registrar algumas interfaces desses programas frente a população e sua relação com o espaço. Como se trata de um Corredor de favelas que foram se constituindo ao longo do tempo, umas em contiguidades às outras e estabelecem uma relação de temporalidade e territorialidade próximas, mostrou-se relevante trazer estas informações e dados que foram discutidos até aqui para a compreensão do espaço como um todo, e finalmente, situar a favela Tira-Gosto nesse corredor de favelas. Neste sentido, partiremos na próxima seção para o núcleo mais duro do campo da pesquisa, a favela Tira-Gosto.

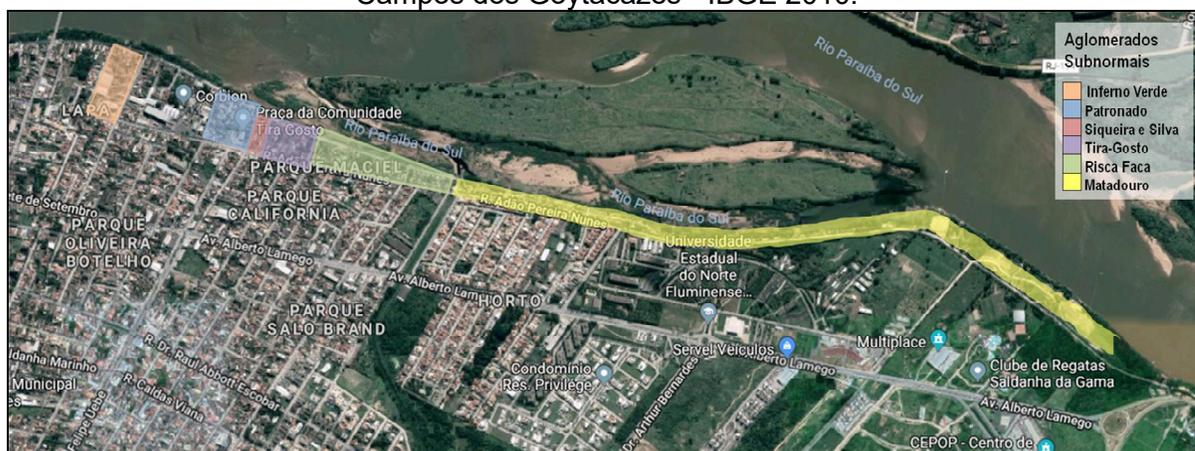
3.3.4. “Agora é tudo Tira-Gosto”: a junção das favelas Tira-Gosto, Siqueira e Silva e Patronato

Neste ponto realizo a descrição do campo da pesquisa, buscando enfatizar os aspectos qualitativos do campo, como sua história, localização e os limites da favela. Utilizei a técnica do percurso comentado para conhecer a favela e a história local a partir de duas moradoras, a Ana, presidente do projeto, e Bia, moradora da favela TG,

membro da Igreja Evangélica Caminho das Águas. O texto que se segue está baseado nas descrições empreendidas no caderno de campo, após a realização dos percursos.

As seis favelas, Tira-Gosto, Risca Faca, Siqueira e Silva, Patronato, Inferno Verde e Matadouro são definidas pelo IBGE como aglomerados subnormais, no entanto, na prática cotidiana dos seus moradores as delimitações espaciais oferecidas pelos setores censitários determinados pelo IBGE (figura 4), não correspondem à realidade atual, como foi possível perceber nas seções do texto anteriores. Por exemplo, a favela Risca Faca não é o espaço (em verde na figura 4) entre a Matadouro e a TG, mas um dos corredores dentro da TG, e atualmente, é possível dizer que não existe mais uma distinção nítida entre as favelas TG, Siqueira e Silva e Patronato, os entrevistados afirmaram que tudo agora é a Tira-Gosto. A favela Matadouro ocuparia todo o espaço destacado em verde e amarelo na figura 4, até pelo menos, o início da UENF, onde começa a favela Goiabal, que não é reconhecida como um aglomerado subnormal individualmente pelo IBGE, mas está contido dentro da delimitação do aglomerado subnormal do Matadouro.

Figura 4 - Mapa das delimitações dos setores censitários dos aglomerados subnormais Tira-Gosto, Risca Faca, Siqueira e Silva, Patronato, Inferno Verde e Matadouro no município de Campos dos Goytacazes - IBGE 2010.



Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração própria.

A favela Tira-Gosto está localizada ao redor do antigo dique de contenção do Rio Paraíba do Sul, o rio e o dique dão os contornos de duas de suas extremidades. E os outros limites são dados, de acordo com o percurso comentado realizado com Ana e

Bia, pela fábrica Córbon, que delimita o limite esquerdo da favela, enquanto que o limite direito, apesar de não parecer muito claro em suas falas, foi possível fazer uma aproximação (que pode ser observada na figura 5). Esse limite é dado principalmente pelo início da favela Matadouro. Na figura 5, podemos observar o recorte da favela Tira-Gosto, a localização da Fundação Municipal da Infância e Juventude e da Fábrica Córbon. Dá para ter a noção de que se trata de um espaço geográfico bastante limitado e com grande adensamento de moradias, e conseqüentemente, populacional.

Figura 5 - Limites da Favela Tira-Gosto



Fonte: Google Earth, 2019. Elaboração própria.

A TG é composta por vários corredores estreitos ou “becos”, por onde se estendem as casas umas ao lado das outras, sem muita estrutura (figura 6). O chão dos corredores é cimentado e de acordo com moradores entrevistados foi a PMCG que os cimentou, mas isto foi feito há muito tempo e não souberam especificar o tempo. Lembraram que antes, os corredores eram de chão de barro, alagando e ficando totalmente enlameado em períodos chuvosos. Mesmo hoje, as fortes chuvas ainda enchem os corredores, pois a água não tem vazão e o esgoto volta para a superfície, principalmente porque os bueiros estão todos entupidos. Em uma das minhas primeiras saídas de campo na favela, chovia muito durante todo o dia e precisava ir até a casa da Ana, quando cheguei em frente a passagem do dique para entrar no corredor não havia muita água acumulada, mas a chuva caiu com mais intensidade depois da minha

chegada e, na volta, tive que passar com água um pouco acima dos tornozelos, não achei algo preocupante até perceber quando cheguei a casa, que meus pés estavam sebosos e brilhando, foi depois que comentei o fato com Ana, que ela me disse que o esgoto ali dentro está sempre entupido.

Figura 6 – Fotos dos corredores da favela Tira-Gosto



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.
(Fotos retiradas durante o percurso comentado, 28 ago. 2018).

No percurso comentado tivemos como ponto de partida a casa da Ana, foi ela que me guiou e escolheu os caminhos por onde passaríamos. Saindo de sua casa pegamos o caminho no sentido da Praça da TG, passando por um corredor ao lado da igreja Caminho das Águas, seguimos pelos contornos sinuosos num chão irregular, com muitos buracos e desníveis. A frente havia uma bifurcação, em que pegamos o caminho à esquerda e logo saímos na Praça da TG. Tiramos algumas fotos do local, mas com muito cuidado, pois Ana alertou que em certos lugares não seria possível tirar fotos. Contou que o espaço é muito utilizado pelas crianças para brincadeiras, e também aconteciam *bailes dos meninos*. A indaguei sobre quem seriam esses “meninos”, e ela respondeu que são os meninos do *movimento* que ficam na *boca*, porém, ultimamente os bailes não têm acontecido desde que o chefe da *boca* foi preso.

Os termos em destaque acima, *meninos*, *movimento*, *baile* e *boca* são expressões usualmente utilizadas para se referir ao universo que compõe o tráfico de varejo de drogas local. *Meninos* é a expressão utilizada para se referir aos jovens e homens que estão envolvidos de alguma forma no circuito da economia do tráfico de drogas; *movimento* é a expressão que caracteriza propriamente a dimensão totalizante referente ao tráfico de varejo de drogas; *baile* também está associado ao universo do tráfico na medida em que sua realização é de iniciativa do chefe local; e, *boca* é o local onde há o comércio efetivo das drogas, a Tira-Gosto, por exemplo, conta com pelo menos 3 pontos de venda de drogas que pude observar. E eram esses espaços e suas proximidades que Ana não me permitiu tirar fotos.

Em 2009, quando estive na favela Tira-Gosto pela primeira vez, no contexto de outra pesquisa⁶⁹, esse espaço onde hoje é a praça era uma grande área aberta, com muito mato e onde criavam alguns animais, como cavalos, galinhas e porcos, e também era um lugar onde os moradores despejavam parte do lixo produzido (figura 7). Agora, nesse grande espaço foi construído uma grande praça, com duas quadras, uma delas é bem grande, com cobertura, pequenas arquibancadas, traves para jogar futebol, e o que devia ser uma cesta de basquetebol, no entanto, está quebrada. Também tem um

⁶⁹ Pesquisa de Iniciação Científica “Religião e Assistência Social: Ações pentecostais nas favelas de Campos dos Goytacazes” de minha autoria, orientada pela Prof. Dr. Wania Mesquita sob o âmbito do projeto “Cidadania sob cerco: percepções e estratégias de ação dos moradores de favela”, coordenação pela referida professora, financiamento da FAPERJ, Edital Primeiros Projetos, E-26/171.045-2006.

espaço entre as quadras com alguns bancos de praça e pequenos espaços com plantas e árvores. Em um dos cantos da praça, ao lado do antigo dique de contenção, que dá para a Rua Adão Pereira Nunes, há algumas construções do tipo de quiosques, mas não deu para identificar muito bem. Ana disse que são quiosques que a Prefeitura fez junto com a obra do espaço. Perguntei sobre a conservação da Praça, e obtive a resposta de que a prefeitura raramente manda funcionários para limpar a Praça, sendo mais comum que os próprios moradores façam a limpeza e a manutenção da Praça.

Figura 7 - Campo da favela Tira-Gosto em que foi construída a Praça (2009)



Fonte: Natália Silveira, 2009.

A Praça da favela Tira-Gosto foi construída em 2010-2011, pela PMCG durante a administração municipal da Prefeita Rosinha Garotinho, e fez parte de um conjunto de obras realizadas no âmbito do Programa Bairro Legal. De acordo com Matta & Matta (2015), as obras do programa no bairro da Lapa e adjacências foram anunciadas em maio de 2011 e viria a beneficiar especialmente as favelas Tira-Gosto, Matadouro e Inferno Verde. O bairro da Lapa recebeu bastante atenção neste primeiro momento do governo da Prefeita Rosinha, o mesmo bairro em que está situada a casa onde diz viver com sua família. Segundo as autoras a obra foi avaliada aproximadamente em R\$ 34 milhões de reais e previa

“[...] a drenagem de todo o bairro, com a recuperação da rede de esgoto, com ligação domiciliar de esgoto sanitário, rede de abastecimento de água potável, recuperação do asfalto, execução de obra em todas as calçadas do bairro, com implantação de acessibilidade e implantação do sistema de sinalização vertical e horizontal.” (MATTA & MATTA, 2015, p. 3).

A última etapa do Programa Bairro Legal nesta localidade foi entregue em junho de 2013, recuperando 19 ruas e beneficiando bairros como Parque Riachuelo, Lapa, Matadouro, entre outros (MATTA & MATTA, 2015). A imagem da Praça da favela Tira-Gosto em 2011 (figura 8) demonstra como ficou após as obras da PMCG e a imagem de 2014 (figura 9), três anos após a entrega da obra, revela que a mesma passou por uma revitalização naquele ano (MATTA & MATTA, 2015). A praça possui duas quadras para prática de esportes, banquinhos do tipo padrão de praça, jogos de mesas de cimento com bancos, play ground e área de lazer. As fotos tiradas após sete anos da construção da praça (figuras 10 e 11) revelam poucas mudanças no local, pelo menos nenhuma estrutural, apenas de conservação do espaço.

Figura 8 - Praça da favela Tira-Gosto próximo a inauguração (2011)



Fonte: retirada do site da PMCG. Foto de Gerson Gomes⁷⁰

⁷⁰ Imagem retirada da matéria intitulada “Praça da Tira Gosto sendo preparada para inauguração” de Eduardo Ribeiro, disponível no site de notícias da PMCG, publicada em 19 set. 2011. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=9457 . Acesso em: 03 mar. 2020.

Figura 9 - Praça da Favela Tira Gosto revitalizada (2014)



Fonte: Matta & Matta (2015) - Praça da Favela Tira Gosto revitalizada, maio de 2014. Arquivo: LEEA.

Figura 10 - Praça Tira-Gosto (2018)



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.
(Fotos retiradas durante o percurso comentado, 28 ago. 2018).

Figura 11 - Lados esquerdo e direito da Praça da favela Tira-Gosto (2018)



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.
(Fotos retiradas durante o percurso comentado, 28 ago. 2018).

Retomando ao percurso comentado com Ana, passamos caminhando por trás da quadra, num espaço mais aberto, onde ela disse que não podia tirar foto. A frente havia um abrigo coberto com lonas plásticas e um banco de cimento, onde havia uma mulher sentada vendendo pequenos saquinhos amarrados, o chão estava coberto desses saquinhos do tipo de “sacolê” vazios. Próximo a esse lugar, paramos num pequeno comércio agregado a uma casa, cercado pelo lado por uma lona azul, era um dia chuvoso, mas durante o percurso não estava chovendo. A mulher que estava nesse comércio chamou Ana para falar algo em particular, depois que nos afastamos, Ana me contou que a mulher queria matricular seu filho em seu projeto.

Passamos pela única igreja católica na TG, a Igreja São Francisco de Assis. Ana me levou até a senhora que cuidava da igreja, uma senhora de mais de sessenta anos. Essa senhora possui um pequeno comércio em frente à igreja católica, em que vende salgados, biscoitos, doces, guaraná natural, etc. Ela tem esse ponto de comércio na TG

desde a construção da igreja, mas atualmente não vive mais na TG, mora no Jockey e vai trabalhar no comércio dela na TG todos os dias. A senhora contou que a igreja ainda se encontra em funcionamento e acontece pelo menos uma missa ao mês. A Igreja pertencente à Paróquia Sagrado Coração de Jesus localizada no bairro Pq. Riachuelo, relativamente próximo à favela. A senhora também informou que a Igreja São Francisco de Assis existe aproximadamente 17 anos no local, mas me pediu para verificar a data na tampa da caixa de gordura em frente à igreja, na época da construção ela colocou a data da obra no cimento fresco para marcar o dia, e assim eu fiz, a data que estava lá era 12 de março de 2001, isto é, na época do percurso comentado (agosto de 2018) fazia 17 anos da construção da igreja. No geral, a senhora relatou que normalmente poucas pessoas da TG vão à missa nesta igreja, e que geralmente vem pessoas de fora junto com o padre.

Deste ponto, ao virarmos à direita contornando a lateral da igreja católica nos deparamos com uma pequena praça. Esta já existia desde aquele meu primeiro contato com a favela TG relatado anteriormente, mas agora está completamente diferente. Nesse local, antes havia algo como um altar dedicado a São Jorge, um grande mural com a imagem do santo (figura 12). Ao lado havia uma árvore contornada por bancos de cimento, neste local, segundo o Pastor da Igreja Caminho das Águas entrevistado na época, relatou-nos que era onde acontecia o “tribunal do tráfico” (figura 13), em que as pessoas vinculadas ao tráfico julgavam aqueles que transgrediam alguma lei imposta pelo tráfico local, a pessoa julgada poderia ser “sentenciada” a própria morte, ser expulsa da favela ou a receber uma “surra”. O Pastor contou que depois de sua chegada a favela, ia ao local fazer orações para a população e pediu ao *chefe local* que parasse com essa prática, pedido que foi acatado pelos traficantes tempos depois.

Figura 12 - Altar em tributo à São Jorge na favela Tira-Gosto (2009)



Fonte: Acervo pessoal, 2009.

Figura 13 - Antiga praça do "tribunal do tráfico" da favela Tira-Gosto (2009)



Fonte: Acervo pessoal, 2009.

Agora, aproximadamente dez anos depois, modificaram bastante esse espaço tiraram casas e ampliaram o espaço, se transformando numa área revitalizada, com brinquedos para as crianças e imagens pintadas nas paredes ressaltando aspectos culturais do Rio de Janeiro (figura 14). E onde ficava o altar a São Jorge, agora existe um mural com a imagem da Igreja Mundial da Fé. Infelizmente não foi possível fotografar essa imagem, pois é onde está localizado um dos pontos de venda de

drogas, tanto Ana quanto Bia, me orientaram a guardar o celular e as minhas anotações nesse espaço.

Figura 14 - Pracinha dentro da favela Tira-Gosto (2018)



Fonte: imagem cedida por Bia (moradora da favela)

De fato, é muito interessante notar tanto no espaço físico da favela quanto nas falas dos entrevistados as mudanças provocadas pela inserção de pastores e suas igrejas evangélicas na favela. Na entrevista com Cleide, que mora próximo a esta pracinha, relatou que o “irmão querido”, pastor da Igreja Missão Batista Nova Vida acabou com todos os “centros de macumba” da favela e foi ele também o responsável pela retirada do mural de São Jorge. O trecho da entrevista está transcrito abaixo:

Cleide: *Depois que “irmão querido” entrou pra dentro, acabou com umas cinco casas de macumba aqui dentro, que os macumbeiros não aguentavam ficar, eu moro aqui, tem uma casa aqui no meio e tem a outra, a outra era um centro de macumba, Dona “Maria” batia tambor desde quando eu me entendia como gente, depois que “irmão querido” veio prá cá acabou com tudo, entrou num propósito aí... e acabou, fechou todos os centros de macumba da comunidade [...].*

Pesquisadora: E essa pracinha com a imagem do cristo foi também ele que fez?

Cleide: *Não. Isso não tem nada com ele, isso é coisa do tráfico de drogas, foi eles que fizeram aquilo ali.*

Pesquisadora: Mas e a imagem da igreja na parede?

Cleide: *Foi “irmão querido”, ele mudou tudo. Aquilo dali era uma casinha que tinha a imagem de São Jorge ali, porque o cara daqui é devoto de São Jorge, o dono daqui é devoto de São Jorge Guerreiro, pra você vê quem diria que o cara ia deixar tirar o altar de São Jorge que ele tanto amava e botou aquela imagem de Deus. Através de Deus mesmo, muita oração e jejum pra ele [...]. Então quanto “irmão querido” entrou pra cá foi com um propósito só, acabou com tudo, até com a imagem de São Jorge que tinha ali.*

(Trecho da entrevista com Cleide – Moradora da favela Tira-Gosto, realizada em 04 maio de 2019).

Neste sentido, não seria apenas a conversão dos moradores alvo desses pastores, senão da própria favela como um todo, incluindo os símbolos materiais que representam o “mal” a ser vencido, o “tribunal do tráfico” e o mural de São Jorge. Dentro desta lógica, os evangélicos trabalham sem cessar para transformar o vínculo com o “mal diabólico” em algo plenamente superável e provisório, condição ultrapassada pelo trabalho constante de orações, propósitos, jejuns e a evangelização dos moradores de favelas. Nesta perspectiva, Birman (2009, p. 325) afirma que:

As igrejas pentecostais contribuem, pois, de certa forma para a diabolização de jovens traficantes e dos moradores desses espaços periféricos, buscando, no entanto, por intermédio das atividades religiosas, assegurar-lhes a vida, afastando-os do mundo terreno que a condição de favelado coloca permanentemente em perigo. A figura do inimigo irreconciliável é, para os evangélicos, o diabo, e não as pessoas que vivem ou viveram submetidas às forças do mal.

O percurso fez suscitar uma diversidade de questões quanto às transformações que a favela Tira-Gosto passou durante a última década, fortemente influenciada pela presença evangélica. Transformações estruturais, como estes espaços que foram modificados a partir da intervenção dos pastores dessas igrejas, bem como as transformações dos usos desses espaços, como foi o caso da pracinha do tribunal do tráfico e a prática do julgamento. É interessante perceber que as igrejas evangélicas e seus pastores quando se inserem nas favelas, buscam não apenas evangelizar as pessoas (moradores da favela e até mesmo os *meninos* do tráfico), mas também conformar o espaço e as relações entre os moradores da favela pautados em seus

ideais religiosos, e muitas vezes, se colocam como uma figura de liderança, sendo reconhecidos tanto pelos moradores quanto pelos integrantes do tráfico drogas local como tal.

Depois que saímos da antiga “pracinha do tribunal”, viramos à direita numa viela onde está localizada a Igreja Missão Batista Nova Vida (figura 15), passamos por ela, entramos em outro corredor e saímos no mesmo lugar em que começamos o percurso, ao lado da igreja Caminho das Águas e em frente a porta da casa da Ana. Deste ponto, fomos conhecer o espaço do Projeto Social Jeová Rafhá, que está localizado no mesmo corredor da casa da Ana, poucos metros à frente. Na frente do local há uma faixa com o nome do projeto, “*Projeto Social Jeová Rafhá: Resgatando vidas – Assistência à criança e a família*”, o nome da presidente e responsável pelo projeto “Pres. Ana”, e os dias e horário de funcionamento “Segunda, sexta e sábado a partir das 17h”, mas como veremos na seção que trato especificamente do projeto, os dias e horário mudaram atualmente.

Figura 15 - Igreja Missão Batista Nova Vida



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Ao entrarmos no projeto, por uma porta de madeira reutilizada, passamos por um pequeno cômodo com um monte de areia lavada, uma estante de ferro enferrujada e torta, com alguns materiais nas suas prateleiras. Em seguida, acessamos a um grande salão, as paredes embolsadas em cimento, uma quantidade razoável de cadeiras plásticas brancas e poucas mesas empilhadas num canto do cômodo. A parede ao final do salão pintada na cor amarela, o teto com vigas de madeira e telhas do tipo “Eternit”. Próximo a esta parede estavam dois instrumentos musicais, uma bateria (incompleta) e um violão. Ana nos mostrou o lugar, mas não ficamos muito tempo, pois estava próximo de anoitecer e faltava uma parte do percurso. Assim, ao sairmos dali fomos no sentido “beira rio” até a Av. Rui Barbosa, chegando lá, do lado direito, vimos mais uma igreja evangélica, a Igreja Assembleia de Deus Ministério Apostólico (figura 16), e Ana indicou aproximadamente o limite da favela apontando para uma pequena viela do lado direito e a fábrica Córbiom do lado esquerdo. Encerramos o percurso comentado neste ponto, mas ainda precisava conhecer um pouco mais sobre o que havia na Av. Rui Barbosa, foi então que fiz outro percurso comentado, agora com a Bia.

Figura 16 - Igreja Assembleia de Deus Ministério Apostólico



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

O percurso com a Bia foi realizado no dia 19 de janeiro de 2019, e procurei enfatizar as áreas que não foram contempladas no primeiro percurso, como a Av. Rui Barbosa, e a Rua Adão Pereira Nunes. Antes de iniciarmos, Bia achou melhor que eu não fosse com meu caderno a mostra, pois disse que as pessoas desconfiam de tudo ali dentro, que era melhor evitar. Partimos da Igreja Caminho das Águas (figura 17) no sentido a Av. Rui Barbosa, ou como os moradores costumam chamar “beira rio”. Chegando à avenida encontramos em ambos os lados, barricadas com galhos de árvores e entulhos, demarcando as extremidades físicas do poder do tráfico local. Perguntei o que era aquilo, e Bia respondeu que os *meninos* colocam para dificultar a passagem. Utilizam esses entulhos para impedir uma rápida entrada dos policiais em momentos de incursões policial. Deste ponto, fomos finalmente conhecer a *Fundação*, o espaço onde funciona a Fundação Municipal da Infância e Juventude.

Figura 17 - Igreja Evangélica Caminho das Águas



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Pegamos a Av. Rui Barbosa no sentido Centro, passamos por um pequeno pedaço com algumas casas, seguido pelo muro da fábrica Córbiom (figura 18). Onde segundo ela, já não é mais parte da *comunidade* e me permitiu que eu usasse a câmera do celular para tirar fotos dali adiante. Quando termina o muro da fábrica Corbion, em continuação está localizada a Escola Municipal Instituto Profissional São José (figura 19), em que estudam a maioria das crianças do projeto da Ana e, segundo Bia, praticamente todos moradores da *comunidade* estuda ou estudaram em algum momento nessa escola. Ao lado da escola, se inicia o muro da Fundação Municipal da Infância e da Juventude, ou como habitualmente ouço as pessoas chamarem a *Fundação* (figura 20 e 21). Bia afirmou que quando jovem fez um curso na FMIJ, contou que em sua época havia várias coisas para fazer na *Fundação*, e que até recebiam uma bolsa para estudar, mas hoje percebe a FMIJ como pouco ativa, sem muitos cursos e atividades comparadas a época que frequentou.

Figura 18 - Fábrica Córbiom



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 19 - E. M. Instituto Profissional São José



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Figura 20 - Fundação Municipal da Infância e Juventude



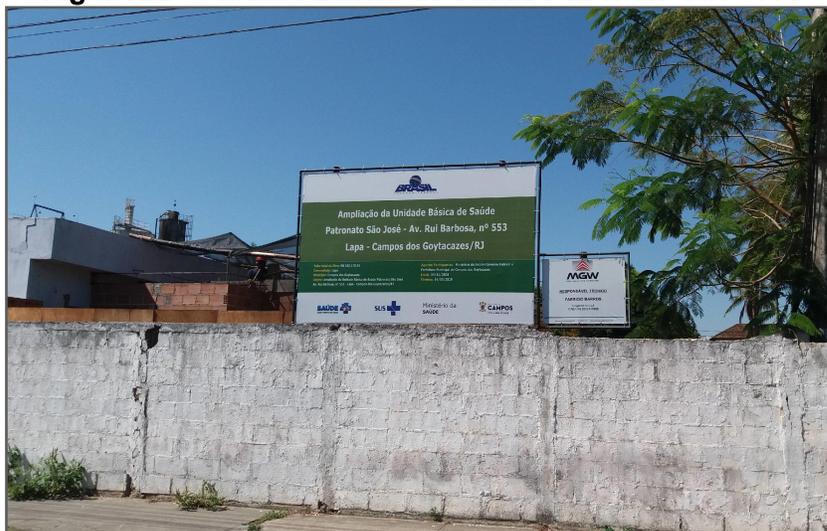
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 21 - Prédio Principal da FMIJ

Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A FMIJ possui uma área interna muito grande e arborizada. Logo na entrada, do lado esquerdo, há um Posto de Saúde, que na ocasião da pesquisa de campo, estava em obra, a Unidade Básica de Saúde Patronato São José (figura 22). Já do lado direito, tem uma creche municipal, Creche Escola João Perdecene Neto (figura 23). No fundo do espaço está localizado o prédio principal da FMIJ (figura 21), de lado fica uma quadra de esporte e, do outro, um prédio menor em anexo, escrito na fachada *“Instituto Profissional São José – Entidade filantrópica – oferecemos serviços gratuitos”*. Segundo Bia é neste prédio que ficam as salas e laboratórios utilizados nos cursos oferecidos, como o de informática, marcenaria e uma oficina.

Figura 22 - Unidade Básica de Saúde Patronato São José



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 23 - Creche Escola João Perdecene Neto

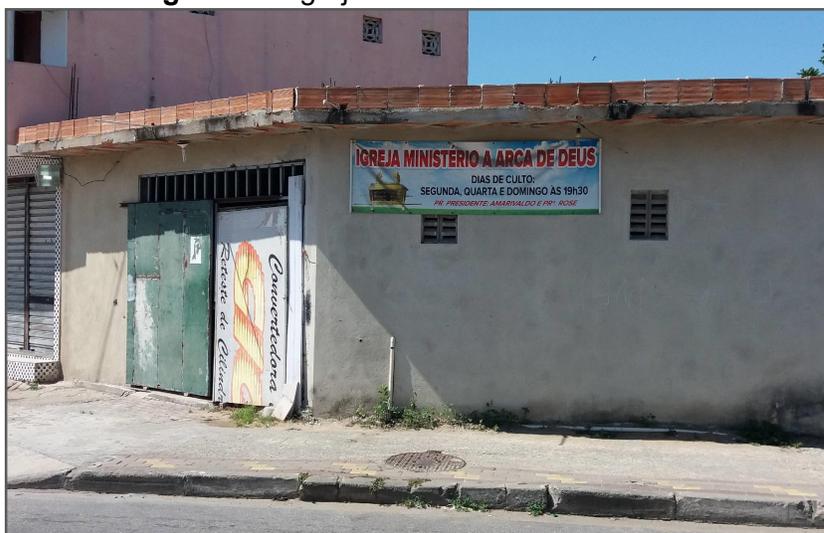


Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Saindo da FMIJ e voltando a TG, entramos em um dos vários corredores e saímos na “pracinha”, seguimos atravessando toda a favela, passando pela Praça da TG e atravessando o antigo dique, chegando a Rua Adão Pereira Nunes. Neste local, do lado direito há outro posto de saúde, Unidade Básica de Saúde Maria Selma. Em frente, do outro lado da rua, numa esquina com a Rua Siqueira e Silva, há uma igreja chamada “Igreja Ministério a Arca de Deus” (figura 24), resultado de uma dissidência de um antigo membro da Igreja Caminho das Águas. E já no início da Rua Siqueira e Silva

está localizada mais uma igreja evangélica, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Sete Castiçais (figura 25). E um pouco mais a frente, ainda na Rua Adão Pereira Nunes, está localizada a Igreja Metodista (figura 26).

Figura 24 - Igreja Ministério a Arca de Deus



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 25 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Sete Castiçais



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 26 - Igreja Metodista

Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Acima estão dispostas as fotos das três últimas igrejas mencionadas e localizadas dentro da favela Tira-Gosto ou nas suas proximidades. Observando as fotos de todas as igrejas é possível perceber que as mesmas possuem uma variedade em relação aos seus formatos estruturais e uma quantidade significativa de igrejas pentecostais, principalmente se tratando de um espaço bastante reduzido. Recordando que há um total sete igrejas no recorte pesquisado, sendo 1 Católica (Igreja São Francisco de Assis), 2 igrejas evangélicas históricas ou de missão (Igreja Metodista e Igreja Missão Batista Nova Vida) e 4 igrejas pentecostais (Igreja Assembleia de Deus Ministério Apostólico, Igreja Assembleia de Deus Ministério Sete Castiçais, Igreja Evangélica Caminho das Águas e Igreja Ministério a Arca de Deus) que podem ser consideradas dessa forma de acordo com a literatura da tipologia protestante brasileira (FREESTON, 1993; ORO, 1996; NOVAES, 1998; MARIANO, 1999).

Isto reforça o que foi dito anteriormente sobre a forte presença de igrejas evangélicas conformando o espaço físico e as relações sociais dos moradores da favela Tira-Gosto. E também vai de encontro ao referencial teórico que atribui a expansão evangélica em nosso país, impulsionada pela maior presença do segmento pentecostal nas periferias urbanas compostas por populações empobrecidas

(ALMEIDA, 2011, 2006; JACOB et. al., 2003; MARIZ,1991; MARQUES, 2009; FAJARDO, 2011; MARIANO, 2004, 2008).

Desta forma, como pode-se perceber até este ponto sobre os tópicos que versaram sobre as favelas que compõem o *Corredor de favelas da Lapa*, é possível fazer uma breve consideração, afirmando que mesmo com as intervenções municipais nos bairros da Lapa e Parque Califórnia com os programas Morar Feliz e Bairro Legal, muitos problemas que os moradores vivenciavam anteriormente continuam ou se repetem, principalmente no que se concerne aos problemas decorrentes do tráfico de drogas e criminalidade local. Entretanto, também foram criados novos, estes de caráter principalmente econômico, como a criação de tributos que antes não estavam inclusos em seus orçamentos familiares, como por exemplo, o pagamento de contas de energia, água e taxa de condomínio. Essas localidades não se tornaram mais seguras, a qualidade de vida da população se alterou mais especificamente no quesito “condições de moradia”, mas não foi acompanhada por qualquer política de renda, trabalho ou Assistência Social, além daquela que é oferecida pelo CRAS local, que de acordo com os entrevistados não é adequada as necessidades da população.

Percebe-se que há uma grande disparidade no que esses programas representaram para a PMCG e para os moradores locais. Enquanto a PMCG esteve muito mais preocupada com a remoção e erradicação das favelas, que somente veremos os resultados no próximo Censo demográfico do IBGE, e os impactos positivos que incidirá para um município “menos favelizado”, os moradores dessas localidades buscavam uma melhoria na renda, desejavam a redução da violência, um CRAS mais ativo e outros serviços e recursos que funcionassem ativamente. Sendo assim, a busca era de que a melhoria estética do bairro pudesse acompanhar a melhoria da qualidade de vida da população moradora dessas favelas.

Depois de conhecermos um pouco sobre o campo da pesquisa e compreendermos a realidade de vida dos moradores das favelas do corredor da Lapa, antes de me dedicar especificamente ao Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas e a parceria com a ONG, se faz relevante primeiramente apresentar a interlocutora central da pesquisa, de quem se originou o projeto social que existe aproximadamente

há 6 anos na favela Tira-Gosto. Então, apresento no próximo capítulo a trajetória de vida da Ana, perpassando por vários aspectos da sua vida, como o social, o econômico, o religioso, bem como, suas relações com familiares, vizinhos e amigos.

CAPÍTULO 4 – Trajetória de vida da Ana, Presidente do Projeto Jeová Rafhá Resgatando Vidas

Na trajetória de vida da Ana os vários aspectos ou dimensões de sua vida estão interligados e se entrecruzam a cada momento vivenciado, mas para construir essa trajetória de uma forma que não fique extensa e nem cansativa para o leitor, busquei separar em subtópicos para melhor leitura e compreensão do texto. Logo, subdividi esse capítulo em quatro partes, a saber, Ana e seu pertencimento religioso evangélico pentecostal, a sua relação com a família e a vizinhança, o surgimento do Projeto Social Jeová Rafhá em sua vida e, por último, a formação de uma *rede de voluntários e colaboradores* em função do projeto. Não desejo com isso, colocar as experiências de vida da Ana separadas em “caixas” incomunicáveis, muito pelo contrário, realizo esse recurso para dar evidência e atenção específica a cada uma dessas dimensões que compõe a complexidade de um indivíduo.

4.1. Ana, mulher, evangélica de *ethos* pentecostal

Moradora da favela Tira-Gosto desde que nasceu, numa família composta por seis membros, pai, mãe e quatro filhos. O pai faleceu há mais de quinze anos, o primeiro filho faleceu no primeiro mês de vida e o terceiro faleceu aos 22 anos. Hoje apenas as duas mulheres estão vivas e somente Ana continua morando na favela Tira-Gosto, sua irmã precisou se mudar por problemas relacionados ao envolvimento do marido no tráfico e sua mãe acompanhou a filha. Ana casou-se aos 19 anos de idade e teve cinco filhos, dois meninos e três meninas, recentemente “adotou” mais um menino,

o seu filho mais novo ainda quando bebê. Esse menino é filho da irmã (consanguínea) de uma amiga da igreja (Raquel), que na época se encontrava numa situação de dependência química e não tinha condições de criar uma criança, o dando para Ana cuidar. Recentemente, se tornou avó pela primeira vez, a filha mais velha, de 19 anos, teve um menino.

Em entrevista, Ana relatou que aos 14 anos *conheceu Jesus* e se batizou pela primeira vez na Igreja Pentecostal de Cristo, localizada no centro da cidade de Campos dos Goytacazes. Um pouco depois, se *“desviou”*, isto é, saiu da igreja, teve alguns namorados, mas enfatizou que *“não bebeu e nem usou drogas”*. Casou-se com 19 anos, a princípio foi morar junto e logo depois veio o primeiro filho. O marido não era evangélico na época, como ela disse: *“Eu era desviada e ele era do mundo aí, não tinha aceitado Jesus ainda não”*. Ele era traficante e teve um problema no tráfico, Ana não entrou em detalhes sobre isso, mas revelou que seu marido estava marcado para morrer, a irmã dela e o cunhado que eram do tráfico também, interveio na situação e pagaram as drogas. Ele teve que sair do tráfico e teve dificuldades para arrumar emprego, e só conseguiu algo por intermédio do pastor da Igreja Caminho das Águas, como pode ser observado no trecho transcrito da entrevista abaixo:

Ana: *Aí ele teve que sair, aí como diz a história, quando sai dessa vida pra arrumar emprego, não consegue, com passagem de ser preso, aí na verdade, quem conseguiu pra hoje ele poder trabalhar, na verdade, foi o pastor Jeremias, que foi com ele no Fórum. E pediu o juiz pra assinar, um papel pra ele, como se tipo, dissesse que nada consta dele, entendeu? Pra ele poder arrumar serviço.*

(Ana, 40 anos. Entrevista realizada em 27.08.2018).

Com aproximadamente 22 anos de idade, Ana começou a frequentar a Igreja Caminho das Águas, que está localizada dentro da favela, em frente à casa da sua mãe, onde Ana reside atualmente junto com seus seis filhos. Conheceu o pastor Jeremias ainda quando criança, quando ia à favela e pregava debaixo de um pé de amendoeira na beira do Rio Paraíba do Sul, antes mesmo de fundar a igreja dentro da TG, mas foi só depois de adulta que começou a frequentar Igreja Caminho das Águas. O marido de Ana, por sua vez, conheceu o pastor Jeremias, quando ele percorria os

corredores da favela evangelizando as pessoas, inclusive os traficantes locais. E depois que foi obrigado a sair do tráfico, encontrou apoio no pastor, se *converteu* e passou a frequentar a Igreja Caminho das Águas, pouco tempo depois conseguiu levar Ana para a igreja também. A partir daí foram aproximadamente 17 anos frequentando esta mesma igreja. Ana foi batizada novamente, mas agora, na Igreja Caminho das Águas, ela contou que resolveu por um novo batismo, pois descobriu que na época do seu primeiro batizado, o pastor estava em adultério, e o batizado ocorreu na igreja dentro de uma pia batismal, já na Igreja Caminho das Águas é diferente, de acordo com o relato abaixo:

Pesquisadora: Por que o segundo batismo?

Ana: *Porque da primeira vez eu me batizei num quadrado, tipo assim, num tanque, e aqui é no rio, entendeu? Aí eu quis me batizar, aí na época que me batizei lá, na verdade, o pastor estava no adultério, entendeu? Não valeu.*

(Ana, 40 anos. Entrevista realizada em 27.08.2018).

Aos poucos Ana foi assumindo cargo de liderança na igreja, principalmente, depois de um problema relacionado as irmãs missionárias que estavam à frente da igreja. A princípio essas irmãs, treinaram Ana, Raquel e Rosa, que se tornariam amigas. Elas saíam para evangelizar, iam aos lares fazer visita, iam as consagrações, e outras atividades. É interessante ressaltar o trecho abaixo da entrevista, pois é possível perceber as categorias acionadas por Ana para explicar os fatos que se sucederam para ela assumir um cargo de liderança na igreja, e também pensar nas controvérsias e sanções inerentes ao cargo e a conduta tida como inapropriada a um membro da igreja:

Pesquisadora: Como é que a senhora se transformou numa líder religiosa?

Ana: *Eu me batizei de novo, ... aí tipo eu me batizei de novo, aí tinha outras irmãs, entendeu? Que caso nem era irmã Rosa que estava na direção, era a missionária Maria, missionária Camila, outras irmãs que tinha, outras irmãs que tinha que elas lideravam e a gente ficava junto, elas lideravam por elas. Aí ela começou, botou a gente na obra pra sair pra evangelizar, sair pra ir nos lares, ia pra consagração.*

Pesquisadora: A senhora gostava, não é?

Ana: *Gostava, eu gosto muito desse trabalho de ir pro lar, de evangelizar e tal, entendeu? Eu gosto muito. E a gente ia fazia aquela coisa, sem tempo ruim, aquele assim primeiro amor, entendeu? Faz tudo, irmã, saía e não tinha*

hora pra voltar, fazendo a obra do senhor. E com o tempo foi passando, deu um rebuliço as irmãs saíram e teve que entrar a gente. Aí foi onde que entrou a irmã Raquel, a irmã Rosa e eu, era nós três.

Pesquisadora: Por que as outras saíram?

Ana: *(deu um sorriso) as outras saiu primeiro, uma é... tipo, deu uma bandeirada e caiu no adultério, entendeu? Traiu o marido com outro homem. E a outra, mais ou menos uma história assim, entendeu? Aí por fim, tipo elas saíram da igreja na época.*

Pesquisadora: Mas você acha que aconteceu isso por quê?

Ana: *Ah irmã... oh irmã...eu... eu, é como diz a história, como eu posso dizer a você..., olha deixa eu ver se vou tentar te responder, o que acontece... vou te dizer, eu quando fui morar com meu esposo, logo assim no começo eu engravidei, e logo assim ele arrumou outra mulher, aí logo assim ele engravidou a outra mulher, aí ..., ele dormia lá com a mulher, vinha de manhã e dormia comigo, ficava naquele corriola, então... eu posso dizer assim, desde o momento que ele abriu essa brecha, vamos botar, que ele fez isso, automaticamente também ele me dava o direito de agir com ele da mesma forma, não é assim se for ver na lei natural? Da mesma forma, só que eu tipo tinha uma visão, como até hoje eu tenho, que tipo assim, que eu acho que quem trai, entendeu? eu acho que tipo, eu acho que não tem caráter, não tem assim uma personalidade. Eu acho que é assim, por que o meu marido me deu vários motivos, me deu tipo... me deixava dormir dentro de casa sozinha, tipo vários motivos, e eu não fiz. Tipo tive oportunidades, homens entendeu? Que eu pudesse fazer e eu não fiz. Só que hoje eu digo a ele que não fiz, primeiramente por mim mesmo como mulher, entendeu? E por temor a Deus, entendeu? Por temor ao senhor que eu sirvo, entendeu? Só que eu vejo que na verdade, tipo assim, pra você fazer isso..., tipo vc é uma missionária da igreja, aí se antes eu desviada eu não fiz, entendeu? Então dentro da igreja, sendo missionária, eu não posso jamais fazer isso, está me entendendo?*

Pesquisadora: Elas foram expulsas ou elas saíram?

Ana: *Não elas que saíram, porque quando acontece essas coisas o pastor tem que botar no banco. E na verdade, elas nem cumpriu o banco e saiu, entendeu?*

(Trecho da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, realizada em 27 de agosto, 2018).

Ou seja, quem pratica o “adultério” sofre a penalidade de “*ser colocada no banco*”, isso significa perder todos seus privilégios do antigo cargo e não poder mais se envolver durante o culto ou outras atividades da igreja, somente assistir. Fora a exclusão ou expulsão da igreja, ser colocada no banco é a segunda pior sanção a ser

sofrida entre os membros desta igreja, tendo um caráter potencialmente humilhante e vexatório, pois além de ser rebaixado do antigo cargo, para continuar como membro da igreja, deve continuar frequentando os cultos, literalmente sentada no banco.

As categorias “*conhecer/aceitar Jesus*”, “*desviar*”, “*ser do mundo*”, “*converter*” e chamar os amigos e conhecidos da igreja de “irmão/irmã” são categorias recorrente no universo evangélico pentecostal. Fazem parte da gramática pentecostal e do próprio *ethos* pentecostal dos membros de igrejas pentecostais situadas em favela, ou seja, um modo de viver sua religião pautado no testemunho da conversão e na “limpeza moral ou simbólica” (MACHADO DA SILVA, 2008), de ser um novo homem ou nova mulher, se afastado da criminalidade e violência características destes espaços.

Na segunda metade de 2018, quando a conheci, Ana já estava morando na casa da sua mãe e seu marido continuava a morar na casa que antes era do casal. Localizada no mesmo corredor principal da favela Tira-Gosto, entre a Igreja Caminho das Águas e a sede do seu projeto social, do lado contrário à da casa que Ana vive. Ela se mudou para casa da sua mãe, quando sua irmã precisou sair da TG e sua mãe a acompanhou. Elas se mudaram para outro estado. Ana ficou com a casa da mãe, pois tinha mais espaço, mais quartos para os filhos, e também, para casa não ficar desocupada. A relação com seu marido estava complicada, em vários momentos presenciei discussões e desentendimentos, entre o casal e entre o pai e os filhos.

Foi por volta do final de abril e início de maio de 2019, por motivos relacionados ao seu projeto social, Ana acabou “rompendo” com a Igreja Caminho das Águas. Uma semana depois começou a frequentar os cultos numa igreja bem próxima a sua casa, a Igreja Metodista, localizada na Av. Adão Pereira Nunes, quase em frente à entrada da favela Tira-Gosto. Quando a indaguei sobre o motivo de ter escolhido essa igreja em particular, ela respondeu que não teve nenhum em específico, pois não conhecia a igreja, mas a questão da proximidade contou bastante. Isto porque, ela tem problema com sua locomoção pela cidade por não ter dinheiro para pagar a passagem do transporte público e não ter condições de saúde física para andar grandes distâncias ou mesmo utilizar uma bicicleta.

Desde o início desta transição, ela nunca se opôs que seu marido e o filho mais novo continuassem frequentando a Igreja Caminhos das Águas, mesmo após seu rompimento. Ela disse que isso era decisão de cada um deles, as três filhas já não frequentavam nenhuma igreja naquele momento. Sobre isso, Ana sempre deixou que elas decidissem o momento para essa escolha, de ir para igreja por vontade própria, elas que devem decidir “*aceitar Jesus nos seus corações*”, mas teve a preocupação de levá-las a igreja desde criança, somente na adolescência que acabaram se “afastando” um pouco da religião.

A separação do marido se tornou também algo inevitável, por vários motivos que ela preferiu que não fosse revelado aqui. Ela se rebelou à vontade e aconselhamento do seu antigo pastor da Igreja Caminho das Águas, que numa primeira tentativa de separação a convenceu do contrário. Desta última vez, na segunda metade de 2019, ela estava definitivamente decida e houve o rompimento, ela continuou a viver na casa que era da sua mãe e o marido passou a viver sozinho na casa que era do casal. Mesmo apesar do marido não ter aceitado tal separação.

Recentemente, reapareceu uma antiga amiga de Ana, que no início do projeto também atuava como voluntária, mas havia ficado afastada por um tempo, entretanto, esporadicamente aparecia com alguma doação. Essa amiga ficou sabendo que Ana havia saído da Igreja Caminho das Águas e a chamou para visitar sua igreja, a 1ª Igreja Batista Memorial do Jockey. O pastor desta igreja convidou Ana para falar do seu projeto durante o culto e partir daí Ana deixou de frequentar a Igreja Metodista e passou a frequentar a Igreja Batista Memorial do Jockey, isto aconteceu no segundo semestre de 2019. Aos domingos, um integrante da Igreja Batista vai de kombi a TG buscar Ana e algumas crianças do projeto para levá-las ao culto no Jockey, e depois, os leva de volta para a Tira-Gosto.

Podemos perceber com a trajetória de vida da Ana, que o pertencimento religioso é algo central em sua vida. Desde seu batizado, e principalmente, nos últimos dois anos, ela transitou em diferentes congregações e segmentos evangélicos, tanto em igrejas pentecostais quanto históricas, como a Metodista e a Batista no último ano. Quando analiso Ana a partir de um *ethos* pentecostal, me refiro exatamente a sua

trajetória de pertencimento religioso e suas práticas, sua cosmovisão, sua forma de ser e estar no mundo, o que orienta sua ação e seu pensamento, no sentido conferido ao termo por Geertz (2019). Quando o autor assevera que o *ethos* reflete tanto a prática quanto as formas de pensar, os aspectos morais quanto cognitivos da realidade. Neste sentido, *ethos* seria uma forma de compreensão do mundo, uma perspectiva de vida possível, que conserva o sentido, os valores e significados que tornam inteligível a forma que cada indivíduo interpreta sua experiência e orienta sua conduta (GEERTZ, 2019).

Ao decorrer do texto isso ficará cada vez mais evidente, a própria visão que Ana revela sobre o projeto social e a necessidade do trabalho social em igrejas, estão diretamente relacionadas a sua experiência de vida e na construção espiritual-religiosa que faz acerca da pobreza, da fome, da necessidade de ajudar ao próximo e a forma como ela se percebe no mundo, como é possível observar no trecho de uma entrevista:

[...]

Pesquisadora: Você acha que isso da senhora de querer ajudar o próximo tem a ver com sua religião, é assim uma vocação?

Ana: *Eu acho que sou tipo uma dorca, entendeu? que é uma mulher da bíblia que vivia para servir a Deus, mas servir cuidando de outros, de outras pessoas, entendeu? isso já é de mim, na verdade, desde quando não tinha Jesus, eu já tinha isso, e depois eu conheci Jesus, que eu vi que a palavra, que o verdadeiro evangelho, não é você ir para dentro da igreja, tá dentro da igreja pregando, tá falando em línguas estranhas, tá sapateando, não, é você cuidar do próximo, é você ajudar outras pessoas. [...].*

(Trecho da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, realizada em 04 de maio, 2019).

Diante do exposto neste tópico, identifico Ana a partir de um *ethos* pentecostal, por sua própria experiência e pertencimento religioso ao longo da sua vida. A sua conduta de ajudar ao próximo, expressa, em sua percepção, a forma mais “pura” de seguir sua religião, pregar “o verdadeiro evangelho”. Entretanto, ao mesmo tempo, indica uma inclinação também pessoal e subjetiva, possivelmente, reflexo da sua vivência por ser nascida e criada na favela Tira-Gosto e ter convivido desde pequena em meio as adversidades e privações derivados do seu local de moradia. Na próxima

seção, me concentrarei mais especificamente na relação de Ana com sua família nuclear e com a vizinhança, enquanto titular de um projeto social que se propõe oferecer serviços socioassistenciais na favela.

4.2. A relação com a família e a vizinhança

Ana não possui muitos parentes vivendo no município de Campos dos Goytacazes. Ela sempre fala de um tio e uma tia que ajudam muito nas horas de necessidade. A tia está presente sempre que pode. Ela também é evangélica, frequenta uma Igreja Batista, é casada e mora na rua Manoel Gomes Pinto, conhecida como rua “Bezamar”, no bairro Parque Califórnia, aproximadamente 500 metros de distância da favela Tira-Gosto. Tive a oportunidade de conhecê-la e conversamos em alguns momentos, principalmente quando ela esteve presente ajudando em eventos no projeto. O tio, nunca cheguei a conhecer pessoalmente, mas Ana sempre recorre a ele quando está sem comida em casa ou precisando de alguma ajuda e ele tenta contribuir sempre que pode. Logo, a família mais próxima são seus próprios filhos, no momento, todos vivem com ela e estão devidamente matriculados na escola.

Ana possui 6 filhos, 5 deles são biológicos e o mais novo é adotado. Do mais velho para o mais novo⁷¹, temos: Érica, nascida em 2000 (19 anos); Samuel, nascido em 2002 (17 anos); Melissa, em 2003 (16 anos); Ester, em 2004 (15 anos); Bento, em 2006 (13 anos); e, Dante (1 ano), adotado em 2018, antes de completar 1 ano de vida. Todos seus filhos contribuem de alguma forma no projeto, os meninos mais velhos costumam ajudar em pequenas obras e reformas, limpeza e carregando objetos pesados. Os dois também participavam de algumas atividades da Igreja Caminho das Águas e frequentavam os cultos. Cheguei a presenciar o batizado nas águas do Bento. Ele foi batizado pelo pastor da Igreja Caminho das Águas no rio Paraíba do Sul, numa entrada na favela Goiabal que dá para o rio. Nesta época, Ana ainda frequentava essa igreja. O batizado ocorreu bem no início da minha pesquisa de campo, em novembro de 2018. Já em 2019, um tempo depois que Ana saiu da Igreja Caminho das Águas, os

⁷¹ Coloquei a idade de cada um dos filhos da Ana entre parênteses, tendo como base o ano de 2019.

filhos também pararam de frequentar a igreja. Bento agora tem ido nos cultos de domingo na Igreja Batista junto com a mãe.

Com as meninas é um pouco diferente, a Melissa é a mais participativa nas atividades do projeto, ela tanto ajuda sua mãe na atividade que desenvolve as quintas-feiras com as crianças mais novas, quanto participa como integrante do grupo gerido por Bella, membro da *Flores Silvestres*. A filha mais velha, Érica, não se envolve muito, poucas vezes tive contato direto com ela. Em 2019, engravidou e o menino nasceu em dezembro do mesmo ano, ela e o bebê continuam vivendo com a mãe. E, por fim, a Ester, participou durante um tempo do mesmo grupo do projeto social sob responsabilidade da Bella, que aconteciam as segundas-feiras, mas no final de 2019, acabou abandonando a atividade. Na verdade, a relação de Ana com Ester, em especial, é bastante conflituosa. Ela tem sido uma preocupação constante para Ana. Presenciei muitas discussões entre as duas e muitas repreensões que Ana fez ao comportamento da filha, e outras questões complexas e particulares, que não tenho autorização para revelar. Como disse anteriormente, nenhuma das meninas estava frequentando uma igreja durante o tempo que estive realizando pesquisa de campo. Isso incomoda muito Ana, mas ela quer que seus filhos escolham, sintam por conta própria o desejo de encontrar Jesus, como ela mesmo me revelou certa vez.

A ênfase e valorização na escolha individual da religião e a preocupação com a transmissão intergeracional do ethos religioso é salientado por Duarte et al. (2006). O *ethos religioso* que pode ser entendido como a experiência religiosa confessional em contraposição ao *ethos privado*, compreendido a partir da experiência individual e não-confessional baseado na escolha pessoal e subjetiva do sujeito, que é livre para incluir diversos aspectos da ideologia individualista moderna, seriam as formas de compreender o “religioso” no mundo moderno. A partir de uma noção mais ampla, no sentido de uma “visão de mundo”, uma “cosmologia” estruturante da própria experiência religiosa, em que reconhece a ampla variedade de valores e comportamentos antes tidos como “laicos”, agora pertencentes a uma mesma dimensão da realidade social (DUARTE et al., 2006).

Neste sentido, a decisão de Ana em priorizar a escolha individual dos filhos de estarem ou não na igreja, de uma adesão interior e subjetiva, inclui um componente individualista e subjetivista às suas experiências religiosas, remetendo a antiga discussão de Weber sobre igreja e seita. Onde, a igreja é aquela cuja a adesão é tida por compulsão tradicional de pertencimento familiar, e a seita, neste caso, as seitas puritanas, colocam a ênfase no interesse pessoal e individual, sendo as responsáveis pelo “individualismo” moderno (WEBER, 1979, p. 369). Assim, o subjetivismo prevalece na adesão religiosa e o componente da escolha individual tão valorizada na tradição protestante se torna a forma pela qual se vincula, racional e espiritualmente, a uma fé religiosa. Isto é, existe em Ana a preocupação da transmissão intergeracional do seu *ethos religioso* (DUARTE et. al., 2006), entretanto, a dimensão da escolha individual é fundamental para a adesão religiosa.

De modo geral, os filhos de Ana estão sempre todos por perto e participam de sua vida religiosa e do seu trabalho no projeto social, ajudando sempre que solicitados. Nenhum deles trabalha, apenas o menino mais velho que, às vezes, consegue fazer algum “bico”, com serviços manuais diversos. Os demais auxiliam com a limpeza da casa e da sede do projeto, cuidando do irmão mais novo e realizando algumas tarefas a pedido de Ana. Cada um de sua forma, apoia o trabalho e iniciativa da mãe com o projeto social e gostam de participar das atividades e festividades que acontecem no projeto.

Em relação aos amigos e vizinhos, uma amiga e moradora da favela que sempre estava por perto, era Lourdes. Uma figura ímpar, uma mulher, sempre muito alegre, solteira, de 46 anos, empregada doméstica há 22 anos, tem um casal de filhos já adultos, e um neto, que participa das atividades do projeto social da Ana. Lourdes frequenta atualmente a Igreja Missão Batista Nova Vida que fica dentro da TG. Sempre aparecia na casa da Ana no final do dia, depois que voltava do trabalho, passava na casa da Ana, parava um pouco e batia um papo com ela. Elas não possuíam esse vínculo de amizade há muito tempo, na verdade, se conheciam e se falavam há muitos anos, mas não eram “chegadas”, como Lourdes contou na entrevista. Foi quando a mãe da Ana precisou de mudar e, por sua vez, a mãe da Lourdes estava já muito doente e debilitada, elas acabaram se ajudando mutuamente e se aproximaram

bastante. Lourdes relatou na entrevista que Ana foi uma grande amiga, que amparou e ajudou a cuidar de sua mãe, principalmente quando ela estava no trabalho e não podia estar com a mãe. Lembrou que antes de sua mãe falecer, Ana ia até sua casa para lhe dar água, levava comida e sempre que fazia algo pra comer mandava pra sua mãe.

Ana não estava perto durante a entrevista que realizei com Lourdes, apesar de ter sido realizada na casa da dela, Ana estava ocupada com outras coisas, em outra parte da casa. Lourdes se mostrou muito grata com a amizade de Ana, e da mesma forma como Ana a ajudou, Lourdes também ajuda sempre que pode com algo, principalmente para Ana e sua família, não para o projeto. Sobre o projeto social da Ana, Lourdes contou que o neto gosta muito de ir, mas apresentou algumas críticas a forma como a amiga dirige as festividades e as atividades do projeto, observando que precisa de mais organização e restringir apenas aqueles que são matriculados no projeto, não aceitando, dependendo da atividade, que mães e familiares vão junto aos filhos, pois fica tumultuado e desorganizado.

Tanto Ana quanto Lourdes, em momentos e dias diferentes, levantaram uma questão importante sobre a relação entre os vizinhos, os moradores da favela Tira-Gosto em relação a Ana como responsável dos recursos do seu projeto. Lourdes no trecho abaixo, relata que muitos vizinhos ficam insatisfeitos com a forma como Ana lida com a distribuição de sacolões, e isso produz algumas fofocas entre os moradores da favela, por exemplo:

[...]

Lourdes: *Mas tem aquele negócio, que é ela ganhar vários sacolões e dá para as pessoas e as pessoas falam que não deu, tá entendendo? É, as pessoas falam que não deu. Ela já deu a muita gente, e a pessoa falar que ela ficou com tudo dentro de casa. Então pra quem vê ela assim, tudo isso aí eu sei que é mentira. Porque Ana tem mania de dar sacolões as pessoas que mais precisam, mas aí as outras pessoas ficam com raiva, as pessoas aqui da comunidade ficam falando que ela está comendo as doações, que os filhos estão comendo as doações. Mas quando é pra doação, eu já participei, ela já me perguntou se eu estava precisando de alguma coisa, e eu falei não Ana, graças a Deus eu não preciso, eu trabalho e qualquer coisa que eu precisar de um açúcar ou alguma coisa, eu peço a você. Aí, as pessoas ficam com*

raiva, as pessoas que tem a visa organizada, acha que Ana tem a obrigação de pegar um sacolão e dar a ela, mas não é assim gente, entendeu?

Pesquisadora: Entendi. É verdade, Ana já falou comigo sobre isso. Que quando chega uma doação ela tem toda uma preocupação de que assim que chega, já ir levar na casa da pessoa que vai receber, junto com o pessoal da ONG, pra não ficar nada aqui, porque as pessoas ficam falando.

Lourdes: *É isso aí, é muito complicado. Pra você fazer alguma coisa aqui dentro da comunidade, você tem que ter muito peito e tem que ter boa vontade mesmo, porque as próprias pessoas, os próprios vizinhos não ajudam. É que nem você, a pessoa tá trabalhando, você constrói alguma coisa na sua vida, as pessoas acham que você está construindo coisa fácil, mas não é fácil, é seu esforço, seu suor, tá entendendo? Aí você tem a casa mais ou menos, tem as coisas mais ou menos, e as pessoas acham que aquilo veio fácil, mas não é não. As pessoas não querem saber que você acorda cedo todo dia, pode tá chovendo o que for, e você vai trabalhar, volta tarde como for, tá entendendo? É muito difícil, muito mesmo.*

(Trecho da entrevista com Lourdes – Amiga da Ana, realizada em 06 de abril, 2019).

Ana também comentou sobre essa questão durante uma pequena conversa que tivemos, gravada sob seu consentimento, para falar sobre a relação dos moradores da favela com o projeto, realizada em maio de 2019:

[...]

Ana: *É como essa moça estava falando lá, “todo mundo julga você pela sua aparência, não entra para dentro pra ver, aí não vê o que você faz. Mas hoje, eu vim e conheci seu trabalho...”, entendeu? Então, tipo assim, assim como ela, tem muitas pessoas, irmã, fala de mim e por causa desse sacolão que vem, entendeu? Tipo, eles falam de mim, eles falam que eu tenho um quartinho cheio de sacolão, falam irmã, que eu tenho um quartinho cheio de sacolão, entendeu? aí eu falo gente um dia Jesus vai me dar, vocês estão profetizando, que um dia Jesus vai me dá esse quartinho, e que eu vou poder realmente ajudar as pessoas, entendeu? “Então tipo assim, eu vejo que você vai fazer uma grande obra ainda”. E, na verdade, para mim continuar essa obra verdadeiramente foi Deus que colocou dentro do meu coração, irmã.*

Pesquisadora: Aqui tem muitas pessoas que realmente precisam disso, mas tem pessoas que nem tanto, não é?

Ana: *É como ela tava falando lá, que tem gente que tipo vai busca, apanha, tem gente mesmo, que na verdade o Presidente mesmo daqui, ele escuta que não faz, e tal.*

Pesquisadora: Presidente?

Ana: *É o presidente da associação.*

Pesquisadora: E tem associação aqui?

Ana: *Diz que tem, irmã, mas na verdade é só faixada, entendeu? aí quer dizer então, tipo assim, põe nas costas do povo, aí na verdade, entendeu? E que, na verdade, o povo acha que eu também faço isso, que chega na verdade para eles, é que Edson me paga pra tomar conta das crianças, irmã, pra eles Edson me dá dinheiro pra tomar conta das crianças, entendeu? então tipo assim, eles imaginam mil e umas coisas, só que um dia que Deus me dar esse quartinho, vai ser um dia de uma grande vitória.*

(Trecho da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, realizada em 04 de maio, 2019).

Em outros momentos de conversas informais percebi que Ana sempre buscava marcar o dia certo da entrega das cestas básicas, ou sacolões, e assim que as cestas chegavam, ia distribuindo no mesmo dia. Esse cuidado que tomava era principalmente para evitar esses tipos de comentários e “fofocas” entre os moradores da favela. Como Fonseca (2000) mostrou em sua pesquisa, numa vila porto-alegrense de baixa renda, a Vila do Cachorro Sentado, a fofoca pode ter diferentes funções sociais, podendo exercer uma função educativa ao explicar determinados fatos a partir de histórias ou narração de fatos reais envoltos na moralidade local. Pode também servir como meio de comunicação e como reforço ao sentimento de pertencimento a uma comunidade ao compartilhar uma identidade de um grupo. E, ainda pode servir para “[...] informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública.” (FONSECA, 2000, p. 23). Logo, ao garantir a entrega imediata dos sacolões, a precaução e o cuidado nesta ação, pode ser entendida como uma tentativa de manter sua “reputação” ileso, não apenas do indivíduo “Ana”, mas também do papel social que ela desempenha naquela comunidade, enquanto presidente de um projeto social que visa a assistência à criança e à família, que possa comprovar minimamente uma lisura no processo de doação, a sua responsabilidade e manter “limpa” sua imagem pública.

A fofoca em relação a atuação de Ana na entrega das cestas básicas que circula, como vimos nos trechos das entrevistas acima, poderia até deslegitimar seu trabalho no projeto, mas como percebi ao longo da pesquisa, isso não aconteceu. Ela apresenta uma grande credibilidade entre os moradores da favela. Na relação cotidiana com os

moradores da favela Tira-Gosto, sempre observei que Ana falava com todos, muitos quando ela passava, a parava, ora para cumprimentá-la, ora para conversar algo e ora pedindo algo. De maneira geral, percebo que ela é muito ativa na localidade, com muitos conhecidos e respeitada pelos vizinhos. Muitas mães a procuravam para matricular seus filhos no projeto social e as crianças sempre a procuravam perguntando: “Hoje é dia de projeto, tia?”. Também veremos que manter sua imagem pública ilesa enquanto uma mulher religiosa, evangélica, à frente das atividades do projeto é algo relevante para Ana, e provocou certos atritos em alguns episódios que relato mais apropriadamente nos capítulos 5 e 6, durante a realização de algumas atividades juntamente com a ONG.

4.3. O surgimento do Projeto Social Jeová Rafhá na vida da Ana

Continuando a trajetória de vida da Ana, depois de aproximadamente onze anos frequentando a Igreja Caminho das Águas, contou que a ideia da criação do projeto social surgiu em primeiro lugar a partir de um sonho de sua tia, no entanto, que nunca levou adiante. E que, em certo momento, decidiu pôr em prática essa antiga vontade da sua tia, ela explica que essa vontade repentina veio de Deus. *“A ideia do projeto surgiu tipo, um dia eu sentada e me deu, me veio isso, nasceu isso na verdade no meu coração, eu creio que foi Deus que botou no meu coração”*. Em certa vez, ela afirmou que entende o projeto como um ministério que Deus colocou para ela trabalhar.

Mas foi somente com a parceria de outro pastor, pastor Elton, que havia conhecido a pouco tempo, morador de um bairro próximo à favela, que deram os primeiros passos em direção a esse objetivo. O pastor Elton é uma espécie de pastor itinerante, ela me explicou que ele não possui uma igreja fixa, mas vai procurando igrejas para visitar, faz culto em praças e em outros locais públicos, carregando tudo o que precisa para onde vai, como os próprios instrumentos musicais para realizar os cultos. O pastor Elton foi fundamental para o início do projeto, pois foi ele que comprou o terreno, onde hoje está construída a sede do projeto. E foi desta forma que o projeto

ganhou materialidade, isto é, se tornou real. O seu nome *“Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando vidas: assistência à criança e a família”*, foi escolhido por Ana, mas afirmou que foi Deus que enviou esse nome a ela. Segundo Ana, o nome *“Jeová Rafhá”* significa *“Deus que sara”*, que está atrelado a ideia do resgatar vidas e oferecer assistência às crianças e suas famílias, que expressa a acolhida aos desafortunados (pobres, viciados, descrentes, etc.), resgatando da pobreza ou da miséria tanto material quando espiritual.

Logo, assim que o terreno foi comprado, outra figura importante, agora para a construção do projeto, foi a de Leo. Ana conheceu Leo e sua esposa quando adotaram um sobrinho do seu marido, a mãe havia perdido a guarda da criança, então eles quiseram adotar. Nesta época, Leo era membro da Segunda Igreja Batista de Campos dos Goytacazes e conhecia o atual pastor da Igreja Missão Batista Nova Vida na TG, esse pastor levou Leo a TG, apresentou a criança para adoção e nesse momento conheceu Ana. Leo doou quase todo o material para obra e também foi ajudar na sua construção, levando outras pessoas que conhecia para ajudar.

Em conversas, Ana deixou bastante evidente em sua fala, sua preocupação com o trabalho social. Ela acredita que é importante que toda igreja tenha este tipo de trabalho, afirmando que o espiritual e o social se complementam mutuamente. Inclusive, em vários momentos faz críticas severas a Igreja Caminho das Águas, e seus pastores, exatamente devido a igreja não apresentar um trabalho deste tipo ali na favela. Ela me explicou da seguinte forma: *“[...] é claro que não vamos conseguir ajudar a todas as pessoas daqui mas se cada um, ajuda um pouquinho, conseguimos fazer algo [...] Quem dá, Deus abençoa, a pessoa está honrando a palavra de Deus fazendo isso [...]”* (Fragmento do caderno de campo, dia 23/08/2018). No fragmento do caderno de campo abaixo, pode ser observado outras questões mencionadas acima:

Hoje, em conversa, ela deixou muito claro que não concorda que a igreja (Caminho das Águas) não faça trabalho social, e afirmou que o pastor, muitas vezes, sabe e vê as pessoas que precisam, e estão na igreja, às vezes, sem ter o que comer em casa, mas eles não fazem nada. Ela contou um caso que aconteceu recentemente, em que uma mulher que frequenta a igreja, ficou sem lugar pra morar com seus três filhos, perdeu a única fonte de renda, a faxina que fazia, e não tinha mais como pagar o aluguel de onde morava, sendo despejada. Temporariamente, estava vivendo na casa da mãe, no entanto, a mãe não queria que essa estadia se estendesse. Então

Bia, membro da Igreja Caminho das Águas, e que Ana a considera como uma filha mais velha, estava muito preocupada com a situação da irmã da igreja e foi até a Ana para ver se não poderia ajudá-la.

Ana disse que não sabe ver alguém precisando de algo pra comer, passando fome, tendo algo em casa e não ajudar. Muitas vezes, mesmo sabendo que dando algo seu para outra pessoa, corre o risco de ficar sem essa coisa até o final do mês, mesmo assim ela dá o que tiver. Ela disse *“Jesus deu esse, quando eu precisar vai dar de novo”*. E depois contou um fato que aconteceu com ela pra exemplificar: *“Esses dias estava precisando de um quilo de trigo, pois quando não tem dinheiro pra comprar pão ou não tem biscoito em casa, meus filhos fazem bolinhos de trigo para comer de café da manhã, eu ia na vizinha com um quilo de feijão para trocar por um quilo de trigo, mas acabei que fiquei com vergonha e não fui. Aí, no dia seguinte, essa mesma vizinha apareceu aqui em casa, com um quilo de trigo, pedindo pra trocar por um quilo de feijão, pois não tinha em casa pra comer. Quando ela chegou eu fiquei até sem palavras, sabe como? E mesmo sabendo que o quilo do feijão é mais caro do que de trigo, pra mim não faz diferença. As pessoas que tem Jesus no coração ajudam os outros. E a pessoa que tem condição, sabe e não faz nada é uma pessoa ruim, que não tem Jesus no coração”*.

(Fragmento do caderno de campo, dia 19 fev. 2019).

Percebe-se em sua fala que a justificativa da criação do projeto e a dimensão da ajuda ao próximo tem por base principalmente aspectos relativos à esfera religiosa. Este é um ponto central para sua motivação de criar e manter o projeto social, entretanto, não exclui uma motivação “terrena”, influenciada por sua vivência como moradora da favela Tira-Gosto desde que nasceu e nem do que ela presencia constantemente a sua volta, como a pobreza e a fome. Logo, como afirmei anteriormente, posso reiterar que a criação do projeto está pautada tanto no fundamento religioso de “ajuda aos mais necessitados” que compõe o *ethos* pentecostal de Ana, quanto na sua inclinação individual e subjetiva, reflexo da esfera *secular* contida na sua experiência de vida ordinária.

Nesta perspectiva, retomando a questão do projeto social na trajetória de vida da Ana, as atividades do projeto começaram ainda em 2013, ano de sua fundação, época que Ana ainda frequentava a Igreja Caminho das Águas. Primeiramente, Ana recebeu ajuda de amigas e *irmãs* da Igreja, Bia, Raquel e uma terceira, que ajudavam a cuidar das crianças. As atividades do projeto se concentravam em crianças menores, aproximadamente de 5 a 10 anos de idade, permanecendo assim até início de 2017, quando interrompeu as atividades do projeto por falta de recursos e voluntários para

ajudar na realização das atividades com as crianças. Mas já no ano seguinte, em 2018, o projeto voltou a funcionar, por meio da realização de algumas poucas atividades com as crianças menores e aulas de violão para um número restrito de adolescentes, até conhecer a organização não governamental *Flores Silvestres* e tornar as atividades mais frequentes e diversificadas.

Em 2019, por motivos relacionados ao seu projeto, Ana acabou “rompendo” com a Igreja Caminho das Águas, como afirmei anteriormente. Pelo que pude acompanhar nas incursões de campo, e em conversas estabelecidas com Ana, foram dois os principais motivos que a levaram a tomar esse caminho, os retomo aqui: o primeiro refere-se ao desinteresse da Igreja Caminho das Águas, na figura de seu pastor, de participar ou ajudar com as ações e atividades no projeto; e o segundo, foi o aumento da cobrança da sua presença e participação nas atividades e cultos da igreja, por parte do pastor. Esses dois motivos estão relacionados na medida em que a atitude do pastor, em não participar do projeto e exigir maior presença de Ana na igreja, fariam com que ela reduzisse o seu tempo disponível ao projeto e a atenção aos novos voluntários da ONG, e conseqüentemente, perdesse o vínculo que era fundamental para o momento de retomada das atividades, pois era a ONG que estava trazendo as cestas básicas para doação no projeto e os voluntários para assumir as novas atividades.

Neste sentido, Ana já havia relatado diversas vezes que não recebeu ajuda por parte da igreja que congregava para o projeto. Recordou que no início, isoladamente, alguns membros da igreja a ajudaram por um tempo, mas o próprio pastor que havia ficado de ajudar com cultos aos sábados, não levou adiante. Até hoje ela relata essa falta de ajuda, afirmando que a igreja não faz obra social, ela julga a falta de atitude em relação a isso como algo errado, pois relaciona o local onde a igreja está inserida (isto é, a favela) e a necessidade da igreja e o pastor de conhecer a realidade e privações de seus membros, e tomar a iniciativa de ajudar as pessoas que necessitam. Ana também contou que, no último ano, o pastor Jeremias estava com um projeto de colocar “células”⁷² na igreja, para crescer e fortalecer a denominação. Então, o pastor a colocou

⁷² Uma igreja em célula ou que forma células entre seus membros é uma composição muito comum em igrejas com quantitativo grande de membros, para estimular a participação e proximidade entre seus

para fazer um curso sobre “igreja em célula” em outra igreja fora da TG, para que ela ficasse responsável por uma célula ao final do curso, mas com isso, ele também passou a exigir, por parte dela, maior participação nos cultos e atividades da igreja. No entanto, com quase todos os dias tendo atividades no projeto, e recebendo voluntários da ONG *Flores Silvestres* na favela, ela não podia deixá-los sozinhos e esperava uma maior compreensão por parte do seu pastor, o que não aconteceu.

No final de abril, entretanto, as diferenças se agravaram e a cobrança chegou a seu limite, os dois discutiram, e ela se afastou temporariamente, esperando que seu pastor voltasse atrás e conversasse com ela. Como isso não aconteceu, ela decidiu “romper” com a igreja. Ela se viu numa situação em que precisava fazer uma escolha: dar mais atenção ao seu projeto ou se dedicar mais às atividades da Igreja Caminho das Águas. É interessante a sua decisão favorável ao seu projeto e não aos vínculos duradouros já estabelecidos na igreja que frequentava há 17 anos. É certo que esses vínculos religiosos se sobrepõem aos de vizinhança e amizade em muitos casos, e o rompimento com a igreja não significou uma desvinculação total com suas redes de relações locais. Talvez, e muito provável, Ana percebeu que sua rede de contatos em torno da igreja, apesar de duradouras e importantes na sua vida, não lhe proporcionava os vínculos necessários para obtenção de ajuda e recursos para seu projeto. Esta seria uma forma de analisar sua ação e escolha individual frente ao impasse que sua situação de liderança lhe proporcionou. Digo liderança, pois ela exercia um papel de liderança na igreja, visto que o pastor a escolheu para ser líder de uma célula, e o papel de liderança que exerce a frente do seu projeto social.

Uma semana depois desse rompimento, Ana começou a frequentar os cultos na Igreja Metodista. Ela ficou muito animada a princípio, pois além da igreja recebê-la muito bem, o pastor a convidou para falar sobre seu projeto durante o culto e também começaram a estabelecer uma relação de possibilidade de ajuda ao projeto. Tanto que no 2º Jantar Beneficente organizado por Ana, para arrecadar verba para realização de obras nas instalações do projeto, ela contou com várias doações e compras de

membros. As células são pequenos grupos formados com algum objetivo próprio e com uma liderança, quando o grupo cresce muito, normalmente, ele se subdivide em novas células. Elas estimulam um contato mais informal e a criação de vínculos de amizade e parcerias dentro da igreja.

refeições por parte dos membros da Igreja Metodista. Mas no final de tudo, como já indiquei anteriormente, ela também não permaneceu por muito tempo nessa igreja, acabou indo para a Igreja Batista Memorial do Novo Jockey, onde teve uma boa recepção entre os membros dessa igreja e vários deles começaram a ajudar com atividades, doações de materiais de obra e serviços para o projeto. Então, reafirmo minha interpretação, de que Ana, em sua ação realizou uma escolha racional visando um fim, é uma ação com intencionalidade e ela age em resposta ao comportamento dos outros, no sentido weberiano empregado no conceito de “*ação social de modo racional referente a fins*” (WEBER, 2012, p. 15). Por isso percebo que seu “trânsito” nestas duas igrejas após seu rompimento com a Igreja Caminho das Águas expressa muito mais que uma escolha religiosa, neste momento, sua adesão religiosa esteve, principalmente, orientada pela finalidade ou consequência “secundária” ponderada racionalmente pelas necessidades em prol do seu projeto.

Podemos destacar ainda, em complemento a própria trajetória de vida da Ana, que se confunde e se mistura com a do seu projeto social, a dificuldade que tem enfrentado desde sua fundação, permanecendo até os dias atuais: a criação de um CNPJ próprio para o projeto. Para Ana, ter um CNPJ próprio é muito importante, pois seria um meio de regularizar e oficializar o projeto e, principalmente, um meio de captar recursos, tendo em vista a dificuldade financeira que passa há anos, por ser a única mantenedora da casa e da família, com 6 filhos, 1 neto e atualmente separada do marido.

Sobre o CNPJ, Ana relatou que quando as atividades do projeto começaram, alguns anos atrás, procurou informações sobre como registrar o projeto, obter um CNPJ, mas viu que para o projeto ter um CNPJ sob sua responsabilidade, ela perderia o direito a receber o auxílio do Programa Social Bolsa Família, atualmente a única fonte de renda fixa da família. O marido ainda quando estavam juntos, estava desempregado há mais de três anos e apenas fazia “bicos” (empregos temporários e sem qualquer vínculo empregatício). Recentemente, começou a trabalhar de maneira fixa, como porteiro, mas segundo Ana, ele não “ajuda em casa”, e ela até prefere assim, pois não quer dar motivos para que ele circule dentro da sua casa, isto porque, no período de separação houve muita discussão e a situação ficou muito complicada, “quase saíram

do seu controle” (quando situações como esta “saem do controle”, o tráfico intervém na situação). Durante um tempo, em complementação ao Bolsa Família, Ana recebia por mês duas cestas básicas da ONG ou valor equivalente para fazer compras por conta própria no mercado, já que itens como as proteínas, não compõem a cesta básica. Mas essas doações foram suspensas desde meado de 2019, como é detalhado na seção mais adiante especificamente sobre a ONG *Flores Silvestres*. Desse modo, perder o Bolsa Família não era uma opção.

Até o presente momento, Ana vivencia essa dificuldade sem saber que caminho tomar. Uma das estratégias que tem sido utilizada por ela, foi aceitar e permanecer com a parceria da ONG *Flores Silvestres*, que apesar de não ser uma organização religiosa e dos atritos e discordâncias que foram surgindo por esta razão, tem sido um caminho para obtenção de recursos e serviços diversos. Além disso, atualmente, surgiu outra possibilidade para equacionar a questão, a solução se apresentaria ao abrir uma igreja vinculando o Projeto Social Jeová Rafhá como o trabalho social da igreja. Isto porque, segundo ela, tirar um CNPJ de igreja, não influenciaria no benefício do Bolsa Família que recebe.

Anteriormente, conjecturei que a presença dos voluntários da Igreja Memorial do Jockey poderia levar o Projeto Social Jeová Rafhá a se tornar um braço da obra social dessa igreja. Todavia, isso não aconteceu. Os voluntários continuam, mas somente realizando atividades uma vez por mês com as crianças menores e, eventualmente, ajudando, por meio de membros isolados, como no exemplo da doação dos pisos, argamassa, rejunte e pagando a mão de obra para a instalação de pisos no espaço do projeto.

A criação de uma igreja onde é o local do projeto, parece ser a direção “natural” que se delineia, pois, ainda no final do período da pesquisa de campo, Ana revelou que o Pastor Elton fundaria uma igreja no projeto, mas isso foi adiado por motivo de doença em sua família. Este fato poderia modificar ou até findar com o apoio da Igreja Batista ao projeto, pois até o momento, a Igreja Batista atuou no projeto social sob forma de um trabalho social da igreja. São questões relevantes de se pensar, tais como: caso a igreja seja fundada no projeto, como ficaria o apoio da Igreja Batista? E se o apoio

continuasse mesmo depois do fato, quais seriam os possíveis delineamentos? Seria possível uma rede de cooperação entre igrejas de segmentos distintos, uma histórica e outra pentecostal? E como se daria a relação com a ONG *Flores Silvestres*, que declaradamente não possui qualquer vínculo religioso? Infelizmente, são questões que não serão possíveis de serem desenvolvidas neste trabalho, pois a pesquisa de campo precisou terminar antes deste desfecho, mas em futuras publicações pretendo continuar o desdobramento dessa pesquisa e acompanhar os novos contornos dessa dinâmica religiosa que me parece indicar um movimento de criação de uma igreja e a construção de certa independência por parte de Ana, ainda que mantendo sua rede de contatos com os membros da Igreja Batista, da ONG e tanto quantos ela for adquirindo ao longo do tempo.

A análise da trajetória de vida da Ana a partir da utilização conjunta das técnicas de história de vida e entrevistas semiestruturadas me proporcionaram um rico conteúdo e coleta de materiais importantes para pesquisa. Também me proporcionaram maior aproximação com a minha interlocutora, me auxiliando a compreender suas origens, sua percepção de vida, de família, religião, suas interações na favela e no projeto social. A análise da trajetória de vida da Ana nos revela uma experiência de vida que somente pode ser entendida quando compreendida como um todo e todas as adversidades que atravessam em vários momentos a sua vida e exige de Ana um posicionamento frente a sua condição de mulher, negra, pobre, moradora de favela, imbuída de um *ethos* pentecostal, líder religiosa e responsável por um projeto de cunho socioassistencial em uma das favelas mais violentas da cidade de Campos dos Goytacazes.

Em sua vida, a pobreza, a violência, a fome, a religião, a família, as relações de amizade que construiu, o seu projeto social, etc., atravessaram sua experiência de vida e a fizeram interpretar vários acontecimentos em sua história a partir de sua experiência religiosa, tanto para momentos de dificuldades que passou, como por exemplo, não ter o que comer em casa em determinados momentos, os impasses com o antigo pastor, as dificuldades que passou para fundar e manter o seu projeto social, os problemas conjugais, etc., quanto para momentos positivos e de conquistas, como por exemplo, quando não tinha nenhum recurso para fazer a festa de aniversário da sua filha Melissa

e restava menos de um mês para data, no entanto, ela foi recebendo doações de várias pessoas e no dia havia uma festa com todos os requisitos de uma festa de debutante, ou quando finalmente inaugurou o seu Projeto Social e iniciou suas atividades, ou o dia que iniciou a parceria com a ONG *Flores Silvestres*, etc.

A explicação que Ana faz para todas essas coisas é a presença de Deus em sua vida, “tudo acontece porque assim Ele quis”. Neste sentido, sua vida é completamente “encantada” ou “reencantada” (WEBER, 1979, 2004), pois como Weber nos mostra, no processo do desencantamento do mundo, onde se renuncia a qualquer forma de magia, isso não acontece significando que os meios mágicos não exerçam mais um papel fundamental na experiência do indivíduo, pelo contrário, exerce um enorme papel, seja tanto no interior quanto fora do contexto religioso, ela se transmuta para uma fé no sobrenatural que age na vida prática do indivíduo crente. “Aparentemente, o desencantamento do mundo produz com ele a necessidade de seu reencantamento.” (SCHLUCHTER, 2014, p. 47). Neste sentido, é possível analisar a construção da narrativa de Ana a partir desse viés teórico, visto que tudo que acontece em sua vida é sempre explicado por sua experiência íntima com Deus, da mesma forma que sua atuação no projeto social é justificada como “*um ministério que Deus colocou pra mim*”, em suas próprias palavras, isto é, o que legitima seu trabalho no projeto e sua liderança religiosa na favela é este Deus que está presente em todos momentos na sua vida. Por isto, a importância em manter o vínculo religioso sempre ativo no projeto.

Mas ao mesmo tempo percebemos que Ana pensa e age racionalmente sobre suas ações, quando tomou a iniciativa de romper com a Igreja Caminho das Águas e continuar com seu projeto; ou quando firmou e continuou com a parceria da ONG *Flores Silvestres*, mesmo ela sendo expressamente laica; ou quando ela entendeu que o CNPJ era algo importante para o projeto, mas traria consequências negativas para seu rendimento familiar. Partindo da discussão entre religião e modernidade proposta por Berger (2017), em que o autor propôs ainda de maneira inicial um novo paradigma que, em tese, substituiria o antigo e fadado paradigma da secularização (aquele que postulava que a modernidade levaria ao declínio da religião). O autor indicou que a modernidade levou ao pluralismo religioso, onde existem dois pluralismos em curso na sociedade moderna, um da coexistência de diferentes religiões e outro da coexistência

de discursos religiosos e seculares. O segundo tipo muito me interessa analiticamente, pois o autor afirma que a modernidade proporcionou ao indivíduo moderno a capacidade de agenciar o discurso secular e o religioso, conscientemente, dependendo da relevância do momento em específico. Como afirmou Ammerman (2017)⁷³ a obra de Berger, trouxe um grande avanço teórico, ao reconhecer que no mundo moderno existe uma permeabilidade das fronteiras entre as esferas sociais e as tradições, na qual a religião e o sagrado podem ser encontrados em diversos espaços e assumir diferentes formas.

Ao meu ver, a influência do pluralismo religioso no indivíduo moderno, vai além do discurso, se não, na prática cotidiana da vida ordinária onde tangencia as escolhas e ações dos indivíduos. Ana em todo momento transita entre essas fronteiras, passa do religioso ao secular, e vice e versa, e isto não lhe parece provocar nenhum incômodo ou questionamento, na verdade, bem como afirma Berger (2017), para a maioria dos indivíduos a secularidade e a religião apenas não são contraditórias ou mutuamente excludentes. Elas apenas coexistem, cada uma pertencendo a uma forma específica da atenção à realidade.

Por fim, retomando sobre sua rede de contatos e seus vínculos associativos, familiares e de vizinhança, percebo que a manutenção das relações que Ana foi estabelecendo com vários interlocutores no âmbito do projeto e de sua vida pessoal são vitais para a constituição e mesmo para a própria continuidade do projeto. É essencial que sejam mantidas para a captação de recursos e serviços, para integração de voluntários que possam atuar em atividades oferecidas pelo projeto, etc. Percebendo que a inserção de Ana na estrutura social é limitada principalmente por sua rede de relações próximas, como a família, amigos e vizinhos que convivem sob um mesmo espaço social – a favela Tira-Gosto –, e para que tenha sucesso e possa acessar estruturas sociais distantes a ela, é necessário uma mobilização e um esforço pessoal para criar e manter ativos os vínculos mais “distantes”, essa seria uma rede de relações distantes compostas por todos aqueles vínculos que ela construiu para fora do seu

⁷³ A última parte do livro de Berger *“Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista”* traz três respostas a sua nova proposta teórica para compreender a relação entre religião e modernidade num contexto pluralista. A primeira contribuição é realizada pela socióloga da religião Nancy T. Ammerman.

núcleo próximo, como o Pastor Elton, Leo, os membros da ONG *Flores Silvestres*, os membros da Igreja Batista Memorial do Jockey, entre outros. Explicarei melhor suas implicações na próxima sessão que se segue.

4.4. A “rede de colaboradores e voluntários” do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas

Atualmente o termo “redes sociais” se tornou bastante comum na sociedade, abrangendo uma variedade de sentidos, usos e aplicações. Tem sido adotado em várias áreas científicas como na Sociologia, Antropologia, Psicologia, Comunicação, Cibernética e outras (MANCE, [entre 2012 e 2019]). No quadro geral das várias ciências, o termo apresenta uma multiplicidade de aplicações do seu uso, revelando certa polissemia em torno da definição do seu conceito (FIALHO, 2015). De acordo com Mance (*op.cit.*) e Hellmann (2010) a noção de rede passa a ser empregada nas ciências em geral no século XX e a sua difusão se deu a partir da segunda metade do mesmo século, principalmente, com seu uso como metodologia de pesquisa.

A origem do conceito de *redes sociais* se desenvolve na Antropologia Social, onde a noção de rede social surge tendo em vista a análise e descrição dos processos sociais que envolvem conexões que extrapolam as delimitações dos grupos (BARNES, 2010). Barnes (2010) foi o primeiro autor a definir o conceito de *redes sociais* (*Social Networks*), ele utiliza o conceito analiticamente (e não metaforicamente) e o define essencialmente, como “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 2010, p. 180) e formam uma espécie de malha intrincada de pontos e conexões que correspondem às relações estabelecidas entre eles. Segundo Mitchell (1969), a interpretação analítica realizada por Barnes foi um grande avanço para a análise e interpretação da ação social a partir da relação entre os vínculos estabelecidos numa rede ao enfatizar suas características morfológicas e as suas implicações para o comportamento social.

Outros autores depois de Barnes, como Bott (1976) e Mayer (2010), por exemplo, também empregaram noções parecidas e percebeu-se a utilidade da rede social para analisar vários tipos de situações sociais, como a análise de processos

políticos, classes sociais, circulação de bens e informações em meio social, organizações sociais, etc. (BARNES, 2010). Numa pegada analítica um pouco diferenciada, temos autores como Boissevain (2010, 2016), que afirmou que a contribuição das redes para análise social se apresenta na medida em que passa a correlacionar relações interpessoais às instituições e, ao reintroduzir a categoria *peças* em oposição a *papéis*, humanizando a análise social e colocando em evidência as escolhas e as ações das pessoas no processo de eventos que constitui a história. Sendo assim, o autor ressalta que a análise de redes possibilita uma abertura analítica onde as pessoas podem ser percebidas em interação e engajadas em ações que lhes permitem alterar e/ou manipular as instituições de que participam (BOISSEVAIN, 2010, 2016). Deste modo, o autor concebia as redes como uma ferramenta de análise, um instrumento analítico complementar a outras técnicas de pesquisa, e que apesar de revelar significativas implicações teóricas, o autor não considera a existência uma *teoria das redes*. Ele afirmou que a análise social a partir das redes é uma ferramenta poderosa que proporcionou aos cientistas sociais interessados em compreender o comportamento social e processual em contextos mais complexos (as cidades), uma forma de lidar com a relação entre a interação face a face e as instituições (BOISSEVAIN, 2010, 2016).

Toda essa multiplicidade de contextos em que a ideia de *rede social* foi sendo empregada, produziu uma diversidade de interpretações pelos vários pesquisadores sobre os contextos estudados e formas diferentes de utilização do termo. É possível perceber a existência de dois grandes grupos no que tange a utilização das *redes sociais* em pesquisas acadêmicas, aqueles trabalhos que mobilizam os instrumentos estruturais de *análise dos grafos*, “Adaptando às redes sociais os desenvolvimentos matemáticos mais recentes da ‘teoria dos grafos’ (indivíduos representando os pontos, relações representando as arestas) [...]” (MAILLOCHON, 2015, p. 159), podendo ser identificado por meio do termo “*análise de (das) redes*”⁷⁴; e, em oposição, trabalhos que empregam as redes para todos os outros casos, num sentido mais amplo, seja como

⁷⁴ Para esse tipo de abordagem teórica metodológica nas Ciências Sociais pode-se conferir os trabalhos de: MITCHELL (1969, 1974); BOTT (1976); BOISSEVAIN (2010, 2016); BARNES (2010); MAYER (2010); VARANDA (2000); HELLMANN (2010); MANCE [entre 2012 e 2019]; FIALHO (2015); HIGGINS & RIBEIRO (2018); MIZRUCHI (2006); SILVA et al. (2013); ENNE (2004); entre outros.

objeto de estudo ou como princípio, ou como base para reflexões metodológicas, a esta variedade de abordagens podemos empregar o termo “*estudo de redes*” (MAILLOCHON, 2015). Desta forma, busco um empréstimo de algumas noções derivadas do “*estudo de redes*”, utilizando a abordagem de uma forma mais ampla e metafórica, como um princípio que me ajuda a tecer certas considerações acerca do meu objeto de estudo. Bem como foi empregado por autores como Almeida (2004, 2011); Almeida e D’Andreia (2004); Farjado (2013) Alves (2008, 2009, 2012), também na interface do estudo sobre religião, pobreza e conexões entre fronteiras territoriais.

Nesta perspectiva, na área dos estudos de religião, as redes têm sido utilizadas a partir de uma abordagem mais ampla, se concentrando nos aspectos qualitativos, explorando uma perspectiva relacional das redes, entendendo “[...] as relações intervindo como suporte de explicação do fenômeno estudado [...]” (MAILLOCHON, 2015, p. 161). Por exemplo, as redes sociais criadas pelos evangélicos têm sido interpretadas por seu caráter integrador criando redes de proteção social nas periferias urbanas (ALMEIDA, 2004, 2011; ALMEIDA & D’ANDREIA, 2004; FARJADO, 2013); ou partindo da forte coesão social existente nas igrejas pentecostais, onde as redes evangélicas se apresentariam como uma base de sustentação social à migrantes inserido em um novo espaço oferecendo a construção de novos vínculos (FARJADO, 2013); e também, se referindo a espaços comuns construídos por redes que atravessam espaços societários diferentes, ultrapassam fronteiras territoriais, possibilitando o compartilhamento de códigos rituais religiosos entre líderes evangélicos de países distintos, contribuindo para o estudo das religiões em deslocamento no mundo contemporâneo (ALVES, 2008, 2009, 2012); isto para citar apenas alguns estudos relevantes sobre o tema.

Estes autores apresentam a relevância das redes sociais criadas pelos e entre indivíduos evangélicos em contextos semelhantes, periferias urbanas (ALMEIDA, 2004, 2011; ALMEIDA & D’ANDREIA, 2004; FARJADO, 2013) e diferentes, fronteiras transnacionais (ALVES, 2008, 2009, 2012). Como já apresentei os autores Almeida (2004, 2011), Almeida e D’Andreia (2004) e Farjado (2013) no capítulo 2 da tese e recapitulei resumidamente suas contribuições no parágrafo acima, cabe agora somente

pontuar algumas observações sobre o uso das redes nas pesquisas de Alves (2008, 2009, 2012).

Alves (2009), diferente dos demais, observou a relação entre líderes evangélicos pentecostais de países do Sul da América Latina (Brasil, Argentina e Uruguai) e suas redes pessoais de contato e influência a partir de uma abordagem que chamou “redes transnacionais”, o autor define que termo como: “[...] redes de relações pessoa-a-pessoa que se criam e se mantêm entre países de forma multi-local, e dentro das quais existe assimetria de poder e influência, mas sem referência a um centro [...]” (ALVES, 2009, p. 184). Em resumo, o autor partiu de uma análise transacional das redes, enfatizando as características interacionais, em termos da intencionalidade e racionalidade dos indivíduos participantes, observando como os indivíduos manipulavam as redes de relações em benefício próprio, em termos de prestígio no campo religioso ou no crescimento quantitativo da comunidade religiosa que pertence. Os contatos entre líderes religiosos brasileiros e argentinos estabelecidos no campo religioso evangélico, entre denominações de pequeno e médio porte, não levaria a assumir base religiosa fixa no outro país, mas os líderes se *transnacionalizam* através de redes pessoais de influência, compartilhando (por meios de comunicações diversas) aconselhamento pastoral ou viajando a convite por várias denominações, através de relações que envolviam níveis diversos de reciprocidade (ALVES, 2012).

Desta forma, sinalizo alguns aspectos dos estudos dos autores apresentados que me interessam e os resumo em três pontos, são eles: 1) as redes de ajuda mútua ou de proteção criadas entre indivíduos evangélicos que garantem aos mesmos a criação de uma estrutura que proporcionaria uma maior proteção social em espaços demarcado pela pobreza e deficiência da proteção social estatal; 2) a possibilidade da integração social por indivíduos recém-chegados a uma localidade, fornecendo uma base para estruturação de novos laços ou vínculos locais, estreitando sua rede de relações locais, que do mesmo modo, se apresenta como uma forma de proteção social nos mesmos espaços sociais marcados pela pobreza, como as favelas e periferias urbanas; e, 3) redes que transpassam os limites territoriais e atravessam espaços societários diferentes, contribuindo para pensar a religião em deslocamento.

Emprego a noção de rede num sentido amplo, pensando nas conexões ou vínculos estabelecidos nas relações sociais entre os indivíduos. Como foi possível observar até aqui, várias pessoas que Ana conheceu e estabeleceu relações ao longo de sua trajetória de vida, foram e ainda são importantes para a existência do projeto como um todo. Nessas redes circularam ajudas materiais diversas, em que ora Ana acionava seus contatos pedindo ajuda, ora aceitando ajuda daqueles que ofereciam. É possível afirmar que Ana construiu ao longo da trajetória do projeto uma “*rede de colaboradores e voluntários*”, mas que está circunscrita a sua própria trajetória de vida e sua rede de contatos pessoais. Então, busco revelar a importância das redes para Ana e para o projeto social, frente as limitações de sua inserção social. Mas antes de tudo, apresento duas categorias *nativas* que se fazem presente no campo de pesquisa e são normalmente mobilizadas pelos integrantes do projeto para se referirem ao tipo de vínculo que estabelecem junto ao projeto social:

- **Voluntários:** são as pessoas que oferecem ou dirigem alguma atividade no projeto social sem nenhum retorno financeiro. Aquele que “doa” o seu tempo e conhecimento. Com “conhecimento”, me refiro a ideia de que levam sua experiência de vida e profissional para ajudarem com algo no projeto, por exemplo, os voluntários da *Flores Silvestres*, Bruno e Bella são ambos psicólogos e administram os encontros dos grupos dos jovens a partir de seus conhecimentos nesta área.

- **Colaboradores:** são as pessoas que ajudam, na maioria das vezes, financeiramente por meio de doações de dinheiro ou de outros itens, como: materiais de construção, alimento, brinquedos, materiais escolares (livros de leitura infantil, folhas de ofício, tintas, lápis de cor, etc.), móveis (armários, cadeiras, mesas, estantes, etc.) e outros itens similares.

A partir da observação do trabalho de campo, das entrevistas e conversas com Ana, Bruno, Bella, entre outros, acredito ser analiticamente frutífero pensar essa *rede de colaboradores e voluntários* em prol do projeto tendo como ponto de origem a própria Ana. A *rede de colaboradores e voluntários* é formada por pessoas que auxiliam ou realizam algum tipo de trabalho ou doação para as atividades do projeto, que

fomentam as propostas e as executam, são pessoas que entraram em contato com o projeto, ou em forma de *voluntário*, ou em forma de *colaborador*, durante o período da minha pesquisa de campo. Deste modo, a rede formada foi fundamental para a manutenção do projeto social, pois foi por meio dela que circularam pessoas, fluíram informações, serviços diversos, benefícios, etc., e possibilitaram uma maior amplitude das ações do projeto.

Ao longo do tempo que estive no campo, identifiquei que 23 pessoas atuaram de alguma forma no projeto. Pessoas que fazem parte das redes de relações familiar, amizade, vizinhança e da rede de relações religiosas de Ana, como os membros da Igreja Metodista, os da Igreja Batista Memorial do Jockey, o pastor Elton e sua esposa. Percebi também que Leo foi uma pessoa muito importante para iniciar a *rede de colaboradores e voluntários* do projeto. Foi basicamente a partir dele que Ana conseguiu acessar contatos mais distantes a ela, ou seja, o vínculo que Ana estabeleceu com Leo possibilitou a Ana acessar outras pessoas e novos contatos, como os membros da Igreja Batista Memorial do Jockey e da ONG *Flores Silvestres*. Tomando a noção da “*força dos laços fracos*” de Granovetter (1973), o vínculo estabelecido entre Ana e Leo, pode ser interpretado como uma “*ponte*”, onde dois grupos diferentes são ligados através de um laço (vínculo) específico. E revelaria, mais uma vez, a “*força dos laços fracos*”⁷⁵, pois basicamente toda sua rede de contato inicial com os voluntários e colaboradores, se originaram de um “*contato*” do seu “*contato*”, isto é, de contatos de Leo inicialmente. Somente depois, alguns desses vínculos foram se tornando mais sólidos e vieram a se tornar contatos ligados diretamente a Ana e ao projeto.

Em outras palavras, observando a rede de relações da Ana, os vínculos mais próximo a ela, como seus familiares, amigos e vizinhos formam vínculos fortes, no entanto, “*fechados*”, isto é, possuem acesso ao mesmo tipo de informações, são menos

⁷⁵ Para Granovetter (1973) existem de dois tipos de laços (vínculos ou relações), por meio dos quais os indivíduos interagem em uma estrutura social: os laços fortes e os laços fracos. Os primeiros são os laços que se estabelecem no universo imediato do indivíduo, entre amigos próximos e familiares, e que estão em constantes trocas. E os laços fracos são aqueles que não dependem diretamente do indivíduo e são estabelecidos com pessoas mais distantes do universo a qual está circunscrito, mas que tem certa regularidade no contato. De acordo com o autor, os laços fracos seriam por onde as melhores informações e oportunidades fluiriam, e também por meio deles, seria possível alcançar mais pessoas.

variadas, fazem parte de um mesmo e limitado universo social. Todavia, quando focamos na “ponte” estabelecida com Leo, este vínculo conectou Ana a grupos diferentes (os voluntários da Igreja Batista e da ONG), e, por isso mesmo, capaz de dispor de variadas informações. Mas, neste caso, como não estou concentrada apenas na difusão de informações ou influência, como estava Granovetter (1973)⁷⁶, mas também, na de benefícios e serviços, essa “ponte” criada pelo vínculo estabelecido com Leo, foi fundamental para construir sua atual *rede de colaboradores e voluntários* e ter acesso a uma variada gama de benefícios e serviços. Quanto a “benefícios” e “serviços” me referi ao primeiro, como os recursos materiais (financeiro e doações de itens diversos dos colaboradores), e com o segundo, como ao serviço prestado pelo voluntário ao projeto.

Outra questão importante observada foi a centralidade do vínculo do tipo religioso entre os contatos que compõe a rede, por exemplo, foi por intermédio de um pastor que Ana conheceu Leo, e também foi a partir do vínculo religioso que ela conseguiu doações e voluntários das igrejas (Metodista e Batista) em determinados momentos. Em termos quantitativos, de modo geral, o vínculo “religioso” foi o que mais possibilitou a inserção de colaboradores e voluntários ao projeto, entretanto, foi o vínculo que podemos interpretar como “secular”, aquele estabelecido pela ONG *Flores Silvestres*, que mais proporcionou acesso a recursos materiais, benefícios e assistência ao projeto. Dessa forma, os vínculos religiosos podem ser identificados a partir da noção de cooperação religiosa, enquanto que o vínculo “secular” instituído com a ONG, pode ser identificado a partir da ideia de solidariedade ou outros valores humanitários.

As relações estabelecidas na *rede de colaboradores e voluntários* do projeto não eram constantes, ocorriam basicamente pouco tempo antes e durante o período da atividade desempenhadas pelo voluntário e/ou colaborador, depois ficam “adormecidas” até um novo contato. Também observei que as interações entre os contatos dessa rede eram por vezes, esporádicas e circunstanciais. Elas eram sempre estabelecidas

⁷⁶ Granovetter (1973), neste estudo, estava concentrado em estudar a “difusão de informações”, observando que um indivíduo para conseguir um emprego, não depende exclusivamente de seus tributos ou qualidades profissionais, e nem dos contatos que podem lhes fornecer informações sobre vagas de emprego, mas da estrutura de relações a qual está inserido. Ou seja, dependendo da posição que um indivíduo ocupa nessa estrutura, o acesso a determinadas informações não é o mesmo.

buscando um objetivo imediato e momentâneo, como para a realização de uma atividade ou ação, ou quando Ana precisava pedir algo para o projeto, como os alimentos para fazer o lanche das crianças entrando em contato especificamente com Bruno, ou quando precisou complementar os materiais que recebeu dos membros da Igreja Batista para obra do projeto e entrou em contato com Leo. Ou seja, não são relações constantes, mas apresentam uma regularidade ou um padrão: são acionadas em momentos específicos de necessidades materiais ou financeiras relacionadas ao projeto. Mas não apenas ao projeto, as ajudas não se limitaram apenas a aspectos relacionados ao projeto, muitos voluntários. como Leo e Bruno, ajudaram Ana em questões relativas às suas próprias necessidades e de sua família. Ajudaram financeiramente para compra de comida, ou levando ao hospital, pagando consulta médica para seus filhos em mais de uma ocasião, comprando remédios, doando roupas e outros itens para casa para Ana, etc.

Assim, percebo que Ana também utilizou a *rede de colaboradores e voluntários* do projeto em benefício próprio. Ana recorrentemente utilizou-se da sua posição social para justificar a mobilização dessa rede para suprir as demandas que se apresentavam ao projeto e as necessidades familiares cotidianas. Neste sentido, observei que Ana acionou a rede de contatos que construiu em torno do projeto, para pedir ajuda com aspectos também relacionados ao âmbito familiar, por exemplo: em uma de minhas incursões ao campo, notei que ela estava pedindo a Leo que ajudasse o filho mais velho a conseguir um emprego; Em outro momento, presenciei Ana pedir a Bella (que trabalha no Conselho Tutelar) informações para resolver o aspecto legal da adoção do filho mais novo, pois não existe nada que comprove legalmente que Ana é responsável pela criança; ou quando pediu doação de materiais de construção para obra do banheiro da sua casa a todos seus contatos do celular, inclusive pessoas que compunha a *rede de colaboradores e voluntários* em torno no projeto, na verdade, até eu recebi o pedido de ajuda e doação; ou ainda quando utilizou alguma doação destinada ao projeto na sua casa ou deu a seus filhos, como quando recebeu uma doação de um armário e uma estante para o projeto, mas estavam em uso na sua casa, ou quando recebeu doação de brinquedos para utilizar em atividades com as crianças do projeto, mas pegou alguns e deu ao seu filho mais novo; entre outros exemplos.

Percebo que para Ana o projeto é uma extensão da sua casa, e vice e versa, bem como os contatos de voluntários e colaboradores do projeto também tem sido utilizado tanto para promover benefícios ao projeto, quanto para ela e sua família. Logo, Ana se coloca em duas dimensões, como aquela que “beneficia”, mas também aquela que necessita dos benefícios provenientes das ações do próprio projeto. Ou seja, Ana possui um duplo pertencimento, um como presidente do projeto, e outro, como beneficiária do mesmo. Essa situação é complexa, por várias razões, como gestora de recursos e também beneficiária, cheguei ouvir pessoas, moradores da favela Tira-Gosto, a acusá-la de ficar pra si com as doações que recebia, como mencionei anteriormente na questão da vizinhança e fofocas, mas que ela tentava contornar com a entrega mais rápida possível das doações e tendo o acompanhamento de um membro da ONG com ela, por exemplo.

Em resumo, analisando o comportamento de Ana em relação a *rede de colaboradores e voluntários* que formou ao longo da sua trajetória de vida, é possível perceber que Ana manipulou intencionalmente esses vínculos não apenas em benefício da manutenção das atividades do seu projeto, mas também em benefício próprio. É interessante que no momento que ela se desvincula da Igreja Caminho das Águas e de certa forma, perde parte considerável da sua rede formada pelos membros da antiga igreja que funcionava como rede de ajuda mútua, ela se apropria de uma nova rede, mais diversificada e ampla, aquela que foi sendo construída sob rubrica do projeto social. É a substituição de uma por outra, onde a *rede de colaboradores e voluntários* do projeto é também a sua rede de ajuda e de proteção social, pois foi por meio dela que por diversas vezes conseguiu auxílios, informações e ajuda financeira para alimentação da sua família. Neste sentido, Ana utiliza o seu próprio projeto como estratégia para questões que enfrenta em seu dia a dia. A criação de uma *rede de colaboradores e voluntários* foi fundamental para atingir o objetivo central do projeto, o de ajudar de forma “material” e “espiritual” as crianças, jovens e mulheres da favela, assim como, serviu como suporte social para ela e sua família em meio a uma conjuntura de privações e vulnerabilidade social, que foram se intensificando após seu divórcio, o nascimento no neto, além do contexto político, econômico e social que nos assola nos últimos anos a nível municipal, estadual e federal em nosso país.

É possível concluir que a ideia de Ana para o seu projeto social de proporcionar atenção e assistência à criança e a família, esteve associada à sua própria necessidade pessoal. Talvez a dimensão religiosa não apareça isoladamente como componente único de fomento para a criação do projeto, mas a própria precariedade financeira e social, interveio nesta motivação. É claro que é algo muito complexo, não há como separar as motivações e intenções dos indivíduos em tipos estanques, pois a realidade social é um emaranhado de sensações, sentimentos, experiências e pertencimentos sociais que se atravessam, se transformam e criam novas formas. Esse é o caso de Ana, uma vez composta sua *rede de colaboradores e voluntários* do projeto, essa se transformou com o tempo, em sua própria rede de contatos, com os quais pode transpor os limites territoriais e simbólicos da favela, e a qual forneceu uma ampla estrutura que proporcionou, não apenas a Ana, mas também as crianças e as famílias que receberam algum tipo de doação do projeto, uma maior proteção social, num espaço marcado pela deficiência da proteção social estatal e possibilitou uma maior integração social entre eles.

Por essas razões que Marques (2010) entendendo a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, afirma que as comunidades locais, a família, os grupos religiosos, etc., são ao mesmo tempo fontes importantes de obtenção de bens e serviços, muitas vezes por meio de apoios sociais obtidos pelos (e entre os) indivíduos, funcionam como instâncias intermediárias que servem como mediadoras de acesso entre os indivíduos e outras esferas, como o Estado e o mercado, por exemplo. As redes sociais se apresentariam nesta relação como estruturas de médio alcance que poderiam dificultar ou facilitar o acesso a instâncias maiores e os indivíduos. E consequentemente, a vulnerabilidade social poderia ser fruto tanto da falta de acesso a essas estruturas, quanto pelas deficiências no atendimento aos indivíduos. Enquanto que a dimensão espacial das diversas formas de pobreza, agrava a complexidade do fenômeno, sabendo que a inserção dos grupos sociais no espaço urbano pode facilitar ou dificultar o acesso a bens, serviços e oportunidades (MARQUES, 2010).

É claro que existem favelas na cidade de Campos dos Goytacazes muito mais isoladas tanto geográfica quanto socialmente do que a favela Tira-Gosto, que possui frente a elas uma localização quase que privilegiada por sua posição central e pela

acessibilidade a equipamentos públicos urbanos, condições que fornecem a TG maior visibilidade e facilidade em captar atenção do interesse do público em geral, das instituições religiosas e de organizações sociais. E mesmo assim, é perceptível a importância dos vários tipos de redes das quais Ana integra, para possibilitar a obtenção de informações, bens, serviços, amparo, oportunidades para ela, sua família e para as crianças e jovens que participam do seu projeto.

Para finalizar, recordamos que o vínculo que proporcionou o maior alcance tanto de contatos como de serviços foi o vínculo de caráter religioso evangélico, o que reforça a noção da importância dos vínculos religiosos, ou das redes religiosas evangélicas, na garantia de maior proteção social e amenização dos problemas enfrentados por evangélicos moradores de periferias urbanas, entre elas, as favelas brasileiras (ALMEIDA, 2004, 2011; FARJADO, 2013). Mas a rede que vimos extrapola a dimensão da perspectiva das relações focadas entre indivíduos de uma mesma comunidade religiosa, se estabelecendo para além do vínculo institucional religioso. Adiciona-se a esta perspectiva religiosa, o caráter solidário e humanitário que incentivou a atuação da ONG *Flores Silvestres* nas favelas, e foram eles diretamente responsáveis pela entrada de recursos financeiros, doações, informações e oportunidades, buscando intervir e colaborar em ações em defesa, melhoria e manutenção da qualidade de vida dos residentes de favelas em situação de vulnerabilidade social.

No próximo capítulo descrevo e analiso mais especificamente o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas. Primeiramente apresento a história e objetivos do projeto, e depois me concentro mais detidamente nas atividades desenvolvidas no projeto durante o percurso da minha pesquisa de campo. Foram identificados e analisados sete tipos de atividades que aconteceram em algum momento no último ano, algumas eram atividades semanais, outras mensais e outras apenas ocasionais. No geral se concentrava nas atividades desenvolvidas para e com as crianças e jovens da favela Tira-Gosto. No final do capítulo, apresento algumas considerações sobre as atividades como um todo e sua importância enquanto uma forma de assistência que se estende para além da dimensão religiosa.

CAPÍTULO 5 – O Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas: história, objetivos e atividades

Primeiramente, para ilustrar o contexto em que o Projeto Social Jeová Rafhá está situado, por sua proximidade com a FMIJ e outros equipamentos urbanos de caráter social, indico algumas informações relevantes para apresentar esse quadro geral, destacando o diferencial em relação ao Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas. Sobre a FMIJ podemos apresentar algumas informações sobre o público alvo e as atividades oferecidas na Fundação. De acordo com Farias (2019) a FMIJ foi instituída na década de 1990 e é o órgão municipal atualmente responsável pela execução da política pública de atendimento à criança, adolescente e jovem no município de Campos dos Goytacazes, compreendendo a faixa etária de 0 a 29 anos. Nela são oferecidos serviços como SCFV Desafio, SCFV Semeando Arte, Qualifica Jovem, Guarda Mirim, Esporte Cidadão, Fortale-SER, CreSer, entre outros, e chegou a atender cerca de 2.900 de crianças, adolescente e jovens em 2018 (FARIAS, 2019). De acordo com a autora, o Programa Qualifica Jovem, da FMIJ, ofereceu cursos de qualificação voltados para adolescentes de 14 a 17 anos de idade, disponibilizando 300 vagas distribuídas em nove cursos: “mecânica automotiva, pintura industrial e automotiva, barbearia, salão feminino, informática básica, produção gráfica, gastronomia, manicure e corte e costura.” (FARIAS, 2019, p. 73). Os cursos ocorrem no contraturno escolar dos participantes, sendo todos desenvolvidos na sede da FMIJ, ao lado da favela Tira-Gosto.

Nesta perspectiva, o Projeto Social Jeová Rafhá se insere num espaço com uma presença consolidada de programas sociais que ofertam cursos de qualificação junto à população jovem, crianças e adolescentes, como por exemplo, o programa DESAFIO, que atende as crianças e adolescentes de na faixa de 06 a 13 anos, com o serviço de

convivência e fortalecimento de vínculos, promovendo espaços de reflexão, estímulos e orientação na construção das histórias, vivências individuais e coletivas, buscando promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a participação cidadã, o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, através de atividades lúdicas, culturais e esportivas (Relatório Anual de Gestão da FMIJ, 2018). Recordando que esses cursos são oferecidos no contraturno escolar, enquanto que as atividades do Projeto Social Jeová Rafhá ocorrem na parte da noite e aos finais de semana. Outro diferencial que é possível destacar, é o fundamento religioso nas atividades do projeto Jeová Rafhá, o que não ocorre na FMIJ.

Há outro projeto social nas proximidades, este está localizado na favela Matadouro, "*Projeto Social Luz e Vida em Movimento*", dirigido pela Associação Evangélica Beneficente Luz e Vida, que teve origem na Igreja Presbiteriana Central de Campos dos Goytacazes. Quando conheci esse projeto em razão da minha pesquisa de mestrado, em 2014, era estruturado e organizado de forma muito diferente de agora. Antes contava com verba pública advinda da PMCG para realização de suas atividades, tinham uma equipe com sete funcionários assalariados. O atendimento era voltado às crianças na faixa de 4 a 12 anos e mulheres adultas, em 2014, atendiam um público de 120 "assistidos", espalhados pelos diferentes cursos, divididos por turmas, funcionando em dois turnos, manhã e tarde (RIBEIRO, 2015).

Atualmente o *Projeto Social Luz e Vida em Movimento* não possui mais parceria com a PMCG, o que dificultou o funcionamento do projeto. Para não parar com as atividades por completo, a nova equipe que assumiu em sua maioria é voluntária, não recebem salários, somente ajuda de custo para pagar o transporte. O público alvo são crianças de 4 a 12 anos com atividades voltadas para leitura, dança, artes e "aulinhas de futebol", trabalhando a partir de "oficinas", são elas: oficina prazer em saber, oficina de colagem, oficina de contação de história, oficina de jogos educativos, oficina de expressão corporal e oficina de pintura. Funciona somente no turno da tarde, alternando os dias de funcionamento para aproveitar a disponibilidade dos voluntários, as crianças menores têm oficinas todos os dias, e as maiores, de 10 a 12 anos, vão três vezes à semana. É um projeto com forte viés religioso, realizando orações todos os dias na entrada das crianças no momento de "acolhida em grupo", as músicas das aulas de

dança são canções gospel, fazem ensinamentos bíblicos em momentos diversos, apesar de afirmarem que não fazem doutrinação religiosa. Em 2019, foram atendidas 35 crianças. O *Projeto Social Luz e Vida em Movimento* possui CNPJ e Estatuto próprio, atendem preferencialmente crianças que moram na favela Matadouro e na Portelinha, todas matriculadas na escola e referenciadas no CRAS Matadouro.

O CRAS Matadouro também é outra referência social a população das favelas Matadouro, Tira-Gosto, entre outras. Logo, é importante trazer para discussão sua forma de funcionamento e serviços oferecidos a população da favela Tira-Gosto. De acordo com a Gerente de Divisão Geral do CRAS, a inauguração do CRAS Matadouro⁷⁷ ocorreu em 2009, e a sua implantação se deu devido ao número de famílias em vulnerabilidade existente neste território. Os CRAS do município de Campos contam com a parceria da Fundação CDL da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos (CDL) e com a instituição Centro de Integração entre Empresa e Escola (CIEE). Os CRAS também realizam ações conjuntas com outras secretarias municipais, como Educação, Fundação do Esporte, etc.

Ainda de acordo com a gerente de Divisão Geral do CRAS, o CRAS tem os seus serviços tipificados, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), ofertando 2 serviços: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Fazem parte das ações do PAIF: a acolhida, as oficinas com famílias, as ações comunitárias, as ações particularizadas e os encaminhamentos. O SCFV é um serviço complementar ao PAIF, com metodologia que promove a convivência familiar e comunitária, por meio de grupos de reflexão e oficinas de arte e cultura, esporte e lazer.

Assim, identifiquei algumas ações da administração municipal nessas favelas: acolhidas, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e os encaminhamentos. Além destas, constatei outras ações, como implantação de políticas

⁷⁷ A abrangência territorial do CRAS Matadouro compreende aos seguintes bairros: Chácara João Ferreira, Colégio, Horto, Jardim Flamboyant I, Jardim Flamboyant II, Lapa, Matadouro, Parque Califórnia, Parque Oliveira Botelho; Parque Riachuelo, Parque Salo Brand, Parque Turf Club (ou Penha), Centro (ou Esplanada), Tira gosto e Parque Maciel.

públicas por meio de obras de infraestrutura urbana, como a realizada pelo Programa Bairro Legal; o Programa Morar Feliz, com remoção de algumas famílias das favelas para os conjuntos habitacionais em outros bairros, ou mesmo, a construção e entrega do Residencial João Viana aos moradores da antiga favela Inferno verde; programas e/ou ações itinerantes ou “comemorativo-temáticas” comunitárias, como por exemplo, a que aconteceu este ano na Tira-Gosto, chamada de “Ações do Mês da Mulher”⁷⁸. Sendo importante ressaltar que ouvi muitos relatos de moradores da TG queixosos quanto à eficácia das ações do CRAS na localidade, muitos afirmaram que são apenas cadastrados, mas nunca conseguiram receber nada, que pedem por cestas básicas, mas nunca foram atendidos.

Fiz uma visita ao CRAS Matadouro, em maio de 2019, e falei com a responsável da unidade. Ela me informou que atualmente a equipe é composta por doze integrantes, sendo um psicólogo e quatro assistentes sociais do CRAS, e mais uma assistente social somente para questões referentes ao bolsa família. O cadastro no CRAS serve para que as famílias tenham acompanhamento socioassistencial e sejam incluídas em programas sociais como bolsa família, renda mínima⁷⁹, e o ID Jovem⁸⁰, entre outros. O CRAS Matadouro também recebe 50 cestas básicas para distribuir mensalmente, a equipe seleciona a família que vai receber a partir de uma avaliação e acompanhamento pela equipe socioassistencial, com psicólogo e assistente social, normalmente as famílias recebem de 3 meses até no máximo 6 meses este auxílio. Toda segunda-feira, a equipe responsável pela acolhida faz a reunião de acolhida com

⁷⁸ A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) realizou no sábado, dia 24/05/2018, na quadra da comunidade Tira-Gosto, a última de quatro ações comunitárias promovidas em diferentes locais para marcar o “Mês da Mulher”. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=43725. Acesso em: 11/10/2018. Ainda não havia iniciado o campo de pesquisa na favela Tira-Gosto nesta data, fiquei sabendo dessa ação durante as entrevistas realizadas com moradores locais e busquei na internet notícias sobre ela.

⁷⁹ O Programa Social Renda Mínima é um benefício destinado a famílias em situação de vulnerabilidade temporária, é concedido um valor mensal de um salário mínimo vigente, por um período de até seis meses. É necessário que as famílias atendidas sejam atendidas e acompanhadas por uma equipe técnica do CRAS e/ou CREAS, devendo matricular-se em curso profissionalizante da Inclusão Produtiva/SMDHS, visando a sua inserção no mercado de trabalho e autonomia financeira.

⁸⁰ A Identidade Jovem, ou ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos, e também, a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto na Lei n° 8.537/2015. Os jovens beneficiados estão entre 15 e 29 anos. O ID Jovem auxilia o acesso aos direitos garantidos pelo Estatuto da Juventude sob a Lei n° 12.852/2013.

as famílias cadastradas e também pessoas novas, para conhecer e analisar o perfil, e avaliar se a família/pessoa deve receber algum tipo de benefício e qual deles.

Atualmente, existem 4.693 famílias cadastradas no CRAS Matadouro, referente aos 13 bairros de sua abrangência. No quadro abaixo pode ser observado o quantitativo de famílias cadastradas no CRAS e também das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nos três bairros que selecionei de acordo com meu recorte do campo da pesquisa.

Quadro 1 - Quantitativo de famílias cadastradas no CRAS Matadouro e beneficiários do Programa Bolsa Família, por bairro (2019)

Bairros	Cadastrados no CRAS Matadouro	E Beneficiários do Programa Bolsa Família
Lapa	637	257
Matadouro	652	246
Tira-Gosto	216	20

Fonte: Dados obtidos na agência do CRAS Matadouro, 2019 (elaboração própria).

Observando o material de cadastro das famílias percebi que esses números não compreendem bem a realidade entre localização da casa e o endereço que é fornecido pelo beneficiário. No campo “endereço”, muitos moradores da TG colocavam o nome da Rua Adão Pereira Nunes e informava o bairro como Lapa, mas no “campo referência” colocavam coisas do tipo: “na comunidade Tira-Gosto”, “Tira-Gosto”, “Próximo à Praça da Tira-Gosto” ou forneciam referências de pontos de dentro da favela. Dessa forma, realizei uma recontagem, onde aproximadamente 66 famílias cadastradas com o endereço no bairro da Lapa, vivem efetivamente na Tira-Gosto. Somando-se estes números, obtive um total de 86 famílias beneficiárias do Bolsa Família, mas muito provavelmente, esse número pode ser ainda maior, pois posso não ter identificado todas as estratégias dos moradores no momento de informar seus endereços. Sendo assim, percebe-se que uma parte significativa da população da TG é altamente dependente deste tipo de política pública, e indica altos níveis de pobreza, já que o

programa bolsa família tem como população alvo famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza⁸¹.

Como é possível observar nos parágrafos acima, o Projeto Social Jeová Rafhá está inserido num espaço que conta com uma presença significativa de dispositivos urbanos sociais, como o CRAS, várias Igrejas, o Projeto Social Luz e Vida em Movimento e a FMIJ. Então, qual é o diferencial do Projeto Social Jeová Rafhá? É importante notar que as atividades do projeto Jeová Rafhá são voltadas para crianças e jovens da favela Tira-Gosto; essas atividades ocorrem no turno da noite e aos finais de semana, tem uma preocupação com a alimentação das crianças e jovens; e ainda, apresenta um viés religioso entorno da moralidade e valores cristãos desde a sua concepção até atividades realizadas no projeto, além de complementar ações como a do próprio CRAS, como as doações de cestas básicas às famílias em necessidade. Essas questões estão devidamente descritas e analisadas na próxima seção deste capítulo.

Na próxima seção apresento o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, onde descrevo sua história, as atividades, o corpo administrativo e a situação atual em que se encontra, a parceria com a ONG, correlacionando com a literatura sobre o tema. Mas antes disso, faz-se necessário retomar a noção atribuída as categorias “colaboradores” e “voluntários”, duas categorias nativas que se fazem presente no campo de pesquisa e são normalmente mobilizadas pelos integrantes do projeto para se referirem ao tipo de vínculo que estabelecem junto ao projeto social. Os colaboradores são aqueles que se envolvem com o projeto exclusivamente a partir de doações de dinheiro ou de outros itens, como: materiais de construção, alimento, brinquedos, materiais escolares (livros de leitura infantil, folhas de ofício, tintas, lápis de cor, etc.), móveis (armários, cadeiras, mesas, estantes, etc.) e outros itens similares. Os voluntários são aqueles que ajudam com “serviço” prestado ao projeto, sendo responsável por uma atividade, doando seu tempo e conhecimento. Essas duas

⁸¹ As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

categorias podem se sobrepor, pois existem pessoas que são ao mesmo tempo colaboradores e voluntários, como, por exemplo, Leo e Bruno.

5.1. O Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas: assistência à criança e a família – sua história e objetivos

Figura 27 - Fachada do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Localização: Corredor principal da Favela Tira-Gosto.

O projeto tem origem com sua fundação em julho de 2013, quando a atual presidente, através de colaborações, ajudas financeiras e doações de serviços de vários amigos, conhecidos e outras pessoas, conseguiu comprar o terreno e construir o

espaço físico do projeto. O termo “presidente” é a forma como Ana se autointitula e se autoidentifica enquanto a fundadora e única responsável pelo projeto, mesmo que ela busque parcerias pelas dificuldades financeiras e para conseguir voluntários para ajudar nas atividades, até o momento, ela não cogitou delegar ou sair da sua função específica. Assim, utilizo o termo presidente como uma categoria do campo, “nativa”, para me referir a Ana quando estiver abordando algo sobre o projeto.

Em entrevista, Ana relatou que conseguiu o terreno dentro da favela Tira-Gosto com ajuda financeira do pastor Elton, ele comprou e doou o terreno para a construção da estrutura física do projeto. Em seguida, a presidente recebeu ajuda de outros amigos e conhecidos para doação de material para obra (como cimento, areia, telha, vigas de madeira, brita, etc.) e também na mão de obra para fazer toda a construção, desde a fundação até o telhado. Assim, o projeto é um espaço construído através de doações de colaboradores (amigos e conhecidos), que compraram o terreno e depois levantaram a estrutura de um grande salão, composto apenas por uma pequena repartição que divide em dois espaços, normalmente o espaço menor não tem sido utilizado e serve como um tipo de “depósito” para vários objetos sem uso. O chão até recentemente ainda era de cimento batido e as paredes apenas rebocadas, com uma mão de cal. Mas no final de 2019, devido a uma nova parceria com a 1ª Igreja Batista Memorial do Jockey, conseguiu fazer o contrapiso, colocar piso de cerâmica em todo o espaço e pintar as paredes com tinta. Tudo por meio da colaboração de alguns membros dessa igreja, que tanto ajudaram com doação de materiais quanto de serviço.

Todavia o espaço ainda não possui banheiro para as crianças usarem e nem uma cozinha, normalmente as crianças e voluntários utilizam a casa da presidente do projeto para irem ao banheiro e a cozinha para preparar o lanche ou a comida oferecida durante as atividades. A presidente do projeto tem estudado e planejado como construí-los, pois, sabe que necessitará de mais doações e serviços de pedreiro para realizar essas obras. Outros itens que se encontram em seus planos futuros é a instalação de ventiladores e um bebedouro, que também não existem até o momento.

Faz um pouco mais de um ano que o projeto passou a contar com a parceria da Organização *Flores Silvestres*. A ONG chegou até o projeto por meio seu atual

presidente, Bruno, que ficou sabendo do projeto por meio da rede social *Facebook*, na postagem de um conhecido, Leo. A postagem era de uma campanha de arrecadação de cestas básicas para doar na Tira-Gosto. Bruno afirmou que assim que viu a mensagem entrou em contato com Leo, primeiramente começou a doar algumas cestas básicas, e depois com o passar do tempo, quis conhecer a quem eram doadas as cestas. Então, Leo o chamou para conhecer Ana e o projeto na Tira-Gosto. Depois de algum tempo que conheceu o espaço e as atividades realizadas no projeto, Bruno conversou com Ana propondo uma parceria com a ONG que ele integra. No momento da proposta, estava junto a eles e percebi o estado quase eufórico em que ficou Ana, prontamente aceitando a parceria. Era um momento que o projeto estava retomando suas atividades, depois de ficar por quase um ano parado, pois, segundo Ana, estava muito difícil continuar com as atividades sem ajuda. Deste modo, a princípio a ONG *Flores Silvestres* ficou responsável por assumir a doação de oito cestas básicas por mês, incluindo a Ana como um dos beneficiários, mas acabou parando de oferecer nos últimos meses de 2019, de acordo com Bruno, atual presidente da ONG, tiveram que suspender as doações pela dificuldade de manter dinheiro em caixa da organização. Entretanto, eles também realizam outras atividades, como as atividades oferecidas com dois grupos de jovens do projeto. Tratarei detidamente adiante, tanto sobre as atividades do projeto como sobre a *Flores Silvestres*.

A presidente do projeto afirmou que atualmente atendem aproximadamente 100 crianças e jovens a partir de um ano de idade em diante. As crianças menores que cinco anos de idade não frequentam o projeto, unicamente possuem cadastro para casos de doação de fraldas, roupas e leite. Esse tipo de ação ocorre somente quando há doação destes itens ao projeto, o que ultimamente não tem acontecido com muita frequência. De fato, quando conheci a presidente do projeto, em agosto de 2018, ela buscava realizar um recadastramento das crianças matriculadas. Pois as primeiras fichas cadastrais haviam ficado com uma voluntária que a ajudou no início, mas havia se afastado há mais de um ano e levado as fichas consigo. Depois de muitas tentativas de entrar em contato com essa pessoa, conseguiu reaver a ficha “modelo” e algumas fichas preenchidas, já um pouco velhas, manchadas e desgastadas com o tempo. Com o passar das semanas que estava frequentando sua casa e as atividades do projeto, me

perguntou se eu poderia “passar a limpo” as fichas antigas e ajudar a preencher novas, para as crianças e jovens que estavam frequentando as atividades e ainda estavam sem fichas cadastrais.

Depois que ajudei a preencher as fichas cadastrais para o projeto, Ana começou a me procurar, com certa frequência, principalmente quando necessitava de algo relacionado a computador e a internet. Ela me pedia ajuda para várias coisas, como quando me pediu para ajudá-la a confeccionar um portfólio do projeto, com a história, os objetivos, as atividades, os integrantes e fotos das atividades desenvolvidas. Aceitei ajudá-la a fazer o portfólio, pois também ajudaria (como de fato ajudou) na minha pesquisa. Assim, em janeiro de 2019, marcamos um encontro em sua casa, na favela Tira-Gosto, somente para falar sobre as informações do projeto para colocar no portfólio, gravei toda nossa conversa, com sua autorização. Para compreender o projeto, gostaria de destacar dois pontos relevantes sobre esta entrevista: primeiro, quando perguntei a Ana sobre a “população alvo” das atividades do projeto, ela me respondeu dando ênfase ao atendimento as crianças, os jovens e as mães, estendendo a assistência à família, que como lembrou, seria o caso da doação das cestas básicas e o encontro com as mães. E segundo, sobre os objetivos do projeto, onde Ana revelou preocupar-se com noções como: “mostrar novos caminhos para as crianças”, falar com as crianças e jovens sobre “*do querem ser quando crescer*”, “*perspectiva de vida*”, “*sonhos*”, “*formar caráter*”, “*o que quer estudar ou no que quer se formar*”, mas empregou maior ênfase a dimensão espiritual, como pode ser observada no trecho da sua resposta transcrita abaixo:

Ana: [...] eu vejo que esse projeto ele é pra... tipo outras áreas, mas principalmente pra área espiritual, entendeu? Tipo pra ali, as crianças, entendeu, saber quem é Jesus, conhecer o senhor, entendeu? [...].

(Trechos da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá, realizada em 15 jan. 2019).

Assim percebe-se que o projeto é destinado prioritariamente as crianças e jovens da favela Tira-Gosto, e em segundo plano, as mães e as famílias. O objetivo do projeto envolve várias dimensões, que norteiam as várias atividades desenvolvidas e aquelas

que se encontram em fase de desenvolvimento. É possível dizer que a presidente do projeto está interessada em promover a formação “social” e espiritual (religiosa) nestas crianças e jovens. Abaixo apresento mais alguns dados que reforçam essa percepção a partir das informações obtidas com as fichas de inscrição do projeto que preenchi para Ana.

Ana me deu acesso as antigas e novas fichas, permitindo que usasse as informações na minha pesquisa. Fazendo uma organização das fichas cadastrais (Anexo A), pude constatar o quantitativo de 86 crianças “matriculadas”, no entanto, ainda existem crianças frequentando sem ser matriculadas, não existe um controle muito rígido quanto a isto. Então, é possível que se aproxime do número informado pela presidente, de aproximadamente 100 crianças. Dessas 86 fichas, preenchi ou “passei a limpo” 45 delas. O preenchimento aconteceu em vários lugares, nos deslocávamos para espaços diferentes da favela e as mães vinham para passar os dados da matrícula e assinar o cadastro do(a/s) filho(a/s). Realizei o preenchimento do cadastro no próprio espaço do projeto, outros na casa da Ana e outros na mesa da Praça da Tira-Gosto, em dias e horários diferentes, no segundo semestre de 2018. Vinte fichas foram preenchidas e datadas no ano de 2014, no ano seguinte da fundação do projeto, somente permaneceram as fichas das crianças que estavam efetivamente participando de alguma atividade em 2018. O restante das fichas, as sessenta e seis, foram todas preenchidas em 2018.

Apesar de não ter elaborado a ficha e tampouco ter aplicado todas elas, acredito que apresentar algumas informações que obtive através delas seja importante para minimamente ilustrar o perfil das crianças e jovens matriculadas no projeto. É importante informar que as fichas foram preenchidas por uma segunda pessoa, não foi autopreenchimento do responsável. Faziam-se as perguntas da ficha ao responsável, na maioria eram as próprias mães, mas também responderam duas avós e uma tia. Logo, as categorias que são apresentadas nos quadros abaixo foram aquelas utilizadas pelos respondentes, o meu trabalho foi agrupá-las, organizá-la e quantificá-las.

Por meio das fichas pude identificar o quantitativo de crianças de acordo com a faixa etária do atendimento que está separado em quatro grupos (quadro 2). O primeiro

é formado pelas crianças com idade menor ou igual a 4 anos, como mencionei acima, são aquelas que não participam das atividades no projeto, mas estão cadastradas para receber doações. O segundo grupo é formado pelas crianças de 5 a 10 anos de idade, que participam de uma atividade no projeto pelo menos uma vez por semana oferecida pela própria presidente do projeto. O terceiro grupo é formado pelos meninos jovens de 11 anos ou mais, variando até 16 anos no máximo, que participam de um encontro semanal com um voluntário da *Flores Silvestres*. E, por último, o quarto grupo é composto pelas meninas jovens de 11 anos ou mais, também variando no máximo até 16 anos de idade, participam de pelo menos um encontro semanal com uma voluntária da *Flores Silvestres*.

Quadro 2 - Quantitativo de crianças e jovens matriculados no Projeto Social Jeová Rafhá

Grupos	Quantidade
Crianças de 0 a 4 anos	16
Crianças de 5 a 10 anos	42
Jovens de 11 anos ou mais – meninos	13
Jovens de 11 anos ou mais – meninas	15
Total	86

Nota: O quantitativo apresentado no quadro está baseado o ano de 2018, somente das crianças e jovens “matriculados”.

Fonte: Elaboração Própria.

Das 86 crianças matriculadas, 48 são do sexo feminino enquanto 38 são do sexo masculino. Praticamente todas as crianças acima de 5 anos de idade estavam frequentando a escola, exceto 7 delas que as mães não responderam ao item na ficha e 1 menina do grupo acima de 11 anos que estava assinalado em sua ficha que não frequentava escola⁸². Das 16 crianças menores de 4 anos, 9 estavam frequentando creche ou pré-escola enquanto que 7 não estavam. Dessa forma, temos o quantitativo de 78 crianças frequentando a escola, quase todas estão em escolas públicas do bairro ou das proximidades, os dados podem ser melhor observados no quadro 3. Abaixo estão os nomes e a localização das escolas públicas:

⁸² Essa menina na verdade é a filha mais velha da presidente do projeto, em 2018, já estava com 18 anos e só participava esporadicamente de algumas atividades, já no ano de 2019, parou completamente de frequentar as atividades do projeto. Ela não chegou a concluir os estudos, evadiu.

- E. M. Instituto Profissional São José, localizado na Av. Rui Barbosa (beira-rio) entre a fábrica Corbion Purac Sínteses e a FMIJ, oferece vagas para Educação Infantil (creche e pré-escola) e até o 6º Ano do Ensino Fundamental;
- Creche Escola João Perdecene Neto, é uma creche municipal localizado dentro da FMIJ, oferece vagas para Educação Infantil;
- E. M. Francisco de Assis, localizada na Rua Adão Pereira Nunes, na Matadouro, ao lado do Centro Comunitário, oferece vagas para Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental;
- C. E. Visconde do Rio Branco, localizado na rua Dionísio Antônio Carvalho, no bairro Parque Riachuelo ao lado do bairro da Lapa, próximo a antiga favela Inferno Verde, atual, Residencial João Batista, é a única escola estadual de Ensino Médio que oferece vagas para o ensino médio formação geral na localidade;
- Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert - ISEPAM/FAETEC, localizado na Av. 28 de Março, oferece vagas para todos os níveis de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), mediante sorteio dos pré-inscritos.

Quadro 3 - Quantitativo de crianças e jovens do Projeto Social Jeová Rafhá que frequentam escola por escola

Escolas	Quantidade
E. M. Instituto Profissional São José	29
Creche Escola João Perdecene Neto	6
E. M. Francisco de Assis	12
C. E. Visconde do Rio Branco	10
ISEPAM/FAETEC	5
Escola Baby Disney	2
Escola Hospedagem Angelical	1
SR	13
Total	78

Nota: SR – Sem Resposta na ficha.

Fonte: Elaboração Própria.

Na ficha também havia um espaço para informar a religião, mas entendo que os responsáveis atribuíam a sua religião para os seus respectivos filhos, já que eram eles que respondiam a aplicação da ficha. Por isso, vou tratar do aspecto religioso no sentido do responsável e não da criança ou jovem. Coloco abaixo exatamente como apareceram escritas nas fichas. Embora a forma de coleta pareça pouco precisa e não ter acesso ao que motivou o responsável responder destas formas, ainda assim, é muito significativo notar que somente 4 se identificaram como católicos, enquanto que se somamos aqueles que se identificaram como evangélicos e cristãos, temos 44 dos respondentes (quadro 4). Sobre os que não responderam esse item na ficha ou responderam “Não tem”, poderia ter ocorrido por várias razões as quais não tenho como precisar, mas acredito que não se trate de não ter religião, mas talvez de uma situação de “desfiliação” institucional religiosa momentânea (FERNANDES, 2012). No entanto, ainda assim é um dado relevante, pois indica uma participação grande de “sem-religião” usufruindo de atividades de um projeto social caracteristicamente religioso. Este também é o público alvo que se destina as intenções ou objetivos da presidente do projeto, visto que a intenção de conversão por meio dos ensinamentos religiosos é perceptível na concepção e atuação de Ana no projeto.

Quadro 4 - Quantitativo de acordo com a religião atribuída pelo responsável das crianças e jovens matriculados no Projeto Social Jeová Rafhá

Religião	Quantidade
Católico	4
Evangélico	25
Cristão	19
Não tem	8
SR	30
Total	86

Nota: SR – Sem Resposta na ficha.

Fonte: Elaboração Própria.

Acredito ser extremamente importante para entender as condições de vida das crianças e jovens do projeto os quadros 5 e 6, pois um complementa o outro. Elaborei os dois quadros a partir da observação da diversidade de resposta aos itens “profissão”

e “local de trabalho” da ficha, tanto no que se refere a estar “empregado ou não”, quanto ao fato de aparecer nas respostas pais “falecidos e presos”. Em 12 fichas o item que se refere aos “dados sobre o pai” ficou totalmente em branco e em 11 informaram somente o nome do pai e nada mais. Em algumas fichas que apliquei a responsável aparecia com a certidão de nascimento do filho (a), pois no ato de inscrição era solicitado que levassem documentos, como a certidão de nascimento da criança, identidade e CPF dos responsáveis. Algumas certidões que me mostraram não havia nome do pai, em outros havia o nome, mas a responsável não sabia dar o restante das informações. E em alguns momentos quando perguntava sobre a profissão, a Ana falava que não era pra colocar, pois o pai trabalhava na *boca*, isto é, no tráfico varejo de drogas local.

Quadro 5 - Situação atual do pai e mãe das crianças e jovens matriculados no Projeto Social Jeová Rafhá

Situação Atual	Pais (Quant.)	Mães (Quant.)
Empregado (a)	7	9
Desempregado (a)	10	2
Preso (a)	10	0
Falecido (a)	6	0
Do Lar	0	22
SR	37	12

Nota: SR – Sem Resposta na ficha.

Fonte: Elaboração Própria.

Entre os “pais empregados” foram indicados os seguintes empregos/profissão: 1 pintor, 1 porteiro, 1 servente, 1 motorista, 1 motoboy, 1 autônomo e 1 engenheiro agrônomo. Entre as mães: 1 trabalha com higienização hospitalar na Unimed, 1 professora que trabalha na E. M. Francisco de Assis, 1 cozinheira que trabalha na rede de supermercado Super Bom, 2 empregadas domésticas, 1 caixa que trabalha também no Super Bom, 1 manicure, 1 auxiliar de cozinha e 1 cabeleireira e manicure. Percebemos que são poucos que possuíam alguma ocupação no momento do preenchimento da ficha, tanto os pais quanto a mães. Na verdade, a maioria das mães não trabalha “fora”, uma quantidade significativa respondeu ser “do lar”, ou seja, trabalha em casa e cuida dos filhos. Mas também percebi quando apliquei uns

questionários na Praça da Tira-gosto, que algumas mães que relatavam que ficavam em casa, tomavam conta de pequenos comércios locais, onde vendia-se doces em geral, biscoitos, refrigerantes e outras coisas desse tipo.

Quadro 6 - Quantidade de filhos por pai e mãe do Projeto Social Jeová Rafhá

Filhos Matriculados	Pais	Mães
1 filho	38	19
2 filhos	11	16
3 filhos	1	7
4 filhos	0	2
5 Filhos	1	1
Total	51	45

Nota: SR – Sem Resposta na ficha.

Fonte: Elaboração Própria.

A quantidade de filhos por mãe me chamou a atenção quando preenchia as fichas, observando o quadro 6 percebe-se que as 86 crianças e jovens matriculados se distribuem em 45 mães e 51 pais, teve somente um caso de uma avó ser a responsável pela criança, mas esta não foi incluída no quadro. Isso significa que há uma concentração maior de criança por mãe. Cada mãe que foi matricular seu filho no projeto, em sua maioria, tem pelo menos dois filhos ou mais. Tudo isso faz muito sentido quando recorde de uma das entrevistas que fiz com Ana e perguntei sobre o objetivo do projeto, a resposta é grande, mas é importante colocar na íntegra sua resposta a essa pergunta, pois envolve dimensões relacionadas ao cuidado, a pobreza, a relação com o tráfico local e a preocupação emocional e alimentar com as crianças da favela:

Ana: *Tipo... agente tá no caso tipo, trabalhando com as crianças, em todo sentido, na verdade assim da vida deles, o social, o espiritual... tipo, tentar formar as crianças assim melhor, com outra visão, entendeu? Tipo, pra tirar eles um pouco das ruas, dos lugares que na verdade ficam que não é pra ficar, e que em meio de tantos, nem que pelo menos..., nem sempre é todos que vai ser...sair... tipo, daquilo que a gente espera, mas que, tipo, assim que pelo menos um, dois que dê pra escrita boa é lucro, porque hoje a gente vê assim muitos jovens assim se perdendo, as crianças já de 12, 11 anos já, tipo, entrando do tráfico, tudo na vida errada, então é o meio que, eu creio, que as horas que estiver no projeto, eles não estão lá... que as vezes eles*

fazem tanta bagunça assim e a gente acha que eles não absorvem nada, guardam nada, mas na verdade eles guardam, entendeu? E tipo assim, eu vejo que quando eles ficar grande lá na frente eles vão sempre lembrar, tipo, que um dia eles iam na escolinha, que um dia eles comiam comida, iam pra comer e iam pra fazer bagunça, ia por causa de um professor que gostava, entendeu? E que, tipo, vai até mesmo porque vai ter o alimento pra comer, entendeu? Mas até mesmo aqueles que pensam que vai só pra poder comer o alimento, na verdade é bom, pelo menos as horas que vai tá ali dentro, entendeu? Que vai tá ali e escutando a gente falando, a gente tentando ensinar a eles, né, o caminho, entendeu? Que é no meu coração era que todos se salvassem, que todos estudassem, que todos se formassem, seriam pessoas de bem, mas nós sabemos que na verdade não é assim, por esses que já tem.

Pesquisadora: E por que a senhora acha que é importante dar o alimento para as crianças quando elas vão ao projeto?

Ana: Tem criança que tipo, pais e mãe tem até mesmo condição, e aí tem outras crianças que o pai e mãe tem até condição, mas não tem tipo aquele carinho, aquela coisa de fazer, aí deixam eles aí perdido aí. Tipo de fazer uma comida, de ter aquela paciência pra cozinha. E tem um bocado que realmente também passa necessidade em casa também, na verdade, entendeu? Tem criança que você vê que tipo que come mesmo e tem outros que não tem aquela coisa pra comer igual aos outros. Mas tem criança que vem mesmo porque tipo em casa tipo realmente não tem, entendeu?

Pesquisadora: Então isso é importante?

Ana: É muito importante. Eu vejo ambas as partes, tipo pra eles terem pelo menos naquele dia que tá ali pra comer a comida feita com carinho, uma comida ajeitada e também, tipo é... deles está assim no meio, porque assim tem crianças que são muito carente, tipo assim, de carinho, entendeu? Que mãe não pega, não dá abraço, não dá um beijo, não diz que ama, entendeu? Ali se você ficar um tempo você vai ver que tem criança que vai se apegar a você, que vai te abraçar, que vai ficar toda hora no seu cabelo, que vai ficar te chamando, que você vê que realmente não tem isso. E tem criança ali que o serviço social na verdade tinha que começar ali no projeto e terminar nas casas, entendeu? Tipo pra dar assistência social, tipo não só no alimento, mas sim em outras áreas, entendeu? Que precisam também, entendeu?

Pesquisadora: Então quando a senhora fala em criança carente a senhora está falando em qual sentido?

Ana: Todos os sentidos, não é só de alimento não. Principalmente de amor, de carinho, de atenção de pai e mãe, entendeu? Que a maioria ali não tem isso.

(Trechos da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá, realizada em 15 jan. 2019).

Recordando a parte que apresento as informações sobre CRAS Matadouro, consegui com a gerente de Divisão Geral desse CRAS dados referentes a quantidade de famílias cadastradas na Tira-Gosto (216 famílias) e aquelas que possuem bolsa família (20 famílias). Mas infelizmente o sistema do programa bolsa família não utiliza o mesmo parâmetro para o endereço do cadastro do CRAS, então precisei verificar toda a lista, o que me fez chegar a um quantitativo aproximado de 20 famílias que recebem bolsa família e moram na favela Tira-Gosto, incluindo a presidente do projeto. Como não me deixaram tirar uma cópia do documento e nem me deram muito tempo para ler com atenção toda a listagem, pois estavam precisando dela para suas funções, tive que fazer essa recontagem em pouco tempo, por isso acredito que posso ter me enganado em relação ao quantitativo real.

De toda forma, são muitas famílias cadastradas no CRAS e relativamente poucas no bolsa família, levando em conta também as informações das fichas de inscrição do projeto, se faz necessário registrar alguns fatores: praticamente todos os matriculados frequentam escolas públicas; são crianças e jovens muitos novos, totalmente dependentes dos responsáveis; poucos responsáveis possuem efetivamente um emprego fixo, e aqueles que possuem, em sua maioria ocupam cargos/funções que exigem menor escolaridade e baixa qualificação profissional, o que reflete em salários baixos, garantindo, talvez, pelo menos o salário mínimo; e por fim, são famílias que possuem em sua maioria dois filhos ou mais. Então é possível perceber com os dados das fichas e com a fala da presidente do projeto que existem muitos fatores motivadores para manter o funcionamento do projeto, desde sua preocupação com as crianças em relação aos perigos do tráfico de drogas, a situação emocional, espiritual e até com a alimentação das crianças e jovens. Para isto, as atividades do projeto inserem-se em múltiplas dimensões, como veremos adiante.

5.2. As atividades do projeto

5.2.1. Doação de cestas básicas

Como já mencionei em outros momentos, no início quando comecei a acompanhar as atividades do projeto, havia a distribuição mensalmente de 08 *sacolões*, essa é a forma como se referem às cestas básicas, duas eram para a família da Ana, e seis cestas eram destinadas a outras 6 famílias da favela, doadas pela ONG *Flores Silvestres*. A própria Ana selecionava as famílias, segundo ela, por conhecer todo mundo da TG e saber quem realmente precisava daquela doação. Geralmente, as entregas das cestas básicas eram destinadas as famílias compostas por mulheres com filhos ou pessoas idosas com filhos e netos que viviam todos sob o mesmo teto, em sua maioria desempregados. Para exemplificar esse perfil, descrevo abaixo uma das entregas que participei:

Era noite, Bella, uma das integrantes da *Flores Silvestres*, e eu nos encontramos na casa da Ana, fomos as três juntas fazer a distribuição dos sacolões. O marido da Ana carregou os sacolões até as casas, mas não entrava, somente nós. Na primeira casa, tivemos que voltar pelo sentido da entrada na favela, passar pelo lado de fora enfrente a quadra e por uns dos pontos de venda de drogas, depois entramos num corredor estreito, escuro e molhado, andamos pouco até encontramos na primeira casa. Assim que entrei procurei um lugar pra ficar parada observando a conversa, preferi tentar não intervir, pois era a primeira vez que participava dessa ação, então fiquei ouvindo a conversa entre a dona da casa e a Bella, e Ana interveio muito pouco também na conversa.

A casa era no segundo pavimento, pequena com dois cômodos e um banheiro, uma cortina separava o quarto do restante da casa. Não havia muitos móveis ou eletrodomésticos, mas tinha, à vista, o “essencial”, como cama, cadeira, fogão, geladeira, panelas e outras coisas desse tipo. Ali viviam uma mulher de 41 anos e sua filha mais nova com dois filhos, seus netos. Ela teve três filhos, duas meninas e um menino que no momento está preso. Essa mulher que visitamos nos contou que esteve presa por 4 anos e 4 meses, saiu há um ano aproximadamente, e desde então não conseguiu mais emprego, só consegue alguns *bicos* de faxina, em relação a esta situação ela afirmou: “*Cadeia marca*”. Antes da prisão trabalhava como camareira.

Ela também contou que até agora não conseguiu receber bolsa família e nem sacolão do CRAS. Disse que pra receber o sacolão do CRAS tem fila e tem que ter cadastro, e mesmo assim quase ninguém consegue. E desde que saiu da prisão não conseguiu reaver seus documentos, e por isso, não consegue fazer o cadastro no CRAS. Num certo momento contou que a filha que mora junto está fazendo uso de drogas, disse que a filha “*está no surto*”, mas que estava cuidando dela e tentando tirar as drogas da filha.

(Fragmento do caderno de campo, dia 18 set. 2018).

De modo geral, as outras entregas de que participei, uma foi para uma mulher com 58 anos de idade, que teve 6 filhos, agora todos adultos. Um dos filhos morreu de parada cardiovascular e deixou 4 filhos, dois ficaram para ela cuidar e os outros dois ficaram com a mãe. Tem mais seis netos dos outros filhos, no total são oito netos vivendo com ela e o marido, um homem idoso, um filho está morando com eles e outro estava preso na época. Essa senhora disse que vivem apenas com o auxílio da bolsa família que recebe em seu nome, e do que o filho recebe quando está trabalhando.

Uma terceira mulher, com 26 anos, 4 filhos e vive com o companheiro, ambos sem emprego fixo. O marido fazia *bicos*, mas recentemente o seu chefe o havia despedido. A única fonte de renda fixa por mês da família é o bolsa família. Este padrão de famílias extensas, com baixa ou nenhuma renda fixa, se repetiu em algumas entrevistas que fiz com moradores da favela Tira-Gosto.

O desemprego, a concentração de renda e a desigualdade social não são aspectos incomuns ao município de Campos dos Goytacazes e região. Cruz (2004), Guimarães e Póvoa (2005), Rosendo e Carvalho (2004), Chagas (2019), entre outros pesquisadores, já indicaram em suas pesquisas como o processo de transformação da economia sucroalcooleira para a indústria do petróleo não impactou tão positivamente quanto se esperava no setor econômico e na geração de emprego e renda para o município. Esses autores demonstraram que a mudança nas relações de trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais produzidas por este processo, além de mal planejado e mal gerido, foi resultado de uma economia regional altamente excludente, concentrada e polarizada em termos de renda e mercado de trabalho que provocou um maior aprofundamento das desigualdades já existentes na sociedade campista.

Vimos que foi durante esse processo que houve o surgimento e o adensamento das favelas da cidade, onde homens e mulheres do campo e migrantes de municípios vizinhos vieram a compor uma grande parcela da população que chegaram à cidade, entre as décadas de 1950 e 1980, e ocupam as áreas de desinteresse econômico e imobiliário, próximas ao leito dos rios, as margens da ferrovia e rodovias, etc. Essa população que aqui se assentou não encontrou ao longo dos anos, políticas públicas

voltadas ao trabalho e renda que pudesse qualificá-los e incluí-los a um mercado de trabalho que estava se tornando cada vez mais complexo e tecnológico.

Neste sentido, o desemprego, a baixa qualificação profissional, baixos rendimentos, a informalidade e os *bicos* característicos da formação da população moradora das favelas de Campos (CRUZ, 2003; 2004; GUIMARÃES & PÓVOA, 2005), ainda são sentidas e permanecem presente até os dias atuais. E ademais precisamos considerar o agravamento da pobreza no município nos últimos anos, reflexo da política econômica municipal, da crise do setor petrolífero com sua consequente queda na receita do município, a suspensão de vários programas sociais dedicados a população mais pobre, e os problemas decorrentes dos escândalos políticos, como afirmei anteriormente, fatores que corroboram para a acentuação deste panorama caótico do município de Campos dos Goytacazes.

5.2.2. Rodas de conversa com meninos jovens

Essa atividade era realizada uma vez por semana, inicialmente acontecia as terças-feiras à noite. Praticamente todas as atividades semanais são oferecidas na parte da noite, pois é o horário que os voluntários tem disponibilidade de tempo. Teve início com Leo, que além de colaborar na construção do projeto, depois permaneceu como eventual colaborador e voluntário, propondo uma atividade em que reuniria um grupo de meninos jovens para conversar sobre vários assuntos, principalmente, no que tange a temas como: formação escolar e profissional, perspectivas de vida e futuro, falar sobre experiências cotidianas, etc. Infelizmente, não tenho muitas informações sobre esse grupo em particular, pois Leo gostava que o grupo tivesse um perfil somente de meninos, então ele vetava a participação de meninas ou outras mulheres nos encontros, mesmo a da própria presidente do projeto, pois quando falei que gostaria de observar, ela respondeu que nem ela era “permitida” de participar.

Num segundo momento, percebendo uma grande evasão dos meninos que participavam do encontro, propuseram uma alternância entre o encontro e jogos de bola na quadra da TG, onde outro voluntário da *Flores Silvestres* se uniu a eles nos dias de jogos. Entretanto, essa arrumação não durou muito tempo, por vários motivos, entre eles, o problema de iluminação da quadra e da disponibilidade dos voluntários que estava ficando mais rara. Então, Bruno passou a assumir o grupo, transferindo para o dia de segunda-feira. Ele diversificou um pouco mais os assuntos abordados no encontro, introduzindo temas como racismo, preconceito, discriminação e intolerância associados a experiência de vida dos meninos. No último encontro, para dar um encerramento as atividades de 2019, Bruno levou o filme *“Pantera Negra”* para assistirem comendo pipoca. Em entrevista, Bruno descreveu o que seria a roda de conversa com os meninos, respondendo o seguinte:

[...]

Bruno: *A reunião é um trabalho reflexivo voltado para a perspectiva de futuro e trabalho, a gente trabalha nessa ideia com os rapazes. Falamos muito da questão de vida profissional, e relacionar não só trabalho, mas princípios de vida, de você ser uma pessoa ética, de você entender que não precisa prejudicar o outro pra poder conquistar seu espaço, de você ter paciência e pensar a longo prazo, não querer forçar as coisas de forma imediata, tudo isso a gente tem trabalhado inclusive a partir de dinâmicas de grupo.*

(Trecho da entrevista com Bruno – Presidente da *Flores Silvestres*, realizada em 12 set. 2018).

A sua ideia sobre o objetivo das rodas de conversa com os meninos, vai de encontro com alguns objetivos do próprio projeto, como ressaltou a presidente Ana, em relação, de certa forma, a noção de “moldar” o caráter dos meninos, estimulá-los a pensar no futuro e afastá-los da violência e criminalidade. Aspectos que se assemelham aos projetos sociais que se proliferaram nas favelas cariocas nas décadas de 1990 e 2000, estimulados por uma política de intervenção social e policial associada a implantação da polícia de pacificação das favelas, na tentativa de solucionar o grande problema da violência urbana no Rio de Janeiro (ROCHA, 2015). E, por outro lado, Bruno evita tocar em aspectos ligados a religião se pautando no caráter laico da sua organização. Esse ponto em específico sempre foi alvo de descontentamento de Ana

em relação a conduta dos integrantes da *Flores Silvestres* durante as atividades realizadas sobre a rubrica do projeto.

5.2.3. Rodas de conversa com meninas jovens

Acompanhei alguns encontros desse grupo que era organizado desde seu início, por Bella, voluntária da *Flores Silvestres*. O grupo teve início no final de setembro de 2018 e permanece até hoje. A princípio Bella teria a ajuda de outro membro da *Flores Silvestres*, mas essa pessoa não conseguiu acompanhar as atividades, por conflitar com seu horário da faculdade. Um dos objetivos centrais de Bella com a realização dos encontros desse grupo era desenvolver um ambiente seguro e sigiloso para que as meninas se sentissem confortáveis para conversar sobre qualquer tema entre elas, sem ter a preocupação de que o que compartilhassem no grupo saísse dali. Vários assuntos eram abordados, como: ciclo menstrual, gravidez na adolescência, namoro, família, empoderamento feminino e outros temas escolhidos pelas próprias meninas. Em suma, essas conversas tinham a finalidade de mostrar outras possibilidades para as meninas, “*que a vida não se resume só a viver na favela*”, como Bella afirmou certa vez. É possível perceber esses pontos no trecho da transcrição da entrevista que realizei com ela:

Pesquisadora: Qual o objetivo da atividade com as meninas do projeto? E como ele surgiu?

Bella: *Então, como ela surgiu assim... Quando eu entrei para ONG, eu falava com o [Bruno] sobre essa experiência de trabalhar no Conselho já com adolescentes e alguns muito perto da maioridade, que já chegavam lá de maneira assim, numa situação muito difícil, e aí pra você conseguir trabalhar ficava mais difícil ainda, porque a rede do município não oferece, não sustenta um trabalho, aí eu falava da importância desse tipo de trabalho com as meninas, por exemplo, porque por mais que as vezes os meninos estão mais ligados a uma questão do tráfico, as meninas têm outras, tem outros atravessamentos que é gravidez na adolescência, muitas doenças, são muito novas grávidas ou que saem de casa com 12 anos ou perdem a vida no meio*

disso tudo, e aí por aproximação mesmo eu quis fazer essa roda de conversa com as meninas.

O objetivo eu acho que não é algo ainda muito concreto na verdade, é muito mais algo de uma esperança, tão somente uma esperança, de conseguir mostrar pra elas que existem outras possibilidades, pois 100% das meninas que frequentam o grupo são meninas negras dali da favela também, a grande maioria não tem referência nenhuma de família e tal, então assim, eu entendo que isso já por mais que não defina no destino no futuro de alguém, mas isso contribui muito no que elas virão a ser ou querer a vir a ser mesmo. Então eu acho que a ideia é uma esperança mesmo, de poder mostrar que elas têm outras possibilidades, que por mais que seja difícil se localizar na sociedade enquanto uma mulher negra, periférica, com poucas oportunidades, vale apenas, dá pra fazer, porque assim, é mais ou menos a minha história. Então a gente conversa sobre vários assuntos, eu tenho o método de dar o papelzinho pra elas, pra escreverem sobre o que elas querem falar, dúvidas, e não precisa pôr o nome, misturo todos e sorteamos um e falamos sobre o tema que saiu. É assim, uma maneira de tentar traduzir isso que eu estudo, que eu penso pra tentar... eu não sei, assim... é isso, é muito mais uma esperança, ainda que elas escolham qualquer outra coisa, que elas saibam que elas tem outras pra escolher também, assim, não é só isso. Não é só essa vida que a favela oferece. Assim logo assim que a gente começou tinha um discurso de ser mulher de alguém era muito forte assim, e sem problemas você até pode ser mulher de alguém, mas você pode ser a mulher da sua vida, você pode trabalhar, você pode fazer uma faculdade, é difícil, é muito mais difícil pra você do que alguém que mora na Pelinca, com certeza, mas assim é possível. E na medida do que for possível eu estou aqui pra gente pensar junto mesmo, sabe, como que dá pra fazer isso.

(Trecho da entrevista com Bella – integrante da ONG Flores Silvestres, realizada em 19 nov. 2019).

No primeiro dia as meninas não se soltaram muito, ficaram mais quietas e se limitavam a responder as perguntas direcionadas a elas. Esse primeiro encontro foi para todas se conhecerem e apresentar a dinâmica do grupo. Atualmente, já no final de 2019, frequentavam em média 10 meninas por encontro, as idades variavam entre 13 a 16 anos de idade, um pouco diferente da faixa de idade considerada inicialmente em 2018, mas estas meninas foram as que gostaram e permaneceram no grupo por vontade própria. Normalmente, os encontros começam com uma conversa mais aleatória sobre a semana das meninas, para elas compartilharem suas experiências, e depois, uma dinâmica ou brincadeira de acordo com o objetivo do encontro daquele dia.

Logo após os primeiros encontros Bella organizou um grupo de WhatsApp com as meninas, chamado “*Papo Calcinha*”, com o grupo elas se comunicam durante a semana e Bella consegue informar sobre os encontros e estar mais próximo a elas.

Como Bella é psicóloga e trabalha numa unidade do Conselho Tutelar do município, sua visão sobre as crianças e jovens que vivem em favelas da cidade é muito influenciada por sua atuação profissional na rede. Mas também existe uma autoidentificação com essas meninas e sua própria trajetória de vida, uma mulher negra e pobre que saiu de casa para estudar e, pra isso, precisou trabalhar ao mesmo tempo, fazendo faxinas e outros bicos que a ajudassem a se manter na universidade. O ímpeto que a impulsionou e a fez correr atrás de seus objetivos, ela não via nas meninas do grupo, a inatividade e falta de perspectiva dessas meninas a deixava inconformada desde o primeiro encontro. Já nos primeiros encontros percebeu que elas não buscavam trabalhar e nem estudar, fora as horas específicas de sala de aula, e não pensavam em fazer faculdade, apenas em se casar e “ser mulher de alguém”. Com o passar dos encontros, das conversas e de outras atividades que a ONG conseguiu realizar no projeto e com essas meninas, essa realidade foi se modificando aos poucos, bem lentamente. Principalmente, quando algumas delas participaram do desfile de moda organizado por uma agencia de modelo local em parceria com a ONG, que descrevo apropriadamente mais adiante.

Desta forma, podemos dizer que o direcionamento desta atividade por Bella possui duas dimensões, uma social de cunho profissional e outra pessoal, no entanto, também resguarda os interesses e objetivos da organização a qual pertence, quando enfatiza aspectos relacionados a melhoria de qualidade de vida, como incentivo aos estudos, ao trabalho, a independência financeira e emocional, etc.; e também ao não realizar nos encontros nenhum tipo de atividade de conotação religiosa, como leitura bíblica ou realização de orações, como foi inicialmente solicitado pela presidente do projeto. Neste sentido, os dois grupos de assemelham, dos meninos e das meninas, e demonstra que os dois integrantes da *Flores Silvestres* estão em sinergia quanto ao tipo de interesses e atitudes que gostariam de despertar nesses jovens da favela Tira-Gosto.

5.2.4. Aulas com atividades de desenho, pintura e ensinamentos bíblicos com as crianças

Não pude observar na íntegra estas aulas que eram oferecidas pela presidente do projeto, juntamente com o auxílio de uma de suas filhas, pois estava sempre trabalhando no dia e horário da atividade, que ocorriam nas noites de quinta-feira. Todas as informações que tenho estão baseadas em conversas e na entrevista com a Ana.

Como foi possível observar, o projeto possui uma forte dimensão espiritual religiosa, no sentido que Ana atribuiu ao seu projeto, e isto se torna mais evidente na atividade oferecida por ela, destinado ao grupo formado pelas crianças menores matriculadas no projeto. É o dia com maior quantitativo de participantes, enquanto que nos grupos de adolescentes e jovens aparecem em média 8 a 12 participantes, tanto no grupo de meninas quanto no de meninos, no das crianças frequentam em média 30 a 40 crianças por dia de atividade, é sempre muito cheio, segundo o relato da Ana. Nessa “aula”, como ela chama, são realizadas atividades como leitura de versículos bíblicos para as crianças, folhinhas para desenhar e pintar a partir de temáticas religiosa, brincadeiras e dinâmicas também com fundamento religioso, além de servir o jantar para as crianças, como pode ser observado no pequeno trecho abaixo:

Pesquisadora: Os dias da sua atividade são todas as quintas-feiras, certo? O que a senhora faz?

Entrevistada: *Olha... a gente faz mais o trabalho do... esse negócio das folhinhas, a gente ora o pai nosso e canta o louvor, aí depois a gente dá as folhinhas, tem vezes que eu faço umas gincanas, pergunto um versículo da bíblia e... depois a gente dá o alimento.*

(Trecho da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, realizada em 15 jan. 2019).

Aos poucos essa atividade também passou a acontecer uma vez ao mês com a colaboração de membros da Igreja Batista Memorial do Jockey. No entanto, quando eles começaram essa atividade, já na metade de 2019, não “batia” com dias que tinha disponibilidade, então somente consegui participar de uma tarde. Participavam por volta

de seis membros dessa igreja, sempre iam na parte da tarde e ficavam cerca de três horas com as crianças. De modo geral, realizavam atividades como dinâmicas, brincadeiras, momento de oração, contação de histórias bíblicas e davam lanches para as crianças. Eles levavam aparelho de som, microfone e um datashow. As atividades que realizavam estavam bem dentro do que Ana espera para o projeto como um todo.

As atividades de desenho e pintura ficavam expostas no projeto, num varal de barbante, dessa forma, pude observar o tipo de atividade que ela desenvolvia com as crianças, que eram basicamente atividades para desenhar e colorir símbolos religiosos. No único dia que consegui sair mais cedo do trabalho, cheguei na hora da distribuição de alimento e a ajudei. Ana havia levado uma panela bem grande de sopa que ela mesmo preparou. Na sopa havia alguns legumes, macarrão e mortadela cortadinha em cubinhos. As crianças pareceram gostar muito, pois comeram e repetiram, algumas repetiram mais de 2 vezes, e logo após o jantar as crianças foram saindo e retornando as suas casas. Não era apenas nessa atividade que Ana preparava algo de comer para as crianças e jovens, praticamente todos os dias de encontros havia algo, mas nem sempre era possível fazer o jantar, as vezes serviam pipoca com refrigerante ou biscoitos. Nesses dias, as crianças não gostavam muito, elas pediam pela comida. Durante o tempo que a *Flores Silvestres* entrou em parceria no projeto, Bruno se prontificou a dar os alimentos para que Ana os preparasse para os encontros semanais. Entretanto, depois de um tempo, da própria dificuldade financeira da ONG, Bruno não estava mais conseguindo oferecer o quantitativo necessário para todos os dias de atividades realizadas semanalmente no projeto e suspenderam temporariamente a doação dos alimentos para esta finalidade.

5.2.5. Reunião com as mães

A existência dessa atividade permaneceu por apenas dois encontros, o Primeiro e o Segundo encontro com as mães. Desde nossa primeira conversa, Ana revelou seu

interesse em realizar algo do tipo no projeto, mas infelizmente não foi adiante em razão de motivos pessoais da voluntária que estava organizando os encontros. Essa voluntária é a esposa do Leo, ela não havia participado presencialmente de nenhuma atividade do projeto até o momento. Ela é psicóloga e levou uma amiga, também psicóloga, para ajudar com o grupo das mães. A ideia inicial da periodicidade era de um encontro por mês, preferencialmente num sábado à tarde. E o objetivo dos encontros era formar um “grupo de apoio” entre as mulheres da Tira-Gosto, onde com o passar do tempo, elas mesmo pudessem criar um vínculo umas com as outras e pudessem apoiarem-se mutuamente em momentos de dificuldades.

O primeiro encontro aconteceu em março de 2019 em que compareceram 7 mulheres. Ana disse que passou na casa de algumas mães de crianças matriculadas no projeto e avisou que teria uma reunião com elas e foram essas que apareceram no dia e hora marcados. Num primeiro momento a psicóloga se apresentou e contou qual era a motivação do grupo, nesse primeiro encontro ela propôs falar sobre ser mãe, e depois pediu para que elas se apresentassem e falassem um pouco sobre esse aspecto em suas vidas. Exponho abaixo uma síntese de suas falas, do que observei e anotei no meu caderno de campo, resumidamente, essas mães recorreram a fatos e relatos de suas vidas como mães e as dificuldades que enfrentaram durante esse árduo exercício:

1ª Mãe: Ela foi a que mais falou durante todo o encontro e relatou muitos acontecimentos que marcaram negativamente a sua vida. Como quando recordou que perdeu a mãe ainda muito nova, por volta de 8 anos de idade, e desde muito pequena sofria abusos de pessoas que convivia. Assim que a mãe faleceu ela foi parar no Conselho Tutelar e a levaram para viver numa casa de acolhimento, de onde pouco tempo depois de sua chegada fugiu e foi parar na Tira-Gosto, onde vive desde então. Atualmente, essa mãe tem dois filhos, conta que quando estava grávida de um deles apanhou de uns policiais dentro de casa, pois desde os 12 até os 24 anos era *envolvida* no tráfico, e hoje está em liberdade provisória na justiça. E ainda tem lutado para se *libertar* da cocaína, que usa desde que tinha 13 anos de idade. Ela falou muito dos

filhos também, por exemplo, que o filho mais novo faz atividades na fundação (FMIJ) pela manhã e à tarde vai pra escola, e que queria colocá-lo no “jovem aprendiz”⁸³, então buscou atendimento no CRAS Matadouro, mas não conseguiu, então foi até o Conselho Tutelar e conseguiu uma vaga, o filho vai começar uma atividade nesse programa no próximo mês.

2ª Mãe: Já era uma senhora mais idosa, na verdade, seus filhos já são adultos, são seus netos que estão matriculados no projeto. A senhora relatou que tem dois filhos e que a gravidez foi muito tranquila, na segunda gravidez ela só descobriu quando já estava com quase 7 meses de gestação. Recordou que quando os filhos ainda estudavam, os levava para escola e depois para Fundação. Contou um caso de quando sua filha aos 6 anos de idade passou mal e precisou pegar carona com “o primeiro que apareceu na rua”, pois na época não tinha posto de saúde ali perto e não passava ônibus, e tampouco sozinha não conseguia caminhar carregando a menina até o posto de atendimento de saúde mais próximo, que ficava um pouco mais de um quilômetro de distância.

3ª Mãe: Ela tem 3 filhos, 2 vivem com ela e uma vive com a avó, na favela Escova Urubu. A menina mora com avó em razão de seu tratamento médico, pois desde os 2 anos de idade foi diagnosticada com um problema renal e precisa fazer tratamento constante. Em uma de suas crises precisou de internação, ficou cerca de 2 meses no Hospital Geral de Guarus, também conhecido por HGG. Atualmente, sua filha também tem apresentado problemas de plaquetas baixas, decorrente de seu quadro clínico, realizando acompanhamento e tratamento no Hospital Ferreira Machado.

4ª Mãe: Essa mãe era um pouco mais tímida e falou bem pouco durante sua apresentação. Relatou que criou dois filhos sozinha, que foi pai e mãe, contou que o pai os abandonou e foi morar no Rio de Janeiro, onde agora tem outra família. Afirmou que sustenta sua família com R\$ 150,00 reais que ganhava por semana.

5ª Mãe: Contou que teve 10 filhos, sendo que dois já morreram. Em seu relato contou sua história muito emocionada, recordando da filha que perdeu, disse que o

⁸³ O Aprendiz Legal é um programa voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei da Aprendizagem (10.097/2000). Disponível em: <http://www.aprendizlegal.org.br/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

marido levou a menina e deu para um casal. Depois a obrigou a ir ao fórum da cidade para assinar um papel, sem se quer saber o que estava escrito, pois ela não sabe ler, ela disse que o papel era para ceder a guarda desta filha para o casal que seu marido a entregou.

As outras duas mães restantes não quiseram falar, ficaram tímidas e apenas falaram seus nomes. É marcante nas falas dessas mães o fundamento religioso, falaram muito em Deus e suas respectivas fés religiosa, como Deus as auxiliaram a passar por tudo isso, mesmo apensar de nem todas frequentarem alguma igreja, como é o caso, por exemplo, da 1ª mãe. Essa informação corrobora a ideia da desfiliação religiosa que salientei acima, não se trata tanto de mães que não possuíam uma religião, mas que possuíam uma fé religiosa e não frequentavam periodicamente nenhuma instituição religiosa. Ou como Berger (2017) apontou, o advento da modernidade possibilitou aos indivíduos no contexto do pluralismo religioso a capacidade de administrar o que é ou não relevante em determinados momentos, o questionamento sobre o pertencimento religioso herdado, considerando a fé a partir da escolha individual, além de proporcionar o convívio com diversas cosmologias e moralidades religiosas, fornecendo as bases para os indivíduos juntarem as suas crenças religiosas, realizando suas próprias construções.

Ao final do encontro Ana preparou um lanche para confraternizarem, todas comeram e conversaram entre si por mais um tempo, em seguida, se despediram e foram embora. As duas psicólogas, Ana e eu ficamos terminando de arrumar as coisas.

No segundo encontro, apareceram 11 mães, algumas que participaram do primeiro encontro não compareceram ao segundo, e outras novas mães foram neste encontro. Durante o encontro foi realizada uma dinâmica em grupo com um boneco, na tentativa de abordar mais uma vez a relação com a maternidade, estimulando-as a refletir sobre suas atitudes com seus filhos, era para reproduzir no boneco o que elas já fizeram com seus filhos ao repreendê-lo por algo que fizeram de errado, contando ao grupo como se deu a situação. Algumas relataram sobre temas como a desobediência dos filhos, os castigos que aplicam a eles, a educação, a relação entre viver na favela e o perigo da criminalidade, principalmente com os filhos meninos, entre outros.

Percebe-se que a questão que envolve a criminalidade que permeia a favela é sempre ponto de preocupação das mães e das atividades do próprio projeto. Observei durante esses encontros, conversas informais com moradores locais e com a própria Ana a ideia do projeto como um espaço para que as crianças e jovens pudessem ter aonde ir e fazer coisas diferentes, de ocupar o tempo deles de forma positiva afastando do ócio e de ficar “soltos pelas ruas da favela”. Como Rocha (2015, p. 330) bem afirma em seu texto, a participação nos projetos sociais significa uma ocupação positiva do tempo dos integrantes, assumindo dupla função, a de moldar os corpos e ocupar o tempo e a cabeça desses jovens, disciplinando o uso dos seus corpos, de seu tempo e impedindo o ócio.

5.2.6. Ações de festividades comemorativas

Essas ações geralmente eram maiores e integravam todos os matriculados no projeto, inclusive compareciam as crianças menores de 4 anos acompanhadas por suas mães. Elas ocorreriam próximas a datas comemorativas, como o Natal, Dia das Crianças e a Festa Junina. Esta última foi chamada de “Festa na roça”, pois Ana assim preferiu, segundo ela, a festa junina é uma festa de adoração a santos católicos e não seria adequado dar esse nome a festa em seu projeto.

No ano de 2018 foram realizadas pelo menos duas ações durante o segundo semestre, depois que comecei a pesquisa de campo: a ação do dia das crianças e a ação de Natal, ambas com apoio da *Flores Silvestres*. A prática de chamar *Ação de Natal*, *Ação do dia das crianças*, entre outras, é uma das formas que a ONG age e nomeia suas atividades nos projetos que apoiam. Neste caso, a ideia de “ação” está relacionada com o próprio significado do verbo, a noção de movimento, e também, porque são datas especiais que mobilizam mais voluntários da ONG, como num sistema de mutirão para realização de tal ação.

A *Ação do Dia das Crianças* foi literalmente como uma grande festa para crianças, com direito a brinquedos, pipoca, bolo e refrigerante. Num primeiro momento foi realizada uma breve apresentação dos meninos que participavam da aula de violão. Essa aula era oferecida no projeto por um membro da *Flores Silvestres*, mas não teve continuação em 2019, por falta de disponibilidade do voluntário. Depois da apresentação foi liberado o pula-pula para as crianças maiores e a casinha de bolinhas para as crianças menores. As crianças faziam filas enormes para brincar, chegando a tumultuar um pouco a festa. A apresentação principal ficou por conta de um trio de palhaços, um homem e duas mulheres que se apresentaram fazendo palhaçadas, brincadeiras, truques e no final, o palhaço fez o truque de cuspir fogo, as crianças ficaram exaltantes com tudo aquilo. Por fim, serviram cachorro-quente, pipoca, gelatina e refrigerante para todas as crianças.

Na *Ação de Natal* não pude participar, mas antes disso, nos preparativos acompanhei o processo de doação dos presentes, que foram doados por uma repórter da rede *Record* de Campos. Primeiro o marido da Ana foi até a emissora na cidade, para conseguir divulgação para as atividades do projeto, conseguindo o contato dessa repórter. Eles se corresponderam e a repórter se comprometeu a fazer a doação dos brinquedos para as crianças no final do ano, era algo que ela fazia todo final de ano junto com seus companheiros de trabalho, arrecadavam dinheiro e faziam doação a algum projeto social ou asilo, segundo o que Ana me informou. No final, a repórter foi até a Tira-Gosto, vestida de *mamãe Noel* e distribuiu os presentes, realizando uma pequena reportagem sobre o projeto e a doação de natal, mas não sei se chegou ser publicada, não consegui encontrar nenhum registro na internet.

Em 2019, por meio da *Flores Silvestres* aconteceram os seguintes eventos ou passeios: a festa na roça em julho; um passeio ao teatro SESI de Guarus para assistirem à peça *Pequeno Príncipe Preto* juntamente com uma saída para uma pizzaria em setembro; foram selecionados alguns jovens para assistir outra peça, mas no teatro Trianon em novembro; e, por fim, teve a experiência da agência de modelo Nekt, que deram aulas de modelagem para algumas meninas do projeto, no mês de outubro, e quatro delas foram desfilarem num evento promovido na cidade, em novembro, o qual não pude participar, pois não tinha convite para todos.

Estas ações foram importantes tanto para a *Flores Silvestres* e para Ana, quanto para os jovens que participaram das mesmas, pois além de proporcionar a possibilidade de acessar outros espaços da cidade, também reuniu pessoas e contatos diferentes daqueles que comumente se encontrava próximos a Ana e o seu projeto. Os jovens que iam a esses eventos “fora da favela”, normalmente eram selecionados previamente e tinham autorização por escrito de um responsável para poder sair. Normalmente essas ações eram destinadas aos jovens que participavam dos grupos das meninas e meninos geridos por Bella e Bruno, respectivamente. Os jovens que participaram de algum desses “passeios” pareceram apreciar significativamente a atividade, gostaram de poder conhecer lugares novos e terem experiências novas, como a ida ao teatro, que foi a primeira vez de todos eles.

Essas experiências para “fora da favela”, impulsionando esses jovens a conhecer novos espaços, novas e diferentes atividades de lazer, estimulando o contato e o conhecimento de diferentes fontes de cultura, é uma das diversas facetas das ONGs que surgiram no país ao longo dos últimos 30 anos. Sovki (2014) afirma que essa onda de projetos sociais e o processo de “onguização”, isto é, o surgimento de diversas ONGs devido as exigências financeiras e fiscais colocadas pelas agências de cooperação para o repasse de verbas próprias às organizações e não mais a indivíduos, foi responsável pela a “conquista da cidade” por parte dos jovens pobres do nosso país, “[...] usando a cultura como ferramenta de educação para a transformação social.” (SOVKI, 2014, p. 173).

Mesmo que não seja a missão principal da *Flores Silvestres* ter a cultura como meio específico para trabalhar seus objetivos humanitários e socioassistenciais, a ONG ao longo do ano de 2019, operou a partir dessa perspectiva tanto nos passeios quanto nas rodas de conversas com jovens, quando debatiam sobre suas experiências a partir dessas saídas e temas diversos, como ressaltai anteriormente. Com isto, foi possível a esses jovens apropriar-se de símbolos e linguagem associados e veiculados pelas ONGs e mídia, relacionados a ideias positivamente valoradas como cidadania, empoderamento, autoestima, direitos, etc. (NOVAES, 2003; ROCHA, 2015), e ao mesmo tempo introduziram uma condição moral e ética no comportamento desses jovens nas suas relações pessoais, para o trabalho, para a vida como um todo, quando

os mostravam como se comportar em lugares públicos, quando os estimulavam a pensar no futuro em relação aos estudos e ao trabalho, e quando repreendiam certos comportamentos julgados inadequados para determinadas ocasiões, como desrespeito, xingamentos, discussões, etc.

Neste sentido, essas ações criaram oportunidades para que os jovens do projeto pudessem apreender e compartilhar uma *gramática* cultural comum aos de “fora da favela” e interagir com e na cidade de acordo com o padrão cultural vigente e de comportamentos previstos e tidos como “adequados” para a sociedade de modo geral. Recordando as palavras de Rocha, o projeto social “[...] atua como dispositivo disciplinador do Estado, atuando através de agências paraestatais por ele financiadas.” (ROCHA, 2015, p. 330), mesmo que o Projeto Social Jeová Rafhá e nem a ONG *Flores Silvestres* sejam vinculadas diretamente ao Estado ou seus representantes, a sua forma de atuação na favela Tira-Gosto se assemelha em vários aspectos ao identificados por Rocha nas favelas cariocas. Me parece que essa noção já foi internalizada pelos agentes filantrópicos e de associações religiosas como meta a ser alcançada, já que não estão submetidos ao Estado, mas reproduzem os mesmos padrões disciplinadores dos jovens de favela (remetendo-me, assim como Rocha, a Foucault, 2014).

5.2.7. Jantar Beneficente

O jantar beneficente é uma prática da presidente do projeto para conseguir fundos para realizar algumas obras no projeto, já foram realizados dois jantares. O primeiro aconteceu bem no início do projeto e o segundo foi realizado em março de 2019. O qual pude observar toda a organização e também fui uma das pessoas que Ana pediu ajuda, no meu caso, me pediu para fazer uma lista no computador e imprimir, com os ingredientes que ela precisaria para fazer o cardápio do jantar. Ela passou essa lista aos seus contatos, como vizinhos, amigos, os voluntários da *Flores Silvestres* e entre os membros da igreja que estava frequentando na época, pedindo doações. E

também me pediu para fazer os “tickets” para vender, como pequenos ingressos para entregar as pessoas que iam participar do jantar. O ticket foi vendido por R\$ 15,00 reais o individual e ainda dava desconto para famílias a partir de quatro pessoas.

Com o portfólio do projeto em mãos, Ana conseguiu que uma senhora proprietária de um salão de festas na rua Adão Pereira Nunes, cedesse o espaço, sem cobrar nada, para realizar o jantar beneficente. Ela não queria realizar o jantar no projeto por ser dentro da Tira-Gosto, sendo melhor e de mais fácil acesso para as pessoas, o salão nessa avenida principal. O salão de festas era como uma grande garagem, mas tinha banheiros e cozinha, a proprietária morava no andar a cima do salão. O jantar começou por volta de 20h, Ana cozinhou praticamente tudo sozinha e na hora do jantar algumas pessoas a ajudaram a servir as mesas, sua tia, a esposa do pastor Elton e o próprio, e mais duas amigas. Além do jantar, Ana preparou um sorteio de uns saquinhos contendo bombons, fez uma oração e agradeceu as pessoas pela presença. No final, acabou sobrando muita comida, ela teve que levar tudo de volta para sua casa novamente. No dia seguinte, na hora do almoço de domingo, ela aproveitou a comida fazendo quentinhas e vendeu todas para seus vizinhos, amigos e outras pessoas moradoras da TG. Contou que conseguiu arrecadar o dinheiro de que precisava, mas não sei o que efetivamente fez com ele.

O jantar beneficente foi uma iniciativa própria, não contou com ajuda da *Flores Silvestres*, pois pelo que pude observar, aconteceu entre outras atividades que já estavam sendo desenvolvidas pela ONG no projeto, que exigiam gastos e os voluntários já estavam sobrecarregados com as atividades que estavam desenvolvendo no projeto da TG e nos outros que a ONG apoia. Além disso, houve uma falta de comunicação, pois quando os integrantes da *Flores Silvestres* foram saber do jantar, já estava praticamente todo organizado, agendado e divulgado. Os dois voluntários da ONG apoiaram comprando um jantar cada e comparecendo no dia do jantar.

5.2.8. Considerações sobre as atividades do projeto e a ONG

Por fim, existem algumas atividades que estão em fase de possível elaboração, são elas: aulas de música, capoeira, jiu-jitsu e “cine jovem”. Ainda não foram de fato colocados em prática por dificuldades técnicas, como a falta de materiais, por exemplo, os instrumentos necessários para as aulas de música, estruturação do espaço físico do projeto e, principalmente, a falta de voluntários. Além disso, algumas atividades que estavam acontecendo em 2018 e 2019, como a aula de violão e o encontro com as mães, por diversos motivos como incompatibilidade de horários e problemas pessoais dos voluntários, cessaram neste período.

Foi possível perceber que os voluntários que integraram em algum momento o Projeto Social Jeová Rafhá, associados à *Flores Silvestres* ou não, são temporários ou intermitentes, são poucos que atuam de forma contínua no projeto. Da mesma forma, as ações desenvolvidas no projeto são espaçadas, não ocorrendo necessariamente uma vez por semana, e pelo menos de acordo com o que observei até o final da pesquisa de campo, são também temporárias, principalmente porque depende da disponibilidade de tempo do voluntário para desenvolvê-las. O projeto é localizado e circunscrito a população da favela Tira-Gosto, sendo suas atividades direcionadas principalmente às crianças e jovens, e em segundo plano as mulheres, e por consequência, às suas famílias.

Pelo o que foi observado até este ponto, as atividades e ações do projeto devem ser pensadas a partir de duas dimensões: da prática religiosa de ajuda aos mais necessitados, a partir da realização da palavra de Deus, tendo como justificativa o dever de ajudar aos mais pobres; e ao mesmo tempo, é preciso pensá-la também a partir da influência da ONG *Flores Silvestres* e sua cosmovisão sobre o tipo de trabalho que se propõe a realizar no projeto, que se enquadra teórica e empiricamente ao padrão geral discutido anteriormente sobre as ONGs no terceiro setor, isto é, uma segunda dimensão que aciona valores humanitários, enfatizando os direitos de cidadania, a superação da situação de vulnerabilidade social, etc.

É notável que a parceria com a ONG *Flores Silvestres* proporcionou novos rumos às ações e atividades do Projeto Social Jeová Rafhá, todas estão em alguma medida, preocupadas em proporcionar novas experiências aos jovens matriculados no projeto por um lado, e o ensinamento religioso às crianças por outro. Deste modo, é possível afirmar que o Projeto Social Jeová Rafhá, conta na sua constituição e história com elementos diversos, pois integra ações de caráter assistencialista, como a doação de cestas básicas à famílias pobres da favela; atividades voltadas para a evangelização, como os encontros mensais com membros de uma Igreja Batista que focam no ensinamento bíblico; e, atividades “seculares” que buscam através de encontros semanais proporcionar diálogos e conversas com os jovens do projeto, a partir de discussões voltadas para temas como “perspectiva de vida”, “racismo”, “sexualidade”, “empoderamento feminino”, “cidadania” e temas correlatos. Estes últimos, veremos mais detidamente no próximo e último capítulo da tese, sobre a ONG *Flores Silvestres*, seus voluntários Bruno e Bella e a relação com o Projeto Social Jeová Rafhá.

CAPITULO 6 - A ONG *Flores Silvestres* e a parceria com o Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas

A *Flores Silvestres* é um movimento humanitário, de caráter laico, que tem como principal objetivo “[...] desenvolver e apoiar ações para defesa, melhoria e manutenção da qualidade de vida dos residentes de comunidades em situação de vulnerabilidade social, com ações que visem prioritariamente atender crianças e adolescentes [...]” (Estatuto Social da Organização *Flores Silvestres*, 2019), em forma de projetos sociais idealizados pela própria organização ou por parceria com gestores de projetos comunitários de abrangência local, nacional ou internacional. A ONG existe aproximadamente há quatro anos e, em maio de 2019, teve o seu Estatuto Social e o Regimento Interno aprovados em Assembleia Geral, todavia ainda se encontram em processo burocrático para estruturação do CNPJ próprio da organização. É uma organização sem vínculo institucional com qualquer igreja ou partido político.

Sobre a forma de captação de recursos da ONG, Bruno afirmou que existem duas formas pelas quais a organização tem conseguido arrecadar algum recurso e outras duas que ainda estavam sendo viabilizadas no momento da entrevista. No trecho abaixo é possível observar essas formas de captação de recursos:

Pesquisadora: Como a ONG consegue captar recursos?

Bruno: *Hoje nós temos pelo menos duas atividades e estamos indo para mais outras duas atividades de captação de recursos. As duas primeiras que nós temos é a de atividade comercial, sem fins lucrativos, a gente vende lanche, vende doce, etc., e aí gente levanta o dinheiro todo para os projetos. A outra é através de doações, então eu tenho uma lista de colaboradores mensais, que doam cada um uma quantia diferente também pro sustento da organização.*

Pesquisadora: Esses colaboradores são pessoas físicas ou empresas?

Bruno: *Pessoas físicas. A gente está caminhando para uma terceira forma de captar recursos, que inclusive a primeira, também envolve rifa, a terceira que estamos perseguindo agora é através de parceria com a iniciativa privada, porque mesmo sem ter CNPJ a gente já tem a possibilidade de conseguir*

apoio de empresas pra projetos sociais. Então a gente tá esperando a aprovação de uma dessas parcerias, nós escrevemos um projeto lá pra Santa Helena, está perto de ser aprovado, se for a gente vai ter um investimento pra uma ação legal que a gente vai fazer lá. A ideia desse projeto é a recuperação da Praça, fazer a pintura com grafite, fazer um evento pra comunidade, com jantar e apresentação musical e pelo menos 40 kits de material escolar, que a gente conseguiu parceria com a Reforço Escolar junto ao IFF de Guarus [...]. A quarta forma seria o financiamento público, tendo um CNPJ conseguimos participar de edital pra poder ter financiamento para os projetos.

(Trecho da entrevista com Bruno – Presidente da *Flores Silvestres*, realizada em 12 set. 2018).

Até o momento, a forma de captação de recursos mais utilizada tem sido as doações dos próprios membros da organização e de outras pessoas que contribuem mensalmente, depois, as campanhas de arrecadação via mídias sociais e venda de rifas com sorteio de prêmios diversos, como cestas de chocolates, jantar para duas pessoas em restaurantes parceiros, cortes de cabelo em salões parceiros, etc. Como ainda não possuem CNPJ para receberem doações diretas de instituições, empresas e outras iniciativas privadas, a ONG tem apresentando constantemente problemas de fluxo de caixa. Em alguns momentos, esses problemas impossibilitaram de manter suas doações para o Projeto Social Jeová Rafhá, como mencionei anteriormente.

No Estatuto Social da Organização, capítulo primeiro, do nome e natureza jurídica, no artigo primeiro é estabelecido que “Sob a denominação de *Flores Silvestres*, fica instituída esta associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, e que regerá por este estatuto, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas do Regimento Interno.” (Estatuto Social da Organização *Flores Silvestres*, 2019). Neste sentido, a organização figura dentro do campo das organizações não governamentais sem fins lucrativos de iniciativa da sociedade civil, voltada a intervenção no campo da pobreza e vulnerabilidade social manifestando grande diversidade de atores e projetos na sociedade (LANDIM, 1993, 1998, 2002; NOVAES, 2007; IORIO, 2007).

A organização apresenta um quadro composto por membros *associados efetivos* e *voluntários colaboradores*. Ambas as categorias são compostas por pessoas físicas sem impedimento legal, no entanto, os membros *associados efetivos* são aqueles que

formalizam seu vínculo com a entidade, enquanto que os *voluntários colaboradores* somente contribuem nas execuções das ações e projetos específicos no âmbito da organização. A estrutura organizacional é formada por cinco órgãos administrativos, são eles: Assembleia Geral, Diretoria Associativa, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Conselho de Ética. E a diretoria da organização é constituída por um corpo composto de sete funções, são eles: um presidente, um vice-presidente, um diretor executivo, um primeiro e segundo tesoureiro, um primeiro e segundo secretário e, por fim, um conselho fiscal. Essa diretoria é eleita em Assembleia Geral por maioria simples de votos dos membros associados efetivos, tendo um mandato de quatro anos, com possibilidade de reeleição por mais dois mandatos (Regimento Interno e Estatuto Social da Organização *Flores Silvestres*, 2019).

O presidente da *Flores Silvestres* forneceu o último levantamento do quantitativo de membros associados a ONG, dados de 2019, são um total de 22 associados trabalhando em diversas funções. Apresento abaixo um quadro distribuindo o quantitativo total de acordo com a profissão exercida pelo membro associado na sociedade em geral:

Quadro 7 - Membros da ONG *Flores Silvestres* de acordo com a profissão

Profissão	Quantidade
Psicólogos	6
Advogados	3
Empresários	2
Estudantes	2
Assistentes sociais	2
Professora	1
Cirurgiã-dentista	1
Jornalista	1
Pastor	1
Bióloga	1
Engenheiro	1
auxiliar administrativo	1
Total	22

Fonte: dados fornecidos pelo presidente da organização (Elaboração própria).

A partir do quadro 7 percebemos que a maior parte do corpo de membros integrantes da organização são formados por profissionais liberais, tendo entre eles os psicólogos com maior quantitativo. Também é importante notar que praticamente todos possuem formação de nível superior, e neste sentido, são pertencentes a estratos sociais mais altos, o que lhes permitiria uma maior disponibilidade de capital e de tempo para realizar trabalhos e ações sociais vinculados a organização.

Atualmente a organização atua em três projetos sociais: o da favela Tira-Gosto, um na *comunidade* Santa Helena, em Guarus, e um terceiro em uma favela em Nairóbi no Quênia. O projeto apoiado na *comunidade* Santa Helena tem o nome “Projeto Esperançar”. Esse projeto começou a partir de uma família evangélica que já havia iniciado o projeto na localidade, algumas pessoas da família conheciam a organização, inclusive uma delas era membro da organização e levou o projeto para ONG, onde resolveram “*abraçá-lo*”, nas palavras de Bruno. Hoje, o projeto é de responsabilidade integral da organização, pois seus fundadores decidiram passar a administração do projeto para a *Flores Silvestres*. O emprego do termo “comunidade” em especial nessa localidade, o bairro Santa Helena, de acordo com o presidente da organização se deve ao fato do local onde as atividades são realizadas é marcado pelo domínio de uma facção criminosa, se referindo ao local como “*território do TCP*”⁸⁴, e também por considerar como uma das áreas de maior vulnerabilidade social do local. Bruno afirma que a ideia da organização é utilizar esse primeiro contato, como ponto de entrada propriamente para a *comunidade*, mas as crianças e as famílias que participam atualmente nas ações já são dessa área.

No Projeto Esperançar é desenvolvido somente atividades mensais, chamadas de “ações” (por exemplo, “Ação de março”, “Ação de abril”, e assim em diante), atendendo crianças e, em paralelo, também as mães. As atividades são realizadas na quadra poliesportiva pública, então contam com bastante espaço para atender as crianças e mães ao mesmo tempo. Geralmente é promovida uma roda de conversa com as mães e recreação com as crianças, mas nessas ações tem uma grande variedade de atividades pelo que pude observar nas redes sociais da organização,

⁸⁴ A sigla TCP vem de Terceiro Comando Puro, uma organização criminosa de origem carioca associada ao tráfico de entorpecentes.

como a apresentação de um grupo de circo, atividades com as mães sobre cuidado com o corpo e beleza, oficinas de balé, contação de histórias e dobraduras e a parceria com professores do Instituto Federal Fluminense (IFF) de Guarus, onde as crianças foram levadas para conhecer as dependências do IFF Guarus e também tiveram algumas aulas de reforço escolar no IFF.

No Quênia, a organização colabora com o projeto *Hope Mtaani*, que atende cerca de 60 crianças de uma favela em Nairóbi. Segundo relatos do presidente da organização foi um membro da *Hope Mtaani* que entrou em contato com a *Flores Silvestres* pelo *Facebook*, pedindo ajuda. Bruno contou que o espaço físico anterior era muito precário, muito pequeno para a quantidade de crianças, extremamente quente, feito de pedaços de pau e barro, com telha de alumínio e sem saneamento básico, o que provocava vários problemas, principalmente nos períodos de chuva quando entrava água e esgoto pra dentro do espaço do projeto. A *Flores Silvestres* passou a ajudar o *Hope Mtaani* em 2018, e neste mesmo ano conseguiram enviar uma voluntária de Campos para Nairóbi, para conhecer e colaborar com o projeto. Por meio de campanhas de doações pela internet, conseguiram arrecadar fundos e enviaram para o projeto, onde já contam com um espaço maior e mais bem estruturado para o atendimento às crianças, além de contribuírem para alimentação das mesmas, e estão tentando estabelecer parcerias para ajudar ao projeto *Hope Mtaani* a se tornar independente.

De todos os membros da ONG somente dois, Bruno e Bella, realizaram atividades frequentemente no Projeto Social Jeová Rafhá. Bruno é membro associado da organização *Flores Silvestres* há pouco mais de três anos, cerca de um ano e meio se tornou presidente da organização. Conheceu a organização através de um amigo, o presidente anterior da ONG. Bruno tem 30 anos de idade, possui ensino superior completo em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e atualmente, trabalha exercendo sua profissão de psicólogo com atendimento em clínica particular. Ele Nasceu no Rio de Janeiro, mas seus pais se mudaram para Itaperuna⁸⁵ quando ainda era criança. Aos 15 anos se mudou novamente, foi para o município de Italva,

⁸⁵ Itaperuna é uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, localizada na região noroeste do Estado.

cidade vizinha a Itaperuna, e agora, vive em Campos dos Goytacazes cerca de quatro anos. Em relação a pergunta sobre sua religião, respondeu da seguinte forma: *“Cristão. Fui evangélico boa parte da vida, mas agora não me considero membro de nenhuma instituição evangélica mais”* (Bruno – Presidente da *Flores Silvestres*, entrevista realizada em 12 set. 2018). Antes ele frequentava uma Igreja Batista em Italva, a igreja em que seu pai era pastor.

Bella é membro associado da organização a pouco mais de um ano, atualmente atuando no grupo de logística interna da ONG e na “roda de conversa” com as meninas do projeto social da TG. Conheceu a organização há dois anos, por meio de um evento cultural na Praça do Liceu, num bazar que a ONG organizou para expor e divulgar seu trabalho. Mas foi apenas em 2018, depois de ver em uma mídia social (*Instagram*) uma ação de venda de rifa pela *Flores Silvestres*, que ela entrou em contato para comprar a rifa, acabou conhecendo Bruno, que por sua vez a convidou para entrar na ONG. Bella tem 26 anos, também possui ensino superior completo, formada em Psicologia pela UFF. Atualmente trabalha como psicóloga contratada do Conselho Tutelar de Guarus, em Campos, e também, trabalha fazendo atendimento particular em consultório. Ela veio do interior de Minas Gerais para estudar na UFF e mora há 7 anos na cidade. Assim como Bruno, Bella se considera cristã, mas não frequentava nenhuma instituição religiosa no momento da entrevista, a esse respeito, respondeu o seguinte:

Bella: “[...] a instituição em si não me agrada há muito tempo, os pensamentos não caminham muito juntos, então, ainda assim, a minha formação cristã é bem diferente da Ana, por exemplo, ela é pentecostal reformada, eu venho de Igreja Batista tradicional, e hoje não frequento mais nenhuma igreja.”

(Bella – integrante da *Flores Silvestres*, entrevista realizada em 19 no. 2019).

É interessante notar que ambos provêm da Igreja Batista, uma Igreja Protestante histórica que tem historicamente uma tradição no campo da ação social, que pode ter influenciado, em algum sentido, a inclinação de ambos de atuarem em trabalhos/obras sociais. Outra questão que se coloca é o caráter de uma desvinculação religiosa com sua igreja de origem, por motivo de incompatibilidade com a instituição “Igreja”. Apesar

de ambos se considerarem ainda “cristãos”, não estão ligados a nenhuma instituição religiosa, o que poderia caracterizar uma desfiliação institucional, a escolha de não se vincular a nenhuma instituição (FERNANDES, 2012). Também faz referência a um “subjetivismo” que se concentra na escolha pessoal e na liberdade individual de compor sua experiência religiosa no mundo moderno (DUARTE et. al., 2006). Isto é, a capacidade moderna que possibilita ao indivíduo formarem as suas crenças religiosas por meio de suas próprias construções e concepções que fazem acerca do mundo (BERGER, 2017).

De acordo com Berger (2017) quando se compreende o efeito do pluralismo sobre a religião, isto é, o de minar o dado-como-certo da religião, dando partida a um processo de desinstitucionalização da mesma, em que esta passa a ser subjetivada, deve-se diferenciar entre dois níveis, o individual e o coletivo. Considerando a religião a nível individual, os indivíduos devem por si só construir uma cosmovisão de mundo a partir do que dispõe na sua situação particular. E a nível coletivo, por sua vez, a liberdade de escolha traz a associação voluntária. Assim, como vimos no caso de Bruno e Bella, a nível individual, ambos construíram uma cosmovisão de mundo acerca da situação ou experiência que tiveram anteriormente em suas respectivas igrejas que “herdaram” de suas respectivas famílias, e a nível coletivo, a liberdade de escolha proporcionou-lhes não apenas a opção pela associação voluntária, mas a opção do não associação. Eles próprios construíram e constroem todos os dias, constantemente, suas próprias experiências espirituais-religiosas a partir de uma cosmologia secular que enfatiza valores humanitários mais do que valores morais religiosos, esses últimos somente são adequados quando vão de encontro aos primeiros. É neste processo que experimentam e expressam suas crenças espirituais-religiosas, ao passo que experienciam suas liberdades individuais de escolha, de adesão ou não adesão a uma instituição religiosa, e de buscas as explicações sobre as (in)certezas da vida a partir de um viés também científico da realidade social.

Na entrevista com o presidente da organização para entender como funciona na prática a *Flores Silvestres*, o indaguei sobre o objetivo e sua participação na organização, informo que neste primeiro momento não tinha conhecimento da sua função na organização e tão pouco havia tido acesso ao Estatuto Social e Regimento

Interno. Mas observando sua fala conjuntamente com os referidos documentos, percebe-se um alinhamento entre eles, com a presença do “valor humanitário” e o destaque ao objetivo de intervenção em “comunidades com vulnerabilidade social”.

Transcrevo sua resposta a seguir:

Bruno: *Esse ano eu me tornei presidente da organização, ela se iniciou no final de 2016, o idealizador da organização é um cara chamado [xxx], eu entrei na organização através dele, a gente era amigo e ele me apoiou esse ano para pegar a presidência. E de lá pra cá a gente vem trabalhando, os nossos objetivos enquanto organização sempre foi de ser um movimento humanitário, mas esse ano começou a se estruturar como um agencia de projetos sociais, ou seja, nós vamos as comunidades e identifica pessoas que já tem atuado ali de forma social, atendendo as necessidades daquela comunidade. Ai fazemos um levantamento, do tipo: Quem são essas pessoas? Quais são suas demandas? E quais são as potencialidades que aquela comunidade tem? É a gente trabalha em comunidades com vulnerabilidade social, né. Então, a partir disso a gente vai criando um projeto especifico para aquela realidade, a gente não vai com projeto pronto. Então, a gente uni pessoas, uni outras organizações, faz parcerias, uni ideias, uni recursos para atender aquelas demandas e potencialidades especificamente, trabalhando em conjunto com aquelas pessoas que identificamos nas comunidades.*

(Trecho da entrevista com Bruno – Presidente da *Flores Silvestres*, realizada em 12 set. 2018).

De acordo com o Regimento Interno da Organização *Flores Silvestres*, entre seus princípios estão o compromisso em assumir a Declaração Universal dos Direitos Humanos como referência na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e outros valores universais. Em seu capítulo primeiro, *Título I – Princípios*, o artigo primeiro postula que tem como princípio fundamental a atenção e serviço ao necessitado, “[...] principalmente nos contextos coletivos de necessidades, seja este carente de ajuda psicológica, social, física ou material, priorizando as crianças, visando a capacitação necessária para o alcance da não dependência” (Regimento Interno da Organização *Flores Silvestres*, 2019). Outro ponto relevante que destaco também deste documento é o inciso primeiro do quinto artigo, do mesmo capítulo, o *Título III – Das Normas*. Este é referente ao caráter laico e não partidário da organização:

São Normas da Organização *Flores Silvestres*: I - A *Flores Silvestres*, como Organização Laica e sem vínculos políticos-partidários, entende e encoraja que cada associado venha buscar e, se for conveniente, encontrar sua ideologia política ou religiosa, entendendo que religião e política fazem parte da cultura humana e plural. Porém, não é permitido sobre forma alguma que qualquer tipo de ideologia política ou religiosa venha a se sobrepor, persuadir, dificultar ou servir como critério para atribuições de qualquer cargo na Organização e de qualquer tipo de ajuda ao próximo. (Regimento Interno da Organização *Flores Silvestres*, 2019).

O fato de ser uma organização laica a princípio não proporcionou nenhum problema aparente, ainda que no início Ana tenha associado a figura de Bruno à sua família, que possui fortes laços religiosos evangélicos, pois seu pai e avó eram pastores de igrejas evangélicas. No entanto, com o andamento das atividades e da atuação da ONG no projeto, Ana pediu a Bruno que separasse uma parte do encontro para fazer um momento de oração, ler um versículo bíblico ou algo do tipo. E Bruno a explicou que esse não era o objetivo dos seus encontros com os jovens, a lembrou que a ONG é laica e por isso não entra nessa parte de religião. Quando Bruno deixou esse fato bastante explícito a Ana, isso passou a deixá-la desconfortável, como pode ser observado no trecho da entrevista transcrito abaixo:

Ana: [...] *que na verdade, esses dias estava até falando com Bruno sobre isso. Porque na verdade eu queria que em todas as aulas, eles viessem com as aulas preparadas e tudo, mas que tirasse pelo menos um momento entendeu? Pra orar um pai nosso, pra ler um versículo, uma coisa assim, entendeu? Porque quando eu ia na casa da sopa, não sei se você já ouviu falar, na casa da sopa, no Alan Kardec na Bezamar, eles rezavam a reza deles, entendeu? Tipo a gente aprendia, então eu vejo que mesmo na casa espírita em outras denominações, por mais que eles vão dar o alimento, vão dar a comida, o que vão dar, mas primeiro, tipo, como se eles agradecessem, como se primeiro eles falassem do Deus deles, entendeu? Então na verdade, eu queria que na verdade, meu projeto sempre foi..., como falei com Bruno que eu vejo que esse projeto ele é pra tipo outras áreas, mas principalmente pra área espiritual, entendeu? Tipo pra ali, as crianças saber quem é Jesus, conhecer o senhor, entendeu? [...]*

[...]

Pesquisadora: Outra questão sobre a ONG do Bruno, a pesar de a senhora falar que Bruno é filho de pastor, neto de pastor, mas a ONG não é religiosa, não é confessional, como a gente fala. Isso tem algum problema pra senhora?

Ana: *Olha irmã, como eu falei com você eu gostaria que eles, e um dia até já cheguei a comentar com Bruno o porquê que eles, tipo, não davam estudo para os meninos, não falavam de Jesus para os meninos, aí eu vi que eles ficaram meio assim coisa, mas tipo eu vejo que nessa parte tanto Leo como ele não entram, entendeu? Tipo, eles conhecem a bíblia, eles vão a igreja lá entre eles, na verdade nada contra, mas eu não vejo eles crente, eles cristão, entendeu? Porque pra mim, cristão não vai ouvir música do mundo, não vai xingar, não vai sentar no barzinho, entendeu? Essas coisas todas. Então tipo assim, eu vejo eles dizendo que conhece Jesus, dizendo que coisa..., mas vivendo o evangelho, na verdade, da maneira deles, entendeu? Nada contra, mas não que, tipo assim, eles não tem essa base pra poder tipo pra passar pra as crianças.*

(Trechos da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Raffá, realizada em 15 jan. 2019).

Como podemos perceber houve uma decepção por parte de Ana em relação a Bruno. Pois o via como cristão, filho e neto de pastor, mas com a proximidade e a convivência passou a perceber que não era aquilo que ela pensou em um primeiro momento. Logo de início ela se identificou com Bruno devido sua origem evangélica, dessa forma, ela acreditou que compartilhariam de um mesmo universo simbólico religioso comum, mas isso não aconteceu. Esse sentimento foi se apresentando paulatinamente, a cada desentendimento acerca de alguma diretriz ou posicionamento, tanto em relação ao projeto social quanto a vida pessoal dele.

Embora exista essa discordância no que tange ao aspecto religioso de sua relação, a parceria com a ONG continuou e ao longo no ano de 2019 a organização desenvolveu várias atividades com os jovens do projeto, como afirmei anteriormente, a festa na roça, o passeio para assistir à peça *Pequeno Príncipe Preto*, no teatro SESI, uma outra peça no Teatro Trianon, e por último, a experiência da agência de modelo Nekt, com o desfile de 4 meninas do grupo das jovens num evento na cidade. Em uma delas, na peça *Pequeno Príncipe Preto*, se deu o episódio mais conflituoso desta relação. Abaixo coloco um fragmento do meu caderno de campo com a descrição sobre dia da peça:

Desde semana passada Bruno estava tentando conseguir ingresso gratuito para assistir a peça de teatro “Pequeno Príncipe Preto”, que está em cartaz no Teatro

SESI, em Guarus na cidade. Por meio do setor de comunicação do SESI, uma das pessoas responsáveis pela peça conseguiu disponibilizar 30 ingressos. Hoje foi o dia da peça, com início às 17h. Bruno me convidou para acompanhá-los, me pedindo para levar algumas crianças comigo no meu carro. Foi combinado de encontrarmos às 15:30h em frente da casa da Ana.

Saí de casa um pouco atrasada, avisei por mensagem de celular que iria me atrasar, mas estava a caminho. Quando cheguei, ainda não havia chegado ninguém, mesmo atrasada consegui ser mais pontual que todos. Na casa da Ana estavam todos agitados se arrumando, somente a filha mais velha da Ana não quis ir. No mais, foram praticamente todos os adolescentes/jovens que participam dos grupos das meninas e dos meninos, coordenados pela Bella e Bruno, respectivamente. Um pouco depois da minha chegada, chegaram Leo com a esposa e filho, Bruno e Bella, e os jovens foram chegando aos poucos. Aguardamos Ana ficar pronta para sairmos. Leo e a esposa vieram cada um em um carro para poder carregar mais pessoas, então, Leo decidiu pegar os meninos que já haviam chegado, sete deles, colocou todos no seu carro e foi na frente dos demais.

Aguardamos mais um pouco, e em seguida, apareceram mais dois meninos e as meninas, dividimos em dois grupos, um para ir comigo no meu carro, e outro para ir no carro da esposa do Leo. Quando chegamos a Rua Adão Pereira Nunes, na frente da TG, encontramos o pastor Elton e sua esposa aguardando dentro da van, que também ajudariam a levar as crianças, mas não estava muito certo de que iriam, mas acabaram aparecendo. Então, dividimos novamente todos entre os dois carros e a van. E finalmente partimos para o SESI.

Chegando lá estacionei o carro e fomos encontrar com os demais, chegamos bem próximo do horário de início da peça. Poucos minutos depois que chegamos, as portas do teatro se abriram para a entrada do público. Entramos e sentamos próximos, em fileiras próximas, uns dos outros. Eu sentei ao lado de Ana. A peça era composta por 4 pessoas, um ator principal e três músicos, que ficavam em cena o tempo todo. Todos eram negros e vestidos com roupas africanas, o figurino do ator principal, mesclava a moda africana com o estilo de roupa do personagem do pequeno príncipe. A peça de modo geral foi muito interessante, focada na cultura negra e no reconhecimento da figura do negro com suas características fenotípicas e etc., além de abordar o tema da amizade, bullying, respeito, egoísmo/altruísmo e amor. No entanto, no meio da peça também foram se misturando cenas, canções e expressões baseadas na cultura religiosa africana dos orixás, mencionando várias entidades, como Oxú e Iemanjá, entre outros, com percussão de alguns instrumentos, mas era o som do tambor que sobressaía.

Quando olhei para o meu lado, percebi alguns momentos de desconforto de Ana, fazendo algumas expressões de desagrado, até que numa canção sobre Iemanjá ela falou algo baixo, para si mesma, mas escutei o final: “[...] Misericórdia, meu Deus!”. No final da peça, a senti um pouco séria, e não vi mais o pastor e a sua esposa que vieram conosco, pelo que percebi eles saíram do teatro e foram direto para a van, ficar aguardando as crianças. Perguntei a Ana o que tinha acontecido pra ela ficar séria, e ela disse que não era nada não, que depois me falava.

(Fragmento do caderno de campo, dia 14 set. 2019).

Não consegui voltar a falar com Ana sobre a peça no mesmo dia, pois depois da peça levaram os jovens para comer pizza. Dois dias depois fui até a sua casa realizar outra entrevista, desta vez me concentrando nas suas redes de contato em relação ao projeto, durante a entrevista fiz com que surgisse o assunto da peça, e logo aproveitei para perguntar o que ela havia achado da peça, apresento abaixo a transcrição de sua resposta:

Ana: *Ô irmã... Se ele me fala que era isso, eu não ia, irmã, pra ele é cultura, mas pra mim são demônios, irmã.*

Pesquisadora: O Pastor e a esposa assistiram a peça?

Ana: *Nem sei, mas acho que eles saíram, nem sei irmã, mas quando eu saí eles já estavam lá fora, entendeu? Acho que eles não ficaram não, e o que acontece, quando saímos as crianças tudo falando que vieram no terreiro de macumba, que não sei o que... isso porque a avó de uma das meninas é macumbeira. Então pra eles, pro [Bruno] e pra [Bella], é cultura, eles vê como cultura, mas pra mim eu vejo que são demônios, e pra ela por causa da avó dela são demônios, tipo são pessoas, entidades que são invocadas na macumba tanto pra fazer o mal quanto pra fazer o bem, entendeu? Então tipo assim, são demônios, irmã, então tipo, e não são demônios assim... lá mesmo na peça foi apresentado demônios mesmo de gabarito forte, pesado, entendeu? Então se ele falasse comigo que a peça seria isso, eu não teria levado as crianças.*

Pesquisadora: Mas acho que ele não sabia dessa dimensão da peça.

Ana: *Não ele sabia sim, porque quando a [Bella] desceu ela me perguntou “o pastor não gostou da peça não?”, dando uma risadinha, irmã. É porque ela sabia [...] na minha visão, no meu conceito são demônios... e pra mim fica chato por que? Porque as mães sabem que eu sou crente, eu prego pra elas de Jesus, entendeu? Aí levo os filhos delas pra assistir uma peça dessa, as crianças chegam em casa falando, como que vai ficar a mente da criança e a mente da mãe. [...] então pra mim, entra numa contramão porque “discondiz” com do que eu prego ali dentro pra eles, entendeu? Então as mães vão ficar pensando “Ana é crente e tá levando vocês pra... e que mistério é esse, afinal de conta que Deus que ela está servindo?”, na minha mente e na mente deles é assim que anda, então, se eu moro aqui dentro e lido com as crianças aqui, então não posso fazer essa bagunça, como um dia falei pra eles que o projeto está aberto pra quem quiser servir pra católico, pra macumbeiro, mas sendo que tem um porém, que o único Deus a ser pregado, é o Deus que eu sirvo, é o Deus que salva, que cura e que liberta, não tenho nada contra macumbeiro, entendeu, nada contra católico, nada, mas... não vou deixar eles vir, tipo, pregar aqui porque eu sei que vou estar desagradando meu Deus, entendeu?*

Então tipo, quer trabalhar com as crianças, quer vir... teve um dia de segunda que ele falou tanto em nome de demônio aqui dentro de casa com as crianças, é estudando essas coisas que... a minha vontade era mandar ele parar, entendeu? Mas eu me segurei.

Pesquisadora: História, como assim? Sobre o que ele estava falando?

Ana: *Não teve a peça lá, contanto a história então ele estava contando a história e tem até “musicazinha” que ele bota, batendo tambor e essas coisas todas, aquelas músicas são de macumba, irmã, música de terreiro, cantada no terreiro, entendeu?*

Pesquisadora: E isso foi num dia de encontro com os meninos?

Ana: *Sim, no encontro com os meninos. Tipo, eu não sei explicar, mas meu filho que estava no dia sabe explicar direitinho, entendeu? Então são coisas que tipo, meu filho vai pra igreja, e sei lá coisa e tal e fica voltado pra essas outras coisas, desanda as coisas, irmã, e se eu for falar isso com eles, não vão entender. [...] Então, tipo, eu prefiro que eles façam o trabalho deles como psicólogos, mas não entra nessa parte de coisa, porque não vai... não vai... o negócio não vai andar, entendeu!? [...].*

(Trechos da entrevista com Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá, realizada em 16 set. 2019).

Ficou mais que evidente o descontentamento de Ana em relação a peça, que de primeira mão associou a poderes sobrenaturais malignos, mesmo que em certo momento tenha ponderando a dimensão cultural que havia por de trás de tudo, no entanto, não foi suficiente para relevar toda a situação. É claro a disputa das fronteiras entre o religioso e o secular neste exemplo, Ana articula explicações a partir dos dois discursos, mas ao final, o que está em jogo naquele momento é a legitimidade do seu projeto social conduzido sob um viés religioso evangélico.

Assim, o aspecto religioso é o ponto de maior atrito entre Ana e os voluntários da *Flores Silvestres*, principalmente com o Bruno. E tem refletido num certo distanciamento entre eles, principalmente com a aproximação dos membros da Igreja Batista Memorial do Jockey, que vem realizando atividades com as crianças menores uma vez por mês no projeto desde o meado de 2019, mais condizentes com que Ana espera para o projeto, com atividades, brincadeiras e dinâmicas voltadas para a dimensão religiosa. Mesmo assim, a parceria entre eles se mantém, na minha interpretação isso acontece pela necessidade de manter o vínculo com a ONG para a condução das atividades com

os jovens e como canal para receber doações diversas, neste sentido, é estabelecido uma relação de conflito e codependência que podem ser analisados a partir da discussão entre as esferas secular e religiosa.

A partir da etnografia da parceria firmada entre um projeto social de viés religioso, tendo como sua figura central a presidente do projeto de *ethos* pentecostal, e uma organização não governamental, temos duas esferas em disputa, a secular e a religiosa. Existe neste encontro duas gramáticas em conflito, a *gramática religiosa*, dominada por Ana, e a *gramática secular*, dominada por Bruno. Entretanto, Ana parece em muitos momentos não apenas estar atenta a uma “fluência no idioma secular” (MACHADO & BURITY, 2014; MARIZ, 2016), como o domina, quando apresenta a necessidade da criação do CNPJ para o seu Projeto Social, ou quando atribui importância à educação não religiosa, quando tenta reconhecer o caráter cultural sob auspício da peça *Pequeno Príncipe Preto*, e o interesse pela formação profissional e cidadã das crianças e jovens do seu projeto incentivadas pelos membros da ONG. Entretanto, ao mesmo tempo, não parece disposta a ceder completamente em sua gramática religiosa pentecostal nem em suas práticas religiosas, visto que insiste numa posição mais “encantada” (WEBER, 1979, 2004) das ações da ONG no projeto, isto é, ações que estejam fundamentadas numa visão de mundo mais “mágica”, dando uma centralidade a dimensão espiritual e religiosa, que fundamenta sua própria experiência de vida.

Logo, consciente ou inconscientemente, a sua fluência na gramática secular lhe permite estabelecer conexões extremamente importantes para a captação de recursos para seu projeto. As conexões que estabelece com o secular, representados aqui pela ONG, apesar de serem fundamentais, não estão isentas de “perigos” (DOUGLAS, 1976). Como vimos no relato de Ana, a sua preocupação com a repercussão sobre a peça do *Pequeno Príncipe Preto* entre os pais das crianças e jovens matriculados no seu projeto e outros membros da favela, foi uma situação delicada que Bruno a colocou com este evento. Esse exemplo, evidencia os efeitos perversos de uma ação bem intencionada, pois Bruno não conseguiu, da mesma forma que Ana dominou a gramática secular inerente as necessidades do projeto, dominar a gramática religiosa e

as regras simbólicas inerentes a estrutura social circunscritas ao projeto em relação a Ana, a favela e as crianças e jovens do projeto.

Com esta ação, Bruno poderia facilmente prejudicar a credibilidade de Ana junto ao seu público que também compartilha de uma gramática religiosa e uma moralidade pentecostal. Bruno não soube ler a gramática religiosa pentecostal nas formas de realizar a assistência e colocou Ana e seu projeto em perigo. Bruno e a ONG foram fonte de perigo ou “poluição”, como Mary Douglas bem nos contempla analiticamente neste sentido, os indivíduos emanam perigo para outrem mesmo consciente ou inconscientemente. Sobre esse ponto, Douglas (1976, p.85) afirma “Os «poluentes» nunca têm razão. Não estão no seu lugar ou atravessaram uma linha que não deveriam ter atravessado e este deslocamento resultou num perigo para alguém.”. Isto é, Bruno cometeu um ato deliberado de “poluição” sob o poder espiritual que Ana emana entre os que compartilham da sua mesma crença religiosa, no entanto, de maneira inconsciente, sem prever os resultados de suas ações, fruto da inadvertência, diria Douglas (1976), fruto da sua incapacidade de compreender a gramática religiosa pentecostal em questão e seus impactos para a liderança de Ana entre os seus.

Como afirmei, esta parceria pode ser analisada a partir de uma relação de conflito e codependência. Nos parágrafos acima abordei aspectos relacionados ao conflito, já no que tange a codependência, esta pode ser analisada a partir da própria literatura da assistência ou ação social evangélica pentecostal e das ações filantrópicas ou humanitárias do terceiro setor. Quando afirmo que existe uma codependência entre a ONG e o Projeto Social Jeová Rafhá estou me referindo a uma dupla produção de interesse de ambas as partes, onde Ana precisa da ONG para obter as cestas básicas, atividades e outros recursos para seu projeto, enquanto que a ONG a partir de sua ação no projeto social da Ana, pode justificar suas ações como provedora de projetos que impactam na sociedade, potencializando as atividades e iniciativas locais. Existe um benefício mútuo e uma codependência na atuação conjunta de ambos os interesses. É importante ressaltar esse fato, pois revela um “jogo” que ambos estão se adaptando e aprendendo a dinâmica da realização da ação social conjunta e significativa frente as demandas da população da favela Tira-Gosto. Uma ação social que pode ser interpretada a partir da união de uma diversidade de lógicas e sentidos

acompanhando as dinâmicas sociais e ampliando o espaço de proteção aos pobres, entretanto, sem deixar de investir na caridade e no assistencialismo (CONRADO, 2006); e também, dentro daquilo que Landim (2002) chamou de “ação social privada”, aquela dedicada a intervir no campo da pobreza, marginalidade, vulnerabilidade social diversificando seus atores e projetos na sociedade.

Percebemos que o projeto social ao se articular a uma ONG apresentou de forma mais acentuada um caráter social, que busca intervir na realidade social vivenciada por crianças, jovens e mulheres moradores de favela. Se inserindo no âmbito da iniciativa da sociedade civil e religiosa buscando atuar como intermediários na atenuação da pobreza e vulnerabilidade social (LANDIM, 1993, 1998, 2002; NOVAES, 2007; IORIO, 2007). Mas sem deixar de herdar aspectos da ação social religiosa que se ocupa com a atuação conjunta da dimensão espiritual e a material, que entre os evangélicos seria a preocupação de manter unidas tanto o aspecto da assistência material quanto da sua fé religiosa, ensinando a Palavra, isto é, evangelizando os beneficiários, revelando uma ação social imbuída em valores morais e religiosos. (MARIZ, 2016; SHELIGA, 2010; CONRADO, 2006; SILVA, 2009).

Em minha análise, até onde o campo me possibilitou observar e analisar, sem pretensão de prever o futuro, o jogo que ambos estão jogando, o qual pude observar de perto os momentos iniciais dessa relação, apesar de muito conflituoso e das lógicas em disputa, se continuar no ritmo observado pode estar fadado ao enfraquecimento, desgaste da parceria e até um ponto de ruptura. Mas penso que se dominadas as tensões e conflitos e se houver um diálogo entre a gramática religiosa de Ana e a gramática secular da ONG, na figura dos seus membros representantes em relação ao Projeto Social Jeová Rafhá, existe a possibilidade de potencializar o campo do associativismo civil e religioso que coadunará na cristalização efetiva de uma estrutura de oportunidades para os indivíduos inseridos (crianças, jovens e as mães), e efetivamente poderá desempenhar um papel fundamental em determinar as “[...] possibilidades de inserção socioeconômica dos indivíduos e das famílias, na medida em que atenuam os riscos e ampliam as chances em face das necessidades as mais variadas, constituindo diferença decisiva entre a inclusão e a exclusão.” (LAVALLE & CASTELLO, 2004, p. 78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado nas páginas iniciais deste estudo, as associações religiosas católicas, espíritas e evangélicas surgem em nosso país em decorrência da relação entre o Estado e as instituições religiosas que aqui se desenvolveram. Onde construiu-se uma história marcada por uma intensa dimensão legal, referidas em nossas leis desde a Primeira Constituição Brasileira, ainda no Período Imperial, até os dias atuais. Uma relação por si só que expressa a permeabilidade e a disputa entre as esferas secular e religiosa no Brasil e as implicações práticas que acarretam na vida da população brasileira. Uma relação de colaboração recíproca foi firmada entre as partes, nos setores da educação, saúde e assistência social, áreas estas, que as associações religiosas foram habilitadas a intervir por meio dos seus recursos humanos e materiais, em troca de imunidade tributária e sem nenhuma ou pouca fiscalização por parte do governo.

A princípio o terceiro setor esteve relacionado ao mercado, como iniciativa do empresariado sob a perspectiva da filantropia empresarial, sob forma de repasse de recursos financeiros para iniciativas culturais ou projetos de ação social. A década de 1990, caracterizada por um contexto de redução da responsabilidade do Estado sob as políticas sociais, por políticas de bem-estar fragmentadas e excludentes, retração na conquista dos direitos de cidadania, que teve por base uma forte política neoliberal, fez surgir e proliferar o conjunto de organizações sem fins lucrativos advindas do terceiro setor que apareceram como salvação para os problemas sociais, principalmente nas áreas da saúde, educação, assistência, lazer, estabelecendo uma relação de colaboração com o Estado.

As entidades sem fins lucrativos foram de fundamental importância para amplas camadas da população que ficavam à margem das políticas sociais, proporcionando prestação de serviços nessas áreas. Essas iniciativas da sociedade civil organizada manifestam-se a partir da noção de filantropia, solidariedade, caridade, justiça social, etc., as organizações não governamentais – ONGs – passam a realizar *ações sociais* e

desenvolver projetos sociais em espaços marcados pela pobreza e vulnerabilidade social, visando intervir no campo da questão social a partir de variadas práticas, ideologias e métodos.

Vimos que a preocupação em produzir uma opinião pública sobre a intervenção na questão social do país e ganhar espaço na esfera pública se contrapondo as percepções hegemônicas da Igreja Católica, estimularam os evangélicos a se reunir e produzir, em conjunto, e, separadamente, formas específicas de ações sociais voltadas ao combate à pobreza e às injustiças sociais, com forte viés evangelizador, marcado por valores e moralidades cristãs. Os evangélicos passam a marcar o campo da ação social por meio de múltiplas e diferenciadas formas, o objeto deste estudo é um exemplo relevante para compreender o campo socioassistencial religioso evangélico dinâmico e multifacetado. Assim, pontuo algumas questões importantes para a agenda de pesquisa.

O Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas revela-se um objeto de pesquisa fértil para pensar a perspectiva do associativismo religioso em contexto periférico. O projeto apresentou dinâmica própria, onde conjuga práticas religiosas com promoção da cidadania e ética, vinculado ao discurso filantrópico e valores humanitários típicos das organizações civis que compõe o terceiro setor brasileiro. Antes de tudo, busco suscitar algumas questões referente aos tipos de ações sociais realizadas por pentecostais empreendidas nas favelas de Campos dos Goytacazes, questões que devem ser aprofundadas por futuras pesquisas, para acompanhar o que pode ser o início de um associativismo religioso-filantrópico, que reuni a capilaridade do pentecostalismo e a estrutura organizacional de uma organização não governamental, oferecendo suporte e intervindo na “questão social” e nas novas configurações da pobreza no Brasil.

Nas favelas de Campos dos Goytacazes não ocorreu o mesmo que nas favelas da capital, digo, em relação a “explosão” de várias formas de associativismo que marcaram as favelas cariocas nas décadas de 1990 e 2000. Período que em face de uma crescente preocupação de intervenção social nas favelas, articulada à intervenção policial que buscava resolver “o problema da violência urbana”, fundamentou o discurso

de implantação da política de pacificação e incentivou a proliferação dos “projetos sociais” e o processo de “onguização” das iniciativas privadas e sem fins lucrativos (ROCHA, 2015; SOVKI, 2014). As ONGs e os projetos sociais focavam a atenção principalmente nos jovens moradores de favela, com a intenção de “afastá-los” dos grupos de traficantes que atuam nesses espaços. Hoje é comum encontrar várias ONGs nas favelas cariocas que apresentam grande visibilidade pública, como Viva Rio, AfroReggae, Central Única de Favelas, Nós do Morro etc., que são criadas e conduzidas por moradores de favela e nas favelas (ROCHA, 2015).

Ciente de que não é possível comparar as dimensões políticas, sociais e geográficas das favelas cariocas com as encontradas em Campos dos Goytacazes, mas a intenção que fica registrada é que apesar de existir certa variedade de ONGs em Campos, são poucas que buscam intervir diretamente nas favelas, isto é, ir até a favela realizar ações e desenvolver atividades semanais como a ONG *Flores Silvestres* tem realizado, com uma atuação para além das doações de gêneros alimentícios em períodos emergenciais. E é aí que reside, podemos dizer, a *expertise* da *Flores Silvestres* em se unir em parcerias com iniciativas locais e trabalhar fazendo a mediação entre a “favela e a cidade”.

O projeto social analisado, mesmo que ainda em sua fase inicial, apresentou uma abordagem bastante inovadora do que foi identificado até o presente momento, no que tange a ação social pentecostal empregada nas favelas de Campos dos Goytacazes. Foi além da atuação assistencial e emergencial que se concentrava em ajudas e distribuições de doações do tipo de gêneros alimentícios, roupa, medicamentos, etc., mas ainda conservou essa marca predominante na ação social pentecostal. O importante foi que juntamente com a ONG *Flores Silvestres* inaugurou uma proposta de intervenção no social diferente daquela circunscrita apenas os aspectos religiosos, de ensinamento bíblico e conversão religiosa, mesmo que isto seja central para a execução dos objetivos almejados pelo projeto, as atividades em curso, não se resumem a somente a uma abordagem estritamente religiosa.

Então, como surge e se mantém um projeto social de cunho religioso evangélico frente as condições econômicas e sociais que se apresentam as periferias urbanas?

Por meio de iniciativas que conjugam aspectos relativos à esfera religiosa de um lado, e da esfera secular, por outro, como foi observado a partir da relação de parceria estabelecido entre um projeto social de caráter evangélico e a ONG não-confessional e laica, aqui analisados. Não é uma relação isenta de conflitos ou perigos, mas tem revelado seu potencial mediador e facilitador de integração social, que proporcionou uma maior proteção social a população atendida, num espaço marcado pela deficiência da proteção social estatal.

Analisei essa parceria a partir de uma relação de conflito e codependência, pois existe nesta parceria o encontro de duas gramáticas em conflito, a *gramática religiosa*, dominada por Ana (presidente do projeto), e a *gramática secular*, dominada por Bruno (presidente da ONG). E o choque do encontro entre essas duas esferas tem proporcionados alguns conflitos. A chave para a negociação se encontra em Ana saber falar o idioma secular, apesar do seu forte *ethos* pentecostal, e Bruno tentar desenvolver uma percepção mais apurada para identificar as regras simbólicas inerentes ao público e o local de ação do projeto, isto é, um público que também compartilha de uma gramática religiosa com Ana e estão sujeitos a um mesmo contexto social, a favela.

Quando afirmo que existe uma codependência entre a ONG e o Projeto Social Jeová Rafhá estou me referindo a uma dupla produção de interesse de ambas as partes, onde Ana precisa da ONG para obter as cestas básicas, atividades e outros recursos para seu projeto, enquanto que a ONG a partir de sua ação no projeto social, pode justificar suas ações como provedora de projetos que impactam na sociedade, potencializando as atividades e iniciativas locais. Existe um benefício mútuo e uma codependência na atuação conjunta de ambos os interesses. É importante ressaltar esse fato, pois revela um “jogo” que ambos estão se adaptando e aprendendo a dinâmica da realização da ação social conjunta frente as demandas da população da favela Tira-Gosto. E a forma como esse “jogo” será jogado, irá definir o próprio destino do projeto.

Assim, percebemos o campo de disputa entre as esferas secular e religiosa, mas também a interação entre elas e as fronteiras que cada uma das partes está disposta a

negociar/ceder ou não. Em tese, duas perspectivas aparentemente “opostas” se unem em atividades em prol de um objetivo comum: o de proporcionar aos moradores da favela Tira-Gosto, a promoção de uma estrutura e suporte social que possa auxiliar na promoção da cidadania e atenuação da pobreza vivenciada por essa parcela da população. O Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas, realiza esse intento através de suas atividades que buscam apresentar uma alternativa ao morador da favela, seja como espaço de acolhida e aprendizado religioso para as crianças, seja a construção de um espaço de apoio para as mães, ou incentivar aos jovens a uma reflexão sobre o viver em favela, perspectiva e plano para o futuro, levando-os para conhecer espaços culturais para além da favela, como o Teatro Sesi, Teatro Trianon e a Agência de modelo, e experimentar ações de convivência conjunta, como com as festividades realizadas no projeto.

No que tange a identificação da ação social pentecostal encontradas nas favelas de Campos dos Goytacazes, posso afirmar que existem variados mecanismos e múltiplas inserções, é possível encontrar “redes de ajuda mútua” entre membros de uma mesma igreja (RIBEIRO, 2013), ou doações de cestas básicas, remédios, roupas, ajudas no pagamento de contas como luz e água, compra de gás etc., a membros da igreja, mas também a pessoas não filiadas, mas procuravam por socorro (RIBEIRO, 2015). E agora, também foi identificada nesse campo se atuação, um projeto social para-eclesiástico que oferece atividades diversas aos moradores da favela Tira-Gosto.

Neste sentido, o associativismo religioso em Campos dos Goytacazes tem assumido novas dimensões frente ao contexto econômico e as transformações sociais ocorridas nos últimos anos. Mas ainda carece de estudos empíricos que analisem a importância das dinâmicas societárias como mecanismos de médio alcance as estruturas sociais diversas. Diante do contexto que se apresenta nas favelas de Campos dos Goytacazes, as igrejas, e agora, o projeto social de orientação evangélico pentecostal se inserem nesses espaços formando redes de proteção aos indivíduos vinculados a estas instituições. No caso do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas as redes foram construídas a partir das relações da sua responsável, que apresentou fortes vínculos de cooperação religiosa e de solidariedade para a formação da “rede de colaboradores e voluntários” que atuam nas atividades do projeto.

Por essa rede circularam benefícios e serviços diversos que visavam a manutenção das ações e atividades do projeto, como: voluntários para participar nas atividades do projeto, ajuda com alimentos, tanto cesta básica quanto nos alimentos para fazer o lanche ou jantar oferecido as crianças durante as atividades, doação de material para obra do projeto, doação de material do tipo escolar, “ajuda espiritual” (dos membros da Igreja da Batista em relação a atividade com as crianças), entre outros. Rede que também se transformou na própria rede de relações de Ana, que a auxiliou de diversas formas e sentidos, num momento de desamparo da cobertura de sua antiga rede de ajuda mútua religiosa circunscrita a instituição religiosa que congregava.

Visto que a acentuação das desigualdades sociais e da pobreza dos anos 90 levou os evangélicos a buscar legitimidade e parcerias para atuar na área social, criando e organizando instituições sociais para o atendimento aos mais pobres. É interessante perceber que foi num contexto similar de acentuação das desigualdades sociais e pobreza vivenciada nos últimos anos, resultado da recente de crise econômica nacional, retração de políticas sociais, a crise no setor petrolífero que afetou a arrecadação dos municípios produtores e provocou grande desequilíbrio nas receitas municipais, que surgiram tanto o projeto social quanto a ONG analisados. Então, reitero que, no âmbito da ação social pentecostal, a presença deste projeto social na favela Tira-Gosto, apresentou-se como uma alternativa ao enfrentamento das situações de pobreza e vulnerabilidade social vivenciada no cotidiano da sua população frente ao agravamento percebido nos últimos anos.

Deste modo, o Projeto Social Jeová Rafhá pode ser interpretado dentro do campo da ação social pentecostal, unindo uma diversidade de lógicas e sentidos, acompanhando as dinâmicas sociais e ampliando o espaço de proteção aos pobres, entretanto, sem deixar de investir na caridade e no assistencialismo (CONRADO, 2006). A parceria com a ONG *Flores Silvestres* revelou uma preocupação acentuada de intervenção na realidade social vivenciada por crianças, jovens e mulheres moradoras da favela Tira-Gosto. Inserindo o projeto no âmbito da iniciativa da sociedade civil e religiosa buscando atuar como intermediários na atenuação da pobreza e vulnerabilidade social (LANDIM, 1993, 1998, 2002; NOVAES, 2007; IORIO, 2007). Mas sem deixar de herdar aspectos da ação social religiosa que se ocupa com a atuação

conjunta da dimensão “espiritual” e a “material”, que entre os evangélicos seria a preocupação de manter unidas tanto o aspecto da assistência material quanto da sua fé religiosa, ensinando a Palavra, isto é, a evangelização. (MARIZ, 2016; SHELIGA, 2010; CONRADO, 2006; SILVA, 2009).

Acredito trazer contribuições empíricas relevantes para refletir a complexidade acerca do papel e lugar do religioso na nossa sociedade, como bem apontou Conrado (2006). As formas como as igrejas pentecostais atuam no campo da ação social apenas começam a ser compreendidas quando passamos a considerar a sua dimensão plural, a diversidade de iniciativas, as possibilidades de configurações e composições entre práticas sociocaritativas, evangelismo e solidariedade social. Quando colocamos iniciativas e ações como as apresentadas neste estudo em perspectiva para compreensão do fenômeno do associativismo religioso brasileiro, frente ao contexto pluralista religioso moderno, temos uma mínima dimensão que não há como entender o lugar do religioso na nossa sociedade, se não numa relação de permeabilidade das fronteiras entre as esferas sociais e entre as tradições, que tem caracterizado a modernidade religiosa, na qual a religião e o sagrado podem ser encontrados em diversos espaços e assumir diferentes formas a todo momento, formando processos de interação e negociação.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Estatísticas Sociais**. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>>. Acesso em: 28 Abr. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo. Religião e comportamento. *RBCS*, v. 14, n. 40, jun./1999. p. 175-178. **Resenha** de: FERNANDES, Rubem C.; et al. Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

_____. Religião na Metrópole Paulista. *RBCS*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, outubro/2004. p. 15-27.

_____. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: Faustino Texeira & Renata Menezes. (Org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 111-122.

_____. Religião e desigualdade urbana. *Interseções* (UERJ), Rio de Janeiro, vol. 13, 2011, p. 126-135.

_____; D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. Em Pauta. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 28, p. 94-106, 2004.

ALVES, Daniel. *A religião em rede: contribuições teóricas e metodológicas para um estudo sobre relações transnacionais entre agentes religiosos pentecostais*. **Trabalho apresentado em: XXXII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu-MG, 27 a 31 de outubro, 2008.

_____. "*Conectados pelo espírito*": redes pessoais de contato e influência entre líderes evangélicos ao sul da América Latina. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 10, n. 16, p. 183-199, jul./dez. 2009.

_____. Aportes teórico-metodológicos para o estudo de redes transnacionais de líderes pentecostais e carismáticos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, jan./jun. 2012. p. 45-71.

ALVES, Heloiza M. **A sultana do Paraíba**. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO, Michelle P. **As Redes de amparo religiosas nos espaços urbanos da pobreza na cidade de Campos dos Goytacazes: a atuação da Assembleia de Deus**.

2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

_____. **Jovens Católicos e a Jornada Mundial da Juventude: religiosidade e o Catolicismo na cidade de Campos Dos Goytacazes – RJ.** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

ARRUDA, Ana Paula S. N. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ.** 2014. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

BARBOSA, Maria Helena Ribeiro de Barros. **Entre a submissão e o prazer: mulheres e DST/AIDS na comunidade do Matadouro/Campos dos Goytacazes.** 2006. 170 f., il. Mestrado - Políticas Sociais, Campos dos Goytacazes, 2006.

BARNES, J. A. Redes Sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** São Paulo: UNESP, 2010. p. 171-204.

BECKER, Howard S. A História de Vida e o Mosaico Científico. In: _____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1993. p. 101-115.

_____. Observação Social e Estudos de Caso Sociais. In: _____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1999. p. 117-133.

BECKER, Howard S. Representações. In: _____. **Segredos e Truques da Pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 28-95.

BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BERTOLI, Naiana de F. **Percepções e vivências religiosas dos jovens moradores de favelas de Campos dos Goytacazes.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010.

_____. **Juventude e religiosidade evangélica na cidade de Campos dos Goytacazes: as vivências dos jovens moradores de favelas.** 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: Luiz Antônio Machado da Silva (Org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008. p. 99-114.

_____. “Feitiçarias, territórios e resistências marginais”. **MANA**, v. 15, n. 2, Out. 2009. p. 321-348.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 205-233.

_____. “Análise de redes: uma reavaliação” [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 44, agosto de 2016. p. 96-103.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**: V. 2, n.1 (3), Jan-Jun/2005. p. 68-80.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

BRASIL, Censo Demográfico 2000. *Tabulação Avançada: Resultados Preliminares da Amostra, Comunicação Social*. Brasília, IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm>

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)**. Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1891.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.107**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Brasília: DF, 11 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 119-A de 07 de janeiro de 1890. Lex: Publicação Original Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1890 - vol. 001, p. 10, col. 1, 1890.

BRASIL. *Lei nº 10.825*. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Brasília: DF, de 22 de dezembro de 2003.

BRASÍLIA. Lei nº. 8742. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 07 de dezembro de 1993.

BRASÍLIA. Lei nº 10.406. **Institui o Código Civil**. Brasília: DF, 10 de janeiro de 2002.

BRUM, Mário. Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos. In: MAIA, Rose (Org.). **O Rio (Re)visto de suas Margens**. Rio de Janeiro: Carta Capital, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38406504/Breve_Hist%C3%B3ria_das_Favelas_Cariocas_das_origens_aos_Grandes_Eventos.pdf?email_work_card=interaction_paper. Acesso em: 12 jan. 2020.

BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 5ª ed., 2006. p. 25-60.

BURITY, Joanildo. Organizações religiosas e ações sociais: *Entre as políticas públicas e a sociedade civil*. **Revista Antropológicas**, ano 11, volume 18(2), 2007. p. 7-48.

_____. Redes sociais e o lugar da religião no enfrentamento de situações de pobreza: um acercamento preliminar. **Cad. Est. Soc. Recife**, v. 16, n. 1, 2000. p. 29-53.

CANO, I. (Coord.). **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - LAV-UERJ, maio 2012.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, Gian Mario. Virtudes privadas e virtudes cívicas: sistematização dos hábitos de doar de empresas e fundações. In: BRITO, Mácia; MELO, Maria Emílio (Orgs.). **Hábitos de doar e captar recursos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007. p. 57-106.

CARVALHO, Marcelo B. **Proximidade espacial e distanciamento social: determinantes da segregação socioespacial, a percepção entre segregados e autosegregados – um estudo de caso sobre a favela do Matadouro e seu entorno**. 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2004.

CARVALHO, Monique B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. **Rev. O Social em Questão**, ano XVI, n. 29, 2013. p.285-308.

CARVALHO, Monique B.; ROCHA, Lia de M. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. **Cad. Metrop.**, São Paulo, vol. 20, n. 43, set/dez 2018. p. 905-924.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: _____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 495-591.

CAVALLIERI, Fernando. O Momento 2000 do programa Favela-Bairro: avaliação com base nos censos 1991 e 2000. **Coleção Estudos Cariocas/IPPRio**. Janeiro de 2005. p. 1-11.

CHAGAS, Alcimar. **A Economia Fluminense: análise da conjuntura e perspectivas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. A observação direta. In: PAUGAM, Serge (Org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015. p. 124-140.

CODES, Ana Luiza M. de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa – **Texto para discussão N. 1332**. IPEA, 2008.

COLOGNESE, Silvio A., MÉLO, José Luiz B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998. p. 143-159.

CONRADO, Flávio Cesar dos S. **Religião e Cultura Cívica: Um estudo sobre modalidades, oposições e complementaridades presentes nas ações sociais evangélicas no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CRUZ, José Luis V. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. In: Carvalho, Ailton M.; TOTTI, Maria Eugenia F. (Orgs.). **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 33-67.

_____. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no norte fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto M.; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 77-116.

_____. **Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Econômico: notas sobre um caso regional**. Boletim Técnico do SENAC, RJ, v. 29, n.1, 2003. p. 22-29.

CUNHA, Magali do N. **A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X - Instituto Mysterium, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70 Ltda, 1976. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861113/mod_resource/content/1/pureza-e-perigo-mary-douglas.pdf Acesso em: 20 jun. 2020.

DUARTE, Luiz Fernando; et al. Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes. In: DUARTE et al. (Orgs.). **Família e Religião**. Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2006. p.15-50.

DUTRA, Pollyana L. **Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes**: análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

ENNE, Ana Lucia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2004. p. 264-273.

ESTEVES, Uliana. Expandindo a “missão”: articulações para a (inter)nacionalização de uma “rede de solidariedade”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 24, n. 52, set./dez. 2018. p. 223-248.

FAJARDO, Maxwell P. Pentecostalismo, urbanização e periferia: perspectivas teóricas. **Rev. Paralellus**, Recife, n. 4, jul./dez. 2011. p. 181-192.

_____. Pentecostalismo, migrações internas e redes sociais de apoio na periferia de São Paulo. **Revista Nures**, São Paulo, ano 9, n. 23, jan./abr. 2013. p. 1-18.

FALCÃO, Daiana de A.; FARIA, Teresa. J. P. As políticas públicas criam territórios da espera? O caso do programa Morar Feliz da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ- Brasil. **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. 1, 2016. p. 1-16.

FARIA, Teresa J. P. A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas: territórios da espera em Campos dos Goytacazes. **Terceiro Milenio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 5, n. 2, 2015. p. 57-84.

FARIA, Teresa J. P.; POHLMANN, Maria Alice. Remoção, resistência e permanência da favela no quadro urbano brasileiro: o programa habitacional morar feliz, em Campos dos Goytacazes-RJ. **Revista Geografares**, 2016. p. 122-135.

FARIAS, Carine L. **Um programa e suas práticas juvenis**: sociabilidades, trajetórias de vida e itinerários de jovens de periferias. 2019. Tese (Doutorado em

Sociologia política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2019.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Silvia Regina A. **Novas formas de crer: católicos, evangélicos e sem-religião nas cidades**. São Paulo: CERIS/PROMOCAT, 2009.

_____. “A (re) construção da identidade religiosa inclui dupla ou tripla pertença”. **Entrevista especial com Sílvia Fernandes**, Instituto humanitas unisinos on-line. 07 jul. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511249-estamos-falando-de-re-construcao-de-identidade-religiosa-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>. Acesso em: 28 fev. 2020.

FIALHO, Joaquim. Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais. **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. V. 29, 2015. p. 59-79.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, 2009. p. 95-114.

FRESTON, Paul. **Evangélicos e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas (1926)**. 1ed.- [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GIRARDI, Felipe; WEBER, Beatriz Teixeira. Espiritismo, caridade e assistência: Florina da Silva e Souza e a Sociedade Espírita Feminina estudo e caridade em Santa Maria/RS. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2, ago/nov. 2017. p.199-220.

GIUMBELLI, Emerson. Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: LANDIM, Leila (Org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc**. Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 123-171.

_____. A Presença do Religioso no Espaço Público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, v. 28, n. 2, 2008. p. 80-101.

GOMES, Marcos Antonio S.; SIQUEIRA, Antenora Maria da M.; MENDES, Juliana T. N. A favela Margem da Linha e as mudanças socioespaciais urbanas em Campos dos Goytacazes-RJ. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI, 2013, São Luís. **Anais** [...]. Maranhão: Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, 2013. p. 1-10.

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 1, n. 1, 2013. p. 1-23.

GONDIM, Linda M. P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Caderno CRH, vol. 18, n. 45, 2005, p. 485-488. **Resenha** de: VALLADARES, Licia do P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GRANOVETTER, Mark S. "The strength of weak ties", en **American Journal of Sociology** [Traducción: M^a Ángeles García Verdasco – “La fuerza de los vínculos débiles”], v. 78, n. 6., 1973. p. 1360 - 1380.

GUIMARÃES, Berenice M.; POVOA, Fabiana M. R. **Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes**. Relatório de Pesquisa UENF/CCH/LESCE, Campos dos Goytacazes, dezembro, 2005.

HELLMANN, ALINE G. Análise de Redes e Desigualdade Social: a abordagem relacional de Charles Tilly à luz da Lei de Potência de Barabási. **BIB**, São Paulo, n. 69, 2010. p. 43-57.

HIGGINS, Silvio S., RIBEIRO, Antonio Carlos A. **Análise de redes em Ciências Sociais**. In: _____ (Orgs). Brasília: Enap, 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016 n° 36. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. **Censo Demográfico 2010**: Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais. Censo demogr., Rio de Janeiro, 2010, p.1-251.

IORIO, Cecília. Normas, procedimentos e instrumentos de transparência das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos do Brasil. In: BRITO, Mácia; MELO, Maria Emílio (Org.). **Hábitos de doar e captar recursos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007. p. 157-183.

JOCOB, Cesar R.; HESS, Dora R.; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão impossível. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

_____. "Experiência militante": histórias das assim chamadas ONGs. In: _____. **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 23-87.

_____. As ONGs são Terceiro Setor? In: Hans-Jurgen Fiege (Org.). **ONGs no Brasil**: perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

_____. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **ONGs e Universidades**: desafios para cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. p. 17-50.

LAVALLE, Adrián G.; CASTELLO, Graziela. As benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. **Novos Estudos**, n. 68, 2004. p. 73-93.

LEITE, Márcia. S. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000. p. 73-90.

LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula A.; SILVA, Liliane S. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil**: o caso do MST em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

LOURA, Bruno M. S. **RCC em Campos dos Goytacazes**: Efeitos de uma tradição polissêmica. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

LÖWY, Michael. O Cristianismo da Libertação na América Latina. In: _____. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2. ed., 2016. p.73-140.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, set./dez. 2007. p. 545-591.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Apontamentos metodológicos. In: _____. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2008. p. 27-34.

MACHADO, Maria das Dores C. Além da Religião. **Cadernos CERU**, Série 2- nº12, USP, São Paulo, 2001. p.139-150.

_____. Religião, Política e Assistencialismo no Estado do Rio de Janeiro - notas de uma pesquisa. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/UFRJ**, nº 12, 2005. p. 64-89.

_____. Religião, Cultura e Política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, 2012. p. 29-56.

MACHADO, Maria das Dores C., BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **DADOS**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, 2014, p. 601-631.

MACHADO, Maria das Dores C.; MARIZ, Cecília I. Religião, trabalho voluntário e gênero. **Revista Interseções**. Rio de Janeiro, v.9, n.2, dez. 2007. p. 309-326.

MAFRA, Clara. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 277-298.

_____. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MAGNANI, José Guilherme C. O Bom (e velho) caderno de campo. In: **Revista Sexta-Feira - Antropologia, Artes, Humanidades**, São Paulo, v. 1, 1997. p. 8-11.

MAILLOCHON, Florence. Por que a análise das redes?. In: PAUGAM, Serge (Org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015. p. 156-170.

MANCE, Euclides André. **Teorias de Rede - Introdução Conceitual e Elementos Organizativos**. Instituto de Filosofia da Libertação Solidarius Brasil (IFIL). Não publicado. [entre 2012 e 2019] Disponível em: http://euclidesmance.net/docs/teorias_de_rede.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais [...]**. Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p.

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, REVER/PUC-SP, dez de 2008. p. 48-58.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estud. av.** [online], vol.18, n.52, 2004. p. 121-138.

_____. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. Em Pauta. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 14 (4), 2000. p. 21-33.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. Em Pauta. **Revista de Estudos Avançados**. N. 17 (48), 2003. p. 151-167.

MARIZ, Cecília L. A Religião e o Enfrentamento da Pobreza no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 33, out. 1991. p. 11-24.

_____. Pentecostalismo: mudança do significado de ter religião. [Entrevista cedida a] Thamiris Magalhães e Graziela Wolfart, **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** [Online], São Leopoldo, n° 400, 2012, p. 22-23. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4591-cecilia-loreto-mariz>. Acesso em: 05 abr. 2019.

_____. Ação social de pentecostais e da renovação carismática católica no Brasil: O discurso de seus líderes. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], vol.31, n.92, out./2016. p. 1-16.

MARIZ, Cecília L.; FERNANDES, Silvia Regina A.; BATISTA, Roberto. Os universitários da favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 323-337.

MARQUES, Eduardo. **REDES SOCIAIS, SEGREGAÇÃO E POBREZA EM SÃO PAULO**. 2007. Tese (livre docência), Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

_____. As redes importam para o acesso a bens e serviços obtidos fora de mercados? **Rev. Bras. Ci. Soc.** [online], vol. 24, n.71, 2009. p. 25-40.

MATTA, Nabila G.; MATTA, Ludmila G. Urbanização de áreas periféricas em Campos dos Goytacazes-RJ: um olhar sobre o conflito. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, I, 2015, Vitória-ES. **Anais [...]**. Vitória-ES: UFES, 2015.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 139-170.

MENDES, Juliana T. N.; GOMES, Marcos Antônio S.; SIQUEIRA, Antenor Maria da M. Políticas públicas, moradia popular e programa morar feliz em Campos dos Goytacazes (RJ): uma análise acerca da favela Margem da Linha. **Libertas: R. Fac. Serv. Soc.**, Juiz de Fora, v.14, n.1, jan./jun. 2014. p.37-56.

MENDES, Kátia Cilene P. **Urbanização, pobreza e saúde pública**: um estudo acerca das ações preventivas em DST/AIDS na favela do Matadouro e Comunidade COOPERPLAN. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2007.

MENDONÇA, Antonio G. Sindicato de mágicos: pentecostalismo e cura divina (desafio histórico para as igrejas). **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, n. 8, out. 1992. p.49-59.

MESQUITA, Wania A. B.; RIBEIRO, Marcos A. F. Modernização, favela e pentecostalismo: uma perspectiva a partir do interior do Estado do Rio de Janeiro. In: RIVERA, Dario Paulo B. (Org.). **Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro**: estudos de sociologia e antropologia urbanas. Curitiba: CRV, 2012. p.105-128.

MESQUITA, Wania A. B. Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro: A batalha espiritual na ordem violenta na periferia de Campos dos Goytacazes. **Estudos de Religião**, v. 23, n. 37, jul./dez., 2009. p. 89-103.

MITCHELL, James Clyde, "The Concept and Use of Social Networks", en J. Clyde Mitchell (ed.), *Social Networks in Urban Situations: Analyses of Personal Relationships in Central African Towns*, Manchester, University of Manchester –Institute for African Studies University of Zambia, 1969, p. 1-50.

_____. Social Networks. **Annual Review of Anthropology**, v. 3, 1974. p. 279-299. Disponível em: Disponível em: <http://www.urbanlab.org/articles/networks/Mitchell%201974%20-%20social%20networks.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MIZRUCHI, Mark S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE**, v. 46, n.3, 2006. p. 72-86.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, mar. 2006. p.47-65.

_____. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, 2012. p. 167-183.

MOTA, Carla Gisele dos S. **Políticas habitacionais e os usos econômicos das residências: O caso do Conjunto Habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes-RJ**. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

MOTA, Carla Gisele dos S.; MAMANI, Hernán Armando. Segregação interna e criminalização: o caso da favela e conjunto habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes/RJ. **Rev. Libertas**, v. 12, 2012. p. 30-50.

NEVES, Delma P. Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social. *Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 1, p. 31-48, 2003.

_____. Pobreza e humanismo salvador: mediações subjacentes. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 1, p. 117-158, 2007.

NOGUEIRA, Ana Paula S. **Ocupação nas ruínas do antigo matadouro público: análise da expansão da favela do Matadouro**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2006.

_____. Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. In: CONGRESSO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, IX. Misiones, Argentina, 2008. **Anais** [...]. Posadas: Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales-Universidad Nacional de Misiones, 2008. p. 1-19.

NOVAES, Regina R. Juventude e ação social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa. In: LANDIM, Leila (Org.) **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 89-122.

_____. Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANA, Hermano (Org.). **Galerias Cariocas: Territórios de conflitos e Encontros Culturais**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2003 (1ª ed. 1997). p.117-158.

_____. Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões do “espírito da dádiva”. In: BRITO, Mácia; MELO, Maria Emílio (Orgs.). **Hábitos de doar e captar recursos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007. p. 15-56.

_____. Caridade, filantropia, solidariedade: mutações e reciclagens em experiências religiosas. In: GIUMBELLI, Emerson; TAVARES, Fátima (Orgs.). *Religiões*

e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos, Salvador: EDUFBA; ABA Publicações, 2015. p. 215-229.

NUNES, Livia S.; GIVISIEZ, Gustavo Henrique N. As áreas de especial interesse social no município de Campos dos Goytacazes: uma análise quantitativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI, 2008, Caxambu-MG. **Trabalho Apresentado**. Caxambu-MG, 2008.

OLIVEIRA, Julio Cezar P.; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). Rev. **Análise Social**, n. 204, v. XLVII (3°), 2012. p. 656-682.

ORO, Ari Pedro. **Avanço Pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil*. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, jul./set. 2011, p. 383-395.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, jan./jun. 2007, p. 281-310.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 2002.

PESSANHA, Roberto M. Favelas e comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes (1991-2000). In: PESSANHA, Roberto M.; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos *royalties* do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 307-332.

_____. (Coord.). Favelas/Comunidades de Baixa Renda no Município de Campos dos Goytacazes. **Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense**. N° 5, agosto, 2001.

PETONNET, Colette (1982) L'Observation Flottante: l'exemple d'un cimetière parisien. *L'Homme*, oct-dec, XXII (4), pp. 37-47 (Tradução de Simões, Soraya in **Antropolítica**), n.25, 2008. p. 99-111.

PÓVOA, Fabiana M. R. **A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes – RJ (1989-2001)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Anuário Estatístico 2018**. Campos Dos Goytacazes. Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC). 2018.

QUIROGA, Ana Maria. Campanha da Fraternidade: evangelização e solidariedade. . In: BRITO, Mácia; MELO, Maria Emílio (Orgs.). **Hábitos de doar e captar recursos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007. p.107-155.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van . **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª ed. Col. Trajetos: nº 17. Lisboa: Gradiva, 1988.

RAITANO, Felipe C.; RIBEIRO, Marcelo G. Pobreza: Conceitos e Métodos. **Texto Para Discussão**: Observatório das Metrôpoles, n. 004, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2019. p.1-24.

REVISTA PASTORAL DA CRIANÇA. Fraternidade e Políticas Públicas. Ano 5, n. 15, fev./mar./abr., 2019. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/revista-pastoral-da-crianca>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIBEIRO, Vanessa da S. P. **Ações pentecostais nas favelas de Campos dos Goytacazes - RJ**: as mediações de amparo e assistencialismo. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

_____. **Evangélicos e redes de amparo**: um estudo de caso das Assembleias de Deus e da Igreja Presbiteriana na favela Matadouro em Campos dos Goytacazes - RJ. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

RIO DE JANEIRO, Decreto nº 14.332, de 07 de novembro de 1995. Cria o Programa de urbanização de assentamentos populares do Rio de Janeiro PROAP-RIO, aprova seu regulamento operacional e dá outras providências. Rio de Janeiro: **Câmara Municipal**, [1995]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1995/1433/14332/decreto-n-14332-1995-cria-o-programa-de-urbanizacao-de-assentamentos-populares-do-rio-de-janeiro-proap-rio-aprova-o-seu-regulamento-operacional-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ROCHA, Lia de M. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de S. (Orgs.). **Dispositivos Urbanos e Tramas dos Viventes**. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2015. p. 319-341.

_____. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Rev. Estudos Históricos**. *Rio de Janeiro*, v. 31, n. 65, setembro-dezembro, 2018. p. 475-494.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, Rute I.; MOTTA, Eugênia. A pacificação das favelas do Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil. **Boletim de Análise Político-Institucional**. 2013. p. 33-38. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5924/1/BAPI_n04_p33-8_RD_Pacificacao-favelas_Diest_2013-out.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

ROSAS, Nina. “Amostra grátis” da prosperidade: ações de assistência na Igreja Universal e o caso de Minas Gerais. In: CUNHA, Neiva V.; FELTRAN, Gabriel S. (Orgs.). **Sobre periferia: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparinas & FAPERJ, 2013. p. 131-144.

_____. As ações sociais da igreja universal: recrutamento e empreendedorismo no *a gente da comunidade* de belo horizonte. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, ano 14, n. 17, jul./dez. 2012. p. 27-51.

_____. A caridade da Igreja Universal: disputas, adaptações e articulações no espaço público. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da **Anpocs**, GT 33 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público, 2011. p. 1-25.

ROSENDO, Roberto; CARVALHO, Ailton Mota. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto M.; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 27-76.

SCHELIGA, Eva Lenita. Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros [recurso eletrônico]. 2013. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2013 [Originalmente apresentada como Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011].

SCHLUCHTER, Wolfgang. O desencantamento do mundo: a visão da modernidade em Max Weber. In: _____. **O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. p. 33-56.

SILVA, Claudia N. As ações assistências promovidas pelas igrejas pentecostais: motivações e dificuldades. **Revista Estudos de Religião/Universidade Metodista de São Paulo**. São Bernardo do Campo, n.1, 2009. p. 35-60.

SILVA, Carlos Alberto; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José. Análise de redes sociais e Sociologia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia**, N. 11, 2013. p. 91-106.

SILVEIRA, Natália dos S. **Líderes pentecostais e juventude**: religiosidade no contexto da favela. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010.

SIMÕES, José Pedro Neto. A concepção dos espíritas sobre assistência social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, jan./abr., 2017. p. 158-168.

SOUZA, André Ricardo de. Determinados contornos jurídicos, assistenciais e econômicos de organizações cristãs. **Rev. Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan./abr. 2018. p. 237-255.

_____. Traços e embaraços do trabalho assistencial cristão. **Estud. sociol.** Araraquara, v.18, n.34, jan-jun 2013. p.173-192.

_____. Abrangência e controvérsias do terceiro setor cristão. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba-PR. **Caderno de Resumos**. Curitiba-BR : SBS, v.1, 2011. p. 1-20.

SOUZA, Thainara da S.; SANTOS, Jeniffer C.; PAES, Raquel da S. Gestão do território e ocupação de áreas irregulares: análise do caso da favela Margem da Linha no município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Rev. Equador** (UFPI), V. 5, n. 4 (Ed. Especial 03), 2016. p. 164-186.

SOVIK, Liv. Os projetos culturais e seu significado social. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 27, jun. 2014. p. 172-182.

SPOSATI, Aldáza O. Assistência Social: Desafios para uma Política Pública de Seguridade Social. **Cadernos ABONG**, 1995. p. 19-35.

_____. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. São Paulo: Cortez, 1988.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, 2000. p. 5-34.

_____. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VARANDA, Marta. Análise de redes sociais e sua aplicação ao estudo das organizações: uma introdução. **Organizações e trabalho**, n. 23, 2000. p. 87-106.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In:_____. **O desafio da cidade**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.13-21.

Weber, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009. p. 157-170.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar edições, 1979.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, 4ª ed., 2012.

YAZBECK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 11, 1995, p.6-18.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In:_____ (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 5ª ed., 2006. p.7-24.

SITES

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO URBANO. É uma realização entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campos-dos-goytacazes_rj>. Acesso em: 20 Abr. 2019.

IBGE. Cidades e Estados do Brasil. Brasil em Síntese, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 Abr. 201

APÊNDICES

APÊNDICE A: TABELAS EXTENSAS

Tabela 6 – Renda per capita média e renda per capita média dos mais pobres dos municípios do estado do Rio de Janeiro (1991, 2000 e 2010).

Renda per capita média e renda per capita média dos mais pobres							Renda per capita média e renda per capita média dos mais pobres						
Município	pobres						Município	pobres					
	1991		2000		2010			1991		2000		2010	
	RPM	RMPOB	RPM	RMPOB	RPM	RMPOB		RPM	RMPOB	RPM	RMPOB	RPM	RMPOB
Angra dos Reis	390,55	82,90	563,68	90,17	798,68	88,77	Nilópolis	417,50	94,41	599,00	90,71	755,26	98,93
Aperibé	223,24	79,61	488,93	87,60	516,14	99,05	Niterói	1.090,93	89,02	1.596,51	90,91	2.000,29	95,45
Araruama	308,46	74,52	518,71	88,02	680,88	86,51	Nova Friburgo	521,73	89,79	723,34	95,54	894,75	102,84
Areal	286,84	79,36	512,35	89,74	571,74	86,82	Nova Iguaçu	325,36	84,53	474,80	88,12	591,00	86,97
Armação de Búzios	444,70	76,68	762,32	94,20	851,39	114,47	Paracambi	306,76	83,96	538,67	87,92	580,49	78,02
Arraial do Cabo	389,19	92,23	603,14	87,41	714,47	100,46	Paraíba do Sul	329,78	81,80	524,64	89,59	613,56	97,42
Barra do Pirai	396,70	83,98	543,44	86,49	719,16	90,15	Paraty	368,64	83,33	616,65	87,02	734,36	76,93
Barra Mansa	390,17	86,82	569,44	93,10	705,10	95,28	Paty do Alferes	291,18	85,88	416,61	79,15	562,52	90,25
Belford Roxo	271,63	86,42	378,74	85,42	491,51	89,67	Petrópolis	554,44	90,04	790,41	89,91	922,49	93,43
Bom Jardim	342,32	79,26	477,65	87,73	649,62	85,37	Pinheiral	332,00	73,66	481,43	93,19	657,99	90,08
Bom Jesus de Itabapoana	269,55	79,30	475,10	88,44	717,69	88,85	Pirai	387,40	79,13	532,60	86,97	678,30	86,14
Cabo Frio	410,62	86,19	630,38	85,21	815,75	87,83	Porciúncula	294,53	82,12	356,24	85,84	615,63	67,12
Cachoeiras de Macacu	269,94	81,33	438,38	89,65	604,45	91,73	Porto Real	255,43	85,48	438,10	86,49	577,07	99,77
Cambuci	273,93	66,80	393,34	87,78	524,88	90,69	Quatis	372,90	77,01	479,14	91,98	535,96	102,62
Carapebus	241,62	85,43	402,08	80,73	620,35	87,21	Queimados	250,44	82,72	376,53	86,98	484,40	87,98
Comendador Levy Gasparian	244,74	79,10	386,19	86,79	537,66	105,47	Quissamã	220,62	78,06	377,95	91,86	616,31	93,14
Campos dos Goytacazes	371,75	81,50	490,87	87,76	682,59	90,06	Resende	489,14	83,34	721,26	91,31	915,21	104,11
Cantagalo	331,14	77,58	511,26	87,52	641,61	98,24	Rio Bonito	321,87	81,79	542,49	89,54	643,54	87,12
Cardoso Moreira	153,50	68,03	327,08	85,03	465,04	95,39	Rio Claro	292,75	81,79	410,91	90,19	623,62	93,75
Carmo	295,15	89,15	547,72	82,58	559,66	98,88	Rio das Flores	366,28	75,10	377,68	92,92	499,13	97,06
Casimiro de Abreu	356,91	79,76	566,64	88,57	768,45	95,60	Rio das Ostras	332,51	84,29	658,42	89,67	1.051,19	92,76
Conceição de Macabu	283,42	84,05	431,82	89,64	614,57	85,83	Rio de Janeiro	887,06	88,87	1.187,08	91,08	1.492,63	92,66
Cordeiro	403,08	89,01	544,35	90,42	724,29	91,45	Santa Maria Madalena	216,76	78,89	395,00	92,63	522,66	93,29
Duas Barras	253,92	85,18	383,63	91,00	540,35	103,78	Santo Antônio de Pádua	313,12	83,28	475,86	93,19	657,53	95,44
Duque de Caxias	343,58	89,43	463,23	86,43	592,81	90,01	São Francisco de Itabapoana	150,16	74,13	307,50	75,72	375,49	72,82
Engenheiro Paulo de Frontin	270,55	74,38	470,64	91,21	529,05	89,05	São Fidélis	295,37	73,01	418,24	83,22	567,23	98,93
Guapimirim	278,45	81,86	471,04	88,64	594,06	83,69	São Gonçalo	388,85	88,80	539,00	90,43	669,30	93,22
Iguaba Grande	313,55	78,88	639,25	84,44	818,01	99,00	São João da Barra	269,66	83,92	353,21	86,25	570,38	90,98
Itaboraí	276,47	82,37	410,66	84,08	584,35	86,91	São João do Meriti	330,95	89,81	472,22	89,30	597,57	94,11
Itaguaí	324,74	83,13	493,91	87,98	635,50	89,04	São José de Ubá	329,83	68,14	412,31	84,49	410,44	95,27
Italva	273,22	80,19	423,64	89,50	593,88	92,30	São José do Vale do Rio Preto	256,87	81,27	437,05	86,99	517,99	94,32
Itaocara	287,59	78,13	566,30	90,42	607,18	91,22	São Pedro da Aldeia	304,76	76,65	513,35	85,96	710,04	90,61
Itaperuna	403,50	83,82	516,31	86,85	688,83	99,83	São Sebastião do Alto	231,36	72,23	339,29	87,49	423,88	82,02
Itatiaia	481,46	87,41	581,18	98,64	773,48	101,07	Sapucaia	292,96	80,74	506,59	88,14	558,94	76,22
Japeri	235,10	84,97	327,80	80,57	420,15	87,89	Saquarema	340,13	78,73	532,37	84,09	681,62	88,31
Laje do Muriaé	212,88	72,39	328,15	84,95	453,97	92,45	Seropédica	307,02	82,27	471,07	83,12	604,82	88,75
Macaé	561,15	86,20	786,54	91,24	1.103,42	86,07	Silva Jardim	205,69	72,48	392,42	84,63	476,99	80,77
Macuco	296,59	80,74	448,22	83,97	574,96	90,25	Sumidouro	315,48	82,34	432,45	81,95	479,46	87,13
Magé	263,82	82,89	428,24	85,61	567,59	82,01	Tanguá	210,80	85,26	366,32	91,54	440,84	87,28
Mangaratiba	371,45	88,07	656,28	89,13	832,15	97,37	Teresópolis	452,83	88,56	723,68	94,54	859,79	96,15
Maricá	401,98	84,56	641,83	88,22	910,41	91,63	Trajano Moraes	206,32	73,73	429,98	81,26	510,96	82,94
Mendes	349,74	96,77	601,10	93,87	649,40	95,27	Três Rios	344,07	83,15	520,99	91,94	726,83	92,07
Mesquita	356,32	88,98	523,01	90,13	640,37	88,37	Valença	389,55	82,48	535,61	85,28	675,62	95,33
Miguel Pereira	422,88	73,93	778,21	93,87	801,63	88,08	Varre-sai	230,24	71,39	352,36	84,62	418,62	102,32
Miracema	283,56	81,74	468,50	82,05	608,62	95,60	Vassouras	375,49	79,74	580,27	91,43	701,06	94,84
Natividade	294,01	76,51	479,68	91,77	653,23	107,17	Volta Redonda	474,36	87,85	694,79	89,67	920,51	93,06

Nota: 1 - Municípios em destaque pertencem a mesorregião Norte Fluminense.

2 - A sigla RPM significa Renda per capita média. É a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

3 - A sigla RMPOB significa Renda per capita médias dos mais pobres. É a média da renda domiciliar per capita das pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, a preços de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Fonte: PNUD, IPEA, FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil on line (1991, 2000 e 2010).

Tabela 7 – Índice de Gini dos municípios do estado do Rio de Janeiro (1991, 2000 e 2010).

Município	Índice de Gini			Município	Índice de Gini		
	1991	2000	2010		1991	2000	2010
Angra dos Reis	0,54	0,53	0,50	Nilópolis	0,45	0,46	0,45
Aperibé	0,54	0,55	0,43	Niterói	0,57	0,58	0,59
Araruama	0,58	0,56	0,54	Nova Friburgo	0,54	0,54	0,51
Areal	0,50	0,53	0,48	Nova Iguaçu	0,49	0,51	0,48
Armação de Búzios	0,54	0,58	0,51	Paracambi	0,48	0,52	0,44
Arraial do Cabo	0,49	0,50	0,47	Paraíba do Sul	0,58	0,57	0,50
Barra do Pirai	0,53	0,52	0,51	Paraty	0,50	0,59	0,52
Barra Mansa	0,52	0,54	0,48	Paty do Alferes	0,54	0,56	0,56
Belford Roxo	0,44	0,45	0,42	Petrópolis	0,56	0,57	0,55
Bom Jardim	0,60	0,54	0,48	Pinheiral	0,50	0,51	0,51
Bom Jesus de Itabapoana	0,58	0,54	0,56	Pirai	0,57	0,55	0,50
Cabo Frio	0,55	0,59	0,54	Porciúncula	0,59	0,54	0,56
Cachoeiras de Macacu	0,51	0,49	0,49	Porto Real	0,49	0,54	0,42
Cambuci	0,62	0,53	0,47	Quatis	0,50	0,54	0,42
Carapebus	0,41	0,44	0,42	Queimados	0,43	0,46	0,43
Comendador Levy Gasparian	0,52	0,48	0,44	Quissamã	0,52	0,51	0,53
Campos dos Goytacazes	0,62	0,56	0,55	Resende	0,57	0,56	0,52
Cantagalo	0,57	0,56	0,48	Rio Bonito	0,55	0,57	0,48
Cardoso Moreira	0,50	0,51	0,45	Rio Claro	0,58	0,50	0,50
Carmo	0,52	0,59	0,47	Rio das Flores	0,70	0,55	0,46
Casimiro de Abreu	0,59	0,51	0,48	Rio das Ostras	0,55	0,57	0,53
Conceição de Macabu	0,51	0,49	0,48	Rio de Janeiro	0,60	0,61	0,62
Cordeiro	0,53	0,51	0,48	Santa Maria Madalena	0,54	0,53	0,48
Duas Barras	0,50	0,51	0,44	Santo Antônio de Pádua	0,60	0,55	0,51
Duque de Caxias	0,47	0,50	0,46	São Francisco de Itabapoana	0,46	0,61	0,49
Engenheiro Paulo de Frontin	0,52	0,51	0,45	São Fidélis	0,64	0,54	0,47
Guapimirim	0,55	0,54	0,50	São Gonçalo	0,47	0,47	0,43
Iguaba Grande	0,57	0,55	0,56	São João da Barra	0,51	0,50	0,48
Itaboraí	0,49	0,50	0,48	São João do Meriti	0,44	0,45	0,43
Itaguaí	0,52	0,52	0,47	São José de Ubá	0,64	0,59	0,47
Italva	0,59	0,53	0,47	São José do Vale do Rio Preto	0,53	0,52	0,47
Itaocara	0,59	0,62	0,49	São Pedro da Aldeia	0,53	0,52	0,50
Itaperuna	0,64	0,54	0,47	São Sebastião do Alto	0,55	0,49	0,42
Itatiaia	0,58	0,54	0,51	Sapucaia	0,54	0,55	0,50
Japeri	0,44	0,49	0,42	Saquarema	0,61	0,54	0,52
Laje do Muriaé	0,61	0,49	0,46	Seropédica	0,51	0,54	0,47
Macaé	0,57	0,56	0,56	Silva Jardim	0,54	0,55	0,49
Macuco	0,55	0,52	0,50	Sumidouro	0,57	0,54	0,47
Magé	0,48	0,50	0,49	Tanguá	0,44	0,45	0,42
Mangaratiba	0,52	0,56	0,51	Teresópolis	0,60	0,57	0,56
Maricá	0,56	0,54	0,49	Trajano Moraes	0,53	0,62	0,51
Mendes	0,50	0,53	0,48	Três Rios	0,56	0,54	0,52
Mesquita	0,45	0,47	0,47	Valença	0,56	0,55	0,52
Miguel Pereira	0,59	0,63	0,55	Varre-sai	0,58	0,57	0,44
Miracema	0,56	0,59	0,50	Vassouras	0,62	0,58	0,52
Natividade	0,63	0,58	0,52	Volta Redonda	0,51	0,52	0,50

Nota: 1 - Municípios em destaque pertencem a mesorregião Norte Fluminense.

Fonte: PNUD, IPEA, FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil on line (1991, 2000 e 2010).

Tabela 8 - Ranking do IDHM dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro (1991, 2000 e 2010)

Posição	Municípios	IDHM (1991)	Posição	Municípios	IDHM (2000)	Posição	Municípios	IDHM (2010)
1º	Niterói	0.681	1º	Niterói	0.771	1º	Niterói	0.837
2º	Rio de Janeiro	0.639	2º	Rio de Janeiro	0.716	2º	Rio de Janeiro	0.799
3º	Volta Redonda	0.580	3º	Volta Redonda	0.682	3º	Rio das Ostras	0.773
4º	Nilópolis	0.565	4º	Macaé	0.665	4º	Volta Redonda	0.771
5º	Resende	0.560	5º	Resende	0.660	5º	Resende	0.768
6º	Cordeiro	0.552	6º	Nilópolis	0.656	6º	Maricá	0.765
6º	Petrópolis	0.552	7º	Nova Friburgo	0.654	7º	Macaé	0.764
8º	São Gonçalo	0.543	8º	Itatiaia	0.653	8º	Iguaba Grande	0.761
8º	Mesquita	0.543	9º	Petrópolis	0.649	9º	Nilópolis	0.753
10º	Barra do Pirai	0.541	10º	Cordeiro	0.644	9º	Mangaratiba	0.753
11º	Nova Friburgo	0.537	11º	Mangaratiba	0.642	11º	Nova Friburgo	0.745
12º	Macaé	0.534	11º	Mendes	0.642	11º	Miguel Pereira	0.745
13º	Mendes	0.532	11º	Miguel Pereira	0.642	11º	Petrópolis	0.745
13º	Paraíba do Sul	0.532	14º	Barra Mansa	0.641	14º	São Gonçalo	0.739
15º	Valença	0.528	14º	São Gonçalo	0.641	15º	Valença	0.738
16º	Pinheiral	0.527	16º	Maricá	0.637	16º	Itatiaia	0.737
16º	Barra Mansa	0.527	17º	Mesquita	0.634	16º	Mesquita	0.737
18º	Três Rios	0.522	18º	Arraial do Cabo	0.632	18º	Mendes	0.736
19º	Maricá	0.520	19º	Três Rios	0.627	19º	Cabo Frio	0.735
20º	Cabo Frio	0.515	19º	Itaocara	0.627	20º	Arraial do Cabo	0.733
21º	São João de Meriti	0.514	19º	Teresópolis	0.627	20º	Barra do Pirai	0.733
22º	Pirai	0.513	19º	Valença	0.627	22º	Bom Jesus do Itabapoana	0.732
22º	Vassouras	0.513	23º	Barra do Pirai	0.626	23º	Natividade	0.730
22º	Itatiaia	0.513	23º	Natividade	0.626	23º	Itaperuna	0.730
22º	Arraial do Cabo	0.513	23º	Iguaba Grande	0.626	23º	Teresópolis	0.730
26º	Itaperuna	0.511	26º	Bom Jesus do Itabapoana	0.625	26º	Cordeiro	0.729
27º	Duque de Caxias	0.506	26º	Macuco	0.625	26º	Barra Mansa	0.729
28º	Campos dos Goytacazes	0.505	28º	Itaperuna	0.624	28º	Armação dos Búzios	0.728
28º	Miguel Pereira	0.505	29º	Carmo	0.621	29º	Casimiro de Abreu	0.726
30º	Carmo	0.502	30º	Aperibé	0.620	30º	Três Rios	0.725
30º	Nova Iguaçu	0.502	30º	Vassouras	0.620	31º	Angra dos Reis	0.724
30º	Teresópolis	0.502	30º	Rio das Ostras	0.620	32º	Engenheiro Paulo de Frontin	0.722
30º	Miracema	0.502	30º	São João de Meriti	0.620	33º	Paracambi	0.720
34º	Rio das Flores	0.499	34º	Casimiro de Abreu	0.619	34º	São João de Meriti	0.719
35º	Itaocara	0.497	34º	Paraíba do Sul	0.619	35º	Araruama	0.718
35º	Engenheiro Paulo de Frontin	0.497	36º	Campos dos Goytacazes	0.618	35º	Santo Antônio de Pádua	0.718
37º	Santo Antônio de Pádua	0.493	37º	Paracambi	0.615	37º	Campos dos Goytacazes	0.716
37º	Quatis	0.493	37º	Conceição de Macabu	0.615	38º	Pinheiral	0.715
39º	Angra dos Reis	0.492	37º	Miracema	0.615	38º	Itaguaí	0.715
40º	Areal	0.491	40º	Pinheiral	0.614	40º	Vassouras	0.714
40º	Casimiro de Abreu	0.491	40º	Cabo Frio	0.614	41º	Nova Iguaçu	0.713
40º	Paraty	0.491	42º	Pirai	0.612	41º	Seropédica	0.713
43º	Bom Jesus do Itabapoana	0.490	42º	Cantagalo	0.612	41º	Itaocara	0.713
44º	Armação dos Búzios	0.489	44º	Santo Antônio de Pádua	0.611	41º	Carapebus	0.713
45º	São João da Barra	0.484	44º	Areal	0.611	41º	Porto Real	0.713
46º	Rio Bonito	0.483	46º	Rio Bonito	0.609	41º	Miracema	0.713
46º	Itaguaí	0.483	47º	Engenheiro Paulo de Frontin	0.604	47º	São Pedro da Aldeia	0.712
46º	Aperibé	0.483	47º	Armação dos Búzios	0.604	47º	Conceição de Macabu	0.712
46º	Conceição de Macabu	0.483	49º	Rio das Flores	0.603	49º	Duque de Caxias	0.711
50º	Natividade	0.481	50º	Duque de Caxias	0.601	50º	Rio Bonito	0.710
51º	Paracambi	0.479	51º	Angra dos Reis	0.599	51º	Cantagalo	0.709
52º	Mangaratiba	0.478	51º	Cambuci	0.599	51º	Magé	0.709

53 °	São Pedro da Aldeia	0.476	53 °	São Pedro da Aldeia	0.598	51 °	Saquarema	0.709
54 °	Sapucaia	0.473	54 °	Nova Iguaçu	0.597	54 °	Pirai	0.708
55 °	Cantagalo	0.472	54 °	Comendador Levy Gasparian	0.597	55 °	Quissamã	0.704
56 °	Seropédica	0.469	56 °	Saquarema	0.591	56 °	Macuco	0.703
57 °	Belford Roxo	0.468	56 °	Quatis	0.591	57 °	Paraíba do Sul	0.702
58 °	Cambuci	0.464	58 °	São Fidélis	0.590	58 °	Cachoeiras de Macacu	0.700
58 °	Porciúncula	0.464	59 °	Itaguaí	0.589	59 °	Guapimirim	0.698
60 °	Comendador Levy Gasparian	0.463	60 °	Sapucaia	0.586	60 °	Porciúncula	0.697
61 °	Italva	0.462	60 °	Seropédica	0.586	61 °	Carmo	0.696
62 °	Saquarema	0.459	62 °	Rio Claro	0.584	62 °	Paraty	0.693
63 °	Iguaba Grande	0.458	63 °	Paraty	0.583	62 °	Itaboraí	0.693
64 °	Magé	0.455	64 °	Cachoeiras de Macacu	0.580	64 °	Aperibé	0.692
64 °	Cachoeiras de Macacu	0.455	65 °	Araruama	0.579	65 °	São Fidélis	0.691
66 °	Macuco	0.450	65 °	Carapebus	0.579	65 °	Cambuci	0.691
67 °	Araruama	0.449	67 °	Magé	0.573	67 °	Quatis	0.690
67 °	São Fidélis	0.449	67 °	Santa Maria Madalena	0.573	68 °	Italva	0.688
69 °	Queimados	0.448	69 °	Porciúncula	0.572	69 °	Comendador Levy Gasparian	0.685
70 °	Porto Real	0.445	69 °	Guapimirim	0.572	70 °	Areal	0.684
70 °	Rio das Ostras	0.445	71 °	Belford Roxo	0.570	70 °	Belford Roxo	0.684
72 °	Rio Claro	0.439	72 °	Porto Real	0.568	72 °	Rio Claro	0.683
73 °	São José do Vale do Rio Preto	0.435	73 °	Quissamã	0.561	73 °	Queimados	0.680
73 °	Laje do Muriaé	0.435	73 °	Bom Jardim	0.561	73 °	Rio das Flores	0.680
75 °	Paty do Alferes	0.431	73 °	Italva	0.561	75 °	Sapucaia	0.675
76 °	Japeri	0.419	73 °	Laje do Muriaé	0.561	76 °	São João da Barra	0.671
77 °	Santa Maria Madalena	0.417	77 °	São José do Vale do Rio Preto	0.556	76 °	Paty do Alferes	0.671
78 °	São José de Ubá	0.416	78 °	Trajano de Moraes	0.555	78 °	Laje do Muriaé	0.668
79 °	Itaboraí	0.415	79 °	São Sebastião do Alto	0.554	78 °	Santa Maria Madalena	0.668
80 °	Bom Jardim	0.412	80 °	Itaboraí	0.553	80 °	Trajano de Moraes	0.667
80 °	Carapebus	0.412	81 °	Queimados	0.550	81 °	Bom Jardim	0.660
82 °	Quissamã	0.406	82 °	São João da Barra	0.548	81 °	São José do Vale do Rio Preto	0.660
83 °	Duas Barras	0.405	83 °	Silva Jardim	0.546	83 °	Varre-Sai	0.659
83 °	Guapimirim	0.405	84 °	Duas Barras	0.543	83 °	Japeri	0.659
85 °	São Sebastião do Alto	0.400	85 °	São José de Ubá	0.542	83 °	Duas Barras	0.659
86 °	Silva Jardim	0.389	86 °	Paty do Alferes	0.541	86 °	Silva Jardim	0.654
87 °	Cardoso Moreira	0.386	87 °	Japeri	0.529	86 °	Tanguá	0.654
88 °	Varre-Sai	0.385	88 °	Varre-Sai	0.522	88 °	São José de Ubá	0.652
89 °	Trajano de Moraes	0.383	89 °	Tanguá	0.520	89 °	Cardoso Moreira	0.648
90 °	Tanguá	0.364	89 °	Cardoso Moreira	0.520	90 °	São Sebastião do Alto	0.646
91 °	São Francisco de Itabapoana	0.344	91 °	São Francisco de Itabapoana	0.503	91 °	São Francisco de Itabapoana	0.639
92 °	Sumidouro	0.341	92 °	Sumidouro	0.500	92 °	Sumidouro	0.611

Nota: 1 - Municípios em destaque pertencem a mesorregião Norte Fluminense.

Fonte: PNUD, IPEA, FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil *on line* (1991, 2000 e 2010).

Tabela 9 – Ranking do IDEB da Rede Municipal - Ensino Fundamental regular (anos iniciais) dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2017)

Posição	Nome do Município	Rede	IDEB 2017 (N x P)	Projeção IDEB 2017	Posição	Nome do Município	Rede	IDEB 2017 (N x P)	Projeção IDEB 2017
1°	Miguel Pereira	Municipal	6,6	6,3	13°	Carmo	Municipal	5,3	5,3
2°	São José de Ubá	Municipal	6,5	6,8	13°	Mangaratiba	Municipal	5,3	5,7
3°	Itaperuna	Municipal	6,4	6,2	13°	Rio Bonito	Municipal	5,3	5,2
4°	Paty do Alferes	Municipal	6,3	4,6	13°	São João da Barra	Municipal	5,3	5,0
5°	Comendador Levy Gasparian	Municipal	6,2	5,7	13°	São Pedro da Aldeia	Municipal	5,3	5,4
5°	Rio das Ostras	Municipal	6,2	5,8	14°	Barra do Pirai	Municipal	5,2	5,6
6°	Iguaba Grande	Municipal	6,1	5,4	14°	Porciúncula	Municipal	5,2	5,9
6°	Mendes	Municipal	6,1	6,2	14°	São Fidélis	Municipal	5,2	5,5
6°	Santo Antônio de Pádua	Municipal	6,1	6,1	14°	Sumidouro	Municipal	5,2	4,9
6°	Volta Redonda	Municipal	6,1	6,2	14°	Três Rios	Municipal	5,2	5,5
7°	Aperibé	Municipal	5,9	6,6	14°	Valença	Municipal	5,2	5,5
7°	Armação dos Búzios	Municipal	5,9	5,5	15°	Angra dos Reis	Municipal	5,1	5,3
7°	Bom Jesus do Itabapoana	Municipal	5,9	6,0	15°	Araruama	Municipal	5,1	5,6
7°	Cambuci	Municipal	5,9	5,8	15°	Natividade	Municipal	5,1	5,1
7°	Macaé	Municipal	5,9	6,0	15°	Rio das Flores	Municipal	5,1	5,1
7°	Miracema	Municipal	5,9	6,4	16°	Arraial do Cabo	Municipal	5,0	5,6
7°	Nova Friburgo	Municipal	5,9	6,2	16°	Cabo Frio	Municipal	5,0	5,6
7°	Trajano de Moraes	Municipal	5,9	6,8	16°	Carapebus	Municipal	5,0	5,1
8°	Itaocara	Municipal	5,8	5,3	16°	Duas Barras	Municipal	5,0	5,5
8°	Resende	Municipal	5,8	5,6	16°	Guapimirim	Municipal	5,0	4,7
8°	Rio Claro	Municipal	5,8	5,7	16°	Laje do Muriaé	Municipal	5,0	5,8
9°	Casimiro de Abreu	Municipal	5,7	5,9	16°	Queimados	Municipal	5,0	5,4
9°	Itatiaia	Municipal	5,7	5,2	17°	Itaboraí	Municipal	4,9	5,3
9°	Macuco	Municipal	5,7	5,9	17°	Tanguá	Municipal	4,9	4,9
9°	Paracambi	Municipal	5,7	5,1	17°	Varre-Sai	Municipal	4,9	6,2
9°	Paraty	Municipal	5,7	5,4	18°	Nilópolis	Municipal	4,8	4,7
9°	Quissamã	Municipal	5,7	4,9	18°	Silva Jardim	Municipal	4,8	5,5
9°	Rio de Janeiro	Municipal	5,7	5,9	18°	Vassouras	Municipal	4,8	5,2
10°	Areal	Municipal	5,6	5,3	19°	Cachoeiras de Macacu	Municipal	4,7	5,5
10°	Cantagalo	Municipal	5,6	5,1	19°	Mesquita	Municipal	4,7	5,3
10°	Italva	Municipal	5,6	6,4	19°	Nova Iguaçu	Municipal	4,7	5,3
10°	Petrópolis	Municipal	5,6	5,7	19°	Santa Maria Madalena	Municipal	4,7	6,5
10°	Pinheiral	Municipal	5,6	5,5	20°	Campos dos Goytacazes	Municipal	4,6	4,6
10°	São Sebastião do Alto	Municipal	5,6	5,7	20°	Cardoso Moreira	Municipal	4,6	5,2
11°	Barra Mansa	Municipal	5,5	6,2	20°	Duque de Caxias	Municipal	4,6	5,0
11°	Cordeiro	Municipal	5,5	5,7	20°	Itaguaí	Municipal	4,6	5,0
11°	Maricá	Municipal	5,5	5,5	20°	São Francisco de Itabapoana	Municipal	4,6	5,3
11°	Paraíba do Sul	Municipal	5,5	5,6	20°	São João de Meriti	Municipal	4,6	5,4
11°	Pirai	Municipal	5,5	5,8	21°	Japeri	Municipal	4,5	4,8
11°	Porto Real	Municipal	5,5	5,4	21°	São Gonçalo	Municipal	4,5	5,4
11°	Quatis	Municipal	5,5	5,6	22°	Seropédica	Municipal	4,4	4,8
12°	Bom Jardim	Municipal	5,4	5,9	23°	Belford Roxo	Municipal	4,3	5,1
12°	Engenheiro Paulo de Frontin	Municipal	5,4	5,9	23°	Magé	Municipal	4,3	5,0
12°	Niterói	Municipal	5,4	5,5	-	Conceição de Macabu	Municipal	*	5,3
12°	Sapucaia	Municipal	5,4	5,6	-	São José do Vale do Rio Preto	Municipal	*	5,4
12°	Saquarema	Municipal	5,4	5,0	-	Teresópolis	Municipal	*	5,5

Nota: 1 - Municípios em destaque pertencem a mesorregião Norte Fluminense.

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

Fonte: MEC/Inep (2017)

Tabela 10 - Ranking do IDEB da Rede Municipal - Ensino Fundamental regular (anos finais) dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2017)

Posição	Nome do Município	Rede	IDEB 2017 (N x P)	Projeção IDEB 2017	Posição	Nome do Município	Rede	IDEB 2017 (N x P)	Projeção IDEB 2017
1°	Comendador Levy Gasparian	Municipal	5,3	3,8	12°	Iguaba Grande	Municipal	4,1	3,5
1°	Itaperuna	Municipal	5,3	4,6	12°	Santa Maria Madalena	Municipal	4,1	4,8
2°	Aperibé	Municipal	5,1	-	12°	São João da Barra	Municipal	4,1	3,4
2°	Cambuci	Municipal	5,1	-	12°	Silva Jardim	Municipal	4,1	4,1
2°	Cardoso Moreira	Municipal	5,1	4,1	12°	Queimados	Municipal	4,1	3,3
2°	Mendes	Municipal	5,1	-	13°	Carapebus	Municipal	4,0	3,2
2°	Varre-Sai	Municipal	5,1	-	13°	Paracambi	Municipal	4,0	3,6
3°	Paty do Alferes	Municipal	5,0	-	13°	Porciúncula	Municipal	4,0	-
3°	Piraí	Municipal	5,0	4,0	13°	Rio das Flores	Municipal	4,0	3,8
4°	Rio das Ostras	Municipal	4,9	4,0	13°	Saquarema	Municipal	4,0	3,6
5°	Armação dos Búzios	Municipal	4,8	3,2	14°	Italva	Municipal	3,9	3,3
5°	Cordeiro	Municipal	4,8	3,8	14°	Nilópolis	Municipal	3,9	2,5
5°	Nova Friburgo	Municipal	4,8	4,2	14°	Rio Bonito	Municipal	3,9	3,5
5°	Santo Antônio de Pádua	Municipal	4,8	4,1	14°	São Pedro da Aldeia	Municipal	3,9	3,6
5°	Volta Redonda	Municipal	4,8	4,2	15°	Araruama	Municipal	3,8	3,8
6°	Carmo	Municipal	4,7	-	15°	Cabo Frio	Municipal	3,8	3,9
6°	Itaocara	Municipal	4,7	3,5	15°	Guapimirim	Municipal	3,8	3,0
6°	Miracema	Municipal	4,7	-	15°	Japeri	Municipal	3,8	3,1
6°	Paraíba do Sul	Municipal	4,7	3,8	15°	Magé	Municipal	3,8	3,0
6°	Porto Real	Municipal	4,7	-	15°	Nova Iguaçu	Municipal	3,8	3,5
6°	Rio de Janeiro	Municipal	4,7	3,8	16°	Pinheiral	Municipal	3,7	3,5
7°	Bom Jardim	Municipal	4,6	4,0	15°	São Fidélis	Municipal	3,8	4,4
7°	Bom Jesus do Itabapoana	Municipal	4,6	3,6	15°	Tanguá	Municipal	3,8	3,0
7°	Mangaratiba	Municipal	4,6	3,7	15°	Vassouras	Municipal	3,8	2,8
7°	Quatis	Municipal	4,6	3,5	16°	Arraial do Cabo	Municipal	3,7	-
7°	Valença	Municipal	4,6	4,2	16°	Pinheiral	Municipal	3,7	3,5
8°	Areal	Municipal	4,5	-	17°	Duque de Caxias	Municipal	3,6	2,5
8°	Cantagalo	Municipal	4,5	-	17°	Itaboraí	Municipal	3,6	3,6
8°	Macaé	Municipal	4,5	3,6	17°	Itaguaí	Municipal	3,6	3,0
8°	Maricá	Municipal	4,5	4,2	17°	Laje do Muriaé	Municipal	3,6	4,3
8°	Quissamã	Municipal	4,5	3,6	18°	Cachoeiras de Macacu	Municipal	3,5	3,8
8°	Resende	Municipal	4,5	3,4	18°	Campos dos Goytacazes	Municipal	3,5	2,7
9°	Duas Barras	Municipal	4,4	-	18°	Mesquita	Municipal	3,5	3,4
9°	Itatiaia	Municipal	4,4	2,9	18°	São Francisco de Itabapoana	Municipal	3,5	-
9°	Sapucaia	Municipal	4,4	3,2	18°	São João de Meriti	Municipal	3,5	2,7
9°	Três Rios	Municipal	4,4	4,0	19°	Angra dos Reis	Municipal	3,4	3,3
10°	Barra do Piraí	Municipal	4,3	3,9	19°	Belford Roxo	Municipal	3,4	2,7
10°	Barra Mansa	Municipal	4,3	4,1	20°	São Gonçalo	Municipal	3,3	3,0
10°	Paraty	Municipal	4,3	4,1	21°	Natividade	Municipal	3,1	-
10°	Petrópolis	Municipal	4,3	3,6	-	São José do Vale do Rio Preto	Municipal	*	3,4
11°	Engenheiro Paulo de Frontin	Municipal	4,2	3,8	-	Sumidouro	Municipal	**	-
11°	Miguel Pereira	Municipal	4,2	5,1	-	Teresópolis	Municipal	*	3,7
11°	Niterói	Municipal	4,2	3,8	-	Trajano de Moraes	Municipal	**	-
11°	Rio Claro	Municipal	4,2	3,4	-	Macuco	-	***	-
12°	Casimiro de Abreu	Municipal	4,1	3,4	-	São José de Ubá	-	***	-
12°	Conceição de Macabu	Municipal	4,1	3,4	-	São Sebastião do Alto	-	***	-

Nota: 1 - Municípios em destaque pertencem a mesorregião Norte Fluminense.

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

** Sem média no SAEB 2017: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

*** Não existem resultados para a série informada.

Fonte: MEC/Inep (2017)

APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS



Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

➤ Roteiro da Entrevista (com os moradores)

• **Identificação:**

1. Qual sua idade?
2. Qual o seu estado civil?
3. Qual a sua escolaridade?
4. Qual a sua Profissão?
5. Quanto tempo vive neste bairro?

• **Local de moradia:**

6. Como você descreveria o local onde mora?
7. O local passou por alguma mudança física nos últimos anos?
8. O que você mais gosta de viver aqui e o que menos gosta?
9. Como é viver aqui?
10. Qual sua opinião sobre a presença da prefeitura nessa localidade?
11. Como você percebe as condições de vida das pessoas que vivem aqui?

• **Religião:**

12. Qual a sua religião?
13. Qual igreja você congrega?
 - 13.1. Há quanto tempo?
 - 13.2. Essa igreja realiza algum tipo de trabalho social ou algum tipo de atendimento a pessoas necessitadas? E para membros com dificuldades? De que tipo? Como funciona?
 - 13.3. Você vai a outras igrejas?
14. Você já foi de outra religião?

15. Se a resposta for positiva, perguntar:
 - 15.1. Qual religião?
 - 15.2. Por quanto tempo esteve nessa religião?
 - 15.3. Como o senhor (a) chegou a igreja (nome da igreja).
16. Aqui no bairro tem muitas igrejas? Você sabe quais são?
17. Você acha importante a presença dessas igrejas dentro da comunidade? Por quê?

➤ **Roteiro da Entrevista (com a Presidente do Projeto Jeová Rafhá Resgatando Vidas)**

• **Identificação:**

1. Qual sua idade?
2. Qual o seu estado civil?
3. Qual a sua escolaridade?
4. Qual a sua Profissão?
5. Quanto tempo vive aqui?

• **Local de moradia:**

6. Qual o nome dessa localidade?
7. O local passou por alguma mudança nos últimos anos?
8. O que você mais gosta de viver aqui e o que menos gosta?
9. Como você descreveria seu bairro?
10. Conhece os bairros vizinhos?
11. Como é viver aqui?
12. Qual sua opinião sobre a presença da prefeitura nessa localidade?
13. Como você percebe que são as condições de vida da população daqui?

• **Religião:**

14. Você frequenta alguma igreja? Qual? Onde ela está localizada?
15. Você já foi de outra religião?
16. Se a resposta for positiva, perguntar:
 - 16.1. Qual religião?
 - 16.2. Por quanto tempo esteve nessa religião?
 - 16.3. Como o senhor (a) chegou a igreja (nome da igreja)
17. Há quanto tempo você frequenta esta igreja?

18. Qual sua função ou cargo na igreja que frequenta?

19. Aqui no bairro tem muitas igrejas?

- **O Projeto**

20. Conte como foi trajetória do projeto, isto é, sua história desde o início até agora.

21. Qual a participação da Igreja que a senhora frequenta com o seu Projeto? E os membros da igreja participam ou já participaram em algum momento do projeto?

22. A senhora sempre fala da estratégia para trazer as crianças e jovens, da comida/lanche. Por que a senhora acha isso necessário?

23. “As crianças que vem aqui são carentes”, como a senhora entende o que é ser uma criança carente?

24. Como a senhora faz para trazer/chamar as crianças para virem?

25. Sobre o registro do projeto?

26. Sobre a ONG *Flores Silvestres* não ser de caráter confessional, tem algum problema? Como a senhora se sente com isso?

27. Em que a ONG tem ajudado/participado no projeto da senhora?

28. Sobre as doações do “sacolão” pela ONG. Como a senhora seleciona as famílias que irão receber? Com que frequência são entregues?

29. A senhora recebe doação do “sacolão” ONG? Com que frequência? Quantos eles doam para senhora?

30. Como a senhora divide seu tempo entre a igreja e seu projeto? Isso traz algum problema pra senhora? E como a senhora se sente com isso?

31. Sobre o “Pedir”.

32. Sobre o “Doar”/ajudar o próximo e o “não ter”.

➤ **Roteiro da Entrevista (com os dois membros associados da ONG *Flores Silvestres*)**

- **Identificação:**

1. Qual sua idade?

2. Qual o seu estado civil?

3. Qual a sua escolaridade?

4. Você é nascida em Campos dos Goytacazes?

5. Qual a sua Profissão? Atualmente está trabalhando em que?

- **Sobre a ONG e o Projeto Social Jeová Rafhá:**

6. Como você conheceu o Projeto e a Ana?
7. Qual sua função na ONG?
8. Quanto tempo você está na ONG?
9. Como você conheceu a ONG?
10. Qual tipo de atividade/função você desempenha no Projeto da TG?
11. De modo geral, qual é o objetivo da atividade que realiza na TG?
12. No início, uma das ações da Wildflowers era doar cestas básicas a algumas famílias da TG. Como funcionava essa doação? Existia um critério de escolha? Por que pararam com esse trabalho?
13. Você está aproximadamente um ano no Projeto da TG, já conheceu algumas famílias na época da doação de cestas básicas, etc. Como você percebe as condições de vida da população da TG?
14. Como você avaliaria esse primeiro ano da Wildflowers na TG e com o Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá?

- **Religião:**

15. Você possui alguma religião?
16. Você já foi de outra religião?
17. Se a resposta for positiva, perguntar:
 - 17.1. Qual religião?
 - 17.2. Por quanto tempo esteve nessa religião?

APÊNDICE C – PERFIL BÁSICO DOS INTERLOCUTORES**1.****Nome Fictício:** Ana – Presidente do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas**Idade:** 41 anos**Estado Civil:** Separada**Quantos filhos:** 6 filhos vivos**Escolaridade:** 5ª Série do Ensino Fundamental**Trabalho:** Atualmente “Do lar”, mas já trabalhou como empregada doméstica.**Local de moradia:** favela Tira-Gosto**Tempo que vive nesse local:** desde quando nasceu, seus pais já viviam ali.**Religião:** Evangélica**2.****Nome Fictício:** mãe de um jovem matriculado no projeto**Idade:** 50 anos**Estado Civil:** casada**Quantos filhos:** 6 filhos vivos e 1 falecido**Escolaridade:** 2ª Série do ensino fundamental**Trabalho:** Trabalha em casa e toma conta do seu pequeno ponto comercial na frente de sua casa.**Local de moradia:** favela Tira-Gosto**Tempo que vive nesse local:** desde quando nasceu, seus pais já viviam na TG.**Religião:** Cristã, Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Sete Castiçais.**3.****Nome Fictício:** Cleide (mãe de três crianças matriculadas no projeto)

Idade: 28 anos

Estado Civil: solteira

Quantos filhos: 3 filhos

Escolaridade: 1º Ano do ensino fundamental

Trabalho: manicure e cabeleireira, mas no momento está parada.

Local de moradia: Tira-Gosto

Tempo que vive nesse local: desde quando nasceu, assim como sua mãe e avó.

Religião: Cristã, frequentava a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Sete Castiçais, mas no momento está “afastada” dessa igreja e tem ido na Igreja do “Pastor Querido” (Igreja Missão Batista Nova Vida).

4.

Nome Fictício: Morador da favela Tira-Gosto

Idade: 46 anos

Estado Civil: Casado

Quantos filhos: 8 filhos

Escolaridade: até a 4ª série do Ensino Fundamental

Trabalho: ficou desempregado nos últimos 4 anos, mas atualmente trabalha de porteiro na faculdade Unopar.

Local de moradia: Tira-Gosto

Tempo que vive nesse local: aproximadamente 20 anos

Religião: Evangélico – Igreja Metodista

5.

Nome Fictício: avó de uma criança matriculada no projeto social

Idade: 46 anos

Estado Civil: Solteira

Quantos filhos: 2 filhos.

Escolaridade: Ensino Fundamental anos iniciais completos.

Trabalho: Empregada doméstica, trabalha 22 anos numa casa de família.

Local de moradia: Tira-Gosto

Tempo que vive nesse local: desde que nasceu.

Religião: Batista - Missão Batista Nova Vida.

6.

Nome Fictício: BIA

Idade: 27 anos

Estado Civil: Solteira

Quantos filhos: não tinha filhos até o dia da entrevista, agora tem 1 filha.

Escolaridade: Ensino Médio completo.

Trabalho: não trabalha, mas já trabalhou por conta própria.

Local de moradia: Tira-Gosto

Tempo que vive nesse local: aproximadamente 24 anos, os pais se mudaram pra Tira-Gosto quando tinha de 4 anos.

Religião: Evangélica, frequenta a Igreja Caminho das Águas.

7.

Nome Fictício: Lourdes

Idade: 46 anos.

Estado civil: solteira.

Quantidade de filhos: 2 (casal já adultos)

Escolaridade: estudou até antiga 5ª série.

Trabalho: empregada doméstica, com carteira assinada.

Local de moradia: Tira-Gosto

Tempo que vive nesse local: desde que nasceu.

Religião: Evangélica, Igreja Missão Batista. (Era católica até recentemente, mas se converteu por causa do filho mais novo, que na infância começou a frequentar a Igreja Missão Batista).

8.

Nome Fictício: Marta (Moradora da favela Goiabal)

Idade: 56 anos

Estado Civil: Solteira

Quantos filhos: 2 filhos

Escolaridade: Ensino Médio completo

Trabalho: Recepcionista.

Local de moradia: favela Goiabal

Tempo que vive nesse local: Nasceu e foi “criada” na favela Goiabal, morou em outros bairros da cidade, mas afirmou que: “minha vida toda sempre foi aqui” se referindo a favela Goiabal.

Religião: Evangélica.

9.

Nome Fictício: Camila (moradora do Residencial João Batista)

Idade: 32 anos

Estado Civil: Casada

Quantos filhos: 1 filha

Escolaridade: Ensino Médio completo

Trabalho: Desempregada, mas estava trabalhando como balconista e já trabalhou em casa de família.

Local de moradia: Residencial João Batista, antiga favela Inferno Verde.

Tempo que vive nesse local: morou na favela Inferno Verde e está no Residencial João Batista desde a inauguração.

<p>Religião: Evangélica.</p>
<p>10.</p> <p>Nome Fictício: Luana (Moradora da favela Matadouro)</p> <p>Idade: 46 anos</p> <p>Estado Civil: Casada</p> <p>Escolaridade: Ensino Médio completo</p> <p>Trabalho: Auxiliar de serviços gerais.</p> <p>Local de moradia: favela Matadouro</p> <p>Tempo que vive nesse local: nasceu na favela Matadouro, saiu depois que casou foi morar em outros lugares, e voltou para Matadouro há 20 anos.</p> <p>Religião: Evangélica.</p>
<p>11.</p> <p>Nome Fictício: BELLA (membro associado da ONG <i>Flores Silvestres</i>)</p> <p>Idade: 26 anos</p> <p>Estado Civil: Solteira</p> <p>Escolaridade: Ensino Superior completo</p> <p>Profissão: Psicóloga e atualmente trabalha como psicóloga do Conselho Tutelar.</p> <p>Religião: Cristã, mas não frequenta nenhuma igreja, já foi da Igreja Batista.</p> <ul style="list-style-type: none">- Veio do interior de Minas Gerais, mora a 7 anos em Campos dos Goytacazes;- Atualmente faz parte do grupo de logística interna da ONG;- É membro associado da ONG aproximadamente 1 ano e meio.
<p>12.</p> <p>Nome Fictício: BRUNO (membro associado da ONG <i>Flores Silvestres</i>)</p> <p>Idade: 30 anos.</p>

Estado Civil: Solteiro.

Escolaridade: Ensino Superior completo.

Profissão: Psicólogo

Religião: Cristão, mas disse que foi evangélico em boa parte da vida, mas agora não se considera membro de nenhuma instituição evangélica.

- Nasceu no Rio, cresceu no interior de Itaperuna, com 15 se mudou pra Italva e mora há 4 anos em Campos dos Goytacazes;
- Atual presidente da ONG;
- É membro associado há um pouco mais de 3 anos.

ANEXO A - Ficha de inscrição do Projeto Social Jeová Rafhá Resgatando Vidas





Dados sobre o aluno:

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Sexo: M() F()

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Religião: _____ Registro de Nascimento: _____

Livro: _____ Folha: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Município: _____

Dados sobre o Pai:

Nome: _____

Identidade: _____ CPF: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Vivo: () Sim () Não Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Dados Sobre a Mãe:

Nome: _____

Identidade: _____ CPF: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Vivo: () Sim () Não Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Outros dados a respeito do aluno:

Já frequentou a escola? Sim () Não() Qual? _____

Deseja receber educação religiosa? Sim() Não() _____

Seu filho é alérgico? Sim() Não() _____

Data ___/___/___

Assinatura do Responsável